PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

WALTER LUCIO GUIMARÃES
BERNARDES

Novas Investigações na Urbe Carioca: Afinal o que enxergar: a cidade projetada, invisível ou a cidade maravilhosa?

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
(UNIRIO)

Maio/2021

NOVAS INVESTIGAÇÕES NA URBE CARIOCA: AFINAL O QUE ENXERGAR:

A CIDADE PROJETADA, INVÍSIVEL OU A CIDADE MARAVILHOSA?

WALTER LUCIO GUIMARÃES BERNARDES

Dissertação submetida à banca examinadora como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória.

Orientador: Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães

RIO DE JANEIRO

2021

NOVAS INVESTIGAÇÕES NA URBE CARIOCA: AFINAL O QUE ENXERGAR:

A CIDADE PROJETADA, INVÍSIVEL OU A CIDADE MARAVILHOSA?

Walter Lucio Guimarães Bernardes

Dissertação submetida à banca examinadora como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Ensino de História pelo Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória.

_____

Prof. Dr. Marcelo de Souza Magalhães (Orientador - UNIRIO)

_____

Profa. Dra. Josianne Francia Cerasoli (membro titular - UNICAMP)

_____

Prof. Dr. Luís Reznik (membro titular - UERJ)

RIO DE JANEIRO

2021

Dedico esta pesquisa a todos os profissionais da educação, que lutam por uma educação de qualidade todos os dias pelo Brasil e ao presidente Luis Inácio pela oportunidade de concluir o mestrado profissional em uma universidade pública, de qualidade e gratuita.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar agradecendo ao Grande Arquiteto do Universo, pela iluminação, em toda a caminhada trilhada até aqui.

Depois à minha família cujo apoio e estímulo sempre estiveram presentes em minha jornada. Família extensa e numerosa, que engloba também a família da minha esposa, cuja grande matriarca Anyta Lyra Neves (avó da minha esposa), sempre contribui de forma decisiva para o estabelecimento dessa conquista.

A Kátia, minha esposa e companheira de tantos anos, não consigo mensurar minha gratidão pelo apoio de sempre e reclamações (-você só fala nesse mestrado!). Um fato marcante está enraizado em memória, logo no início em que me isolei no apartamento de Petrópolis para estudar para a prova do PROFHISTÓRIA e você me acompanhou por três dias, dando inclusive suas contribuições para alcançar um modelo de estudo para a prova discursiva. Agradeço demais pela partilha alegre e feliz da nossa vida cotidiana, em mais de 20 anos de relacionamento, compartilhando inquietações e sempre nutrindo o desejo de um mundo melhor, já que também compartilha a mesma profissão.

Aos amigos, que são muitos, novos, antigos e que já se foram. Em memorian, um agradecimento especial ao professor Ricardo Nunes Libório, que me auxiliou e contribui efetivamente para me tornar um profissional da educação. Aos amigos mais próximos e professores do Matriz Educação, agradeço pelas mais variadas conversas, Anderson, Caio, Michael Douglas , Raphael Arlon, etc.

Ao professor Marcelo, meu orientador, obrigado pela atenção, cuidado e respeito para comigo e meu trabalho. Sua leitura sempre atenciosa e nossas conversar proporcionaram o aprimoramento de minha pesquisa, o refinamento de meu texto e a construção de um trabalho que trouxe felicidade. Sua orientação me trouxe calma e confiança desde os primeiros passos da pesquisa.

Aos professores Luis Reznik e Josiane Cerasoli Rocha sou grato pelos apontamentos e indicações, durante a qualificação, que possibilitaram outro olhar sobre o trabalho que eu pretendia desenvolver, contribuindo para reflexões fundamentais na construção do texto aqui apresentado.

Aos professores do ProfHistória sou grata pelas discussões que nas mais variadas disciplinas estimularam importantes reflexões, com destaque especial para a professora Mônica Lima e Márcia Gonçalves.

A coordenação do ProfHistória Unirio, professora Leila Bianchi, obrigada por toda atenção ao longo desses dois anos. De mesmo modo agradeço as secretárias Priscila e Samira pela disposição em me auxiliar.

Agradeço também de forma especial, a minha mãe, por enfrentar o mundo de forma resiliente e em grande parte do tempo exercer também a figura de pai, ao longo da minha caminhada. Obrigado de fato!

Enquanto educadora, a Cidade é também educanda.

FREIRE, Paulo. Política e educação. São Paulo: Cortez, 1993.

RESUMO

A temática central da dissertação consiste na abordagem da Evolução Urbana da cidade do Rio de janeiro, de forma interdisciplinar, a partir de uma série de circuitos pedagógicos, realizados em aulas de campo, pelo centro da cidade, de forma guiada pelo professor. Estamos em uma sociedade da informação, produzindo novos conhecimentos a todo momento, mas infelizmente a escola no Brasil, ainda tem por base um modelo conservador de ensino, que visa principalmente a memorização, a repetição e o desempenho voltado para uma prática pedagógica bancária, sem nenhum significado com a realidade e enfática no plano teórico e no academicismo. Dessa forma, o objetivo dessa pesquisa é elaborar uma nova forma de promover o Ensino de História, a partir da experiência sensível dos alunos com a cidade do Rio de janeiro, a partir de aulas de campo, dentro da temática da Evolução Urbana da cidade, levando em consideração três planos ou intervenções urbanas: O plano Agache (1930), O Doxiadis (1965) e o Projeto Porto Maravilha (2016) e o eixo transversal: patrimônio, memória, identidade e lugar. A pesquisa, através da produção de um material didático para os professores, também visa auxiliar os mais variados profissionais de educação na forma como aplicar essas novas práticas no ambiente da cidade, corroborando como uma alternativa viável ao ensino de história, fora dos limites institucionais da Escola e da sala de aula, encarada como uma prática naturalmente conservadora e tradicional.

Palavras-chave: Ensino de História. Evolução Urbana. Planos Urbanos. Roteiros pedagógicos. Aulas de campo. Patrimônio. Memória. Identidade. Lugar

ABSTRACT

The main theme of the dissertation is to approach the Urban Evolution of the city of Rio de Janeiro, in an interdisciplinary way, from a series of pedagogical circuits, realized in field classes, through the city center, guided by the teacher. We are in an information society, producing new knowledge all the time, but unfortunately the school in Brazil is still based on a conservative teaching model, which mainly aims at memorization, repetition and performance aimed at a pedagogical banking practice, without no meaning with reality and emphatically on the theoretical plane and in academicism. Thus, the objective of this research is to elaborate a new way to promote the Teaching of History, from the sensitive experience of students with the city of Rio de Janeiro, from field classes, within the theme of the Urban Evolution of the city, taking into account three urban plans or interventions: The Agache plan (1930), O Doxiadis (1965) and the Porto Maravilha Project (2016) and the transversal axis: heritage, memory, identity and place. The research, through the production of didactic material for teachers, also aims to assist the most varied education professionals in how to apply these new practices in the city environment, corroborating it as a viable alternative to teaching history, outside the institutional limits of School and classroom, seen as a naturally conservative and traditional practice.

Keywords: History Teaching. Urban Evolution. Urban Plans. Pedagogical itineraries. Field classes. Heritage. Memory. Identity. Place.

LISTA DE IMAGENS

IMAGEM 1: O Plano Agache e a Entrada do Brasil.....35
IMAGEM 2: A cidade Monumento de Agache e a Entrada do Brasil.....38
IMAGEM 3: Comparação entre a estrutura biológica e as cidades.....51
IMAGEM 4: O Rio de Janeiro e a macroescala.....52
IMAGEM 5: O Rio de Janeiro na mesoescala.....53
IMAGEM 6: O Rio de Janeiro na microescala.....53
IMAGEM 7: Eixos e vetores de crescimento da cidade.....55
IMAGEM 8: Os assentamentos da Guanabara – Exemplo de alocação no espaço.....57
IMAGEM 9: O Plano Doxiadis para a Guanabara.....58
IMAGEM 10: Tempo de viagem nos transportes coletivos da Guanabara.....59
IMAGEM 11: Localização e perfil das habitações populares (SPAs) em Acarí.....61
IMAGEM 12: Casa núcleo – Programa de habitações populares.....62
IMAGEM 13: O Porto do Rio de Janeiro em 2020, antes das obras de revitalização.....69
IMAGEM 14: Área de Especial Interesse Urbano (AEIU).....70.
IMAGEM 15: Aproveitamento do espaço da AEIU.....71
IMAGEM 16: Planta da Praça Mauá após as obras de revitalização.....73
IMAGEM 17: O trajeto do VLT.....74
IMAGEM 18: Entrada do Brasil – Projeto Agache.....78
IMAGEM 19: Deslocamento Super Via: modal ferroviário – Bangu - Estação Central do Brasil – Estação Carioca (via metrô).....82
IMAGEM 20: Deslocamento Estação Metrô Carioca para a Igreja de Santa Luzia.....83
IMAGEM 21: Objetivos Iniciais e visão geral do roteiro.....83
IMAGEM 22: Uma das visões da Igreja de Nossa Senhora do Loreto para a Linha Amarela...94
IMAGEM 23: Ponto inicial – visão geral da Baixada de Jacarepaguá e visita ao centro comercial da Freguesia.....95
IMAGEM 24: Roteiro – via expressa Governador Carlos Lacerda – Linha Amarela e Avenida das Américas.....92
IMAGEM 25: Mapa simplificado da Barra de Tijuca.....98
IMAGEM 26: Plano Doxiadis – Malha viária e comunidades.....99
IMAGEM 27: O Condomínio Novo Leblon e o seu entorno.....100
IMAGEM 28: Trajeto para o bairro Cidade de Deus.....102
IMAGEM 29: A Cidade de Deus, na década de 60.....104

IMAGEM 30: Sequência do Trajeto da visita ao Bairro.....106
IMAGEM 31: Circuito das Três Identidades.....122
IMAGEM 32: Marina da Glória.....123
IMAGEM 33: Cidade Rodoviarista de Doxiadis – Década de 60: possibilidade de um novo centro – Praça XV.....124
IMAGEM 34: Praça XV atualmente.....124
IMAGEM 35: Nova Orla Luiz Paulo Conde.....126
IMAGEM 36: Praça Mauá, antes da revitalização do Porto Maravilha.....126
IMAGEM 37: Praça Mauá – Reinauguração.....128
IMAGEM 38: Museu de Arte do Rio de Janeiro.....130
IMAGEM 39: Conjunto arquitetônico da Praça Mauá.....130
IMAGEM 40: Murais das Etnias.....131
IMAGEM 41: Mural Etnias.....132
IMAGEM 42: Cais do Valongo.....133
IMAGEM 43: Sacadura Cabral com Pedro Ernesto.....134
IMAGEM 44: Praça da Harmonia ou Coronel Assunção.....135
IMAGEM 45: Conjunto de Morros da região, marcados pela ocupação urbana.....136
IMAGEM 46: Residencial Porto Vida.....140
IMAGEM 47: Zona portuária – Saúde, Santo Cristo e Gamboa.....141

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Tabela de remoções de famílias na área da Zona Portuária.....138

SUMÁRIO

Introdução **17**
Capítulo 1 - 27
1. O Distrito Federal de 1910 a 1930 27
1.1 A administração de Antônio Prado Junior (1926-1930) e a necessidade de remodelação da cidade 30
1.2 O plano do Rio de Janeiro de Agache 33
2. O Distrito Federal entre 1950 e 1960 38
2.1 As transformações urbanas e econômicas 40
2.2 A administração Sete Câmara e Carlos Lacerda (1960-1965) e a necessidade de remodelação da capital 42
2.3 Quem era Doxiadis e o que era o Plano do Rio 47
2.3.1 A Equística 49
2.4 O Plano Doxiadis para o Rio 51
3. O contexto brasileiro na década de 1990 e início do século XXI 63
3.1 A questão urbana no Rio de Janeiro e a necessidade de colocar em prática o planejamento urbano 64
3.2 A remodelação da área central por meio da operação urbana consorciada, o projeto porto maravilha 67

Capítulo 2 ..... **76**
1º ROTEIRO – A CIDADE MONUMENTAL DE AGACHE – EIXO TEMÁTICO: ESPAÇO – PODER – MONUMENTALIDADE **76**
A) CIRCUITO SUBURBIO DA ZONA-OESTE – BANGU **79**
1. Objetivo inicial 79
1.1 Objetivos pedagógicos 79
1.2 O Passo a passo - simplificado – roteiro 80
1.3 Material envolvido 80
DOCUMENTO 80

B) CIRCUITO ÁREA CENTRAL DA CIDADE – CASTELO **81**
B.1) A MONUMENTALIDADE NO DIA A DIA DA CIDADE **81**

1.4 Objetivo inicial....81
1.5 Objetivos pedagógicos....81
1.6 O Passo a passo simplificado – roteiro....82
1.7 Material envolvido....82

B.2) A ESPLANADA DO CASTELO E A PROJEÇÃO DE CIDADE MONUMENTAL DE AGACHE NO LUGAR DO RIO DE JANEIRO COLONIAL....83
1.8 Objetivos Iniciais....84
1.9 Objetivos pedagógicos....84
1.10 O Passo a passo – simplificado – roteiro....85
1.11 Materiais envolvidos....85
1.12 Reflexões ao final de todo o roteiro, juntando o Circuito do Subúrbio (A) com o Circuito da Área Central (B)....86
1.13 Ambientação dos alunos em sala de aula....86
A) PRIMEIRA ATIVIDADE....86
B) SEGUNDA ATIVIDADE....87
C) TERCEIRA ATIVIDADE....88
D) QUARTA ATIVIDADE....89

2º ROTEIRO – A CIDADE FUNCIONAL, EFICIENTE, HUMANA E RODOVIÁRIA DE DOXIADIS – EIXO TEMÁTICO: ESPAÇO E MOBILIDADE URBANA....90

A) CIRCUITO: O OUTRO LADO DO SUBÚRBIO DA ZONA OESTE – A BAIXADA DE JACAREPAGUÁ – A FREGUESIA....93
2.1 Objetivos iniciais....93
2.2 Objetivos pedagógicos....93
2.3 Passo a passo – simplificado – roteiro....95
2.4 Material Envolvido....95
DOCUMENTO....96

B) CIRCUITO: LUGARES INIVISÍVEIS DA ZONA OESTE – A BARRA DA TIJUCA E A CIDADE DE DEUS....96

B.1) CONHECENDO A BARRA DA TIJUCA, A PARTIR DA MOBILIDADE URBANA.....96
2.5 Objetivos iniciais.....96
2.6 Objetivos Pedagógicos.....97
2.7 Passo a passo – simplificado – roteiro.....100
2.8 Material envolvido.....100
DOCUMENTO.....101

B.2) CONHECENDO A CIDADE DE DEUS, A PARTIR DA MOBILIDADE URBANA OU PELA FALTA DELA.....102
2.9 Objetivos iniciais.....102
2.10 Objetivos pedagógicos.....102
2.11 Passo a passo – simplificado – roteiro.....103
2.12 Material envolvido.....106
2.13 Reflexões ao final de todo o roteiro, juntando o Circuito (A) com o Circuito (B).....106
2.14 Ambientação dos alunos em sala de aula.....107
A) PRIMEIRA ATIVIDADE.....107
B) SEGUNDA ATIVIDADE.....108
C) TERCEIRA ATIVIDADE.....109
DOCUMENTO.....110
D) QUARTA ATIVIDADE.....112

3º ROTEIRO – A CIDADE ESPETÁCULO, CONECTADA, COSMOPOLITA E OLÍMPICA – EIXO TEMÁTICO: GENTRIFICAÇÃO.....117

A) CIRCUITO – O ENCONTRO DAS TRÊS PROJEÇÕES DE CIDADE.....121
3.1 Objetivos iniciais.....122
3.2 Objetivos pedagógicos.....127
3.3 Passo a passo – simplificado – roteiro.....127
3.4 Material envolvido.....127

B) CIRCUITO – A CIDADE OLÍMPICA E INVISIVEL AO MESMO TEMPO, QUE AGREGA E EXPULSA SEUS HABITANTES.....127

3.5 Objetivos iniciais.....127
3.6 Objetivos pedagógicos.....131
3.7 Passo a passo – simplificado – roteiro.....131
3.8 Materiais envolvidos.....131

B.1) CICRCUITO: POR TRÁS DOS MURAIS E DO ESPETÁCULO, OS LUGARES INVISÍVEIS – A BELEZA QUE AGRIDE E EXPULSA!.....131
3.9 Objetivos iniciais.....131
3.10 Objetivos pedagógicos.....132
3.11 Passo a passo – simplificado – roteiro.....140
3.12 Ambientação dos alunos em sala de aula.....141
A) PRIMEIRA ATIVIDADE.....142
B) SEGUNDA ATIVIDADE.....143
C) TERCEIRA ATIVIDADE.....143
D) QUARTA ATIVIDADE.....144
3.13 Reflexões ao final de todo o roteiro, juntando o Circuito (A) com o Circuito (B).....145

Conclusão 146
Referências 151
Bibliografia 151
Anexos.....155

INTRODUÇÃO

"Professor, essa é a Cidade Maravilhosa?" A pergunta inesperada do aluno aconteceu na época em que existia na cidade a velha e saudosa Praça Mauá e sua radiante Perimetral, que envolvia, ou escondia, uma ilustre personalidade que estava ali há bastante tempo: a estátua em homenagem ao Barão de Mauá, praticamente invisível aos transeuntes que, à época, transitavam, apressadamente, pela região.

A partir do questionamento do aluno, posso dizer que o tema da cidade, ou melhor, da história urbana do Rio de Janeiro, tornou-se verdadeira obsessão no exercício da minha profissão como historiador. Partindo do marco inicial da cidade, relacionado ao mundo colonial português, sempre me chamou atenção a narrativa que destacava a árdua batalha do povo daquela região para sobreviver em um lugar cercado por quatro morros. Sim, a beleza natural, apesar de ser o grande destaque da cidade, ao mesmo tempo, tornou-se, historicamente, o seu grande obstáculo à própria sobrevivência humana e permanência efetiva naquele lugar.

Era sempre prazeroso apresentar aos alunos em sala de aula, de forma teórica, o desvendar dos sucessivos aterros e dessecados de mangues, traçados em vários mapas e sempre perceber o espanto deles diante das mais variadas possibilidades de ocupação dos espaços pelos portugueses.

Entretanto, a análise de todas essas intervenções no espaço não nos desvenda somente a transformação extraordinária do meio físico, que nega a interpretação de Cidade Maravilhosa como simples resultado de uma natureza espetacular, mas também nos mostra a descomunal capacidade de construção dessa cidade.

Tudo isso nos obriga a olhar com maior cuidado para tantas propostas debatidas, executadas e até mesmo as que, de fato, não saíram do papel, para redescobrir fatos fundamentais da evolução do urbanismo no Rio de Janeiro, na lenta elaboração dos principais paradigmas que têm marcado sua construção ao longo dos séculos XX e XXI, o que nos permite seguir o caminho de vários profissionais, como Le Corbusier, Agache e Doxiadis.

Nesse sentido, a verdadeira predileção pelo tema levou-me a desenvolver meu primeiro trabalho acadêmico, em relação ao tema História Urbana do Rio de Janeiro, acostumando-me com a complexidade do tema, em função da necessidade do diálogo diário com outras áreas acadêmicas, como a Geografia, a Arquitetura, o Urbanismo e a Antropologia. Dessa forma, desenvolvi o tema relacionado aos impactos do Plano Doxiadis na reestruturação do Rio de

Janeiro, como capital relevante no cenário nacional, na década de 60, como conclusão do Curso de História.

O desenvolvimento do trabalho acadêmico sempre foi acompanhado da prática docente desde muito cedo. Já na universidade, comecei a desenvolver a docência no magistério em escolas públicas e privadas no Rio de Janeiro. No final da década de 90, juntamente com um grupo de professores do Colégio Pedro II, no qual realizava meu estágio supervisionado, participei da primeira experiência em relação a roteiros pedagógicos. Elaboramos, em conjunto com as disciplinas de História, Geografia, Biologia e Física, um roteiro sob o título: "Projeto bússola: conhecendo o Rio de Janeiro".

O roteiro estabelecia uma ênfase na fundação da cidade do Rio de Janeiro, estabelecendo uma série de atividades com os alunos no bairro da Urca, no entorno da Praia Vermelha. Foi uma experiência única e bem marcante, principalmente, em relação à interatividade e conexão estabelecida entre professores e alunos, e à facilidade com que se estabeleceu um processo de ensino-aprendizagem, no entorno de uma praça, de uma rua, de um bairro, de uma praia.

Entretanto, essas experiências consideradas inovadoras sempre eram apagadas da memória, por um formato de ensino mais tradicional. Mais conteúdo, mais exercícios, mais repetição e mais testes e provas, além dos simulados, aulas aos sábados e as vezes aos domingos. Essa é apenas uma pequena parte da rotina diária de um aluno no 9º ano do Ensino Fundamental, visando conseguir a sua aprovação em uma escola federal, como o Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro.

O quantitativo de avaliações, de tempos de aula e a memorização tornaram-se os principais mecanismos utilizados pelos profissionais de educação para que seus alunos tenham um alto desempenho pedagógico, e repetimos isso até hoje. Mas será que só existe essa fórmula? De certa forma sim, mas, infelizmente, toda essa rotina não garante ao aluno uma formação de caráter integral, muito menos desenvolvem-no, diante dos desafios da vida real.

Na minha experiência de mais 20 anos de sala de aula pude testemunhar a falência do ensino tradicional, focado estritamente na performance e na recompensa individual, vinculado à aprovação do aluno ao final de algum ciclo, seja o do ensino fundamental ou o do ensino médio, transformando nossos discentes em máquinas de reprodução de conteúdo. O conhecimento passa a ser "métrico", mede-se a quantidade e esquece-se da qualidade.

É notório que o ensino de história passou por várias mudanças em nosso país e no próprio mundo desde a sua constituição:

> A História como disciplina escolar autônoma surgiu nos fins do século XIX, na Europa, imbricada nos movimentos de laicização da sociedade e de constituição

> das nações modernas, sendo marcada por "duas imagens gêmeas" no dizer de François Furet: a "genealogia da nação" e o "estado da mudança, daquilo que é subvertido, transformando, o campo privilegiado em relação àquilo que permanece estável". Genealogia e mudança serão assim os suportes do discurso histórico recém-instituído: "a investigação das origens da civilização contemporânea só tem sentido através das sucessivas etapas de sua formação. [1]

Muitas mudanças ocorreram e gradativamente a velha história positivista, sendo grande detentora das verdades universais, foi gradativamente substituída pela história social e cultural; os estudos das mentalidades e representações; pessoas comuns já são reconhecidas como sujeitos históricos; o cotidiano está presente nas aulas e o etnocentrismo vem sendo abandonado em favor de uma visão mais pluralista e subalterna, fundamentada principalmente na questão do lugar de fala e da relação com o patrimônio.

Sabemos que a preocupação do homem com o patrimônio é recente e que de certa forma foi um conceito socialmente construído dentro de um respectivo regime de historicidade.[2] Conseguimos localizar no tempo que a ideia de patrimônio, ou o conceito como conhecemos hoje, começa a ganhar forma ao longo da Revolução Francesa (séc. XVIII), quando diante da perplexidade em função da destruição material causada por tal, o Estado francês inicia um processo de organização de comissões para preservar o que de mais importante havia restado para a nação francesa. A partir dessas primeiras ações, segundo Manoel Salgado Guimarães, "o passado será uma preocupação obsessiva do Estado, que visa fundar em tempos remotos a legitimidade de uma criação recente: a nação francesa pós-revolução".[3]

Entretanto, o grande impulso a essa questão patrimonial será dado no século XX, especificamente no período entre as duas grandes guerras (1914-1945), em função do grau de destruição material causada por ambas. Mais uma vez existe a necessidade de legitimar uma nova identidade no pós-guerra, os Estados passam a buscar monumentos, objetos, escritos produzidos no passado para legitimar a forma mostrada no presente. De forma que esse patrimônio pudesse mostrar ao povo o caráter único que a nação veio erigindo ao longo dos anos.

Podemos destacar como marco na questão patrimonial a criação da ONU no pós-guerra e da própria UNESCO que, na conferência de Paris em 1972, ratifica a primeira definição ou

---

[1] PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do fato. 14º ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 27.

[2] HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Tradução de Andréa S. de Menezes, Bruna Breffart, Camila R. Moraes, Maria Cristina de A. Silva e Maria Helena Martins. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

[3] GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. Revista do Patrimônio Artístico e Cultural, 2015, p. 91-110. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

concepção de patrimônio mundial, a partir da criação da Convenção do Patrimônio Mundial: "o patrimônio cultural é composto por monumentos, conjuntos de construções e sítios arqueológicos, de fundamental importância para a memória, a identidade e a criatividade dos povos e riqueza das culturas".[4]

No Brasil, a ação pública em relação à defesa do patrimônio cultural é recente. Somente em 1933 surgiu a primeira lei federal sobre a matéria, o decreto nº 22.298, de 12 de julho, que erigia a cidade de Ouro Preto a monumento nacional. Em 13 de janeiro de 1937, pela lei nº 378, o governo criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Posteriormente, em 30 de novembro de 1937, foi promulgado o decreto lei nº 25, que organizava a proteção do patrimônio artístico nacional.

Dado o pontapé inicial, nas décadas seguintes ações estatais e civis acabaram por alargar essas definições e propagar cada vez mais a noção de patrimônio e a importância de sua preservação. Podemos destacar na década de 60 a criação do INEPAC, em 25 de março de 1963 e regulamentado pela lei de 31 de dezembro de 1964, o primeiro órgão de proteção no âmbito estadual.

Nesse contexto de afirmação e diversificação das noções de Patrimônio, a década de 1990 teve uma importância fundamental, pois trouxe os alicerces para uma ampla reforma educacional no país, destacando-se: a criação da LDB de 1996 e os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN).

O processo de redemocratização impulsionou e ratificou a necessidade da participação da sociedade civil em todos os aspectos. Para que a comunidade pudesse produzir sentido sobre o patrimônio cultural e suas identidades regionais, eram de fundamental importância ações educativas, afirmando-se a denominada Educação Patrimonial, conforme define o manual sobre Educação patrimonial do INEPAC:

> "A educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no patrimônio cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. Significa tomar objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimentos."[5]

[4] Convenção da UNESCO sobre o patrimônio de 1971.
[5] SOUZA, Sérgio Linhares Miguel de. Patrimônio Cultural – Educação para o Patrimônio Cultural. 1. Ed. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2014, 102 p.

É necessário destacar que a inserção curricular da educação voltada para o patrimônio cultural tem como marco a formulação dos PCN. Eles sugerem diferentes maneiras de trabalhar a interdisciplinaridade e a transversalidade nos currículos escolares e incluem a educação patrimonial no ensino de história.

Dentro dessa nova perspectiva, ganha fundamental importância a questão dos lugares de memória**.** Para Pierre Nora,

> "São lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente, somente em graus diversos. Mesmo um lugar de aparência puramente material, como um depósito de arquivos, só é um local de memória se a imaginação o investe de uma aura simbólica. Mesmo um lugar puramente funcional, como um manual de aula, um testamento, uma associação de antigos combatentes, só entra na categoria se for objeto de um ritual (...). Os três aspectos coexistem sempre."[6]

Lugares que têm um valor incondicional dentro da memória coletiva e uma grande representatividade no contexto das cidades e do próprio urbano. Ainda na década de 90, começou a se desenvolver em Barcelona um movimento que auxiliou na criação do conceito de Cidades Educadoras.

Este conceito ganhou força e notoriedade em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha. Neste encontro, um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios centrados no desenvolvimento dos seus habitantes que orientariam a administração pública. Organizados na Carta das Cidades Educadoras, cuja versão final foi aprovada em 1994, no III Congresso Internacional, em Bolonha (Itália)[7].

Em suma, a cidade também teria seu papel fundamental na educação de todo cidadão, tendo como elos importantes o patrimônio, a identidade e a memória**.** Cabe ressaltar que esses três elementos se tornam a espinha dorsal do projeto.

Em suma, temos um repleto "leque" de possibilidades e perspectivas em um contexto de inovações e reformulações do próprio modo de como ensinar história, fora do modelo tradicional, mesmo assim, despertar a atenção do aluno para o interesse do conhecimento das

[6] NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10,p. 7-28, 1993.

[7] Essas premissas traduzem o compromisso dos signatários com a construção de cidades mais inclusivas, mais justas e mais participativas, com especial destaque para a criação de mecanismos que permitam às crianças e adolescentes vivenciarem plenamente sua cidadania. A Carta é ainda hoje o referencial mais importante, que reúne mais de 482 cidades em 36 países do globo. Atualmente, 16 municípios compõem a Rede Brasileira de Cidades Educadoras. Entre eles: São Paulo, Belo Horizonte, Mauá, Embu, Belo Horizonte, Sorocaba, São Carlos, entre outros.

disciplinas escolares está se tornando uma tarefa cada vez mais difícil no mundo digital, pois a banalização desta tem pressionado a escola por mudanças significativas, na forma de ensinar e na aplicação de novas metodologias.

É nesse contexto que apresento a proposta de fazer um roteiro histórico geográfico na cidade do Rio de Janeiro, abordando a temática evolução urbana, de modo a criar uma possibilidade de aprendizagem em um espaço não formal, ampliando as possibilidades para além dos muros da escola e tentando despertar o interesse pelo conhecimento disciplinar, mas de outra forma, ou seja, a partir da experiência sensível dele com a sua própria cidade.

Diante dessa realidade, Gadotti consegue nos auxiliar:

> "(...) há um modo espontâneo, quase como se as Cidades gesticulassem ou andassem ou se movessem ou dissessem de si, falando como se as Cidades proclamassem feitos e fatos vividos nelas por mulheres e homens que por elas passaram, mas ficaram (...)".[8]

A perspectiva da cidade educadora[9] vai além do ensinamento espontâneo, sendo intencional na ação e na função de educar. Para isso, além das funções tradicionais – econômica,

[8] Sobre o conceito e a experiência das "Cidades educadoras", veja: GADOTTI, Moacir; PADILHA Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez/ IPF, 2004. E, também, TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiz Rodrigues e CONZATTI, Marli. Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

[9] A concepção de Cidade Educadora remete ao entendimento da cidade como território educativo. Nele, seus diferentes espaços, tempos e atores são compreendidos como agentes pedagógicos, que podem, ao assumirem uma intencionalidade educativa, garantir a perenidade do processo de formação dos indivíduos para além da escola, em diálogo com as diversas oportunidades de ensinar e aprender que a comunidade oferece. Este conceito ganhou força e notoriedade com o movimento das Cidades Educadoras, que teve início em 1990 com o I Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, na Espanha. Neste encontro, um grupo de cidades pactuou um conjunto de princípios centrados no desenvolvimento dos seus habitantes que orientariam a administração pública a partir de então e que estavam organizados na Carta das Cidades Educadoras, cuja versão final foi elaborada e aprovada no III Congresso Internacional, em Bolonha, na Itália, em 1994. A carta é ainda hoje o referencial mais importante da Associação Internacional de Cidades Educadoras, que reúne mais de 450 cidades em 40 países do globo. O movimento compreende a educação como um elemento norteador das políticas da cidade e o processo educativo como um processo permanente e integrador que deve ser garantido a todos em condições de igualdade e que pode e deve ser potencializado pela valorização da diversidade intrínseca à vida na cidade e pela intencionalidade educativa dos diferentes aspectos da sua organização: do planejamento urbano, da participação, do processo decisório, da ocupação dos espaços e equipamentos públicos, do meio ambiente, das ofertas culturais, recreativas e tecnológicas. Ainda para o importante teórico do movimento, Jaume Trilla Bernet, em uma perspectiva educadora, a cidade pode ser considerada a partir de três dimensões distintas, mas complementares: "Em primeiro lugar como entorno, contexto ou contida de instituições e acontecimentos educativos: "educar-se ou aprender na cidade" seria o lema que descreve esta dimensão. Em segundo lugar, a cidade é também um agente, um veículo, um instrumento, um emissor de educação (aprender da cidade). E em terceiro lugar, a cidade constitui em si mesma um objeto de conhecimento, um objetivo ou conteúdo de aprendizagem: aprender a cidade. De fato se trata de três dimensões conceitualmente diferentes e que em algumas ocasiões convém diferenciar por motivos metodológicos, mas que na realidade se dão notavelmente mescladas: quando aprendemos de e na cidade aprendemos simultaneamente a conhecê-la e a usá-la". Assim, o movimento de Cidades Educadoras confere centralidade à educação como elemento norteador das ações e políticas de todas as áreas, na medida em que é compreendida como basilar para o desenvolvimento humano e social. Fonte: www.mec.org.

social, política e de prestação de serviço exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para - e pela - cidadania, desenvolvendo o protagonismo de todos os cidadãos.

Entre os referenciais teóricos e metodológicos que podem ser utilizados em atividades de ensino nos espaços não formais, utilizaremos a perspectiva de Freinet[10] para a aula-passeio. Embora o objeto de interesse seja esse tipo de instrumento, precisamos analisar melhor o conjunto de sua obra, que não se limita apenas a essa prática.

Nossa proposta de trabalhou ou roteiro visa garantir uma prática pedagógica que abarque:

> "(...) a experimentação, sempre que isso for possível, que pode ser tanto observação, comparação, controle, quanto prova, pelo material escolar, dos problemas que a mente se formula e das leis que ela supõe ou imagina. A criação, que, partindo do real, dos conhecimentos instintivos ou formais gerados pela experimentação consciente ou inconsciente, se alça, com a ajuda da imaginação, a uma concepção ideal do devir a que ela serve. Enfim, completando-as, apoiando-as e reforçando-as, a documentação – a busca da informação desejada em diferentes fontes – que é como a tomada de consciência da experiência realizada, no tempo e no espaço, por outros homens, outras raças, outras gerações (FREINET, 1998, p. 354-355)."[11]

Nesse sentido, Freinet pontua que a experiência pessoal é o primeiro passo para a pesquisa científica, dessa maneira a aula-passeio, enquanto vivência em variados espaços culturais, favorece aos discentes aprendizagens em diversas áreas, e a qualidade dessa atividade centra-se em fazer algo fora de sala de aula, fora de uma instituição. O aluno pesquisa e monta

[10] Célestin Baptistin Freinet nasceu na França, em 15 de outubro de 1896, num povoado chamado Gars. Na condição de filho de agricultores, desde criança trabalhava na lavoura e guardava rebanhos, como pastor. Segundo Elias e Sanches (2007, p. 146) "sua visão de mundo é fortemente influenciada pela sua origem familiar e pelo contexto onde viveu e cresceu". Apesar disso desejava ser professor. Por ocasião do período em que frequentava o curso de formação de professores, na Escola Normal, eclodiu a Primeira Guerra Mundial, acontecimento que interrompeu a conclusão do curso e sua profissionalização, mas que não fez desaparecer a sua vontade de lecionar. Ao voltar da guerra foi nomeado professor, em Bar-sur-Loup, povoado dos Alpes Marítimos. Sua falta de experiência profissional foi compensada com o apontamento de detalhes da rotina da sala de aula, acompanhada da leitura de autores como Rosseau, Rabelais, Montaigne e Pestalozzi (SAMPAIO, 1989). Freinet encontrou uma escola tradicional, promotora de uma conduta egocêntrica, distante do cotidiano, com horários e conteúdos a serem cumpridos, instruída por um livro didático limitado, de carteiras enfileiradas, alunos copiadores e sujeitos às ordens do professor que reforçava sua autoridade em cima de um estrado. Esse retrato da escola provocava nele um grande desassossego, pois observava que o interesse dos alunos estava fora da sala de aula e não dentro dela. Foi a partir dessa constatação que pensou em organizar o que chamou de aula-passeio. Ao propor a saída dos alunos da escola para uma aula-passeio, Freinet, constatou o entusiasmo entre eles. Explorando os arredores, percebeu-se a curiosidade pelos acontecimentos extraclasse e a partir disso as aulas-passeio foram sendo incorporadas ao cotidiano da escola. Porém, embora tendo nascido das condições de ensino de que dispunha, o próprio Freinet reconhecia a inadequação do termo aula passeio, em virtude do sentido restrito que sua utilização poderia trazer. Fonte: BARROS, Flavia Cristina de e VIEIRA, Andreia Maria de Souza. A Aula-passeio como experiência vivida: Freinet no Ensino Superior. Revista Internacional de professores (RIFP), Itapetininga, V.4, n.4, p. 79-81, out./dez., 2019. Dossiê: Freinet no ensino superior e na formação de professores.

[11] BARROS, Flavia Cristina de e VIEIRA, Andreia Maria de Souza. A Aula-passeio como experiência vivida: Freinet no Ensino Superior. Revista Internacional de professores (RIFP), Itapetininga, V.4, n.4, p. 79-81, out./dez., 2019. Dossiê: Freinet no ensino superior e na formação de professores.

concretamente suas experiências porque quer, deseja descobrir. Importante ressaltar que em seus pressupostos não há uma preocupação apenas com o método, mas também de forma substancial com as experiências. Assim, percebe-se que:

> "(...) a "Pedagogia Freinet" da escola Moderna tem a pretensão de contribuir não só com as respostas indispensáveis, além das respostas teóricas cada vez mais fáceis, mas também, sobretudo, com a prova de que as teorias generosas dos grandes pedagogos podem atualmente tornar-se realidade (são já realidade em determinados meios escolares, onde tem evidenciado os seus benefícios); por isso, vislumbra-se agora uma luz verde nas vias ainda caóticas do futuro (FREINET, 1973, p. 15)."[12]

Com base nos princípios e técnicas pedagógicas do educador francês, a aula-passeio é um momento de vivenciar, descobrir e sentir, despertando novos interesses e novas curiosidades nos alunos. São experiências humanizadoras, que ressignificam a posição do professor e dos alunos em um ambiente não institucional e não formal.

Pretende-se que as aulas-passeio sejam capazes de nos mostrar o quanto é importante sair de sala de aula, sendo um efetivo instrumento de mobilização de quebra de paradigmas e de construção de novas formas de pensar e agir, contribuindo efetivamente para uma melhor relação entre professores e alunos e entre homem e natureza. Em nosso caso, para uma melhoria da relação aluno e cidade, conduzi-los para além das paredes da escola é proporcionar um novo sentir sobre o mundo.

Além de Freinet, é importante que os conhecimentos prévios dos alunos sejam valorizados, para que possam construir estruturas mentais utilizando, como meio, mapas conceituais que permitem descobrir e redescobrir outros conhecimentos, caracterizando assim, uma aprendizagem prazerosa e eficaz, a partir da mobilização também das considerações de Ausubel[13] para a educação e sua teoria da aprendizagem significativa:

> "(...) Para que a aprendizagem significativa ocorra é preciso entender um processo de modificação do conhecimento, em vez de comportamento em um sentido externo e observável, e reconhecer a importância que os processos mentais têm nesse desenvolvimento. As idéias de Ausubel também se caracterizam por basearem-se em uma reflexão específica sobre a aprendizagem escolar e o ensino, em vez de tentar somente generalizar e transferir à aprendizagem escolar conceitos ou princípios explicativos extraídos de outras situações ou contextos de aprendizagem (...)"[14]

[12] Ibidem;

[13] David Ausubel (25 de outubro de 1918 – 9 de julho de 2008) foi um psicólogo, educador e pesquisador americano que trabalhou em áreas como a psicologia étnica e o campo da aprendizagem. Em 1976, ele recebeu o Thorndike Award da American Psychological Association, por suas importantes contribuições ao campo educacional, incluindo a teoria da Aprendizagem significativa. Fonte: Wikipedia.com.br.

[14] AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimento: Uma perspectiva cognitiva, Lisboa: Editora Plátano, 2003.

Nesse sentido, podemos mobilizar duas condições essenciais para essa prática ter um mínimo de relevância. Em primeiro lugar, o aluno precisa ter uma disposição para aprender, a memorização por si só dever ser considerada uma prática mecânica, sem sentido. Em segundo, o conteúdo escolar a ser aprendido tem de ser potencialmente significativo, ou seja, ele tem de ter lógica e ser psicologicamente significativo: o significado lógico depende somente da natureza do conteúdo, e o significado psicológico é uma experiência que cada indivíduo tem.

Acreditamos que essa perspectiva se complementa ao instrumento da aula-passeio, por permitir a ampliação da logicidade do conteúdo estudado em sala de aula, já que o roteiro na cidade será fundamental para a experiência e vivência dos alunos dentro da perspectiva temática proposta em conjunto com a disciplina de Geografia. Em resumo, o que é sugerido é a participação ativa do sujeito, sua atividade auto estruturante, o que supõe a participação do aluno na aquisição de conhecimentos, de maneira que eles não sejam uma repetição ou cópia dos formulados pelo professor ou pelo material didático, mas uma reelaboração pessoal.

Portanto, é nesse contexto de problematização do ensino de história, a partir da questão patrimonial, tendo como fio condutor a evolução urbana da cidade do Rio de Janeiro, a partir de seus planos urbanos e suas nuances, da memória, da identidade e da dicotomia entre a cidade real e a planejada, que a problemática da pesquisa foi construída.

Nesse sentido, nosso eixo central é a construção de um conjunto de roteiros pedagógicos que sirvam para ensinar história, a partir de uma perspectiva fora das paredes de escola, ou seja, a partir de aulas de campo ou aulas passeio na ambiência urbana da cidade do Rio de Janeiro. Nesse interim, são mobilizados além dos aspectos teóricos, toda uma gama de situações do dia a dia e visitas a locais considerados "normais", ou seja, fora do circuito sedimentado como oficial ou institucional. Como por exemplo, a visita a um shopping na zona oeste.

A dissertação está organizada em dois capítulos. O primeiro, "Três cidades possíveis: a cidade monumental de AGACHE, a funcional de Doxiadis e a cosmopolita do Porto Maravilha" , é inteiramente dedicado aos professores. Nele poderemos perceber os contextos em que foram elaborados os três planos urbanos: o Plano Agache (1935), o Doxiadis (1965) e a Operação Consorciada Urbana, que permitiu a Revitalização da Zona Portuária da cidade do Rio de janeiro (2016). O capítulo tem por função orientar os professores diante da problemática destacada: a construção de um roteiro pedagógico, a partir dos planos.

O segundo capítulo, "Cada um possui a sua Cidade Maravilhosa", é dedicado à construção do roteiro pedagógico; nota-se que a problemática se desdobra sempre em duas ações conduzidas pelo professor: a primeira parte é focada na ambientação dos alunos ao

assunto evolução urbana do Rio de Janeiro, a partir de uma série de atividades teóricas e lúdicas, como a análise de fontes históricas na sala de aula. A segunda parte é focada no roteiro pedagógico, permitindo a saída dos alunos da escola e a vivência de múltiplas experiências sensíveis na cidade, que denominamos urbe carioca.

Em suma, o capítulo tende a caminhar na associação entre esses referenciais, com o objetivo de promover uma proposta de mediação em que haja um diálogo entre os alunos e os objetos do roteiro, visando despertar o interesse pelas aulas de história, abrindo caminho para possibilidades de novas experiências e reflexões, estimulando o raciocínio histórico e a conscientização de preservação, a partir da noção de pertencimento a uma identidade coletiva.

Cabe ressaltar a importância dos anexos nesse trabalho de pesquisa. O professor receberá todo o roteiro e um material didático apropriado à dinâmica e à temática estabelecida, abarcando outras disciplinas, como os conhecimentos de Geografia e a formação de um vocabulário inicial dos alunos em relação a Educação Urbana.

CAPÍTULO 1

Três cidades possíveis: a cidade monumental de AGACHE, a funcional de Doxiadis e a cosmopolita do Porto Maravilha

O objetivo deste capítulo é traçar um panorama da história urbana da cidade do Rio de Janeiro, por meio de três planos que contribuíram para a criação de três possíveis soluções urbanísticas, que são: o Plano Agache, o Doxiadis e o Plano de Revitalização da Zona Portuária, denominado Porto Maravilha.

1. O Distrito Federal de 1910 a 1930

Na economia, as décadas de 1920 e 30 foram caracterizadas por amplas transformações no estado e na cidade do Rio de Janeiro. A crise da cafeicultura do Vale do Paraíba e a abolição da escravidão no final do século XIX permitiram que nas primeiras décadas do século XX ocorresse o início de um processo mais significativo de industrialização, promovendo novas funções para a, então, capital do país.

Ainda nesse momento, existe uma premente movimentação, no sentido de integrar a economia brasileira aos capitais internacionais. O Rio de Janeiro, centro mercantil do Brasil, tinha uma economia ligada diretamente ao mercado internacional, o que criou condições de concentração e acumulação de capitais que seriam investidos na indústria, aproveitando-se da infraestrutura gerada pelo complexo cafeeiro que se encontrava subutilizado, diante da crise.

A preexistência de um núcleo urbano com funções, predominantemente, terciárias, a proximidade das fontes de matérias-primas, a ampliação do mercado consumidor (em grande parcela, devido ao processo de migração interior – capital), a abolição da escravatura e o desenvolvimento dos transportes garantiram as condições necessárias para a efetiva transformação da capital em centro industrial.

Nesse sentido, a indústria brasileira tem seu primeiro impulso de aceleração ou o seu primeiro surto ao longo da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), quando a importação de produtos manufaturados torna-se precária, ganhando impulso o processo de substituição das importações, principalmente no setor de bens de consumo não duráveis. Novos atores sociais e políticos ganham força, como operários e empresários em contraposição às elites agrárias tradicionais.

No plano social essas mudanças também se concretizam. A partir de 1918, ocorrem as primeiras greves gerais na capital federal, lideradas por esses novos atores, amplamente segregados no espaço da cidade.

A segregação do espaço urbano era bem nítida. Os ricos ocupavam os bairros recentemente valorizados da Zona Sul (Copacabana, Ipanema, Leblon e Lagoa). A classe média predominava em parte da Zona Sul (Glória, Flamengo e Laranjeiras) e na Zona Norte (Tijuca, Vila Isabel, Maracanã e adjacências). Os mais pobres ocupavam os subúrbios ferroviários ou as favelas e cortiços (cada vez mais raros na área central).

Além do setor mercantil desenvolvido, a capital possuía um amplo setor de atividades informais, que impulsionavam fortes migrações do interior.[15] Como resultado, a estrutura urbana começou a tornar-se mais complexa, exigindo cada vez ações mais específicas do poder público.

No início de 1926, as eleições contavam com pouca participação popular. Entretanto, mudanças passaram a ocorrer a partir de 1927, quando esse quadro de participação começou a aumentar, em grande parte, em função da organização de associações profissionais e dos sindicatos, que alistavam seus membros para as eleições. O surgimento do Partido Democrático nesse cenário atesta bem o quanto a sociedade carioca vinha se diversificando do ponto de vista político, reflexo também da consolidação das classes médias.

Esse período ainda foi marcado por uma série de novas ideias no campo cultural, destacando-se o Movimento Modernista. Embora a semana de Arte Moderna de 1922 tenha sido realizada em São Paulo, não há como negar que ela irradiou influência para todo o país – especialmente, o Rio de Janeiro. Buscando romper com a tradição de importação de padrões culturais majoritariamente franceses, diversos artistas brasileiros se propuseram a encontrar a verdadeira cultura nacional, expressando-se por meio das artes, sem, no entanto, dissociar-se de uma postura política. Segundo Daniel Pecault:

> "uma modernidade ideológica e irônica, portanto, que mescla o cosmopolita com o nacional, mas que representa sobretudo, uma opção pelo nacional (...) Essa modernidade contraditória trouxe também engajamento político dos que a defenderam (...) O Modernismo mostrou ainda que o plano cultural e o político são indissociáveis: transformar uma nação-sujeito supõe um empreendimento em ambos os níveis."[16]

[15] Segundo dados do IBGE a densidade demográfica do Rio de Janeiro, quase dobrou na década de 20, passando dos 2,05 de habitantes por Km2, para 3,64km2 em 1920.
[16] PECAUL, Daniel. Os Intelectuais e a política no Brasil. Entre o Povo e a Nação. São Paulo: Ática, 1990. p.27

O Modernismo tinha um significado especial, já que:

> "Ser moderno era identificado como ser civilizado, cosmopolita (...) Daí o tema da cidade predominar sobre a província, sobre o regional. A cidade passa a ser o grande tema poético. O grande centro urbano é visto como polo de cultura, como região privilegiada de encontro e fermentação de novas ideias. É também na cidade que aparece a experiência da perda da individualidade, com a dissolução do indivíduo na multidão, na massa."[17]

Embora, nesse caso, São Paulo esteja na liderança da vanguarda modernista, o Rio de Janeiro sofrerá, em diversos âmbitos, uma forte influência dessas correntes entre os 1920 e 30, como na própria arquitetura e na visão de urbanismo. Nesse sentido, de acordo com Marly Motta:

> "A palavra de ordem era conhecer, desvendar, investigar, mapear o Brasil e a sua realidade, bem como traçar simultaneamente os contornos da identidade nacional. Há como que um despertar para a importância de colocar no papel a avaliação correta e as sugestões valiosas para o futuro da nação."[18]

Essa projeção é fundamental na medida em que a cidade do Rio de Janeiro desempenhava um papel simbólico na definição desse novo perfil da nação brasileira. A capital federal precisava, mais do que nunca, mostrar o seu potencial de sintetizar um país que se quer moderno, de "braços abertos" para o progresso do século XX. A exposição internacional organizada para a comemoração do Centenário da Independência, em 1922, é o momento máximo da realização desse ideal.

O Centenário provocou uma espécie de balanço na intelectualidade brasileira, na tentativa de compreender o que se fizera até aquele momento na tão sonhada República. Dessa forma, tornou-se uma obrigação a análise da situação nacional e a compreensão das causas do atraso do país, visando à elaboração de um novo projeto de nação. A exposição pretendia, em pavilhões espalhados pela cidade, exibir o que o país e o Rio de Janeiro possuíam de melhor em todos os âmbitos, passando pela cultura, indústria, comércio e agricultura. Criando um ambiente perfeito para abrir as portas do país ao mundo moderno, afirmando uma nova identidade nacional.

---

[17] OLIVEIRA, Lucia Luppi. A questão Nacional na Primeira República. São Paulo: Brasiliense, 1985.
[18] MOTTA, Marly da Silva. A nação faz cem anos. A questão nacional no cenário da Independência. Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992. p. 4.

1.1 A administração de Antônio Prado Junior (1926-1930) e a necessidade de remodelação da cidade

Filho de uma tradicional família paulista, Antônio Prado Junior assumiu a prefeitura do Distrito Federal em 1926, convidado pelo, então, presidente Washington Luís. A tranquila eleição de Washington Luís para a presidência, em 1926, parecia ter trazido um novo clima de estabilidade para a República, após o tumultuado período de Arthur Bernardes. Apoiado pelas oligarquias, o presidente governaria sem grandes obstáculos até a Revolução de 1930, que mudaria os rumos da política nacional.

Embora o engenheiro Paulo de Frontin, prefeito entre janeiro e julho de 1919, tenha tentado articular o nome de Sampaio Correia para a prefeitura, pois o considerava mais apto para a administração da cidade, por ser engenheiro e carioca, não obteve sucesso diante da decisão do Executivo Federal. A repercussão em alguns jornais demonstra tais situações:

> "(...) só ontem (a população do Distrito Federal) teve notícias do imenso risco que ocorreu com a divulgação do nome que o senador Paulo de Frontin indicou para o desventuroso posto de prefeito desta metrópole.... O Sr. Prado Jr., embora não conheça o Rio, estará certamente em melhores condições de servir a população do que o Sr. Sampaio Correia (....)."[19]

O Prado Jr ao assumir o cargo tomou contato com as demandas relacionadas a remodelação urbana da cidade. Mesmo sem entender as especificidades mais urgentes da cidade, o novo prefeito precisava se afirmar politicamente, isso se deve ao fato de sua origem.

Qualquer pessoa ficaria espantada na época com a quantidade de artigos e notas que se publicavam sobre o assunto. Desde o editorial, até as colunas *Tópicos da Cidade* e *Vida Suburbana*, do *Jornal do Brasil*, além da publicação em outros veículos de menor circulação na cidade. A imprensa carioca havia absorvido a discussão em relação à questão do urbanismo, que até o momento era privilégio de engenheiros e arquitetos.

[19] O JORNAL, 29 de outubro 1926.

Cada vez mais as discussões ficavam acaloradas, destacando-se a série de artigos do jornalista e médico João Augusto de Mattos Pimenta[20], publicados periodicamente no *O Jornal*, O *Globo* e o *Correio da Manhã*:

> "(...) traçada sem nenhum plano de conjunto, sem obediência as leis do urbanismo (...) feita ao acaso, é a nossa capital um exemplo triste e péssimo as demais cidades do Brasil (...) torna-se, portanto, obra nacional, de incalculável interesse, de grande patriotismo, purgar-se para que o Rio de Janeiro seja imediatamente dotado de um plano geral regulador, grandioso e sábio, que coordene seu desenvolvimento no sentido de realçar suas belezas (...)."[21]

A polarização da imprensa se radicalizou cada vez mais em torno da legitimação do processo de remodelação do Rio de Janeiro. Podia-se ler fartamente tal assunto nos anos de 1926 e 1927, com destaque para artigos que destacavam a situação caótica da capital federal e os principais problemas que a atingiam – falta de esgoto, de água, de calçamento, de iluminação, enfim, a infraestrutura do Rio era considerada pelos articulistas como ultrapassada.

O prefeito soube canalizar todas as demandas para a sua administração. Ao anunciar a encomenda de um plano geral de remodelação da cidade, o prefeito recebeu apoio quase unânime. Havia um amplo consenso quanto à necessidade da realização de uma remodelação

---

[20] *João Augusto de Matos Pimenta* nasceu em Campos (RJ) no dia 1º de novembro de 1889, filho de Francisco José de Matos Pimenta e Rosa Fernandes de Matos Pimenta. Fez os estudos secundários no liceu de Humanidades, em sua cidade natal, transferindo-se em 1907 para o Rio de Janeiro, então Distrito Federal, onde ingressou na Faculdade de Medicina. Ao concluir o curso viajou para a Alemanha, matriculando-se em 1913 na Faculdade de Medicina da Universidade de Berlim, onde se especializou em psiquiatria. Encontrando-se na Europa, em 1917 participou da Primeira Guerra Mundial como capitão-médico na França até abandonar a profissão em 1918. De volta ao Brasil no ano seguinte, tornou-se superintendente de minas de carvão do Rio Grande do Sul e, a seguir, diretor da companhia Construtora do Brasil, função que exerceria até 1926. No ano anterior, ingressou no Rotary Clube do Rio de Janeiro, vindo a tomar parte ativa da vida da entidade.
Na condição de membro do Rotary Clube, envolveu-se nas discussões acerca do remodelamento da cidade do Rio de Janeiro, defendendo a contratação do urbanista francês Alfred Agache pelo então prefeito do Distrito Federal, Antônio Prado Júnior, para a elaboração do primeiro Plano Diretor da capital federal. Em um grande número de artigos, publicados nas Notícias Rotarianas — e republicados em O Jornal, O Globo, Correio da Manhã, em 1926 e 1927 —, Matos Pimenta defendia a adoção de um urbanismo que primava pela estética e pela higiene. Já no final dos anos 1920, promoveu uma campanha contra as favelas e em prol da construção de casas populares. Foi autor de um filme documentário intitulado As favelas, produzido em 1926, certamente o primeiro registro no gênero sobre as favelas cariocas.
Em 1927 participou da fundação do Partido Democrático do Distrito Federal, que tinha como objetivo unir-se ao Partido Democrático de São Paulo e ao Partido Libertador do Rio Grande do Sul para formar o Partido Democrático Nacional. No fim da década de 1920 fundou no Rio de Janeiro o jornal A Ordem, que foi incendiado e fechado pelos revolucionários de 1930. Favorável à posse de Júlio Prestes, candidato situacionista à presidência da República eleito em março de 1930 e impedido de tomar posse pela revolução, Matos Pimenta considerou o movimento revolucionário como a implantação da ditadura e da desordem no país. Como consequência, teve sua casa invadida, sendo obrigado a refugiar-se na embaixada do Chile. No dia 28 de outubro de 1930, quatro dias após a queda do presidente Washington Luís, partiu para Paris, onde se exilou e escreveu o livro Um grito de alerta no tumulto da revolução, denunciando o regime recém-implantado no Brasil. fonte: http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joao-augusto-de-matos-pimenta consulta em 07de setembro de 2020.

[21] JORNAL DO BRASIL, 4 de novembro de 1926.

urbana do Rio de Janeiro. Esse contexto colaborou efetivamente para a incorporação de um novo conceito no seio da sociedade carioca e a ascensão de um novo profissional: o arquiteto urbanista. O estado de euforia era tal que o *Jornal do Brasil*, em 30 de novembro de 1926, trazia a notícia intitulada, o *Micróbio do urbanismo*:

> "anda lavrando a cidade, de há quinze dias para cá, uma epidemia muito assustadora: - a do urbanismo. Há muita gente de efeito, acometida pelo mal....E quem mais suporta as consequências do novo gérmen microbiano é um cidadão de aparência elegante, há pouco chegado de São Paulo – O Sr. Antonio Pardo Junior. O peor porém é que não há um único hospital de isolamento para os que são atacados do urbanismo de forma aguda (...) Lastimamos de coração, a crítica emergência em que hora se encontra o Sr. Prado Junior, sem saber afinal para que lado pedir socorro contra o assédio xaroposo e pathológico da legião de urbanistas indigenistas, se para o Diretor da Saúde Pública, para o chefe de polícia ou quiçá, para o próprio Dr. Juliano Moreira!"[22]

Protagonista nos jornais e objeto de disputa no meio técnico, o Urbanismo, como disciplina específica, firmava-se em terras brasileiras. Os problemas urbanos vinham sendo construídos há muito. No entanto, até que fossem efetivamente reconhecidos como problemas, ficavam de fora da esfera de uma disciplina específica, ora sendo objeto da Medicina, ora da Engenharia e, de vez em quando, da Arquitetura. A cidade precisava do olhar e da ação de um profissional reconhecido, capacitado pela ciência, para transformar o sonho de "ser" metrópole em realidade.

É nesta conjuntura que o nome de Alfred Hubert – Donat Agache gradativamente se torna unanimidade para cuidar do caso do Rio de Janeiro. Arquiteto e urbanista do Museu Social Francês, com alguns planos de cidades planejadas mundo afora no currículo. Seu nome era reconhecido na Europa, em favor da difusão do termo urbanismo. Ao seu nome é atribuía a criação do termo em 1912, quando ocupava o cargo de secretário geral da Societé Française d`Urbanistes (SFU).

Membro do Museu, desde 1902, incorporou em seus estudos os aspectos sociais e econômicos do planejamento e colaborou, por meio de inúmeras viagens que fez e dos planos de cidades que projetou, para a difusão da filosofia reformista. Era conhecido pelos cursos que havia ministrado em Paris, ficando famoso mundialmente pelo terceiro lugar conquistado no concurso para a elaboração do plano da capital australiana, Canberra.

[22] JORNAL DO BRASIL, 30 de novembro de 1926.

Quando esteve no Brasil em 1927, já havia passado por Londres, Nova Iorque e Chicago. Podemos dizer, portanto, que Alfred Agache era um profissional de reputação internacional, encaixando-se perfeitamente no perfil desejado pelas esferas governamentais, tanto na questão de legitimidade, profissionalismo e autoridade no assunto. Na mensagem ao Poder Legislativo Municipal de 1927, Prado Jr demonstrava interesse em trazê-lo para a elaboração de um plano de remodelação da cidade:

> "A fim de desenvolver o interesse público pelos problemas de Urbanismo, criando assim uma atmosfera favorável a execução de melhoramentos na cidade, resolvi convidar o celebre especialista Alfred Agache para vir ao Rio fazer algumas conferências sobre o assumpto."[23]

1.2 O plano do Rio de Janeiro de Agache

Agache publica em Paris, no ano de 1930, o Plano de Remodelação do Rio em três livros. No primeiro, nos revela sua faceta de sociólogo, fazendo uma retrospectiva da evolução urbana da cidade (o livro traz as cinco conferências que realizou no Rio de Janeiro, antes de elaborar). No segundo, dedica-se a analisar as favelas, estudando as causas de sua proliferação e propondo a construção de conjuntos habitacionais para o operariado. No último, apresenta as propostas para as reformas da cidade, com croquis, plantas e desenhos. De acordo com Vera Rezende:

> "Nele, é identificada uma orientação para o aspecto visual que o leva a ser considerado *Beaux-Arts*, ou seja, elaborado dentro de critérios inspirados na *École de Beaux-Arts* de Paris que seriam, entre outros, a monumentalidade e o academicismo. Não obstante, já identificamos dentro do plano a preocupação com a funcionalidade, o que não é típico das obras dessa tendência. São também evidenciados nas suas proposições fortes traços do movimento *City Beautiful*, cujo exemplo mais significativo é o plano de D. Burnham para a cidade de Chicago em 1909. As características desse movimento são a ancestralidade clássica e suntuosidade arquitetônica, expressadas pelo tamanho majestoso de prédios públicos e pelos refinados parques públicos. O movimento, tal como acontece no Plano Agache, dedica sua atenção especial ao centro da cidade."[24]

Com a publicação, Agache e sua equipe entram para a história do planejamento urbano do Rio de janeiro, pelo fato de estabelecerem a primeira proposta para o direcionamento do

[23] Mensagem do prefeito Antônio Prado Junior ao Conselho Municipal, de 01/07/1927.
[24] REZENDE, Vera. Planejamento e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

crescimento da cidade a longo prazo. Do mesmo modo, trata-se da primeira proposição de um sistema de transporte integrado e mais abrangente. Nesse sentido:

> "a espinha dorsal do plano se constitui no esquema de circulação previsto para a cidade, de longo alcance porquanto visava atingir áreas então raramente ocupadas, embasado em uma estrutura viária de transporte da qual o esquema para construção do metrô"[25]

Nesse sentido, o plano pode ser considerado visionário para sua época, por contemplar a necessidade da construção de um metrô, apesar da estruturação da cidade estar plenamente ligada a critérios estéticos e higiênicos, tais como: o estabelecimento de bairros residenciais por categorias sociais; o embelezamento e a expansão do Centro; a eliminação de favelas e cortiços, além do saneamento da Baixada da Fluminense. O instrumento básico para tudo ser concretizado é o sistema de circulação apresentado.

O plano viário para o Rio de Janeiro consiste em suprimir boa parte dos bondes em circulação no Centro, transferindo para a região do Viaduto dos Marinheiros (hoje Praça da Bandeira) a saída de diversas radiais, que desviariam o fluxo de automóveis do Centro para áreas periféricas. De lá sairiam radiais para a Zona Sul, Norte e áreas suburbanas, além de trens e metrô.

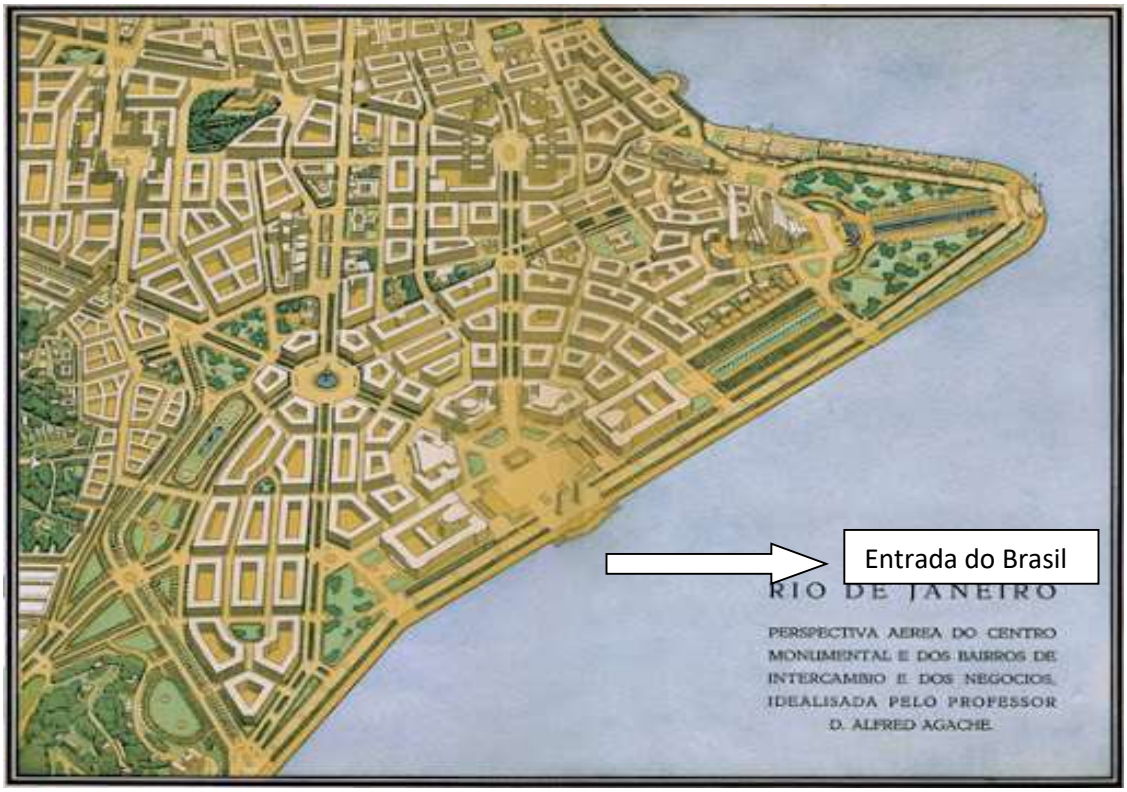
O plano divide a cidade em bairros de acordo com as suas funções. No caso, três funções ou zonas principais: comercial, residencial e industrial, sempre em composição com espaços livres. Com relação às edificações, o urbanista propõe que no Centro fiquem os grandes prédios do setor bancário e de administração, especialmente instalados na região do desmonte do morro do Castelo, ainda não ocupado. Assim, os eixos centrais seriam a Avenida Rio Branco e a região do Castelo, entrecortadas por regiões de transição, ou de comércio.

As habitações seriam divididas em bairros de forma tentacular, como hastes de uma estrela, de acordo com sua função e poder aquisitivo dos habitantes. Ao operariado (que deveria ser removido das favelas e das áreas centrais do Rio) destinam-se casas e edifícios coletivos, especialmente instalados próximos às zonas industriais, como São Cristóvão. Na Zona Sul (Lagoa, Ipanema, Leblon e Copacabana) seriam construídas casas individuais com até quatro pavimentos, para os mais abastados. Fala-se, inclusive, no *Bairro das Embaixadas*, em que suntuosos palacetes seriam erguidos para receber os estrangeiros em missões diplomáticas no país. Nesses bairros, haveria grandes avenidas e espaços livres para a circulação. Enfim, o plano

[25] SILVA, Maria Lais Pereira. Os transportes coletivos na cidade do Rio de janeiro: tensões e conflitos. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural – Divisão de Editoração, 1992.

está fundamentado na defesa do zoneamento funcional da cidade como forma de ordenamento social.

IMAGEM 1: O Plano Agache e a Entrada do Brasil



Fonte: Cidade do Rio de janeiro: extensão, remodelação e embelezamento – O Plano Agache.[26] (adaptação do autor)

Nesse sentido, para Rezende:

> "O plano Agache é um típico plano diretor, quando produz um retrato das condições futuras da cidade e o compara com a cidade ideal, que será obtida através das proposições. Como plano diretor, coloca nas mudanças físicas a possibilidade de se atingir mudanças sociais. Prevê, também, a supressão de comportamentos marginais de uma parcela da

[26]Disponível em: http://planourbano.rio.rj.gov.br/DocReadernet/docreader.aspx?bib=PlanoUrbano&pesq=

> população através da remodelação física da cidade e da existência de saneamento e habitação para todos."[27]

Entendemos que, segundo Azevedo:

> "(...) as cidades formadas (...) não nascem da prancha de arquitetos – têm uma historicidade, portanto são sujeitos e não somente objetos passivos da intervenção dos seus gestores. Por trás dessa argumentação também reside uma antiga ideia na historiografia brasileira: a de que nós não produzimos ideias e conceitos próprios, só teríamos sido capazes de copiar o que nos viria de fora."[28]

Daí, o profundo debate no meio técnico carioca, em função das concepções de Urbanismo do Agache, que traduzem muito bem o aspecto destacado acima. Segundo Vera Rezende,

> "No debate à época, estavam postas diferentes visões: o urbanismo de melhoramentos, adotado pela Prefeitura através da reunião de projetos e da realização de obras e o Urbanismo proposto por Agache, que contemplava obras e intervenções, mas plano, planejamento e comissões e o planejamento com fundamentos no *"cityplanning*". A par disso, aportava e se difundia o Urbanismo moderno."[29]

O plano comunica-se com a ideia de eficiência extrema, dessa maneira, apresenta a aglomeração urbana como um organismo vivo, que é utilizada pelo autor a todo momento: "Nenhuma imagem poderia representar melhor a constituição e a vida das cidades. Essas nascem, crescem, vivem e, como seres animais, enfraquecem e morrem."[30]

Nesse sentido, o plano destaca três funções essenciais a toda cidade: a circulação, a digestão e a respiração. É grande também a preocupação com a estética, a ênfase dada ao embelezamento e à monumentalidade está presente em vários capítulos, no sentido da imagem internacional da cidade. Sob o título de Entrada do Brasil, Agache refere-se às intervenções na atual Marina da Glória, visando a construção de uma estrutura monumental e impactante:

---

[27] REZENDE, Vera. Planejamento e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de janeiro: Civilização brasileira, 1982

[28] AZEVEDO, André Nunes de. A grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2016. 308p.

[29] REZENDE, Vera. Urbanismo e Planejamento no Distrito Federal: debate e investidas de 1920 a 1945. Revista de Arquitetura da USP. Nº12, 2017, p.77-99.

[30] PREFEITURA DO DISTRICTO FEDERAL; AGACHE, A. Cidade do Rio de Janeiro: Extensão- Remodelação-Embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Disponível em http://planourbano.rio.rj.gov.br. Acesso em 07 de set. 2020.

> "O Rio de Janeiro oferecerá assim à admiração do visitante chegado por mar uma entrada monumental, correspondente à importância e aos destinos da capital. É aí que as autoridades receberão as personalidades eminentes que chegam por vapor, por hidroavião, as quais poderão desembarcar por meio de lanchas diante da escala de honra emoldurada por grandiosas colunas rostilhais"[31]

De fato, nesse aspecto, como lugar de poder, a cidade sempre teve, na sua arquitetura e configuração espacial, a representação da cultura de classes. Sendo representativas, a arquitetura e a configuração espacial são instrumentos de comunicação, fazendo parte da produção simbólica de uma sociedade. Através da História, a cidade tem sido o espaço criado e transformado sobretudo pelas classes dominantes e, nessa empresa, o uso da monumentalidade arquitetônica e urbanística tem tido papel central na busca de uma disciplinarização social. Nesse sentido, segundo Cristiane Rodrigues:

> "Apesar de a monumentalidade nas cidades ser percebida ou descrita por vários autores que tratam de uma historiografia urbana, como Lewis Mumford (1982) e Leonardo Benevolo (1983), entre outros, ela raramente é tratada de forma teórico-conceitual. Mesmo sendo um fenômeno universal, presente tanto nas cidades reais quanto nas cidades idealizadas das utopias e dos planos não realizados, a monumentalidade em si, como opção por um modelo urbano e como elemento denotador de significados políticos, econômicos e sociais, raras vezes foi o escopo de tratamentos teóricos diretos e sistemáticos."[32]

A estreita vinculação entre arquitetura, espaço e poder é notada por vários intelectuais em suas respectivas análises, ainda por Michel Foucault:

> "(...) estudioso incansável das práticas e relações de poder, para quem seria preciso fazer uma 'história dos espaços' — que seria ao mesmo tempo uma 'história dos poderes' — que estudasse desde as grandes estratégias da geopolítica até as pequenas táticas do habitat, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar; passando pelas implantações econômico-políticas."[33]

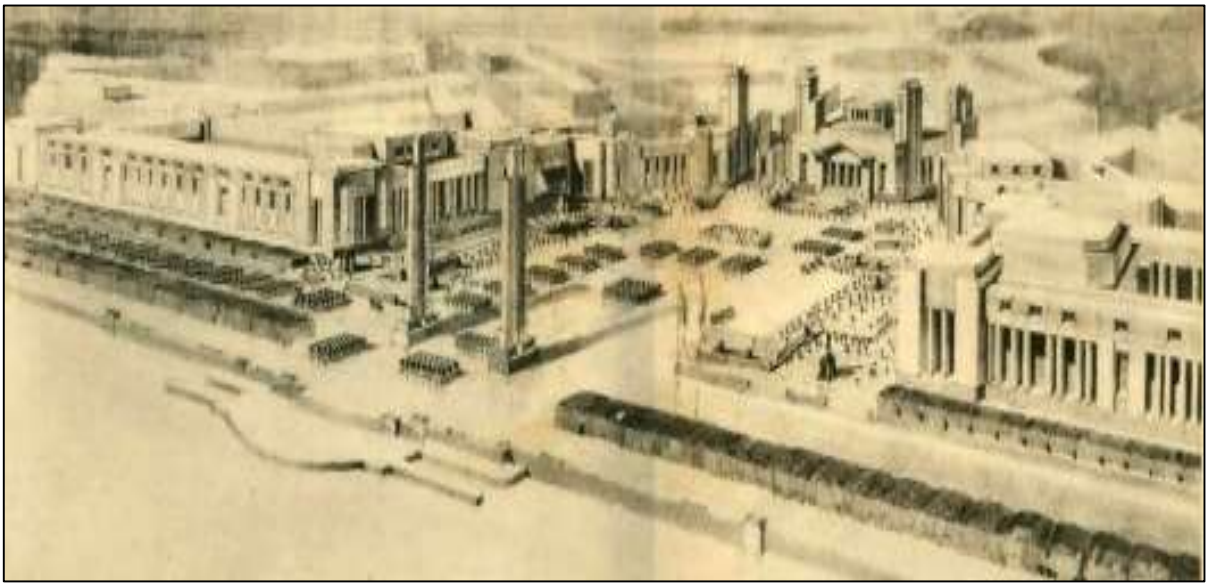
Nesse sentido, o mais importante é notarmos que, a partir de um poder estabelecido de forma institucional efetiva, historicamente passamos a ter, no Brasil, uma maior preocupação com a formação de uma imagem positiva de cidade. Isto é, de uma imagem de um espaço

---

[31] Ibid., p. 161.
[32] ABREU, Maurício de Almeida. Rio de janeiro: formas, movimentos, representações: estudos da geografia histórica carioca. Rio de janeiro, RJ: Da Fonseca Comunicações, 2005.
[33] FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

civilizado, que sendo a capital, deveria fornecer uma primeira e genérica impressão sobre o restante do território. Imagem esta que, daqui por diante, não deixaria mais de ser perseguida: era preciso construir a cidade monumento brasileira.

IMAGEM 2: A cidade Monumento de Agache e a Entrada do Brasil



Fonte: Cidade do Rio de janeiro: extensão, remodelação e embelezamento – O Plano Agache[34]

2. O Distrito Federal entre 1950 e 1960

A década de 1960 foi de transformações e redefinições nos cenários econômico, político, social e cultural no Brasil, marcada por um golpe civil-militar e por uma ditadura que durou até 1985. Na década, no caso da cidade do Rio de Janeiro, elabora-se um novo plano urbanístico ou plano diretor, intitulado plano DOXIADIS.

[34]Disponível:https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.170/5253?fb_comment_id=738593259509709_747506458618389. Acesso: 20 set. de 2020.

O Brasil passou por uma profunda instabilidade política e econômica, que potencializou uma crise institucional, que promoveu a ruptura do Estado de Direito, mas que traduziu o fim de um ciclo, iniciado de fato, no período de Juscelino Kubitschek.

A década de 50 foi estável do ponto de vista político, apesar da ligeira instabilidade institucional inicial causada pela morte de Vargas e a possibilidade de um novo golpe da oposição para impedir a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Porém, a garantia de sua posse viabilizou certa estabilidade, em grande parte em função da postura política conciliadora do presidente eleito que conseguiu agregar de forma plausível sua imagem ao denominado Plano de Metas, que prometia estabelecer a aceleração do crescimento por meio do slogan "50 anos em 5".

JK estabeleceu uma política conciliadora e democrática em relação aos grupos que não o apoiavam. Juscelino começou a governar enfatizando a necessidade de se promover o "desenvolvimento e a ordem", objetivos gerais e compatíveis, por exemplo, com o grupo dos militares, que tinha uma parcela que exercia uma oposição radical contra o presidente, principalmente da Aeronáutica. Grande parte das reivindicações desse setor foram atendidas, principalmente no que tange aos vencimentos e à melhoria da infraestrutura, além de cargos distribuídos nos altos escalões, em empresas estatais.

Em relação ao movimento sindical, segundo Boris Fausto:

> "Não se fala muito sobre o movimento operário e a organização sindical durante o período de Juscelino. No entanto, naqueles anos, o sindicalismo passou por mudanças que iriam se revelar mais claramente, nos primeiros anos da década de 60. Comecemos lembrando o surgimento de lideranças mais jovens, de uma corrente janista e a presença ativa de comunistas. Cada qual a seu modo, essas lideranças perceberam a dificuldade de articular o movimento dos trabalhadores, que ganhava amplitude, na apertada estrutura oficial."[35]

Nesse contexto, surgiu uma série de organizações paralelas à estrutura sindical oficial. Em São Paulo, foi fundado o Pacto de Unidade Intersindical (PUI – 1955), que congregava categorias profissionais distintas, dando início à formação das centrais sindicais. No Rio de Janeiro, houve a fundação do Pacto de Unidade e Ação (PUA). O organismo preparou o caminho para a formação da CGT, que desempenharia, em termos políticos, papel relevante no período do governo João Goulart. Atores importantes começavam a surgir aqui.

[35] FAUSTO, Boris Fausto. História da Civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964). ed.4.v.10,T.III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 10.

No plano da política partidária, o acordo PSD e PTB garantiu o apoio aos principais projetos no Congresso Nacional. Eles não deixaram de ser veículos de disputa pessoal e uma forma de acomodação de grupos rivais em busca de privilégios. Mas, ao mesmo tempo, cada um passou a representar as aspirações e interesses gerais. Um traço comum aproximava o PTB e o PSD: o getulismo.

> "O Getulismo do PSD reunia uma parte dos setores dominantes no campo; a burocracia do governo que nascera com o Estado Novo; uma burguesia industrial e comercial beneficiária do desenvolvimento e dos negócios propiciados pela inflação. O Getulismo do PTB abrangia a burocracia sindical e do Ministério do Trabalho, que controlava a estrutura vertical do sindicalismo e áreas importantes como a Previdência Social; uma parte da burguesia nacional mais inclinada ao nacionalismo; e a maioria dos trabalhadores urbanos organizados."[36]

Nesse contexto, para que a aliança funcionasse, era necessário que tanto um como o outro não radicalizassem as suas características, dessa forma era preciso:

> "(...) de um lado, que o PSD não se tornasse tão conservador a ponto de se chocar com a burocracia sindical e as reivindicações operárias; era preciso, de outro lado, que PTB não fosse muito longe nessas reivindicações, no avanço sobre os postos mais disputados do Estado, e não convertesse o nacionalismo em bandeira de agitação social."[37]

No período, em boa parte do seu governo, Juscelino conseguiu sintetizar os limites de ação dos dois partidos. O princípio de "desenvolvimento e ordem" era adequado aos quadros dos dois partidos. No plano social, não se opôs aos interesses da burocracia sindical e tratou de limitar as explosões grevistas. Desse modo, não cortou os passos do PTB e de Jango, embora não se possa dizer que fizesse o jogo desse partido.

2.1 As transformações urbanas e econômicas

Em apenas duas décadas, (1940 e 50) a população brasileira aumentou de 41 milhões para 70 milhões de habitantes. São Paulo, nesse período, começava a despontar como o centro de maior incremento populacional e econômico:

[36] Idem, p. 34.
[37] Idem, p. 45.

> "(...) a transição foi extremamente rápida a partir dos anos 50. Para termos uma ideia comparativa, nos Estados Unidos a parcela urbana da população levou oitenta anos – de 1870 a 1950 – para aumentar de 25% para 64%. Por volta de 1980, o percentual de americanos que viviam em cidades era de 61%, não sendo assim muito superior ao de brasileiros (51,5%)."[38]

Alguns fatores explicam esse incremento: o aumento da taxa de natalidade, a diminuição da mortalidade infantil e a elevação da esperança de vida. Deve-se acrescentar, ainda, que tal crescimento foi desigual nas regiões brasileiras, devido sobretudo às grandes migrações inter-regionais. Dessa forma:

> "Na distribuição regional da população, tiveram significado os grandes deslocamentos do Nordeste e de Minas Gerais, rumo ao Centro-sul, e a ocupação da fronteira agrícola que se situou a princípio no Paraná e depois no Centro-oeste (Goiás e Mato Grosso) e no noroeste do país (Rondônia). A forte migração de nordestinos para o Centro-sul resultou, de um lado, do ímpeto da industrialização e, de outro, das dramáticas secas que atingiram o nordeste, em especial nos anos 50"[39]

Da mesma forma, os números da economia entre os anos de 1940 e 1960 não deixam dúvida quanto ao crescimento acelerado e à hegemonia alcançada pelo setor industrial. Entre 1960 e 1965, a economia brasileira dobrou de tamanho e, no mesmo período, a participação da agricultura no PIB caiu de 23,8% para 17,8%, enquanto a indústria subia de 20,4% para 25,6%. O número de empresas industriais crescia de 43 mil para 130 mil e o de empregados de 800 mil para um milhão e setecentos.[40]

De acordo com Boris Fausto, podemos falar em ondas de crescimento definidas em fases diferenciadas:

> "A primeira delas começou no fim da Segunda Guerra Mundial e foi até meados dos anos 50. Nesse período, completou-se a substituição das importações de bens de consumo não duráveis e houve o avanço na produção de bens de consumo duráveis mais leves. Além disso, caminhou-se na preparação da infraestrutura (transportes e energia) que apoiaria os esforços industriais posteriores"[41]

[38] MENDONÇA, Sonia Regina de. Estado e Economia no Brasil: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986. p. 15.
[39] FAUSTO, Boris. História da civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964). ed. 4. v. 10, T. III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993. p. 15.
[40] Segundo dados do IBGE de 1996.
[41] FAUSTO, Boris. Op. Cit., p.35.

Apesar do crescimento industrial relevante, o setor agrícola também passou por mudanças fundamentais. Não só a sua importância estratégica havia diminuído, como ele sofreu uma modernização que se traduziu, basicamente, na mecanização e na diversificação da produção, além do aumento da produtividade, tanto a voltada para a exportação, como para o mercado interno. "A nova economia rural se estabeleceu com as agroindústrias, ou seja, com fazendas que cultivavam e processavam seus produtos, sendo necessário mais máquinas do que mão de obra humana." [42]

Nesse sentido, todo o processo citado, colaborou de fato para a transição do trabalhador rural para um modelo ou modo de trabalho assalariado, além de alavancar o êxodo rural para tais regiões que sempre exerceram polos de atração migratória, como a região sudeste, especificamente, o eixo RJ-SP.

Esse processo de aceleração teve relação com o modelo idealizado pelo presidente JK, denominado Plano de Metas, que, de acordo com Boris Fausto, teve um resultado impressionante:

> "Entre 1951 e 1961, o valor da produção industrial, descontada a inflação, cresceu 80%, com altas porcentagens na indústria do aço (100%), mecânicas (125%), de eletricidade e comunicações (380%) e de material de transporte (600%). (...) de 1957 a 1961, o PIB cresceu a uma taxa anual de 7% correspondendo a uma taxa per capita, ou seja, por habitante de 4%. Se considerarmos toda a década de 50, o crescimento do PIB brasileiro foi três vezes maior que o resto da América Latina"[43]

Apesar de todo o desenvolvimento, os efeitos colaterais do modelo desenvolvimentista de JK só foram sentidos no início da década de 60, marcada pela diminuição da euforia nacional e pela realizaação dos custos da aceleração, principalmente relacionados ao endividamento interno e externo.

2.2 A administração Sete Câmara e Carlos Lacerda (1960-1965) e a necessidade de remodelação da capital

No final dos anos 50, o debate político na capital federal polarizou-se em torno do futuro da cidade, em função da transferência da capital para Brasília promovida pelo presidente Juscelino Kubitschek. Nesse contexto:

[42] FREIRE, Américo (org.). A República no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002. p. 45.
[43] FAUSTO, Boris. História do Brasil. 12. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. p. 234.

> "A discussão sobre o futuro da cidade do Rio de Janeiro, prolongou-se pelos dois anos seguintes, até a sua efetiva transformação em Estado da Guanabara, em 1960. Cabe notar, no entanto, que a par de políticos mais imediatos, desse debate jamais esteve ausente o componente estrutural da capitalidade. Desse modo, o "x" do problema, capaz de dividir tanto defensores da fusão quanto os guanabarianos, era descobrir a identidade político-administrativo que deveria ser adotada pela "grande capital do Império e da República. O futuro revelou que era essa uma questão difícil de ser solucionada."[44]

A Lei San Tiago Dantas, votada em 12 de abril de 1960, confirmava a criação do Estado da Guanabara, de acordo com o estabelecido no artigo 4º das disposições transitórias da Constituição de 1946, e previa a eleição do governador para 3 de outubro de 1960. Para o interregno entre a transferência da capital e a posse do novo governador eleito, em dezembro de 1960, Juscelino nomeia o governador provisório e diplomata Sete Câmara, então chefe da casa civil do seu governo.

Com essa mudança para Estado da Guanabara, a cidade perdeu várias funções como centro administrativo federal, mas ainda era um centro de serviços, já que possuía sua autonomia econômica voltada para o setor terciário. A transformação da cidade em estado é acima de tudo uma solução para dotar a mesma de recursos municipais e estaduais, diante dos investimentos necessários para atender à metropolização. O Rio de Janeiro e sua região metropolitana formavam um aglomerado urbano mais ou menos contínuo, que se estendia do Estado da Guanabara para o interior.

O processo de mudança e a formação do governo provisório de Sete Câmara ocorreram em um cenário que "apontava para uma aceleração de perda de posição relativa da economia carioca, especialmente de sua indústria, cuja participação na indústria nacional cai de 15,6% para 13,7% entre 1950 e 1955, e de 13,7% para 9,6% entre 1955 e 1960"[45].

As políticas de fomento do governo federal, ao longo da década de 50, beneficiaram, principalmente, a economia paulista. Além disso, a frente de expansão industrial estava ligada ao setor de bens de consumo duráveis, cuja relevância na estrutura industrial era pequena. O Estado da Guanabara encontrava-se em posição de acentuada perda de participação econômica no cenário nacional:

---

[44] MOTTA, Marly da Silva da. De grande capital a mera cidade: o destino do Distrito federal após a transferência da capital para Brasília. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. 10f. Disponível em: www.fgv.com.br. Acesso: 15 de set. de 2020.

[45] OSORIO. Mauro. Rio Nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: editora: Senac. Rio, 2005. p. 45.

> "A deterioração geral das condições da vida urbana, a notória deficiência de seus serviços básicos indicava que à administração provisória a conveniência de atacar de imediato, em diferentes frentes de trabalho, obras de emergência urgentemente reclamadas pela população. Crescendo em um ritmo desordenado, que procura acompanhar o vigoroso aumento populacional, o antigo Distrito Federal descuidou visivelmente de seu planejamento urbano, da modernização dos seus serviços, vivendo uma crise permanente no tocante a transportes coletivos, ao abastecimento de água, a energia elétrica e telefonia, à rede urbana e suburbana de esgotos, atrasada de quase cem anos, à pavimentação de suas artérias, à produtividade de sua máquina pública."[46]

Além do crescimento acelerado populacional e urbano, a ex-capital sofria com a herança deixada pela condição de ter sido Distrito Federal por muitos anos, apresentando falta de continuidade administrativa, ausência de plena autonomia e mandatos curtos e incertos de seus gestores. "Dos 41 prefeitos do Distrito Federal, apenas 7 eram cariocas (....) Esses 7 administraram a cidade durante 15 anos e 6 meses, restando aos outros 34, 53 anos e 5 meses, ou seja, 80% do tempo em que o Rio foi Distrito Federal".[47]

É nesse contexto de fragilidade administrativa e econômica que se desenrolam as eleições para governador do Estado, tendo se destacado dois candidatos: Carlos Lacerda (UDN) e Sérgio Magalhães (PTB/PSD). O pleito vencido por Lacerda fora facilitado pela candidatura de Tenório Cavalcanti da coligação PST/PSP, que evitou a vitória de Magalhães, por ter ajudado a fragmentar a votação.

Lacerda era uma figura importante da política nacional e tornou-se o principal fiador da candidatura de Jânio Quadros para presidente do Brasil. Dessa forma, os dois foram empossados em 5 de dezembro de 1960 e 31 de janeiro de 1961, respectivamente. A proximidade entre os dois facilitou a melhoria do entendimento do gestor local com o governo federal.

No discurso de lançamento de sua candidatura, intitulado *A cidade devastada e sua reconstrução*, Lacerda estabeleceria os dois pilares que sustentaram seu mandato: o estabelecimento de uma nova gestão eficiente e a modernização urbana da cidade. Tais pilares exigiam, de certa forma, um perfil mais conciliador, mas isso não era o forte do governador. No próprio ano de 1961, Lacerda se afastou do presidente Jânio, sendo um dos estopins para sua renúncia. Nesse sentido, as relações com o governo federal só declinaram na década de 60,

[46] Ibdem. Op. Cit. p. 133.
[47] O Rio de Janeiro em seus 400 anos. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1965.

culminando no apoio do governador à ruptura institucional ocorrida em 1964, com a deposição do presidente João Goulart.

Lacerda, após eleito governador da Guanabara, enfrentara um cenário adverso:

> "(..) a cidade do Rio de Janeiro possuía 3,3 milhões de habitantes sendo 10% destes moradores distribuídos entre as 147 favelas catalogadas pela prefeitura. A População concentrava-se majoritariamente no setor de serviços (46,38%), Indústria (31,29) e Agricultura (22,3%) e sofria com a falta de infraestrutura básica principalmente ligada a mobilidade urbana, ao déficit habitacional e a falta de saneamento, o que de fato chamava a atenção para o desabastecimento de água em quase mais da metade da cidade. Essa condição era bem pior nos considerados subúrbios da cidade, que gradativamente transformaram-se em bairros dormitórios, em que o deslocamento sazonal para as áreas centrais era prejudicado pela precária rede de transporte público que não consegui dar conta da demanda necessária, causando dentre outros aspectos, a superlotação."[48]

A discussão sobre a questão urbana tornou-se central para o governador. Do ponto de vista político e estratégico, o urbanismo tornou-se em seu governo um projeto bem mais amplo de afirmação da BELACAP no cenário nacional. Fez a aposta de que o Rio de Janeiro continuaria sendo a capital, de fato, do país.

A ênfase na realização de grandes obras era, sem dúvida, um dos elementos-chave do estado-capital projetado por Carlos Lacerda. Com o objetivo de demarcar o nascimento de uma nova etapa da vida do Rio de Janeiro, o governo quis dar à cidade um ar de estado, investindo em obras de infraestrutura urbana que tornassem a Guanabara capaz de competir no cenário nacional, associando a sua imagem palavras como eficiência, competência e modernização. Elementos importantes no imaginário da época para alavancar sua candidatura ao cargo de Presidente da República, quando chegasse as eleições de 1965, que, nós sabemos, não existiram.

No tocante à economia, apesar da instabilidade nacional, o governador, por sua defesa intransigente do anticomunismo, conseguiu captar recursos externos em agências de financiamento, principalmente norte-americanas, além do BID. Com a apresentação de diversos projetos ao Banco Mundial, captou cerca de 50 bilhões de Cruzeiros, moeda à época. Do montante, 60% foi destinado à construção da adutora do Guandu, 20% à rede de esgotos e o restante à construção de hospitais e investimentos de menor porte.

Em relação aos recursos internos, segundo Juliana Oakim:

[48] OSORIO. Mauro. Rio Nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense. Rio de Janeiro: editora: Senac. Rio, 2005, p. 45.

> "Outra fonte de recursos para a execução das obras adveio da característica peculiar da composição tributária da Guanabara: com a unificação dos caixas municipal e estadual, os impostos federais distribuídos em cotas pelos estados e municípios convergiam para o mesmo cofre. Além dos empréstimos externos estrangeiros (contexto facilitado pela Guerra fria e os efeitos da Revolução Cubana), o governador aumentou em 20% a alíquota do IVC, imposto sobre Vendas e Consignação, aumentando consideravelmente a arrecadação do estado."[49]

Garantidos os recursos, a partir de 1962, Carlos Lacerda colocou em prática o lema de sua campanha: "reconstruir a cidade e formar o estado". No contexto que soma a necessidade de manter a cidade do Rio de Janeiro na vanguarda do Brasil, por meio da manutenção da tradição de capital, com o projeto político de Carlos Lacerda de tornar-se presidente da República, que se contratou a execução de um plano de remodelação urbana que prepararia a cidade para assumir sua posição de liderança até o ano 2000. O plano recebeu o nome de DOXIADIS – Programa e plano de desenvolvimento urbano a longo prazo para o estado da Guanabara.

Por intermédio de Alfredo Machado, editor de livros e Lota de Macedo Soares, que trabalhava no projeto de construção do Parque do Flamengo, Lacerda foi apresentado a Constantinos Doxiadis, arquiteto famoso, dono de uma empresa de urbanismo com projetos desenvolvidos no mundo inteiro, inclusive em Londres e Los Angeles. Doxiadis conseguiu encantar o governador com a possibilidade de um plano urbanístico para a Guanabara. O testemunho do próprio governador nos ajuda elucidar a questão:

> "Em fins de 1963, o pachorrento DC-3 que me tinham emprestado levava-nos ao Rio Grande do Sul, onde nos esperavam solidariedades e ameaças. A interminável viagem era abrandada com inúmeras conversas e leituras. A certa altura Alfredo Machado, o editor, passou-me o número do New Yorker, com um perfil, um daqueles estudos de personalidade que costumavam publicar. Este número abordava o grego Doxiadis. Dizia que ele recomendava como primeira fase a questão da construção de casas populares, para populações faveladas, a casa-embrião, isto é, o núcleo inicial construído para o morador acabá-lo a sua feição. Era precisamente a ideia que havíamos começado a colocar em prática na Guanabara. Na primeira escala passei um telegrama endereçado a Doxiadis, convidando esse personagem a vir ao Rio, discutir a possibilidade de preparar um plano para a Guanabara, mas do que um convite, era uma espécie de desafio."[50]

[49] OAKIM, Juliana. A cidade e o urbanista. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana. Rio de janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.
[50] Entrevista de Carlos Lacerda ao Jornal do Brasil em 23 de março de 1972;

No início de 1964, foi firmado o contrato de US$ 700 mil entre o estado e a empresa Doxiadis Associates, para que fosse elaborado um plano diretor para a cidade. Apesar de existir consenso entre os profissionais do ramo e os funcionários de carreira da prefeitura quanto à necessidade de um plano diretor para a cidade, a decisão do governador fez explodir um "barril de pólvora" no meio técnico carioca. O calor dos debates provocou o interesse da imprensa carioca, várias personalidades do meio envolveram-se e concederam entrevistas aos principais jornais: *O Globo*, *Correio da Manhã* e *Última Hora*.

> "Muito embora o Estado possua inúmeros engenheiros e arquitetos lotados no Departamento de Urbanismo, o governador acaba de contratar uma empresa grega, a Doxiadis Associates, para a elaboração de um plano de urbanização para o Rio de Janeiro. Esse plano será válido até o ano 2000 e deverá ser executado em etapas quinquenais, atingindo três setores da vida do carioca: Trânsito, Habitações e as realizações a curto prazo."[51]

No final de junho de 1965, mais uma vez, a viabilidade do plano foi colocada a prova. Constantinos Doxiadis desembarcou no Rio com o objetivo de entregar o plano ao governador Carlos Lacerda e, de fato, isso aconteceu em 22 de junho de 1965, tendo uma ampla cobertura jornalística. Novamente, as mesmas questões vieram à tona, principalmente a desconfiança em relação ao grego por parte dos técnicos cariocas. No entanto, o próprio Doxiadis e o governador adotaram um discurso de moderação:

> "(...) meu plano é altamente discutível e sem fantasias, destacou o grego. (...) O governador frisou que não houve no trabalho de Doxiadis a preocupação com a originalidade, pois o seu relatório propõe inúmeras obras que já vinham sendo realizadas ou estudadas pelo governo, como: o prolongamento da Av. Brasil até Santa Cruz e a construção da Rio-Santos."[52]

2.3 Quem era Doxiadis e o que era o Plano do Rio

Constatinos A. Doxiadis, filho de Apostolos e Evanthia Doxiadis, nasceu em 1913, em Atenas, na Grécia. Seu pai era pediatra, foi ministro dos Refugiados, da Saúde Pública e Bem-Estar Social e organizou uma série de projetos voltados para a questão da primeira infância.

[51] O Diário Carioca, 10 de jan. 1964.
[52] Diário Carioca, 26 de junho de 1965.

Doxiadis formou-se como engenheiro-arquiteto na Universidade Técnica de Atenas em 1935 e obteve seu Doutorado na Universidade de Charlottenberg, Berlim, um ano mais tarde.

Em 1937, foi nomeado chefe do departamento para a grande área urbana de Atenas e durante a guerra, atuando na resistência aos nazistas, ocupou o cargo de chefe do Departamento de Ordenamento Urbano e Regional do Ministério de Obras Públicas.

Com o fim da guerra, entre 1945 e 1951, Doxiadis foi um dos principais líderes na Grécia que buscou a defesa da reconstrução grega de forma conciliadora. Dessa forma, tornou-se diretor geral do Ministério de Habitação e Reconstrução (1945-1948) e, posteriormente, ministro-coordenador do Programa de Recuperação (1948-1951). Durante esses anos, também exerceu a condição de chefe da delegação grega na ONU.

Em 1951, fundou a Doxiadis Associates, uma empresa privada de consultoria de engenheiros, com um pequeno grupo de arquitetos e urbanistas, muitos dos quais, haviam trabalhado com ele no programa grego de recuperação no pós-guerra. A empresa cresceu rapidamente, chegando a ter escritórios nos cinco continentes e projetos em mais de 40 países.

Em 1959, fundou a Doxiadis Atenas Tecnológica e Organização, onde lecionou no período de 1958 a 1971 e a partir de 1963, no centro de Ekistica. Lecionou em universidades norte-americanas, como em Oxford e Dublin. Recebeu vários prêmios e condecorações civis e militares, bem como o prêmio póstumo do Royal Institute of Architectural Canadas Gold Medal,, em 1963.

Doxiadis era um urbanista de reputação internacional, encaixando-se perfeitamente no perfil de profissional desejado por Carlos Lacerda, sem quaisquer dúvidas quanto a sua legitimidade e profissionalismo, apesar da competência dos técnicos cariocas. Havia o desejo do governador em utilizar o grego como a grande imagem para a modernização urbana do Rio, o que ninguém da elite técnica da prefeitura conseguiria realizar.

Doxiadis havia lançando uma nova tendência em relação ao urbanismo, denominada Teoria Equística, na qual criticava o urbanismo modernista e aproximava-se das teorias que vinham sendo desenvolvidas nos Estados Unidos.

> "Até meados da década de 50, a prática urbanista havia sido dominada pela figura modernista de Le Corbusier, que destacava a elaboração de grandes planos, que idealizavam a cidade em sua totalidade. Por meio de um radical rompimento com a estrutura formal tradicional – ideia da tábula rasa, da substituição de uma realidade caótica e desordenada por uma nova ordem – os urbanistas modernistas pretendiam não somente solucionar problemas espaciais da cidade, mas também os problemas sociais. Estas ideias corbusianas circulavam com grande força na América Latina, tornando-se inspiração para projetos realizados no

> período desenvolvimentista – a construção de Brasília é um exemplo paradigmático da aplicação dessas teorias"[53]

Portanto, podemos entender que o início da década de 60 seria marcado pelo declínio das formulações modernistas, ao ponto de os questionamentos colocarem em xeque a famosa Carta de Atenas e o exagero de abstração dos modernistas, além da discussão da necessidade de adaptação de suas propostas aos países periféricos ou menos desenvolvidos.

A consequência mais imediata deste questionamento foi, no final de 1950, o fim da hegemonia do movimento moderno no Urbanismo. O mito da cidade como máquina perdeu espaço para a visão desenvolvimentista, impulsionada pela expansão do modelo de capitalismo norte-americano. A partir de então, o planejamento urbano passou a abordar novas questões: em lugar de buscar a eliminação da desordem, passou-se à necessidade de se atender à diversidade social e econômica das cidades.

> "Esta corrente de pensamento pretendia, com sua crítica, reintegrar o problema urbano em seu contexto global. Sua principal bandeira era a defesa da necessidade de se reintegrar o homem no movimento de planificação urbana, suprimindo um modelo estático, em favor de uma concepção do tempo e da história como criação permanente. Sua influência contribuiu, sobretudo nos EUA, para a constituição de uma nova corrente de pensamento urbano, da qual o jovem Constantinos Doxiadis era um dos principais expoentes."[54]

A nova geração de arquitetos propunha a substituição da concepção funcional das cidades por uma concepção de escalas. Ao focar no problema da identidade social, propunham uma comunidade construída a partir de uma hierarquia, de modo que a coesão social nunca fosse perdida em um ambiente de grandes proporções. Com esta pequena modificação:

> "(....) a rua (em lugar da quadra modernista) passou a ser o elemento organizador do espaço urbano por excelência, o que possibilitou a tomada do habitante como centro de todo o processo de estruturação da cidade – esse será um dos pontos de maior importância do plano Doxiadis dentro da teoria da Equística."[55]

2.3.1 A Equística

[53] OAKIM, Juliana. A cidade e o urbanista. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.
[54] Ibdem, p. 24.
[55] Ibdem, p. 25.

Antes de entrarmos efetivamente nos detalhes do plano do Rio elaborado por Doxiadis, existe a necessidade de um entendimento melhor da sua teoria mais famosa, que se tornará a espinha dorsal da proposta do arquiteto grego para o Rio de Janeiro, a Teoria Equística:

> "(...) é a ciência ***dos agrupamentos humanos***, desenvolvida por Doxiadis que pretendia, por meio de uma análise racional, assegurar o desenvolvimento das cidades. A palavra deriva do grego, em ekos, significa habitat, e do verbo eko, assentar. Esse foi o termo cunhado por ele para definir quaisquer grupamentos humanos em todas as escalas, seu método era construir um equilíbrio entre o homem e seu habitat por meio do entrelaçamento de 5 elementos: natureza, homem, sociedade, estruturas e redes."[56]

Em termos simplificados, a teoria propunha uma nova direção, oposta ao urbanismo modernista. Utilizava-se a concepção por escalas, em oposição à concepção funcional; da valorização do centro comunitário, em oposição ao centro cívico; da tomada da rua como elemento básico dos assentamentos urbanos, em oposição à quadra; e da prioridade aos valores culturais, em oposição a valores funcionais. Por essa mesma razão, o arquiteto grego propunha em torno de si ou do urbanismo, a aglutinação de várias disciplinas, como a economia, as ciências sociais, as ciências políticas, as disciplinas tecnológicas e as ciências culturais.

> "(...) o carro entra em cena e modifica a escala de dimensões que era anteriormente controlada pelo homem (....) o tráfego de automóveis modificou o padrão de contato nos espaços públicos, fáceis e prazerosos no passado, muito difíceis e perigosos no presente."[57]

Era necessário posicionar o homem no centro do pensamento da cidade e não a máquina, visando à garantia da felicidade e da segurança. Uma cidade para um homem contemporâneo. A teoria demonstra a todo momento uma analogia biológica muito forte.

> "Não há dúvida, eu acredito, de que os assentamentos humanos são indivíduos biológicos muito complexos. Os assentamentos não podem ser células, nem corpos, nem organismos. Estamos, portanto, inclinados a considerá-los como indivíduos biológicos de uma ordem superior a células e organismos".[58]

IMAGEM 3: Comparação entre a estrutura biológica e as cidades

[56] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.
[57] Ibdem, p. 1.
[58] Ibdem, p. 10

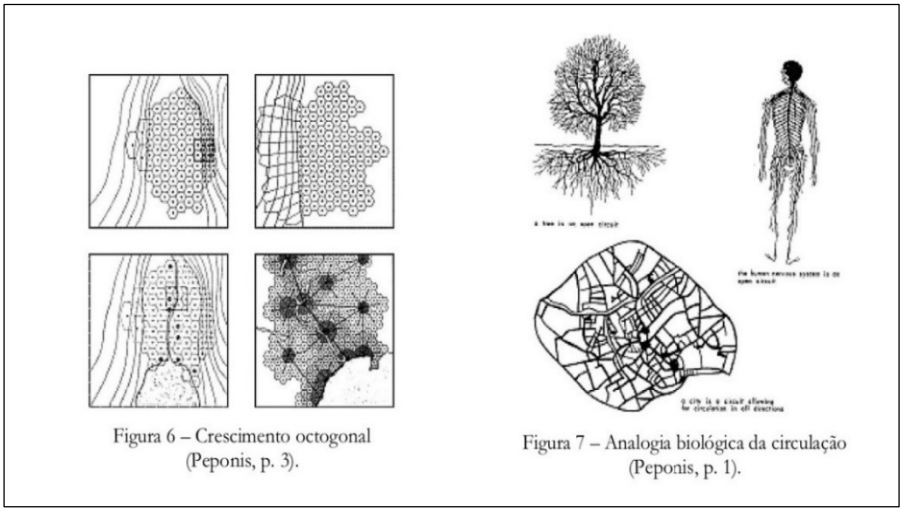


Figura 6 – Crescimento octogonal (Peponis, p. 3).

Figura 7 – Analogia biológica da circulação (Peponis, p. 1).

Fonte: Plano Doxiadis (1965)[59]

A motivação principal da Equística, está na explosão do crescimento de muitos assentamentos urbanos, que se tornaram mais complexos e com dimensões, até então, não analisadas em séculos passados, daí a teoria propunha como método de aproximação a utilização da escala, levando em consideração a historicidade de cada assentamento, estabelecido ao redor do globo, existindo uma escala hierárquica do menor para o maior.

> "(...) a menor dessas dimensões é o homem em si mesmo, enquanto indivíduo. A segunda é o espaço que pertence a ele sozinho, como um quarto por exemplo. A terceira corresponde ao espaço habitado pela família. A quarta corresponde a um grupo de casas, algo como as antigas casas patriarcais. A quinta corresponde a vila, a sexta a grande vila. Já a sétima corresponde a uma cidade pequena, a oitava a uma cidade média, enquanto a nona a uma grande cidade. A partir daí chega-se à dimensão da metrópole, da Conurbação, da Megalópole, da região urbana e do continente urbano. No final encontra-se a Ecumenópolis, a única unidade 15[60], ocupando todo o territorial global."[61]

2.4 O Plano Doxiadis para o Rio

[59] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

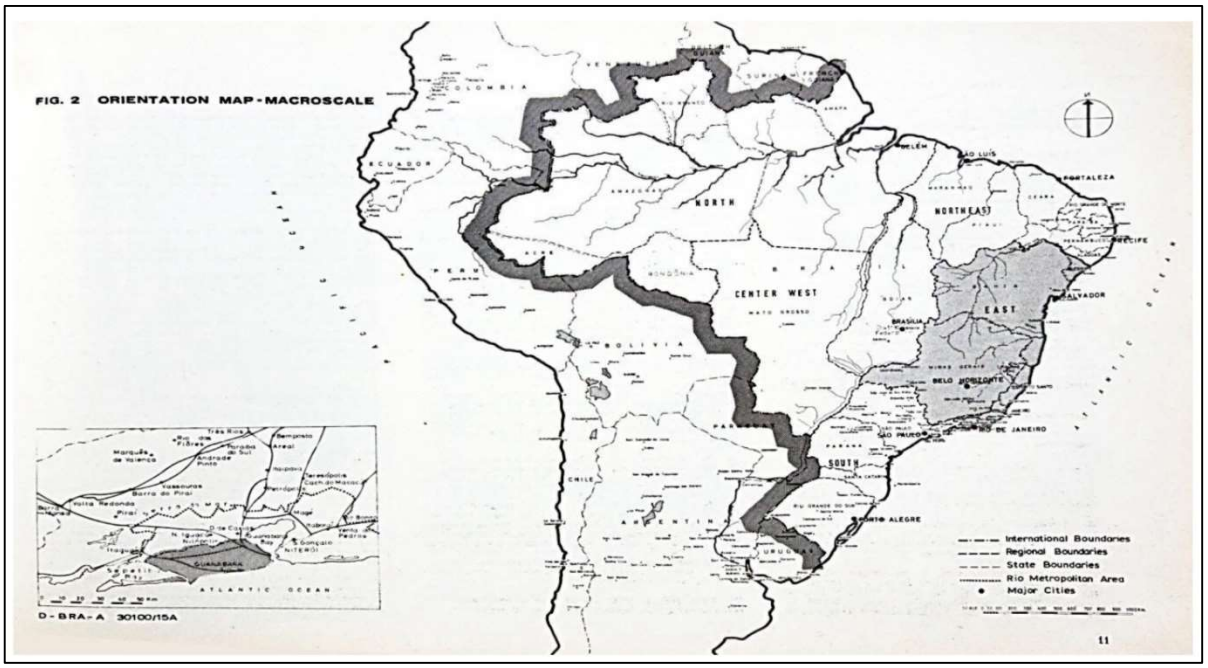
[60] Doxiadis estabeleceu uma nova hierarquia urbana, em que sua última classificação era identificada através do assentamento humano de número 15, que representava dentro de sua análise a Ecumenópolis, que seria uma comunidade global definida por parâmetros mundiais e globais, ou seja, uma única cidade mundial.

[61] REZENDE, Vera. Planejamento e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982

O plano Doxiadis encaixa-se no que denominamos plano diretor. É um plano de longo prazo, com previsão de implementação de 1967 a 2000, a partir de intervenções específicas que deveriam ter início em 1965, ocorrendo de forma quinquenal. Destaca-se a solução para três problemas: o desenvolvimento equânime da área metropolitana, o déficit habitacional e a falência da rede de transportes/infraestrutural.

Fundamentado no macroplanejamento da área metropolitana, recomenda a remodelação urbana, baseado no diagnóstico dos problemas que restringem o desenvolvimento urbano da cidade. O plano Doxiadis tem por base a "análise dos fenômenos em três escalas: a macroescala estuda o papel da Guanabara e a cidade do Rio no âmbito nacional (o Brasil); a mesoescala examina a Guanabara como parte da área Metropolitana do Rio de Janeiro; e a microescala fornece uma análise pormenorizada de duas áreas urbanas escolhidas como pilotos: Copacabana e Mangue."[62]

IMAGEM 4: O Rio de Janeiro e a macroescala

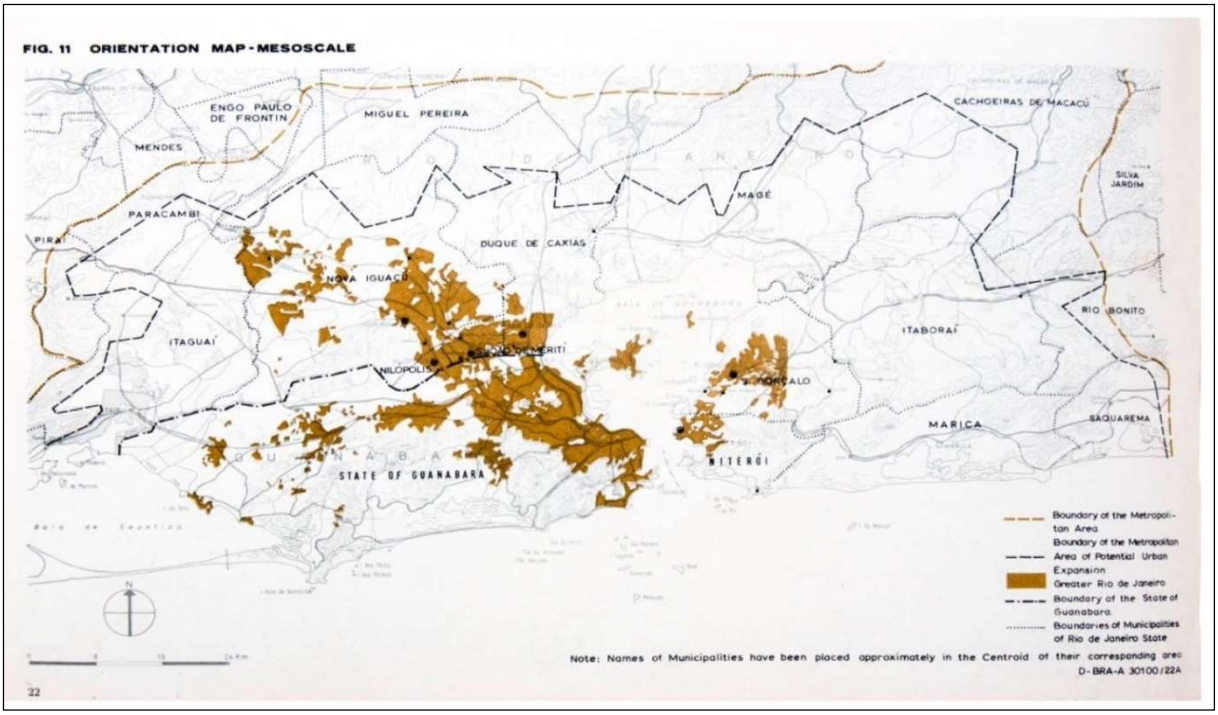


Fonte: Plano Doxiadis (1965)[63]

IMAGEM 5: O Rio de Janeiro na mesoescala

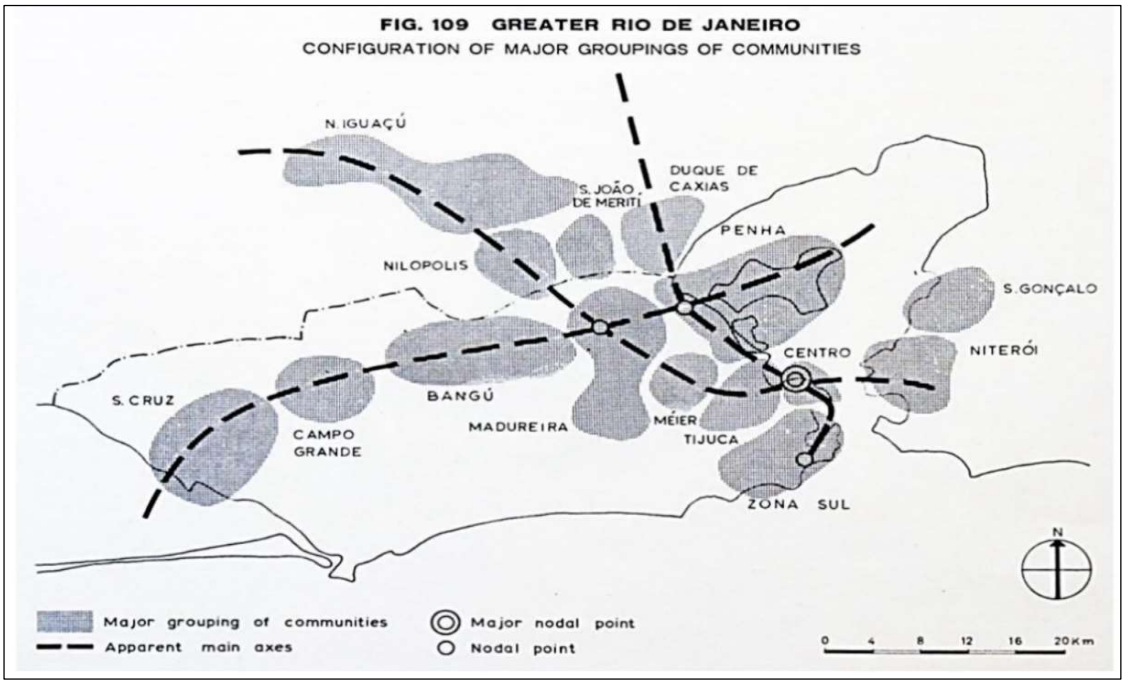
[62] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. V. I, item A.3. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

[63] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.



Fonte: Plano Doxiadis (1965)[64]

IMAGEM 6: O Rio de Janeiro na microescala



Fonte: Plano Doxiadis (1965)[65]

[64] Ibdem.

[65] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

Apesar desse tipo de análise fazer parte da Teoria Equística, a razão fundamental da análise na mesoescala estava ligada à necessidade de assegurar sua posição de liderança na macroescala e, consequentemente, garantindo a capitalidade da cidade.

O relatório final entregue ao governo do estado da Guanabara foi estruturado em oito capítulos. Destacando-se: capítulo 1- Condições Equísticas da cidade; 2 - Problemas; 3 - Políticas; 4 - Necessidades e respectivos custos; 5 - Planos; 6 - Programas; 7 - Projetos para o primeiro quinquênio; 8 - Implementação. Destaque para o capítulo 2 em que o estudo destaca e delimita a espinha dorsal de toda a problemática da cidade.

> "O maior problema da estrutura urbana era alta concentração de usos na área central. O Rio de Janeiro é uma cidade altamente centralizada que apresenta todos os problemas básicos inerentes a um sistema centralizado. Outro problema é a indiscriminada mistura de usos da terra – influência do urbanismo modernista"[66]

Outro destaque, ainda nesse mesmo capítulo, seria o problema do crescimento acelerado das favelas na área metropolitana, em função do grande déficit populacional e da falta de política públicas sociais e financiamento de habitações populares. A remoção era a melhor solução para essa "grande agonia da cidade"[67], acompanhada da construção de conjuntos habitacionais. Prática em desenvolvimento por parte do governador, destacando-se o exemplo da construção da Cidade de Deus e outros semelhantes na Avenida Brasil, como o conjunto Vila Aliança e Vila Kennedy, que recebeu estímulos do programa Aliança para o Progresso, do presidente Kennedy (EUA).

O sistema de transporte foi outro destaque negativo. Segundo o relatório, em 1965, a maioria das vias de circulação se encontrava esgotada, a única via verdadeiramente expressa da cidade era a Avenida Brasil. Além disso, a própria topografia da cidade prejudicava a circulação e aumentava a questão dos investimentos na resolução de problemas. A inexistência de um sistema de alta velocidade de massa coletivo e de qualidade comprometia efetivamente o futuro da cidade.

O Plano Doxiadis, ao apontar os problemas urbanos, encaminha propostas de solução, mas antes de apresentá-las, o relatório procura definir os vetores de crescimento da cidade, visando montar a estrutura hierárquica das comunidades da Guanabara. De acordo com a Equística, três grandes forças seriam responsáveis pela modelagem da cidade do futuro: a

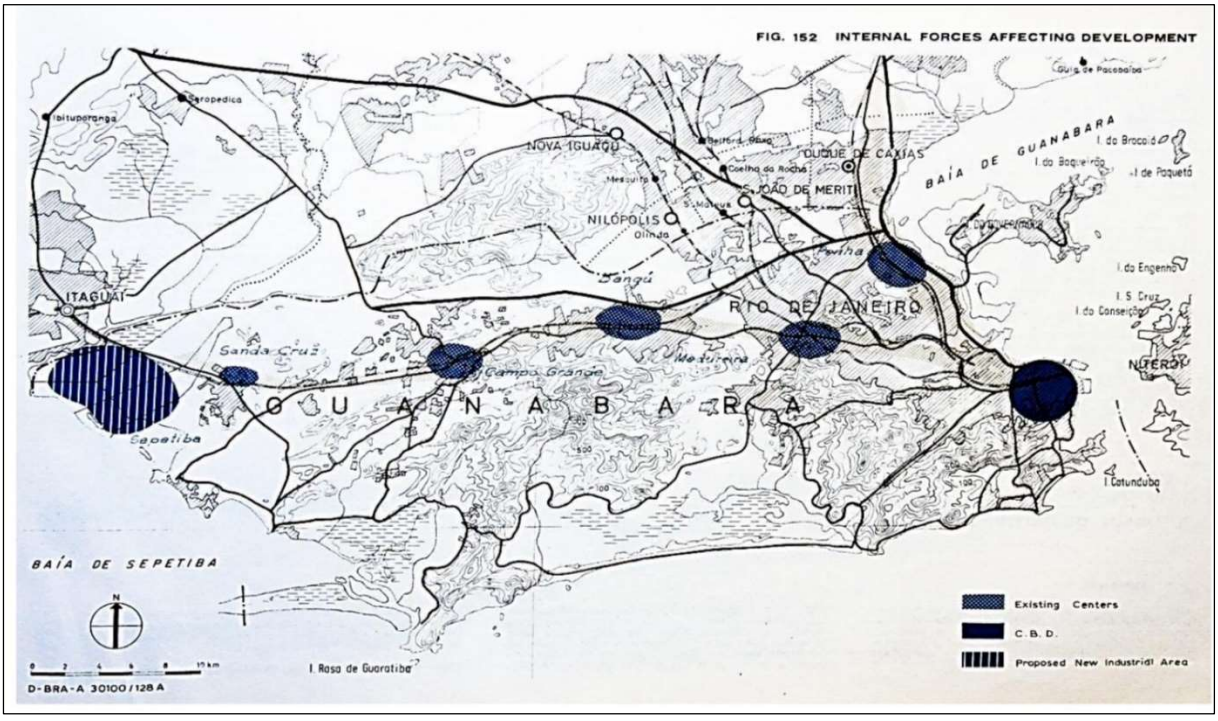
[66] Ibdem.
[67] OAKIM, Juliana. A cidade e o urbanista. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

atração promovida pelos centros urbanos existentes, a atração das grandes linhas de transporte e as forças estéticas (que atraem pessoas para oceanos, lagos, rios e outros lugares de beleza cênica). Como força externa, destaca-se o eixo de ligação Rio – São Paulo, além de certa influência das cidades de Belo Horizonte e Brasília.

Por fim, o plano diretor procura enfatizar as forças no interior da Guanabara, sob os quais acreditava-se que a cidade tivesse o seu crescimento acelerado. São eles:

Primeiro destaca-se o eixo interno Norte-Sul formado pela Avenida Brasil, seu eixo era uma guia para o processo de interiorização do Estado. Segundo o eixo de orientação Leste-Oeste, que ligava o complexo industrial nascente em Santa Cruz à zona central da cidade (não era uma rota nova, mas possuía origem na antiga estrada real que, no futuro, irá configurar-se como o principal eixo da Guanabara). Terceiro, o eixo promovido pelo crescimento dos bairros de Irajá, Penha, Madureira e Jacarepaguá.

IMAGEM 7: Eixos e vetores de crescimento da cidade



Fonte: Plano Doxiadis (1965)[68]

[68] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

A partir da análise dos vetores, Doxiadis dedica-se a apresentação da estrutura física do plano:

> "Uma vez que um dos objetivos básicos do plano era a redistribuição da população pelo território do estado de maneira a construir uma disseminação equilibrada das principais funções e facilidades, o plano deveria preparar o caminho para o desenvolvimento gradual de um sistema de comunidades interdependentes, equilibrado e de funcionamento adequado que fossem parte de um óbvio, conjunto unificado e social."[69]

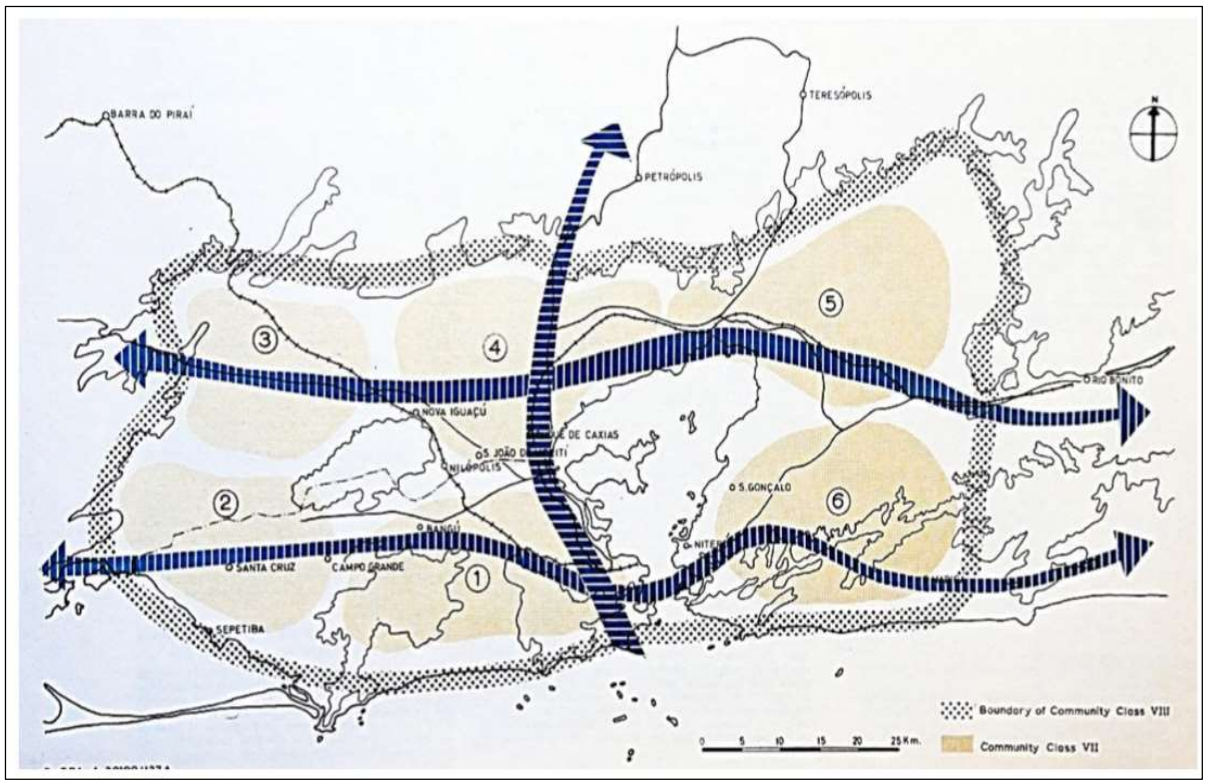
Desta maneira, seguindo a direção apontada pelos três eixos internos, o plano elabora a composição de uma malha de comunidades, estruturada segundo uma hierarquia funcional e de grandeza elaborada para a Guanabara. Dessa forma, foram criadas oito categorias de comunidades (classe I a classe IX). Não é nosso objetivo detalhar todas, mas tomaremos, como exemplo, as comunidades de classe V e VI:

> "classe V – maior unidade puramente residencial relacionada à escala humana. Composta por uma população de cerca de 50.000 pessoas ou 10 a 12 mil famílias, forma um vasto aglomerado urbano, um tipo diferente de comunidade onde estão incluídos centros de trabalho, recreação, entretenimento e administração. Quando independente, é uma pequena cidade, quando dentro de um complexo urbano maior é um distrito (...) classe VI – composta por cinco ou seis comunidades classe V, possui uma população de 300.000 habitantes. Se isolada é uma cidade. Dentro do cenário urbano, um bairro de grande importância."[70]

De acordo com a hierarquia estabelecida, a Guanabara estaria organizada em diversas comunidades classes VII e VIII, separadas por vias expressas de alta velocidade. Seus centros se ligariam uns aos outros por áreas verdes, onde estariam localizadas as funções centrais. Estas comunidades deveriam ser autossuficientes nos empregos e na disponibilidade de serviços locais, de modo que a população residente não necessitasse se deslocar.

IMAGEM 8: Os assentamentos da Guanabara – Exemplo de alocação no espaço

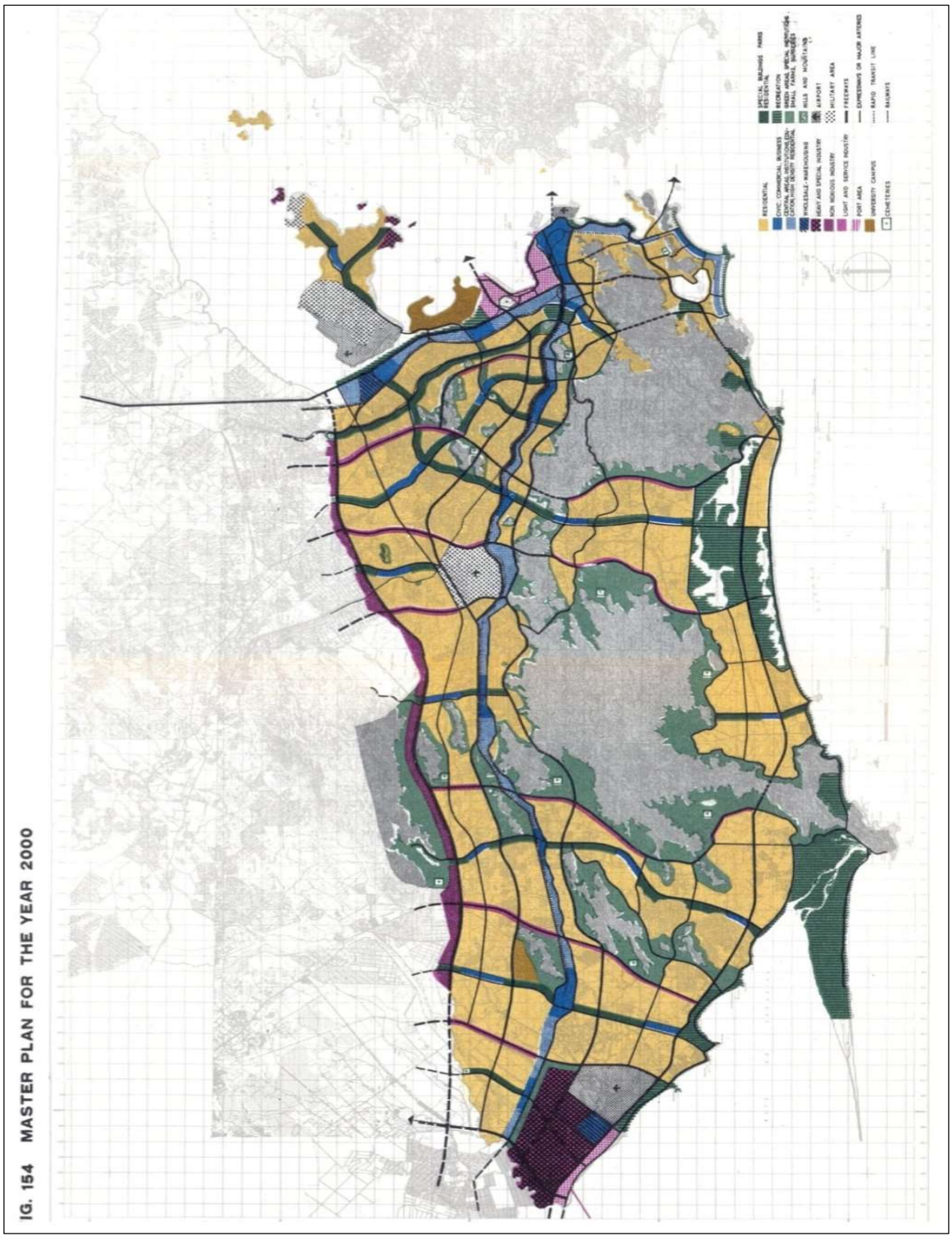
[69] OAKIM, Juliana. A cidade e o urbanista. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.
[70] Ibdem, p. 49.



Fonte: Plano Doxiadis (1965)[71]

IMAGEM 9: O Plano Doxiadis para a Guanabara

[71] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

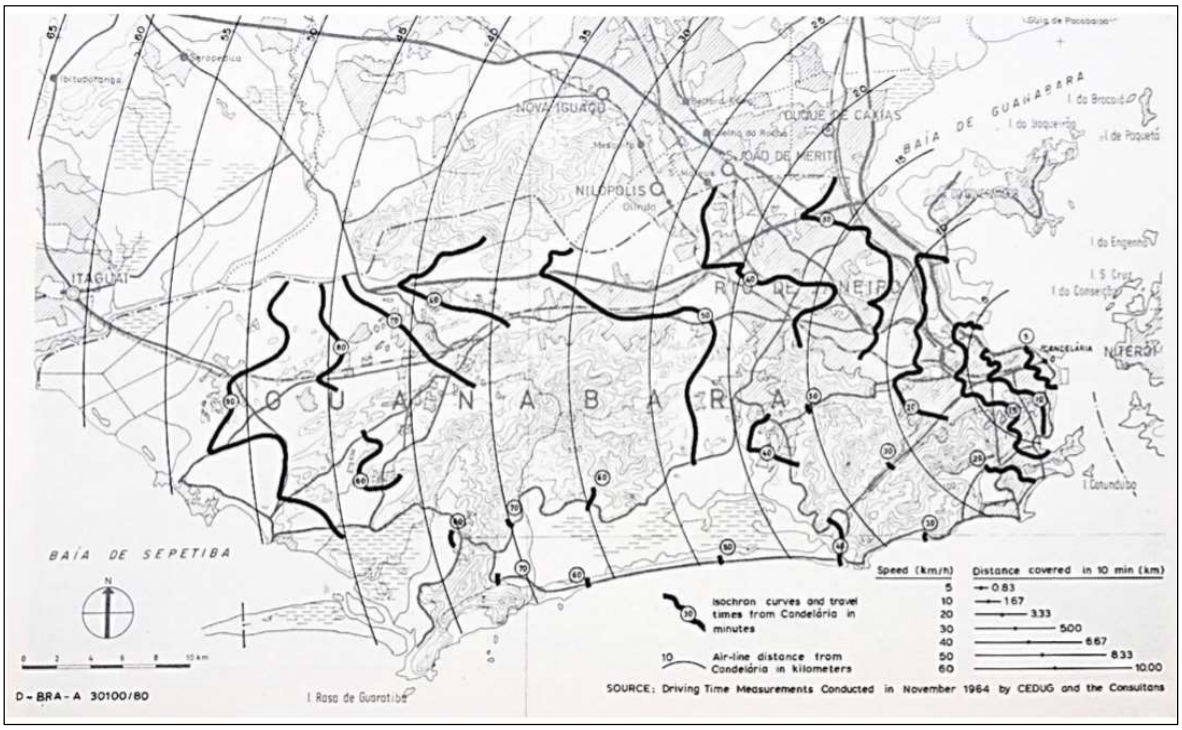


Fonte: Plano Doxiadis (1965)[72]

[72] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

Haveria a necessidade da rearticulação também do sistema de transportes. Nesse sentido, o plano previa a construção de vias/artérias de alta velocidade que viabilizassem o deslocamento dos habitantes. O grande objetivo seria converter o sistema existente à época em um modelo mais equilibrado, evitando a excessiva centralidade, para isso o sistema radial seria transformado em uma rede quadriculada de vias Norte-Sul, Leste-Oeste, promovendo a redistribuição dos fluxos e atendendo a todas as comunidades (figura 9). Além disso, o plano determinava a efetiva expansão do transporte de massa por meio do metrô. As áreas não atendidas pelo metrô seriam servidas por um sistema secundário, com terminais e paradas conectados ao sistema central. A resolução do problema do transporte era fundamental, em função das altas taxas de deslocamento na cidade.

IMAGEM 10: Tempo de viagem nos transportes coletivos da Guanabara



Fonte: Plano Doxiadis (1965)[73]

Em relação à indústria, o plano previa uma redistribuição das mesmas pelo território da Guanabara, levando-se em consideração a seguinte distribuição:

> "(...) propunha a criação de três distritos industriais planejados: a indústria pesada e especializada ficaria a oeste de Santa Cruz (espaço

[73] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

> de 3.050 hectares, geração de 91.000 empregos); já ao longo da divisa norte do estado seriam instaladas as indústrias não nocivas (espaço de 1450 hectares e geração de 136.000 empregos), por fim ao longo das vias expressas norte-sul, seriam instaladas indústrias leves e de serviço (1450 hectares e geração de cerca de 136.000 empregos). Destacando-se que o desenvolvimento dessas áreas deve ser acompanhado de políticas habitacionais, visando evitar a proliferação de mais favelas."[74]

O relatório dedica grande parte de suas páginas ao problema das favelas no Rio de Janeiro, assunto que já recebia uma atenção especial do governador, com sua polêmica política de remoções. A centralidade do problema repercutiu na elaboração do Plano Doxiadis que incorporou, de certa maneira, a política da construção de conjuntos habitacionais. Logo no início, Doxiadis destaca a importância da população que habitava as favelas:

> "(...) uma população útil, para qual deveriam ser encontrados lugares dentro da cidade[75] (...) a construção de residências deveria seguir a proposta de descentralização de funções, onde a criação de núcleos especializados e segregados para grupos ocupacionais e econômicos deveria ser desencorajada – a criação de comunidades especializadas isoladas tende a acentuar as diferenças que criam barreiras e facilitam a formação de grupos de população socialmente indesejáveis e culturalmente paralisados."[76]

Para o primeiro período quinquenal (1965-1980), propunha-se a construção de 17.000 núcleos residenciais com verba de 60 bilhões de cruzeiros ou 108 trilhões de dólares. As áreas selecionadas seriam as seguintes: Jacarepaguá, onde seriam construídas 3.000 unidades, incluindo o conjunto habitacional da COHAB em construção (Cidade de Deus). Acari, onde seriam construídas 5.000 unidades residenciais, dentre as quais 1.060 deveriam seguir os projetos SPA 1, SPA 2 e SPA 3. Outras unidades deveriam ser alocadas em Vigário Geral, zona norte, zona central e zona sul, onde seriam construídas mais 3.000 unidades.

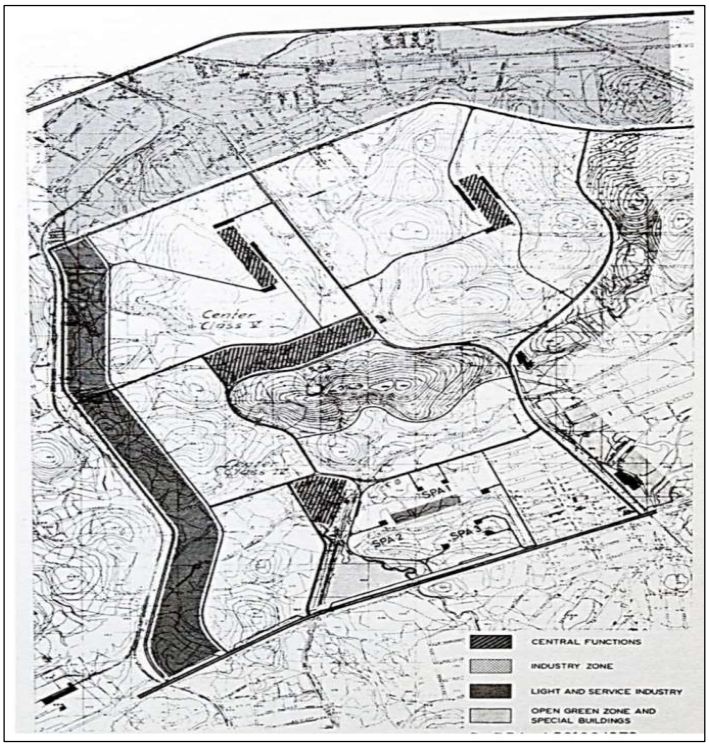
---

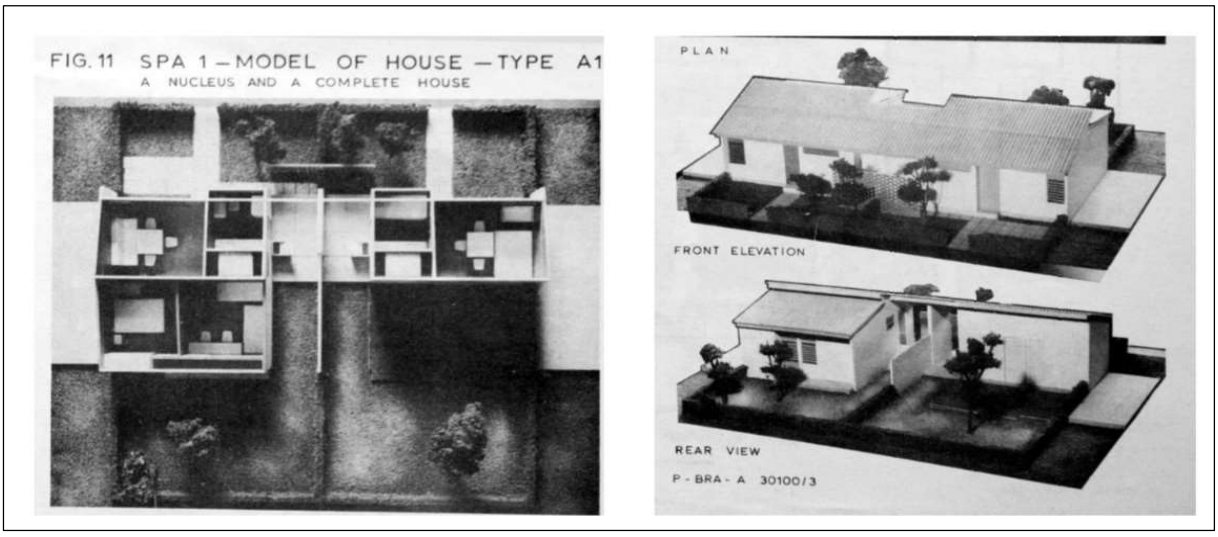
[74] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

[75] Doxiadis compartilhava com o pensamento de que os problemas de crescimento urbano desordenado seriam responsáveis pela desintegração da instituição da família, discurso esse que tinha foco na população favelada. Com a mudança para a cidade, pessoas cujos padrões de comportamento familiar, social e urbano são próprios do meio rural, têm de se adaptar a novas formas e novos ambientes das áreas superpovoadas. A imigração das zonas rurais está na raiz do problema das favelas – Guanabara, parágrafo 993. DOXIADIS, Associates.

[76] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005. Introdução.

IMAGEM 11: Localização e perfil das habitações populares (SPAs) em Acarí





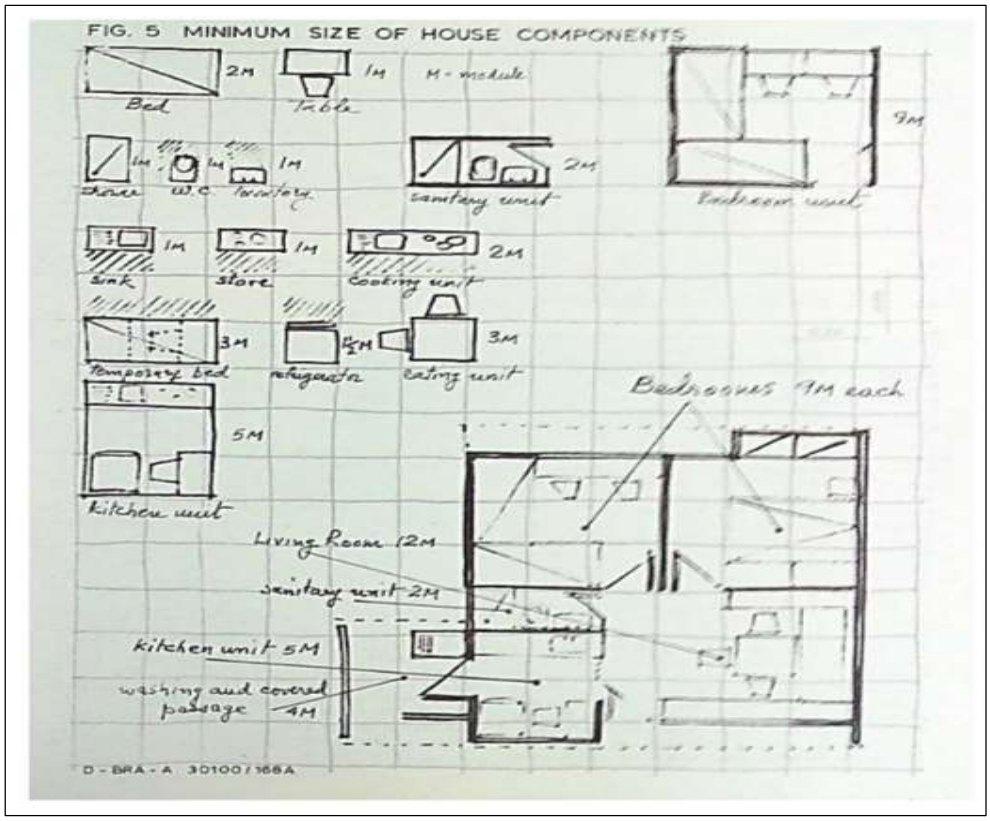
Fonte: Plano Doxiadis (1965)[77]

Nos primeiros anos do programa, seriam fornecidas casas núcleo ou casas não terminadas. A casa núcleo possuiria cerca de 20m^2 de área e deveria ser expandida por etapas, de acordo com as necessidades e possibilidades. Em lugares íngremes, Doxiadis apontava pela

[77] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

casa completa, com área de 40m^2, levando em consideração a dificuldade de acesso e a complexidade construtiva.

IMAGEM 12: Casa núcleo – Programa de habitações populares



Fonte: Plano Doxiadis (1965)[78]

O plano Doxiadis, apesar de se constituir como uma referência de qualidade técnica entre urbanistas e planejadores, teve sua importância real reduzida. Entregue em 1965, no final do governo Lacerda, não dispôs de tempo, nem de recursos para que fosse implementado. Em função do contexto marcado pelo Golpe Militar de 1964, Lacerda não conseguiu eleger um sucessor e perdeu a possibilidade de se candidatar a presidente da República, em função de ter seus direitos políticos cassados. Dessa forma, a possibilidade de remodelação da capital e a construção da Belacap mais uma vez ficou para segundo plano.

[78] DOXIADIS Associates, Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis), tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

3. O contexto brasileiro na década de 1990 e início do século XXI

O Brasil, a partir da década de 1990, iniciou um processo de estabilização, depois de sucessivos governos marcados por graves crises econômicas, caracterizadas pela hiperinflação e pelos endividamentos interno e externo. Nesse sentido, podemos destacar como marco do final do ciclo dos anos 1980, "década perdida", o pedido de moratória realizado pelo, então, presidente José Sarney, em 20 de fevereiro de 1987.

A partir do governo Itamar Franco (1992-1995), o Brasil iniciaria um processo de recuperação e estabilização econômica, com o lançamento do Plano Real, em 27 de fevereiro de 1994. Isso permitiu que o país iniciasse o século XXI de forma estável, alcançando patamares novos em relação ao crescimento econômico, estabilização da moeda e distanciamento da hiperinflação. Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e de Luís Inácio da Silva (2003-2011) tornaram material a estabilidade econômica.

Comparando a política com a economia, o contexto foi marcado por uma grande instabilidade institucional. A Constituição de 1988 marcou a saída do país de um longo regime ditatorial e restabeleceu, de fato, o regime democrático de direito. Apesar da instabilidade gerada no governo Fernando Collor de Melo (1990-1992), o primeiro presidente eleito após o regime ditatorial, os mecanismos institucionais estabelecidos na Constituição prevaleceram, seu vice Itamar Franco pôde governar até o fim do mandato, passando a faixa presidencial para o novo presidente Fernando Henrique Cardoso.

Em termos culturais, segundo Sarah Lemos,

> "A primeira década totalmente democrática, depois de vinte anos de Ditadura Militar, os anos 90 derrubaram principalmente o autoritarismo estético. Na música, o cenário foi democrático. Todos tiveram vez: axé music, pagode romântico, sertanejo, lambada, boy bands, grunge, funk melody e até figuras inusitadas como Tiririca e Mamonas Assassinas. Deixou-se de marginalizar certos estilos, todos tiveram o mesmo destaque. O Nirvana é símbolo disso, trouxe o subterrâneo dos anos 80 e colocou para o primeiro plano. Ao mesmo tempo, surgiam tipos diversos de tribos com que o jovem poderia se identificar. Nos anos 70 você podia ser hippie, militante de esquerda ou careta. Nos 90, abriu-se essa cartela de grupos urbanos. A cantora Fernanda Abreu, carioca e destaque da geração pela junção de samba e funk, conta que nessa época surgiram as misturas mais criativas. Foi uma década privilegiada em termos de novos talentos musicais, revelando artistas incríveis. A fusão da linguagem pop internacional com os ritmos brasileiros deu o tom. Marcelo D2 misturou samba com hip-hop, Carlinhos Brown mesclou MPB, samba e reggae, já Chico Science e Nação Zumbi juntaram rock

> e música eletrônica com ritmos regionais, como maracatu e coco-de-roda, diz Fernanda."[79]

3.1 A questão urbana no Rio de Janeiro e a necessidade de colocar em prática o planejamento urbano

Em se tratando de Rio de Janeiro, analisamos a trajetória da questão urbana na cidade, desde a década de 1920. Nesse contexto destacamos dois planos que, infelizmente, não saíram do papel efetivamente, mas, de certa forma, produziram e tentaram criar um modelo de cidade ideal.

Na década de 1970, a prefeitura do Rio de Janeiro investiu em um novo plano urbanístico, denominado PUB-RIO (1977). O plano foi resultado efetivo de um convênio entre o governo estadual e municipal, em função de um novo contexto no Rio de Janeiro, marcado pela fusão entre o estado da Guanabara e o do Rio de Janeiro.

O Plano apresentou um diagnóstico da cidade que crescia por determinação dos agentes imobiliários e ausência de um marco legal/administrativo. Segue a lógica dos planos diretores, mas, de fato, expressa a vontade de sistematização de intervenções com a criação de AP`s (Áreas de planejamento) e PEU`s (Projetos de Estruturação Urbana) desenvolvidos e aprovados a partir de 1985. Segundo Andreatta,

> "Esse plano teve como mérito a influência no debate sobre a organização política da cidade e a sugestão de absorção progressiva das favelas que deu início à nova visão urbanística sobre a forma de habitação popular. Apesar da falta de execução das propostas do plano, é forçoso inscrevê-lo na lista dos que apoiam a história oficial urbanística da cidade." [80]

Havia a necessidade de um instrumento efetivo de planejamento urbano. Dessa forma, o Plano Diretor foi considerado o instrumento básico da política urbana, a partir da Constituição de 1988, que começou a estabelecer os parâmetros e diretrizes nacionais para a questão urbana. Devemos destacar as respectivas Constituições Estaduais e Leis Orgânicas Municipais, que tiveram um papel cada vez mais importante dentro desse contexto de estabelecimentos de marcos legais sobre a situação urbana.

---

[79]. LEMOS, Sarah. Revista da PUC. Rio de janeiro: edição 199.

[80] ANDREATTA, Verena. Cidades Quadradas, paraísos circulares. Os planos Urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006, 206p.

A elaboração de um Plano Diretor, no caso da cidade do Rio de Janeiro, não se fez necessário apenas por exigência legal e constitucional, mas sim pela urgência de recuperação da cidade, o que levou o corpo técnico da prefeitura a desenvolver soluções de longo prazo para a cidade, sem dispensar as necessidades imediatas e de médio prazo. Segundo Mirian Freitas,

> "Entende-se o Plano Diretor como instrumento de transformação da cidade no sentido de que seja um espaço real da cidadania e de prestação de serviços a seus habitantes, cumprindo sua função social. Almeja-se uma cidade com um modelo de organização social, baseado na realidade, traduzido em uma cidade que a habitação e os serviços complementares, o saneamento básico e o transporte estejam garantidos, em que o desenvolvimento econômico respeite a proteção dos recursos naturais e da paisagem, que assume a sua condição de metrópole, sede de serviços específicos, culturais, científicos e financeiros e, que tenha valorizada a sua memória construída e resgatada a identidade de seus habitantes com seus espaços."[81]

Portanto, o Plano Diretor, ao se colocar como instrumento oficial do planejamento urbano, sacramentou e legitimou a questão da participação popular nas decisões em torno do assunto, além de valorizar uma questão relativamente nova para a década 1990: a questão ambiental e ecológica. O planejamento deveria ser pautado na realidade das cidades, levando em consideração as mais diversas necessidades de cada comunidade ou lugar da cidade. Existe aqui uma desvinculação efetiva de se estabelecer uma cidade ideal, e, sim, estabelecer regulações para que ela possa se desenvolver de maneira a ajustar-se às necessidades reais dos cidadãos que a habitam.

Nesse contexto, o marco desse modelo de plano para o Rio de Janeiro é 1992, em que foi posto em prática o Plano Diretor da Cidade. Pode-se comprovar nele a influência da nova visão urbanística de recuperação da cidade construída, cuja redação coincide com a época da formação da consciência ecológica no urbanismo. Não é por acaso que o ano de sua conclusão coincidia com a Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (RIO-92), que sancionou as políticas ambientalistas e deu origem à "AGENDA 21".[82]

---

[81] FREITAS, Miriam Pereira de. Plano Diretor do munícipio do Rio de Janeiro e objetivos da política de meio ambiente e valorização do patrimônio cultural. Editora: PUC-RJ. Revista de Arquitetura.

[82] A Agenda 21 foi um dos principais resultados da conferência Eco-92 ou Rio-92, ocorrida no Rio de Janeiro, Brasil, em 1992. É um documento que estabeleceu a importância de cada país a se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual governos, empresas, organizações não governamentais e todos os setores da sociedade poderiam cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais. Cada país desenvolve a sua Agenda 21 e no Brasil as discussões são coordenadas pela Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável (CPDS) e da Agenda 21 Nacional. Ela se constitui num poderoso instrumento de reconversão da sociedade industrial rumo a um novo paradigma, que exige a reinterpretação do conceito de progresso, contemplando maior harmonia e equilíbrio holístico entre o todo e as partes, promovendo a qualidade, não apenas a quantidade do crescimento. Com a Agenda 21 criou-se um instrumento aprovado pela

O plano, feito para uma década, destacava a questão da regulamentação da ocupação do solo no Rio de Janeiro por meio do controle da densidade demográfica, em função da saturação da infraestrutura e dos impactos ambientais. A diretriz de preenchimento dos vazios urbanos objetivava controlar o adensamento das áreas urbanizadas, evitando a expansão desmensurada da malha urbana.

Podemos destacar a garantia das populações faveladas de seus assentamentos. É um plano que mantém a visão tradicional de estrutura de zoneamento e para diversas questões são estabelecidas políticas e normas, ainda que muitas tenham ficado sujeitas à regulamentação. Na verdade, o plano ficou só nas diretrizes. Suas propostas se alinham à nova cultura de projetos de recuperação do Centro Histórico, ao estilo de Bolonha de 1971, e projetos de qualificação do espaço público, que surgiu com o Rio Orla e outros de revitalização do Centro.

Mesmo com o estabelecimento do Plano Diretor como principal regulador da questão urbana, ainda havia a necessidade de uma série de políticas regulatórias, estabelecidas nos artigos 182 e 183 da Constituição. Nesse sentido, foi estabelecida a Lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001, estabelecendo o Estatuto da Cidade, que regulamentava as proposições constitucionais. Trata-se de um marco importante da questão urbana e do planejamento urbano no Brasil, pois pretendia estabelecer uma gestão democrática e flexibilizar os instrumentos pelos quais o poder público poderia se utilizar para gerir a questão urbana local.

Para efeito de nossa pesquisa, nossa atenção será maior para um mecanismo estabelecido: as operações urbanas consorciadas, ou seja, um conjunto de intervenções e medidas, coordenadas pelo poder público municipal, com a finalidade de preservação, recuperação ou transformação de áreas urbanas contando com a participação dos proprietários, moradores, usuários permanentes e investidores privados. O objetivo é alcançar, em determinada área, transformações urbanísticas estruturais, melhorias sociais e a valorização ambiental.

ONU, internacionalmente, que tornou possível repensar o planejamento. Abriu-se o caminho capaz de ajudar a construir politicamente as bases de um plano de ação e de um planejamento participativo em âmbito global, nacional e local, de forma gradual e negociada, tendo como meta um novo paradigma econômico e civilizatório. As ações prioritárias da Agenda 21 brasileira são os programas de inclusão social (com o acesso de toda a população à educação, saúde e distribuição de renda), a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável. Mas o mais importante ponto dessas ações prioritárias, segundo este estudo, é o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício. A Agenda 21 é um plano de ação para ser adotado global, nacional e localmente, por organizações do sistema das Nações Unidas, governos e pela sociedade civil, em todas as áreas em que a ação humana impacta o meio ambiente. Wikipedia.consulta:https://pt.wikipedia.org/wiki/Agenda_21#:~:text=A%20Agenda%2021%20foi%20um,Janeiro%2C%20Brasil%2C%20em%201992. Acesso: 20 de set. 2020.

A operação urbana possibilita ao município uma maior amplitude para tratar de diversificadas questões urbanas e permite que delas resultem recursos para o financiamento do desenvolvimento urbano, em parceria com a iniciativa privada, por meio de parceria público-privada (PPP).

3.2 A remodelação da área central por meio da operação urbana consorciada, o projeto porto maravilha.

No plano interno e conjuntural do Rio de Janeiro, destacamos que o marco de maior impacto, no tocante à questão urbana, foi o estabelecimento do Plano Diretor de 1992, que permitiu, entre outras coisas, grandes projetos na cidade, como o Programa Favela- Bairro e o Projeto Rio Cidade, sob a gestão do prefeito César Maia (1993-1997), que objetivou a inauguração da prática da requalificação urbana na cidade, tendo a qualidade das ruas como foco central. Devemos destacar que esse projeto fazia parte de um Plano Estratégico denominado "Rio sempre Rio" (1995), que procurava, entre outras coisas, resgatar a identidade da cidade como funcional e hospitaleira, reforçando a ideia de "cidade maravilhosa". O projeto teve continuidade, pois o prefeito conseguiu eleger o seu sucessor, o prefeito Luiz Paulo Conde (1997-2001). Nesse período, mais de trinta bairros sofreram intervenções específicas – arborização, rede de esgoto, iluminação, coleta de lixo, dutos de telefonia, abrigos de ônibus etc.

Além disso, nas duas administrações, começaram, também, a ocorrer intervenções na área central da cidade, iniciadas pelo projeto da gestão Cesar Maia em requalificar a região da Avenida Rio Branco. Esse conjunto de intervenções nos revela o interesse da administração pública em livrar-se do quadro de decadência da década de 80 e partir para um efetivo novo planejamento urbano da cidade, aliado à estratégia de fundamentar uma nova identidade positiva para a cidade. Além disso, passou a existir a integração da estratégia de promoção da imagem nacional e internacional da cidade como sede de megaeventos internacionais. Segundo Sanchez:

> (...) a chamada espetacularização do espaço urbano transforma as cidades em mercadoria, ao incluir em seus espaços públicos equipamentos culturais e renovar espaços considerados degradados ou obsoletos e promover a cidade economicamente. (...) como referências urbanísticas da reestruturação, que costumam vir associadas à imagem requalificada, os programas de renovação urbana incluem a transformação de algumas áreas nas chamadas novas centralidades,

> fragmentos urbanos transformados em nós de atividades e fluxos – empresariais, comerciais, de serviços – somados aos espaços da chamada oferta cultural, museus e centros de lazer. Seu lócus são os tecidos urbanos sempre apresentados como degradados, perigosos, desajustados e incômodos quando confrontados aos valores dos atuais projetos de cidade. São áreas de antigas fábricas, frentes marítimas ou armazéns em velhas áreas portuárias, agora refuncionalizados e revitalizados para formas novos complexos de consumo em sintonia com os padrões culturais dominantes."[83]

A ideia primordial é, de fato, criar a imagem de uma cidade renovada e cosmopolita ou "mundializada", promovendo-a economicamente. Logo, no Rio de Janeiro, a questão de tornar-se sede de megaeventos permitiu e impulsionou a reestruturação do seu espaço urbano.

Dessa forma, em 2001, novamente na gestão Cesar Maia (2001-2009), as atenções se voltaram à zona portuária, seguindo a ótica de relevância da questão do patrimônio histórico e revitalização de áreas centrais. Nesse sentido, a elaboração do Plano de Recuperação e Revitalização da região Portuária do Rio de Janeiro, pela Secretaria de Urbanismo, juntamente com o Instituto Pereira Passos criou a Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU), abrangendo a região do porto e os bairros: Saúde, Santo Cristo, Gamboa e parte do centro, para onde foram definidas diretrizes e novos parâmetros urbanísticos. O plano teve como decorrência a materialização da Cidade do Samba (inaugurada em 2005), a Vila Olímpica da Gamboa (inaugurada em 2004) e o Museu Guggenheim no píer Mauá (não construído). Juntos, os projetos, possuíam a intenção de desenvolver uma nova identidade para o Rio de Janeiro, tendo como ápice mais imediato a realização dos Jogos Pan Americanos na cidade (escolha definida em 2002).

A cidade do Samba que visava resgatar a condição da imagem da cidade como lugar de festa e segurança, o Museu, a conexão com o turismo internacional e ao consumo, a Vila Olímpica, a questão da imagem da eficiência em relação à acomodação e o incentivo à prática de esportes. Os impactos maiores seriam construídos no entorno da praça Mauá, no sentido de resgatar a região como espaço público de lazer, pois o antigo píer Oscar Weinschenk ou, popularmente conhecido, Píer Mauá, havia se tornado um imenso terreno ocioso na região central da cidade.

[83] SÁNCHEZ, Fernanda. Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global. In.: LIMA, Evelyn; MALEQUE, Miria (Org.). Espaço e cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

IMAGEM 13: O Porto do Rio de Janeiro em 2020, antes das obras de revitalização

Fonte: Instituto Pereira Passos, 2002.[84]

Acreditava-se que a visibilidade internacional com os Jogos Pan-Americanos seria fator decisivo na escolha do Rio como sede da Olímpiada em 2012. No entanto, o Comitê Olímpico Internacional (COI) apontou o problema da segurança pública, a habitação e a poluição da cidade como empecilhos que justificaram a exclusão da cidade da disputa.

Em uma nova candidatura apresentada em 2007 e com resultado oficial em 2009, a cidade foi escolhida para sediar os Jogos Olímpicos de 2016. A escolha trouxe uma série de demandas ao poder público e a necessidade de materializar a infraestrutura necessária à realização dos jogos, transformando a cidade em um "canteiro de obras" até a realização do evento, sob a gestão do prefeito Eduardo Paes (2009-2017) e do governador Sérgio Cabral Filho (2007-2014).

Mais uma vez, grande parte das intervenções da prefeitura no espaço urbano foram realizadas em locais específicos, como a região central do Rio de Janeiro, o bairro de Deodoro e a Baixada de Jacarepaguá, em que seriam construídos os principais polos de realização do evento. Além disso, havia a necessidade de uma intervenção efetiva e mudança radical no sistema de transporte, visando interligar esses pontos, tanto no tocante ao transporte rodoviário (implantação do sistema de BRT) como o transporte subterrâneo (expansão do sistema de metrô até o bairro da Barra da Tijuca).

Nosso ponto focal nesse trabalho será a abordagem do conjunto de intervenções realizadas na área central do Rio de Janeiro, denominado Projeto Porto Maravilha, que ganha

[84] Disponível em: Da Belle époque à Cidade Olímpica: urbanismo, arquitetura e arte pública. Juliana Varejão Geise.Disponível:https://www2.ufjf.br/ambienteconstruido//files/2018/06/VAREJ%c3%83O-Juliana.-Disserta%c3%a7%c3%a3o_Vers%c3%a3o-P%c3%b3s-Banca_R01-3.compressed.pdf. Acesso: 20 de set. de 2020.

importância novamente, em função da administração César Maia não ter conseguido colocar seu projeto para a região.

O projeto foi fruto da Operação Consorciada (OUC) no Rio de Janeiro, Lei municipal 101, de 2009, que alterou o plano diretor da cidade e permitiu a continuidade das intervenções na Área de Interesse Especial Urbano na região Portuária (AEIU):

IMAGEM 14: Área de Especial Interesse Urbano (AEIU)

Fonte: ANPARQ, 2020.[85]

A delimitação da área é de extrema importância, pois permitiu uma série de operações viabilizadas pelo Estatuto das Cidades, como: outorga onerosa do direito de construir pela venda certificados de potencial adicional de construção; direito à preempção e superfície, além de instituir a CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro) como gestora da área, para a implementação do projeto de parceria público privada. O objetivo central do projeto era a reurbanização da zona portuária, que havia se transformado em uma região altamente degradada no centro da cidade.

A Operação urbana Porto Maravilha trata-se de uma ação estratégica da Prefeitura do Rio de Janeiro, com apoio dos governos estadual e federal, para a requalificação urbana, fomentando o desenvolvimento econômico da região portuária, bem como a criação de condições de trabalho, moradia, transporte cultura e lazer para a população local. Numa área de

[85] Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/129/129-639-2-SP.pd. Acesso: 20 de set. 2020.

5 milhões de m², previa ações que incidem no setor viário, na estruturação de equipamentos urbanos, regulamentação de usos e densidades, no setor social e cultural. O projeto seria idealizado com o envolvimento da iniciativa privada, característica do século XXI, onde o Estado já não detém a exclusividade do poder de intervenção sobre o espaço urbano, dessa forma a execução das obras ficou a cargo do Consórcio Empresarial Porto Novo, selecionado por licitação, composto pelas empresas Odebrecht, OAS e a Carioca Engenharia. Pela primeira vez na história do Rio de Janeiro, os três níveis da gestão pública estavam unidos para implementar um projeto.

IMAGEM 15: Aproveitamento do espaço da AEIU

Fonte: ANPARQ, 2020.[86]

A reação por parte do meio técnico carioca mais uma vez vem à tona:

> "(...) Presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, Sérgio Magalhães também critica o modelo adotado no Porto Maravilha por não apresentar nenhuma novidade do ponto de vista urbanístico. Segundo ele, que acompanha as propostas para a região desde os anos 1980, a operação urbana atual não privilegia o espaço público e mantém o regime fundiário já existente, mudando apenas os proprietários das terras."[87]

[86] Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq/simposios/129/129-639-2-SP.pd. Acesso: 20 de set. 2020.
[87] BELISÁRIO, Adriano. A outra História do Porto Maravilha. Apublica.org, Rio de Janeiro, 9 de agosto, p.1. Disponível em: https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha. Acesso em: 04 de set. 2019.

De acordo com Álvaro Pereira, doutor em Direito pela USP e pesquisador do Porto Maravilha, "havia uma prioridade bastante distinta do objetivo a ser implementado. O consórcio público é algo claramente distinto da proposta que surge pela PMI, onde não existe um foco em habitação. O objetivo é criar um modelo rentável para o mercado imobiliário privado"[88]. Nesse sentido, as intervenções obedeciam à lógica do grande capital, com o objetivo de agregar novas áreas dentro de um novo patamar de valorização imobiliária. As obras foram iniciadas e geridas pela empresa de capital misto (CDURP) e se articulavam em vários eixos, desde a melhoria da infraestrutura ao embelezamento do local.

Muitos movimentos sociais colocaram-se contrários às intervenções e ao projeto da zona portuária. Em função de algumas questões:

> "Conforme levantamento feito por Mariana Werneck, apenas 25% da área da região eram terrenos privados. Estado e município detinham aproximadamente 6% cada um. Todo o restante pertencia à União. Por isso, com a criação do Ministério das Cidades em 2003, abriu-se um novo capítulo dessa história. O novo órgão liderou, no governo federal, a busca de soluções para o porto do Rio, em especial por meio do Programa de Reabilitação de Áreas Centrais da Secretária Nacional de Programas Urbanos, que previa a reabilitação através da moradia no centro das cidades brasileiras. Surgiu ali a proposta de criação de um consórcio público, composto pelos três níveis de governo, responsável por conduzir a reabilitação da região. A prioridade eram a participação e a permanência da população local, além da produção de habitações de interesse social nos imóveis públicos edificados."[89]

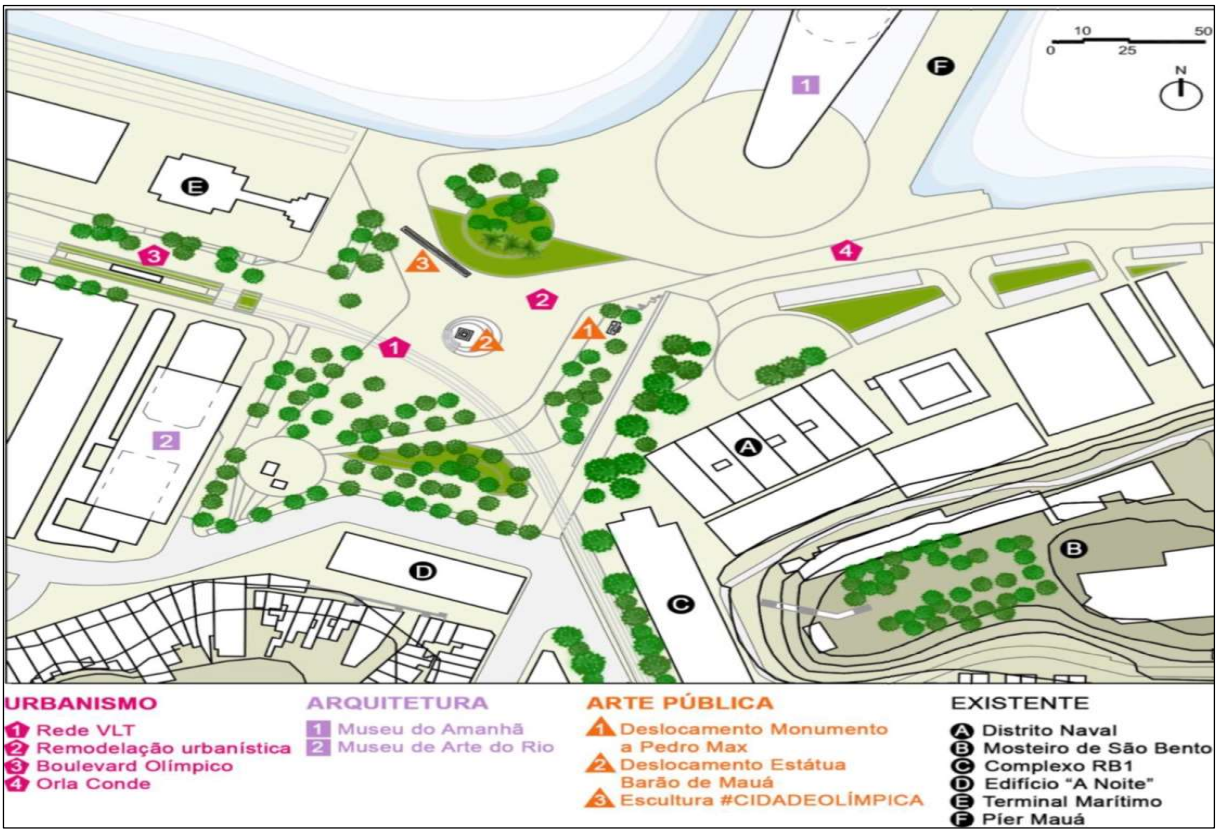
O projeto tinha por objetivos centrais resolver os problemas crônicos da região, como a gentrificação, a grande exclusão social e a segregação estabelecidas historicamente e, por último, e mais importante, a questão do déficit habitacional, dentro da lógica que grande parte do espaço era de propriedade do governo federal. Entretanto, concluídas as obras da Praça Mauá (atualmente chamada de Praça dos Museus), ciclovias, VLT (veículo leve sobre trilhos – ainda, até a data desta publicação, inacabado) e o Túnel Binário, começamos a visualizar as novas formas do espaço concluído, que, infelizmente, são contraditórios em relação à questão da necessidade da gestão democrática da cidade e da efetiva participação popular no projeto.

---

[88] Ibdem. A outra História do Porto Maravilha. Apublica.org, Rio de Janeiro, 9 de agosto, p.1. Disponível em: https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha. Acesso em: 04 de set. 2019.

[89] Ibdem. Projeto "Porto Maravilha" e a transformação espacial da Zona Portuária do Rio de Janeiro. 2013. 23 p. Relatório PIBIC – Departamento de Geografia e Meio Ambiente – Curso de Geografia da PUC – RJ. Disponível em:http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/GEO/GEOMayara%20Rangel%20Silva%20e%20Nana%20Vasconcelos%20Orlandi.pdf. Acesso em: 20 Ago. 2019.

IMAGEM 16: Planta da Praça Mauá após as obras de revitalização



Fonte: VAREJÃO, 2018.[90]

As diretrizes do projeto preveem assegurar a sustentabilidade, promover a habitação de interesse social e o atendimento à população residente em áreas objeto de desapropriação, estímulo à habitação e melhorias ambientais. As dez mil unidades de habitações populares do plano aparecem pulverizadas na região sem a devida quantificação do déficit habitacional regional.

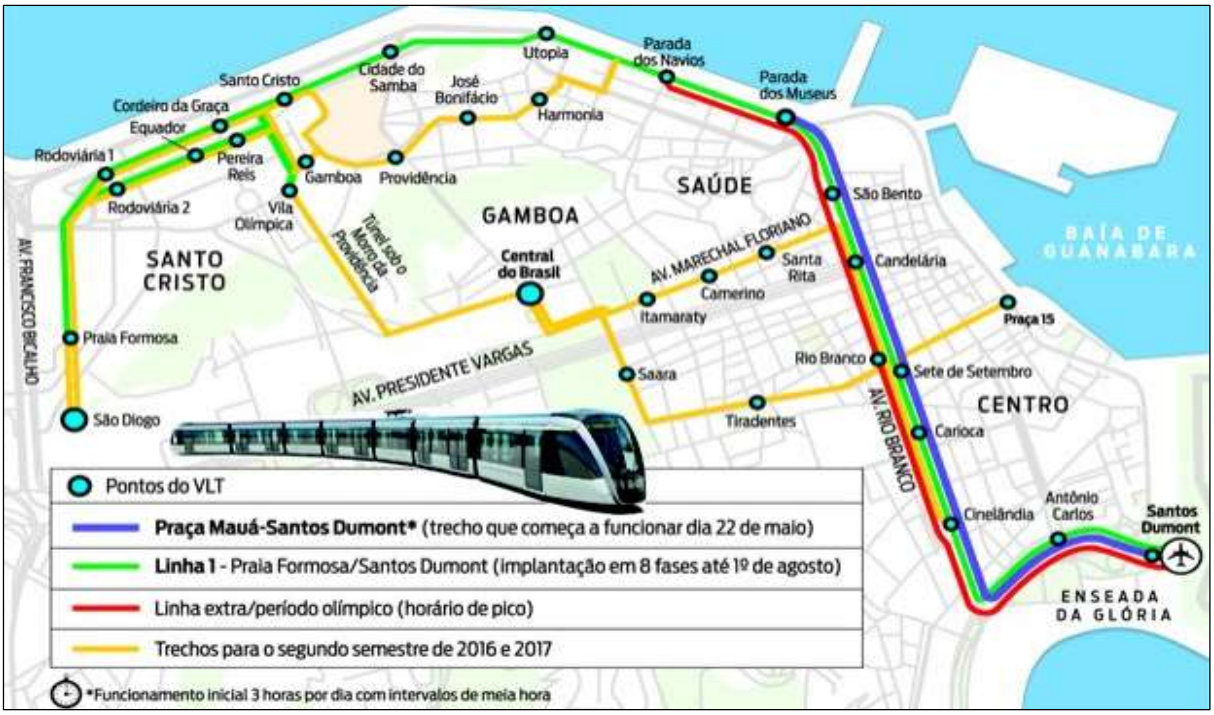
> "O próprio discurso ecológico do projeto pode ser analisado como contraditório até pela construção do Museu do Amanhã. Âncora do projeto e obra do arquiteto espanhol Santiago Calatrava, inaugurado em 2015 na praça Mauá, possui aproveitamento de luz solar, painéis fotovoltaicos e captação da água da chuva, no entanto sua manutenção é insustentável, como por exemplo: as águas utilizadas em seu espelho d`águas são provenientes da baía de Guanabara e sofrem filtragem, aumentando em 70% o custo final."[91]

[90] Disponível em: Da Belle époque à Cidade Olímpica: urbanismo, arquitetura e arte pública. Juliana Varejão Geise.Disponível:https://www2.ufjf.br/ambienteconstruido//files/2018/06/VAREJ%c3%83O-Juliana.-Disserta%c3%a7%c3%a3o_Vers%c3%a3o-P%c3%b3s-Banca_R01-3.compressed.pdf. Acesso: 20 de set. de 2020

[91] BELISÁRIO, Adriano. A outra História do Porto Maravilha. Apublica.org, Rio de Janeiro, 9 de agosto, p.1. Disponível em: https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha. Acesso em: 04 de set. 2019.

A construção do túnel Binário e a destruição do viaduto da Perimetral e outras vias expressas construídas, refletem a tentativa de solucionar engarrafamentos e o fluxo de automóveis. Porém, a ideia permanece associada à construção de vias terrestres, padrão rodoviarista, completamente insustentável no século XXI. A utilização do transporte individual continua incentivado no lugar do transporte de massas. Além disso, o caríssimo projeto do VLT não pode ser qualificado como uma solução de transporte coletivo a atender as necessidades reais da população, e, sim, a qualificação dele como transporte turístico no entorno da região central, ao custo estimado na casa dos dois bilhões de reais.

IMAGEM 17: O trajeto do VLT



Fonte: Fachamuitomais.blogspot.[92]

Infelizmente, os empreendimentos construídos em pontos específicos na região, abrangendo o cinturão da Praça Mauá com o novo complexo do Moinho Fluminense e a ligação do moderno VLT, permitem a construção de um espaço segmentado e a pretensa formação de um complexo empresarial na orla da baía, em que se reproduzirão as forças do mercado imobiliário, tendo como consequência o processo de gentrificação.

[9292] Disponível em: http://fachamuitomais.blogspot.com/2016/11/confira-o-mapa-atual-do-servico-de-vlt.html. Acesso: 20 de set. 2020.

A participação popular, um dos marcos qualitativos do Estatuto da Cidade, não ocorreu. Existia apenas um representante da comunidade no Conselho Consultivo. Não houve quaisquer consultas à população, como prevê a lei, ficando as decisões entre o "mundo político", as empreiteiras nacionais e o capital internacional.

Com a construção de objetos de grande impacto, a reação provocada na população e nos turistas é de encantamento e o sentimento de estar em uma cidade globalizada. Nesse sentido mais amplo, a reforma cumpriu o seu papel, a reforma paisagística, a demolição da perimetral, a construção do Museu do Amanhã e do Museu de Arte do Rio, além da interação provocada por novos objetos da cultura contemporânea, como a escultura #CIDADEOLIMPICA#, mais tarde substituída pela #RIO_TEAMO", serviram para fomentar um ar de cidade moderna, cosmopolita e globalizada. Porém, os principais problemas, principalmente sociais, da região não foram resolvidos. O processo de reorganização serviu de fato para ratificar a presença efetiva da iniciativa privada na reordenação dos espaços públicos como "fórmula mágica" para a resolução de problemas históricos da cidade e o resgate da alcunha de "cidade maravilhosa". Mas afinal, que cidade desejamos: a utópica ou a real?

CAPÍTULO 2

Cada um possui a sua cidade maravilhosa!

O objetivo desse capítulo é a elaboração de três grandes roteiros pedagógicos, que abarcam a evolução urbana da cidade do Rio de janeiro, visando à prática da experiência vivida na cidade, como forma de experiência sensível ao aprendizado, em um contexto interdisciplinar, envolvendo algumas temáticas específicas, a partir dos planos urbanos da cidade.

O primeiro roteiro tem por objetivo geral a introdução, a questão urbana, a partir do Plano Agache, visando uma abordagem da cidade nas décadas de 1920 e 1940, destacando-se o eixo temático: Espaço – Poder e Monumentalidade. E as possíveis projeções de cidade.

O segundo roteiro, a continuidade da temática urbana, mas a partir do Plano Doxiadis, visando a uma abordagem da cidade no período de 1960 a 1980, destacando-se o eixo temático: Mobilidade Urbana e as possíveis projeções da cidade e soluções provisórias, para o problema apresentado.

Por fim, o terceiro roteiro aborda, o início do século XXI, no Rio de Janeiro, a intervenção denominada Operação Consorciada Urbana, que permitiu a construção da ampla reforma da zona portuária, em função das necessidades dos Jogos Olímpicos de 2016, destacando-se o eixo temático: Gentrificação e Lugares invisíveis, e as possíveis projeções de cidade.

AS PROJEÇÕES DE CIDADE NA URBE CARIOCA

1º ROTEIRO – A CIDADE MONUMENTAL DE AGACHE – EIXO TEMÁTICO: ESPAÇO – PODER – MONUMENTALIDADE

- Ficha Guia Aluno:

Analisamos que em cada época específica desses recortes temporais[93] existiu uma maneira específica de se enxergar a cidade, principalmente por parte da elite técnica carioca e

[93] Primeiro período: de 1920 a 1940, e a proposta de remodelação da cidade, através do Plano AGACHE. Segundo período: a abordagem concentra-se no final da década de 50 até 1964, no Rio de janeiro e a proposta de reorganização espacial da cidade, a partir do Plano Doxiadis. E em um momento final, no início do século XXI, no Rio de janeiro, a intervenção denominada Operação Consorciada Urbana, que permitiu a construção da ampla reforma da zona portuária, em função das necessidades dos Jogos Olímpicos de 2016.

estrangeira, além dos grupos interessados nas intervenções especificas direcionadas ao grande capital especulativo e produtivo, nacional e estrangeiro.

Cabe ressaltarmos, que existem três instâncias, que de fato estão sempre em um conflito paradoxal, dentro da cidade, que são eles: o planejamento, as normas ou legislação e as obras realizadas. De fato, o correto seriam as três instâncias tornarem-se complementares em função do que foi previamente planejado, entretanto, isso nunca aconteceu no caso do Rio de Janeiro, em função em grande parte de uma falta de planejamento a longo prazo e da descontinuidade política, que cristalizava em grande parte a confusão entre política de Estado e política de governo, alicerçada pelo patrimonialismo, concatenado na primazia dos interesses privados, no lugar do coletivo.

Todas as modalidades de atuação no espaço da cidade, que focamos (planejamento, normas e obras) a priori surgiram apartadas da sociedade, instituídas dentro de uma racionalidade instrumental, visando alcançar um modelo de cidade ideal, que no caso de Agache seria a Cidade Monumental, utilizando o zoneamento urbano como forma de ordenamento social, em que os mais variados grupos seriam alocados nesse espaço de acordo com a sua condição social e em seguida hierarquizados dentro de uma lógica funcional.

Nesse sentido, o espaço pensado ou a cidade pensada por tecnocratas, planejadores ou engenheiros, dessa forma, nem todos os moradores, usuários ou conflitos latentes nesses locais foram reconhecidos ou considerados. A alteração das relações sociais e a melhoria das condições de acesso aos bens sociais pelos grupos de diferentes níveis de renda, em especial, os de menor renda, não se encontram entre os objetivos principais dos planos e muito menos das normas, do zoneamento ou das intervenções físicas.

O Plano Agache foi entregue nos últimos meses da administração do Prefeito Prado Júnior (1926-1930) e apesar de não ter sido de fato logo colocado em prática, em função de razões políticas, ele deixou suas diretrizes e marcas na área central da cidade, em especial no que denominamos Esplanada do Castelo, onde se encontram algumas das suas proposições, com parte das quadras dotadas de pátio central e o traçado viário das principais ruas. Além disso, parte de suas proposições, relacionadas à construção e ao aproveitamento de terrenos, fizeram parte de legislações posteriores – normas e padrões de construções, além do zoneamento, estabelecidos pelo Decreto nº 6000/1937.

Essas propostas eram as que facilmente poderiam ser absorvidas por se relacionarem fisicamente ao processo de adensamento e verticalização da cidade. Outras propostas inovadoras de Agache como a recuperação e a valorização dos terrenos por efeito da

urbanização, nem chegaram a ponto de serem discutidos. Ainda assim, no rastro do plano, outras intervenções foram seguidas, como a decisão de executar a Avenida do Mangue, atual Presidente Vargas, cobrindo o canal e alargando as pistas.

Uma das motivações para a realização do plano era a definição do uso e ocupação do solo na área do então recentemente arrasado Morro do Castelo. Em relação à habitação e às favelas, as propostas do autor não contemplavam a área central e sim a necessidade da preparação dos subúrbios a serem transformados em bairros operários integrados à cidade pelo sistema ferroviário e a consequente remoção da população favelada. Por outro lado, em relação à questão do saneamento, a precariedade das condições existentes à época, com diversas áreas fora da rede de atendimento, além dos problemas causados pelas inundações, acarretariam a necessidade de uma profundidade técnica maior na abordagem, com engenhosas soluções como as barragens- reservatórios nas fraldas das vertentes dos morros, visando conter a água da chuva.

De forma conclusiva, Agache projeta uma "cidade maravilhosa", marcada pelo embelezamento e monumentalidade em que de fato seus espaços seriam segregados dentro de uma lógica capitalista, a partir do zoneamento urbano e da hierarquização.

IMAGEM 18: Entrada do Brasil – Projeto Agache

Fonte:http://multirio.rio.rj.gov.br/index.php/estude/historia-do-brasil/rio-de-janeiro/66-o-rio-de-janeiro-como-distrito-federal-vitrine-cartao-postal-e-palco-da-politica-nacional/2920-as-realizacoes-de-pedro-ernesto-e-de-outras-administracoes.

A ilustração acima, retirada do plano Agache, sintetiza a projeção de cidade do urbanista francês, para a cidade do Rio de Janeiro, na década de 1930. O zoneamento demarcando efetivamente a contorno da cidade, acompanhado da arquitetura monumental, visando ao poder estatal no espaço delimitado, a partir da segregação de grupos de renda mais baixa nas margens da cidade ou subúrbios, concretizou, de fato, uma hierarquização dos espaços.

1º ROTEIRO – A CIDADE MONUMENTAL DE AGACHE

A) CIRCUITO SUBURBIO DA ZONA-OESTE – BANGU

1. Objetivo inicial

Visita guiada ao Museu da Fábrica de Bangu localizado no interior do shopping, com o objetivo de reconhecer os vestígios de um bairro dormitório e a evolução urbana dele. Em um segundo momento, o circuito terá seu fechamento com uma visita também guiada à estação ferroviária da Supervia do Bairro de Bangu, em que através do transporte modal (Trem urbano), nos deslocaremos a segunda parte do circuito, na zona central do Rio de Janeiro.

1.1 Objetivos pedagógicos da visita

O aluno terá contato com vestígios da fábrica no museu e a partir daí será realizada a introdução de temas relacionados a evolução urbana do Rio de Janeiro. Podemos destacar: os impactos da instalação da fábrica na região, o desenvolvimento do bairro a partir dela. O modelo de modal ferroviário para os subúrbios e o entendimento do que era na concepção de Agache, um bairro operário.

A estação de trem representa o polo focal de desenvolvimento do bairro, entretanto, a explanação também poderá abordar a questão da arquitetura, que por atender uma população de baixa renda não existe uma monumentalidade ou suntuosidade e a questão da segregação do próprio bairro gerado pela rede ferroviária. Nesse sentido, apenas o entorno da estação promove o desenvolvimento enquanto o restante do bairro fica apartado pelos muros da construção da ferrovia, não permitindo o desenvolvimento, por exemplo, do comércio, já que a circulação de pessoas é ínfima.

Na visita à estação de trem e embarque até a região central do Rio de Janeiro. Os alunos serão aconselhados a apontarem o tempo de deslocamento total da viagem, em seus respectivos diários de bordo, destacando-se o tempo de deslocamento como fator de falta de qualidade de vida. Além disso, eles deverão apontar as referidas estações ao longo do trajeto, chamando a atenção para o perfil delas e a transposição do mesmo modelo para outros bairros suburbanos do Rio de janeiro.

1.2 O Passo a passo - simplificado – roteiro

O roteiro será uma visita guiada, passando pelo Museu da Fábrica de Bangu e terminando o percurso para análise na estação ferroviária do mesmo bairro, em que será realizado o deslocamento ao centro da cidade.

1.3 Material envolvido

Os alunos deverão adquirir uma agenda ou um caderno pequeno, que se transformará no diário de bordo. Um diário em que serão apontadas todas as informações consideradas por eles, relevantes.

O documento abaixo, juntamente com a ficha guia do aluno, será entregue ao mesmo em forma de texto deverá ser colada no seu diário de bordo.

DOCUMENTO

A fábrica foi fundada no dia 6 de fevereiro de 1889, com o nome de Companhia Progresso Industrial do Brasil. Seu idealizador e fundador foi o comendador Manuel Antônio da Costa Pereira. A partir de sua fundação, o espaço rural que ali existia foi se transformando rapidamente em urbano. Neste período, a região sofreu um rápido e consistente desenvolvimento, sendo uma das principais responsáveis por importantes obras que se iniciaram, tais como: a estação Bangu, em 1890; o ramal ferroviário de Santa Cruz, em 1892, e a fundação da Paróquia de São Sebastião e Santa Cecília, em 1908, entre outras.

A Bangu, sempre pioneira, dava excelente assistência aos seus operários, contando com uma vila operária. Além de moradia, em 1906 criou uma Caixa Beneficente para atendimento médico, pagamento de enterros e outros tipos de auxílios. Em 1908 a Bangu instalou no bairro

rede telefônica e em 1910 a Rio Light fez a ligação elétrica do bairro, que passou a ter iluminação pública nas ruas.[94]

B) CIRCUITO ÁREA CENTRAL DA CIDADE – CASTELO

B.1) A MONUMENTALIDADE NO DIA A DIA DA CIDADE

1.4 Objetivo inicial

Visita às estações da Central do Brasil, via trem, e à do metrô do Largo da Carioca, visando ao longo do deslocamento dar ênfase à questão da arquitetura, em seguida a visita guiada se estenderá pelo centro da cidade, a partir da saída do metrô e a análise da Esplanada do Castelo e seu entorno, dando ênfase à construção da Cidade Monumental de Agache.

1.5 Objetivos pedagógicos

Analisar a arquitetura e a fundação da Estação Ferroviária Central do Brasil e o seu papel e impactos no desenvolvimento da cidade do Rio de Janeiro (comparando com a estação de Bangu), além disso, os alunos serão sensibilizados a perceberem a estereótipo de pessoas que circulam pelo local e a dinâmica cultural e o mobiliário urbano do entorno da estação e sua importância. Conceitos destacados: memória, identidade local e mobilidade urbana. A partir deles os alunos serão capazes de entender a questão do transporte em massa, para uma camada de baixa renda da população e analisar os problemas da mobilidade urbana e dependência dos subúrbios do transporte ferroviário, associando a estação à visita do Museu da Fábrica de Bangu.

Mobilizar os alunos na análise da arquitetura local, destacando-se a comparação entre as duas estações e suas peculiaridades, a partir da análise dos indivíduos que nela circulam, além da análise do entorno da estação e da sua integração a área central da cidade do Rio de Janeiro, enfatizando o metrô como o principal meio de deslocamento da Cidade Monumental, projetada por Agache (que pela primeira vez enfatizou em seu plano a existência essencial de uma malha urbana altamente eficaz no centro da cidade).

[94] Fonte: https://pt.wikipedia.org/wiki/F%C3%A1brica_de_Tecidos_Bangu. Acessado em: 14/05/2021

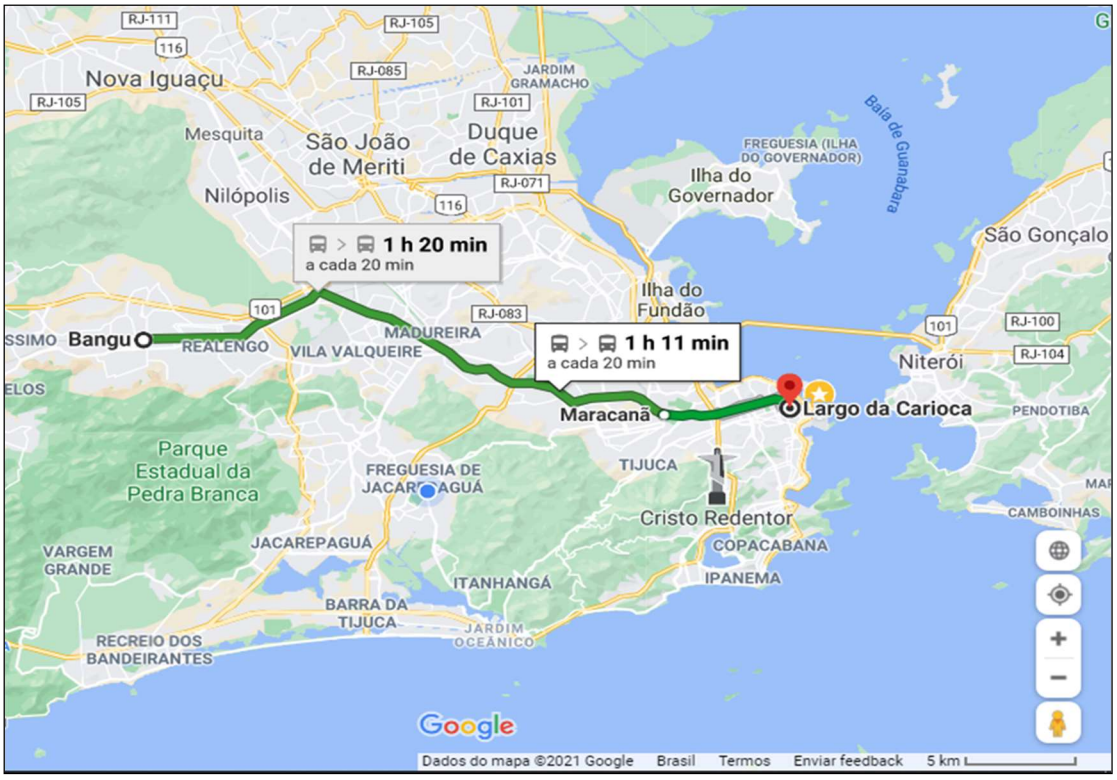
1.6 O Passo a passo simplificado – roteiro

Uma visita guiada pela estação Central do Brasil e logo em seguida a conexão com a estação Largo Carioca, na passagem para a visita da Esplanada do Castelo, dando ênfase na questão arquitetônica.

1.7 Material envolvido

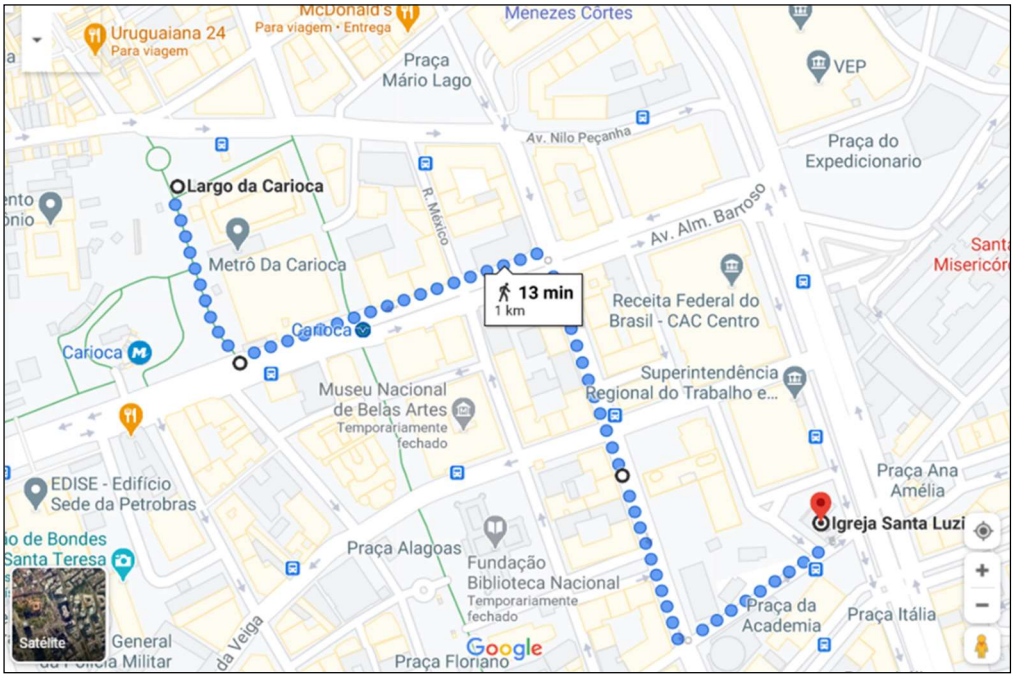
Apenas o diário de bordo, utilizado para realizar as respectivas anotações;

IMAGEM 19: Deslocamento Super Via: modal ferroviário – Bangu - Estação Central do Brasil – Estação Carioca (via metro)



Fonte: Google Maps Simulações

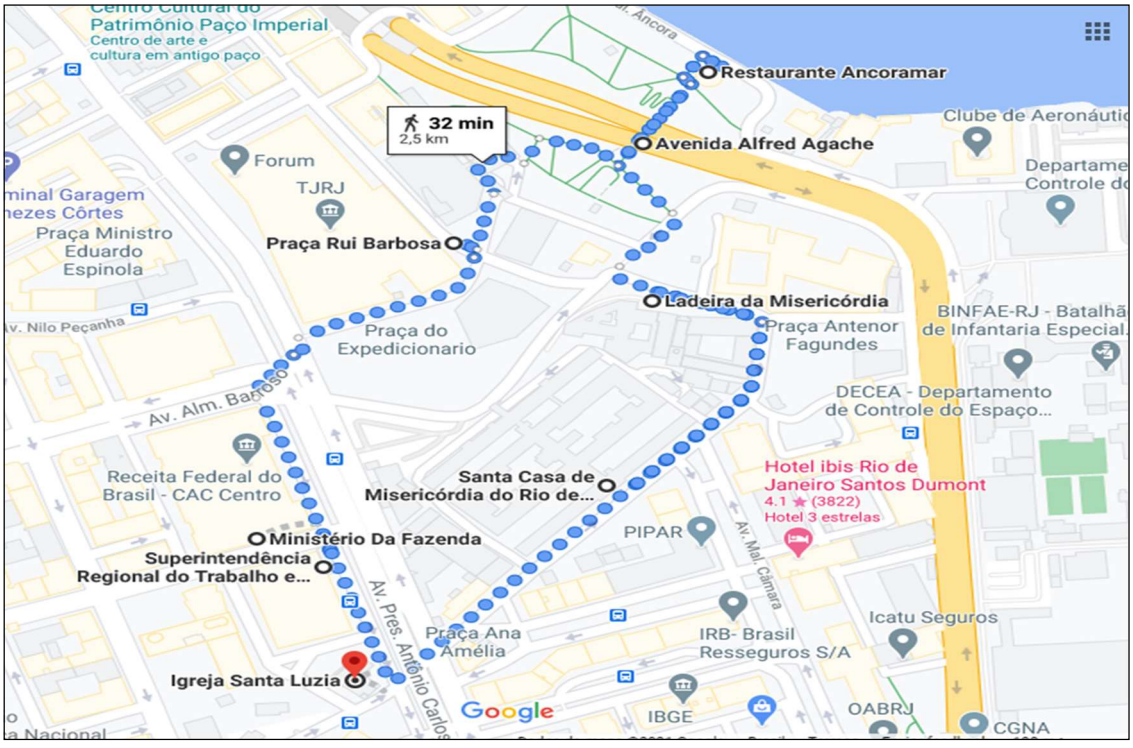
IMAGEM 20: Deslocamento Estação Metro Carioca para a Igreja de Santa Luzia



Fonte: Google Maps Simulações

B.2) A ESPLANADA DO CASTELO E A PROJEÇÃO DE CIDADE MONUMENTAL DE AGACHE NO LUGAR DO RIO DE JANEIRO COLONIAL

IMAGEM 21: Objetivos Iniciais e visão geral do roteiro



Fonte: Google Maps Simulações

1.8 Objetivos Iniciais

Vista diurna à região denominada Esplanada do Castelo e seu entorno, visando explicar a projeção da Cidade Monumental de Agache, em contraposição aos vestígios existentes do Morro do Castelo, da Ladeira da Misericórdia e da Santa Casa de Misericórdia (vestígios da cidade colonial).

1.9 Objetivos pedagógicos

O ponto alto do roteiro poderíamos dizer que é essa região de pleno interesse do trabalho, agora nesse momento inicial. Pretende-se mobilizar os alunos a refletirem em um modelo de cidade proposto pelo urbanista francês Alfred Agache, a partir da arquitetura estabelecida na região da Esplanada do Castelo, dos edifícios do Ministério do Trabalho e Ministério da Fazenda, além da análise da monumentalidade gerada pela criação da Avenida Antônio Carlos, obedecendo a lógica de alargamento de ruas e transposição da política de zoneamento em quarteirões estritamente organizados e entrelaçados por praças, plenamente arborizadas.

O início do trajeto a partir da Igreja de Santa Luzia, servirá de sensibilização para os alunos perceberem a permanência da identidade colonial da cidade (já que a Igreja é do século XVIII e se manteve na região, resistindo a todo o processo de demolição na área). A partir dela e de sua calçada conseguimos já enxergar a esplanada do Castelo (destacar aos alunos a história recente do local, ligado à destruição do Morro do Castelo e a presença de um verdadeiro espaço vazio na região, em função da demolição do maciço, na década de 1930). Ao atravessarmos a Avenida Antônio Carlos, os alunos serão guiados até a Ladeira da Misericórdia, passando pela Santa Casa, com o objetivo de identificarmos a partir da arquitetura local ou bens materiais, as camadas da população que viviam, à época, no local e todo o incômodo gerado por essa situação no início do século XX, em função da necessidade da projeção de uma nova forma de cidade na região. Moderna e Monumental.

Da Ladeira da Misericórdia, seguimos em direção ao restaurante Âncora Mar, localizado à beira-mar afim de sensibilizamos os alunos quanto ao nome da via, que corta a região: Avenida Alfred Agache, destacando a sua própria biografia e suas ideias ligadas à projeção de uma Cidade Monumental ideal e enfatizando a questão da memória e da identidade.

Retornamos em direção à Avenida Antônio Carlos, passando pela Praça Rui Barbosa e pela Praça dos Expedicionários, destacando mais uma vez os aspectos arquitetônicos presentes nas praças e a tendência de Agache em relação à organização de bulevares pela cidade, visando amenizar a condição dos efeitos da urbanização.

No retorno à avenida Antônio Carlos, visitaremos o edifício da Superintendência do Ministério do Trabalho e o Ministério da Fazenda, realizando uma análise interna e externa do impacto da arquitetura desses dois edifícios, na formação do conjunto, que denominamos Esplanada do Castelo e sua posição imponente diante da cidade do Rio de janeiro.

1.10 O Passo a passo – simplificado – roteiro

Em função desse trecho ter uma confluência de diversos pontos, vamos detalhar melhor a sequência:

- **1ª parada**: Igreja de Santa Luzia: ponto inicial do trajeto - visão geral da Esplanada do Castelo; comparação identidade Moderna x Identidade Colonial (sobrevivências).
- **2ª parada**: Santa Casa de Misericórdia - sensibilização em relação à questão de aglomeração populacional que existia no local;
- **3ª parada**: Ladeira de Misericórdia – sensibilização em relação ao Morro do Castelo como um todo;
- **4ª parada**: Avenida Alfred Agache;
- **5ª parada**: Restaurante Âncora Mar – ponto de apoio – formação de uma roda com os alunos;
- **6ª parada**: Praça Rui Barbosa e Praça dos Expedicionários – sensibilização do Projeto de Agache ligado à questão das Cidades Jardins;
- **7ª parada**: Superintendência Regional do Trabalho – sensibilização ligada à monumentalidade da arquitetura e sua projeção de cidade;
- **8ª parada**: Ministério da Fazenda – sensibilização semelhante à do Ministério do Trabalho;
- **9ª parada**: Igreja de Santa Luzia – ponto de apoio – final do percurso;

1.11 Materiais envolvidos

Apenas o diário de bordo, visando realizar suas anotações, ao longo do percurso.

1.12 Reflexões ao final de todo o roteiro, juntando o Circuito do Subúrbio (A) com o Circuito da Área Central (B)

No fim do trajeto, o aluno deverá ser capaz:

- De compreender a influência da arquitetura no simbolismo de tudo que representamos e como uma forma de expressão do poder do Estado e de controle;
- De entender as mais variadas facetas ou projeções da cidade, principalmente a identidade colonial de cidade antiga, em detrimento de uma identidade nova, de uma cidade monumental e moderna, proposta por Agache.
- Deverá ser capaz de entender o conceito de cidade monumento e os vestígios presentes nela, que representam a memória coletiva, representativa da representação simbólica dos mais variados grupos;
- De compreender o Plano Urbano como uma primeira intenção de estabelecer melhorias planejadas na cidade, entretanto, sem a participação popular nas decisões, através de ações autoritárias de intervenções;
- De responder qual seria a cidade maravilhosa de Agache.

1.13 Ambientação dos alunos em sala de aula

Antes das efetivas saídas a campo, serão realizadas atividades em sala de aula, visando à ambientação melhor do tema em questão, abordado no primeiro roteiro.

A) PRIMEIRA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada).
Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.
Objetivos iniciais: A primeira atividade pretende que o aluno seja capaz de localizar a sua cidade, seu estado, além de conhecer o mapa das microregiões, mesoregiões e regiões administrativas. O último mapa será o do Brasil, visando compor uma visão geral ao aluno.

Orientações ao professor:

- A turma deverá ser dividida em grupos de 5 alunos;
- **Grupo 1:** mobiliza a prancha 1 e preenche com alguma cor toda a área metropolitana.

- **Grupo 2:** mobiliza a prancha 2 e preenche com cores diferentes as regiões que compunham as mesorregiões.
- **Grupo 3:** mobiliza a prancha 3, preenchendo com alguma cor a área metropolitana e a diferenciado de um munícipio diferente, como Duque de Caxias.
- **Grupo 4:** mobiliza a prancha 4, preenchendo de cores diferentes: a zona do centro e portuária; Lagoa e Copacabana; Jacarepaguá, Barra da Tijuca e Cidades de Deus.
- **Grupo 5:** mobiliza a prancha 5, preenchendo apenas a região sudeste e centro-oeste, comparando-as com o restante do Brasil.

Materiais envolvidos

- Mapas desatacados nas pranchas impressas e Atlas Geográfico do Rio de janeiro;

B) SEGUNDA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: Elaboração de uma linha do tempo, do Rio de janeiro, a partir da montagem do quebra-cabeças de fontes (jornais da época), procurando compreender o assunto ou a temática principal abordada.

Orientações ao professor

- a turma deverá ser dividida em grupos de sete alunos;
- Cada grupo analisará uma prancha com uma notícia ou recorte de jornal da época, com o objetivo de localizar nas mesmas, as mais diversas palavras – chaves ou notícias importantes, visando à elaboração de uma linha do tempo e de um vocabulário com a temática urbanismo.

Análise de Pranchas

- **Prancha 01:** Destacam-se 4 notícias: “O Sr. J.J Seabra cidadão carioca”; “Floriano Peixoto”; “As heranças do governo terremoto” e “O urbanista Agache em visita ao Globo”. Os alunos deverão escrever as notícias em seus respectivos cadernos, todavia, o grupo que pegou essa prancha ainda desconhece o assunto que será abordado, portanto, dependerá do

auxílio dos outros. RESPOSTA: Notícia que deverá ser selecionada: O Urbanista Agache em visita ao Globo;

- **Prancha 02:** "As Conferências do Sr. Agache sobre Urbanismo"; A abordagem em relação ao personagem Agache já começa a tomar forma para os alunos;
- **Prancha 03: "**O prefeito quer um crédito ilimitado": a notícia destaca a requisição do prefeito da época, Antônio Prado Junior, a um crédito ilimitado para as obras de remodelação da cidade, segundo os planos do professor Agache.
- **Prancha 04:** "A associação Brasileira de Urbanismo e a questão da habitação do pobre" (primeira notícia), a segunda destaca os problemas da cidade do Rio de janeiro, como congestionamentos e falta de saneamento básico.
- **Prancha 05:** "Pelo Rio mais belo!" – terá início dentro em breve a gigantesca Avenida da Independência (primeira notícia), a segunda destaca as obras e processos de demolições;
- **Prancha 06:** "O presidente, o prefeito e o Sr. Agache sobre as ruínas do Morro do Castelo".

C) TERCEIRA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: A partir da identificação e organização cronológica de todas as notícias, agora em um segundo momento, os alunos irão elaborar um mini glossário, com as palavras mais importantes das notícias, que depois comporá o repertório para o dicionário de Educação Urbana. Desatacando-se:

- Alfred Agache.
- Urbanismo.
- Remodelação da capital.
- Habitação do pobre.
- Associação Brasileira de Urbanismo e o movimento modernista.
- Demolições.
- Gigantesca Avenida da Independência.
- O Morro do Castelo.
- Congestionamentos e Tráfego.
- Estética.

Orientações ao professor

- A partir da identificação das palavras-chaves, o professor auxiliará os alunos a estabelecerem os seus respectivos significados em cada grupo, em seguida com o auxílio das pranchas 7, 8 e 9, o professor iniciará sua explanação, com o objetivo de concatenar esse quebra-cabeças, tomando por base a questão do Urbanismo de Agache no Rio de Janeiro.
- Em seguida, os alunos confeccionam uma Linha do tempo, a partir do estabelecimento de um contexto elaborado por eles com o auxílio do professor, em relação ao contexto do urbano no Rio de janeiro, os problemas das cidades e as propostas de remodelação.
- Ainda com as palavras-chaves, os alunos comporão a primeira parte da elaboração de um extenso Dicionário de Educação Urbana, que será complementado pelos outros roteiros.

Materiais envolvidos

- Arquivo em PDF ou PPT elaborado pelo autor, com uma sequência de notícias de jornais (fontes primárias), que deverão ser projetadas aos alunos, através do datashow, disponibilizado pela escola.

D) QUARTA ATIVIDADE

- Previsão: 1 semana de aulas com 2 tempos por semana (50 minutos cada)

- Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

- Objetivos iniciais: Analisar as projeções da cidade e conseguir identificar os mais variados padrões arquitetônicos da cidade, localizados na Esplanada do Castelo.

Orientações ao professor:

- Divisão em 4 grupos – Em cada momento, um grupo utiliza o computador.
- A partir da mobilização de um computador, com configuração mínima (I5), os alunos serão orientados a utilizarem uma ferramenta Google de projeção de mapas (www.google.earth.com.br), em 3D e 2D. Eles deverão seguir no software, as devidas pranchas com as imagens estabelecidas pelo professor, visando ter uma visão ampla da cidade projetada por Agache, a partir do conjunto monumental da Esplanada do Castelo.
- Cada grupo em um segundo momento será responsável por identificar um edifício da prancha 3, destacando a sua caraterística ao lado: antigo ou moderno.

- Na prancha 4, estudaremos a forma de Agache visualizar a cidade, através da arquitetura monumental, tomando como exemplo o edifício Palácio da Fazenda, e o comparando com a figura desenhada pelo próprio arquiteto, visando estabelecer a similaridade entre ambos.
- O professor explanará de forma geral a relação da Entrada do Brasil com a Marina da Glória e a possibilidade de uma estrutura Monumental nesse lugar que, entretanto, não prosperou, sendo na década de 60 construído o Parque do Flamengo, que representou a vitória da monumentalizarão da paisagem.

2º ROTEIRO – A CIDADE FUNCIONAL, EFICIENTE, HUMANA E RODOVIÁRIA DE DOXIADIS – EIXO TEMÁTICO: ESPAÇO E MOBILIDADE URBANA.

- Ficha Guia Aluno:

O "Plano Guanabara", um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis) foi um plano preparado pelo escritório "Doxiadis Associates, Consultants on Development and. Ekisticas" chefiado pelo engenheiro-arquiteto Constantinos A. Doxiadis (1913-1975) durante o governo de Carlos Werneck Lacerda (1960-1965) para o Estado da Guanabara, no período de 1964 a 1965.

Nesse contexto, o contrato do escritório com o governo do Estado da Guanabara se deu em função de fatores políticos e econômicos. Em 1960, com a transferência da Capital federal do Rio de Janeiro para Brasília, o antigo Distrito Federal havia se tornado Estado da Guanabara, perdendo a função de centro administrativo. Por outro lado, o primeiro governador eleito, Carlos Lacerda, buscava na realização do plano, a ser entregue até o final de seu governo em 1965, afirmar sua imagem de administrador eficiente, através da utilização de instrumental científico e neutro.

A elaboração do plano baseou-se em uma instrumentalidade altamente técnica, em dados estatísticos com a definição do novo estado, em um limite de 35 anos, com o objetivo de prepará-lo para uma população prevista de 8,4 milhões de habitantes no ano 2000 (segundo dados do IBGE, em 2000, a cidade possuía 5,4 milhões de habitantes). Para tanto, foi criada a Comissão Executiva de Desenvolvimento Urbano do Estado da Guanabara – CEDUG, integrada por técnicos brasileiros responsáveis pela coleta e interpretação do material estatístico, para assessorar o escritório de consultores em Atenas.

A ênfase nos dados e na análise, pressupondo uma atitude altamente científica diante do espaço urbano o caracteriza como um plano compreensivo. A racionalidade técnica presente

definiu em termos metodológicos a opção pela determinação das insuficiências e pela quantificação das necessidades de áreas para funções centrais, de terras para a indústria, de habitações, de transportes e sistema viário, de edifícios públicos, de áreas para recreação e lazer, e de serviços públicos, saneamento básico, energia e telefonia.

Dentro dessa linha, de plano diretor, examinou-se a situação da cidade, as condições equísticas[95], e a comparou ao modelo ideal (projeção de cidade) neste caso um conjunto de comunidade hierarquizadas, visando à descentralização de suas funções. Nesse sentido, o objetivo era acabar com a lógica de desenvolvimento urbano brasileira, concretizada desde o início do século XX, que acabava por centralizar todas as funções mais importantes das cidades, em um único núcleo central (zona industrial, financeira, comercial e terciária) apartado da zona de habitações (ideia de bairros dormitórios suburbanos) promovendo uma série de consequências negativas, como os congestionamentos e redução da qualidade de vida de seus habitantes. Dessa vez, o modelo ideal não era o belo e monumental de Agache, mas o eficiente. Essa tendência se consolidava no mundo, a partir das discussões nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM – na década de 1950). A principal inovação do plano era a descentralização dos núcleos centrais, transformados em subnúcleos regionais.

O principal objetivo do planejamento seria regular os vários tipos de espaços para morar e trabalhar, a partir da criação de comunidades, que funcionassem na escala humana, e se aglutinassem para alcançar as mais favoráveis condições de desenvolvimento (com o núcleo central integrado), sem com isso estarem relacionadas com a condição da renda, como destacava o plano Agache. Além disso, também seriam considerados os espaços de lazer e de domínio da esfera pública.

Destaca-se também a ênfase na questão viária, representando a obsessão do período pelo rodoviarismo. Dessa forma, o sistema radial que convergia para o centro seria transformado em um sistema reticular para afastar da área central um considerável volume de tráfego. Esse sistema vincula-se às comunidades, conectando-as, limitando-as ou constituindo ligações internas.

O plano foi entregue em 1965, no fim do governo Carlos Lacerda, após o golpe civil-militar de 1964, em que o Estado passou a ser administrado por Francisco Negrão de Lima (1965-1970), que, por uma série de razões, inclusive políticas, decidiu por deixar de lado o plano. A instabilidade institucional colaborou para o agravamento do contexto.

[95] Conceito específico, criado por Doxiadis, que destacava a natureza e a evolução dos agrupamentos humanos ou comunidades, que comporiam a cidade ideal.

De fato, a legislação municipal veio novamente à tona e passou estabelecer novamente as intervenções, com isso, o planejamento praticado na cidade não interferiu diretamente na produção do espaço, tendo constado de planos não implementados e substituídos pelo contínuo editar de leis e decretos sem integração entre si.

O instrumento mais utilizado no repertório urbanístico brasileiro, retornou ao zoneamento, adotado desde a década de 1920, através de decretos, com a preocupação de manter áreas protegidas de usos considerados inadequados e, por fim, garantir aos proprietários de imóveis em áreas de mais alta renda não para manter valores, mas gerar valorização de terrenos. Ao instituir modificações nos limites das zonas e com isso permitir mudanças de uso para outros mais rentáveis, bem como, mudanças que viabilizassem a aplicação de índices maiores de edificação, o poder público atenderia aos interesses imobiliários, através dos mesmos instrumentos.

Ainda assim, os planos, mesmo não implementados, nos interessam nesse trabalho ou roteiro, pois integram o processo de pensar a cidade ou de projetá-la, com consequências para produção do conhecimento do Urbanismo. Além da influência que exercem na produção de estudos teóricos e analíticos e em certa parte, estabelecendo diretrizes a longo prazo, utilizadas até hoje na cidade do Rio de janeiro.

O apego usual aos regulamentos de uso e ocupação do solo por parte das administrações municipais e estaduais sem uma diretriz geral ou seguindo um plano diretor, decorre do fato de que eles se adaptam mais facilmente às tendências observadas no crescimento da cidade, refletindo as intenções de determinados grupos que representam o poder Executivo Municipal, atuando em geral com as suas grandes armas, o zoneamento e a distribuição de índices construtivos.

Nesse sentido, através do esquecimento intencional dos planos ou da fraqueza institucional no estabelecimento da atividade de planejar de forma contínua, o planejamento foi substituído pela tarefa oficial de preparar regulamentos e projetos de obras, que recortam até hoje o tecido urbano da nossa cidade, gravando, em sua memória, personagens importantes e projeções de cidades, como a pensada pelo grego Doxiadis, visando materializar o seu modelo de cidade maravilhosa.

C) CIRCUITO: O OUTRO LADO DO SUBÚRBIO DA ZONA OESTE – A BAIXADA DE JACAREPAGUÁ – A FREGUESIA

2.1 Objetivos iniciais

Visita à Igreja Nossa Senhora da Pena, em Jacarepaguá. Localizada no bairro da Freguesia, visando contemplar a Baixada de Jacarepaguá de forma geral (como melhor ponto de observação) e depois visitaremos o centro comercial do bairro, para que os alunos tenham uma visão do micro urbano, comparando o bairro de Bangu, abordado no roteiro 1.

2.2 Objetivos pedagógicos

Promover o entendimento dos alunos, quanto à questão do espaço territorial da Baixada de Jacarepaguá, reconhecendo os aspectos físicos da região e seus impasses, além da observação da representatividade da Linha Amarela, como fonte primária para análise do Plano Doxiadis. Aproveitando a visão privilegiada da Igreja, acima da Baixada de Jacarepaguá e promovendo, no fim da visita a Igreja, um conhecimento da zona central da Freguesia e a disposição da infraestrutura em um bairro de classe média carioca.

Os alunos terão contato com a arquitetura e vestígios da época colonial, identificável pela arquitetura da Igreja, mas o objetivo primordial aqui nesse ponto, será a partir da vista panorâmica proporcionada pelo sítio da Igreja, desenvolver com os alunos a localização e a representação geográfica da Baixada de Jacarepaguá, a partir da observação do bairro da Freguesia, da Cidade de Deus e da Barra da Tijuca, além da presença marcante da Linha Amarela como eixo de ligação da zona oeste com o restante da cidade, a partir da construção de uma obra extremamente difícil, em função dos aspectos físicos da região. A observação também deverá ater-se nesse sentido à presença de vários túneis, como a principal forma de conexão da região, destacando a presença efetiva do automóvel, como principal elemento de mobilidade urbana da região. Além disso, perceber que o bairro é altamente dependente de uma larga via que o corta por inteiro e agrega todo o bairro, a Estrada dos Três Rios.

O aluno terá o contato real com um bairro da cidade do Rio de janeiro, visitando o seu principal centro de comércio e serviços, que teve sua disposição física determinada de forma desordenada pela ocupação irregular da região. Entretanto, também ficará perceptível a existência de uma infraestrutura mínima, deslocada das áreas residenciais, caracterizando-se como um centro de bairro, típico do Rio de Janeiro. Apesar da não existência de um tecno polo fundamentado em alguma necessidade logística, o aluno deverá perceber uma forte estrutura de serviços voltada para a demanda do grupo residente no entorno da região, que visa atender às

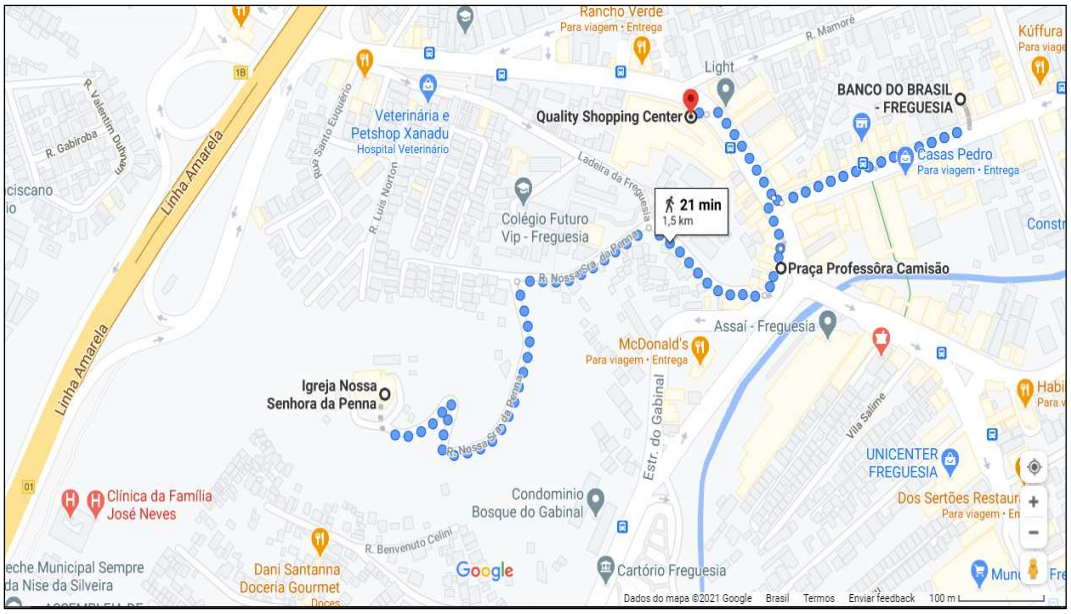
necessidades mais básicas da população, como Correios, Supermercados, Shoppings, Centros Médicos, Hospitais Públicos e Escolas.

Como o eixo temático trabalhado nesse tópico é a questão da mobilidade urbana, pois o Plano Doxiadis enfatiza a dinâmica viária, a sensibilização do aluno também deverá levar em consideração a prevalência pelo automóvel como principal meio de transporte do bairro, já que, por exemplo, ao contrário do subúrbio da zona oeste, como no bairro de Bangu, a Freguesia de Jacarepaguá não é atendida por nenhum meio de transporte de massa como metrô e trens urbanos, estabelecendo, dessa forma, a condição plena de uma dependência, em relação ao transporte por modais rodoviários, como os ônibus urbanos e, principalmente, do transporte viário estabelecido por automóveis particulares, agravado pela remodelação, implementada, a partir do modelo de BRT.

IMAGEM 22: Uma das visões da Igreja de Nossa Senhora do Loreto para a Linha Amarela

Fonte: Associação de Moradores de Jacarepaguá

IMAGEM 23: Ponto inicial – visão geral da Baixada de Jacarepaguá e visita ao centro comercial da Freguesia



Fonte: Google Maps Simulações

2.3 Passo a passo – simplificado – roteiro

Visita guiada por quatro pontos do bairro, iniciando na Igreja de Nossa Senhora da Penna (aproveitando a vista de uma forma geral da Baixada de Jacarepaguá) e depois visitando como um residente do bairro, o seu centro comercial, desenvolvido no entorno da praça Professor Camisão e a Estrada dos Três Rios. Tendo seu ponto final no Shopping Quality, em que iniciaremos o deslocamento para o Bairro da Barra da Tijuca.

2.4 Material Envolvido

Texto de apoio distribuído aos alunos na visita que deverá ser anexado ao diário de bordo do aluno, para as suas devidas anotações. O aluno também deverá estar munido dos seus mapas elaborados em sala de aula, em relação à primeira atividade.

DOCUMENTO

A Baixada de Jacarepaguá e a expansão para o oeste na década de 60

Em 1969, o arquiteto Lucio Costa é convidado pelo Governo do Estado da Guanabara para preparar um plano para uma área de expansão natural da cidade do Rio de Janeiro, que seria fatalmente ocupada com a construção dos acessos viários de ligação com a Zona Sul, a área mais valorizada da cidade. Tratava-se, segundo as fontes oficiais, de adiantar-se ao processo inevitável de ocupação, com a definição de parâmetros construtivos, que a partir da proteção de características próprias da região, não permitissem a reprodução do que havia ocorrido com outros bairros da orla marítima.

Só a Barra da Tijuca possuía 82 km² urbanizáveis, correspondendo a 10% da superfície de toda a cidade do Rio de Janeiro, dado ainda mais relevante ao atentarmos para o fato de que, à época, isso representava cerca de 20% de toda a área urbanizável da cidade. A Baixada de Jacarepaguá, por sua vez, onde se inclui a Barra da Tijuca, abrangia uma superfície de 160 km^2, com 122,50 km^2 urbanizáveis, correspondendo a, aproximadamente, 25% da área potencialmente urbanizável da cidade. Ampliaram-se, assim, as fronteiras da cidade, abrindo-se áreas para a atividade imobiliária, que passavam a constituir um novo eldorado urbano. O convite encaminhado pelo Governador Negrão de Lima, através do engenheiro Paula Soares, Secretário de Obras do Estado da Guanabara, é inicialmente recusado por Lúcio Costa, mas efetivamente aceito após um tempo.

Fonte: COSTA, Lucio. Brasília 10 anos depois segundo Lucio Costa. Revista do Clube de Engenharia, nº 386, março/abril 1970. Engenharia Editora, p. 6-11.

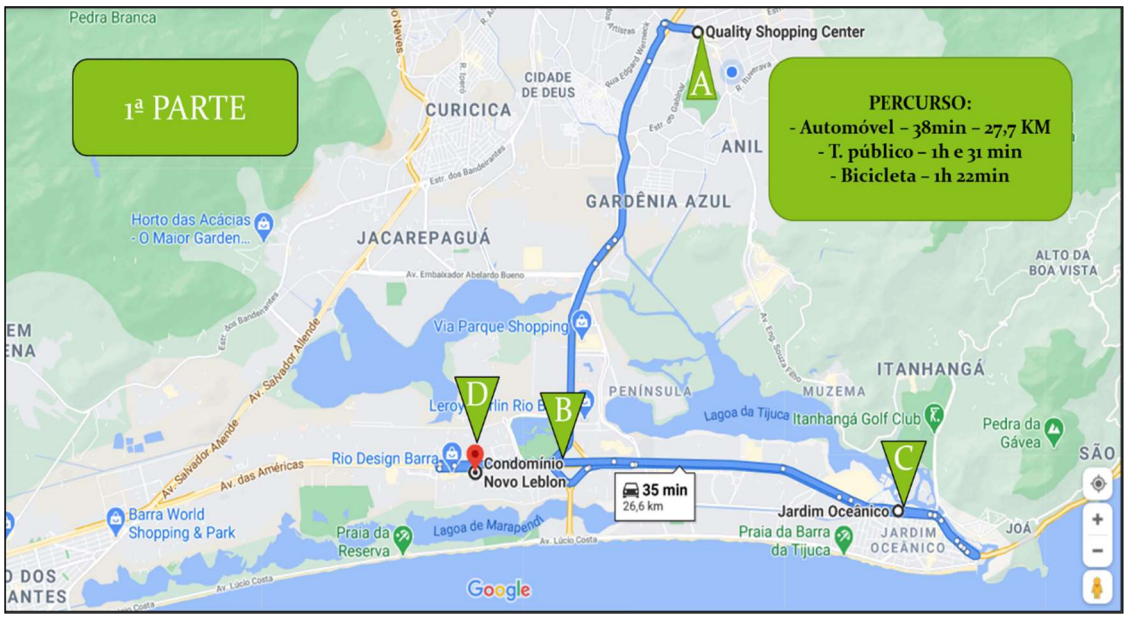
B) CIRCUITO: LUGARES INIVISÍVEIS DA ZONA OESTE – A BARRA DA TIJUCA E A CIDADE DE DEUS

B.1) CONHECENDO A BARRA DA TIJUCA, A PARTIR DA MOBILIDADE URBANA

2.5 Objetivos iniciais

Translado pela Linha Amarela e conhecimento da via como articulação essencial zona norte e Baixada de Jacarepaguá. Análise do sistema de modalidade urbana do Bairro da Barra da Tijuca e a ocupação do território, tomando como exemplo o condomínio Novo Leblon.

IMAGEM 24: Roteiro – via expressa Governador Carlos Lacerda – Linha Amarela e Avenida das Américas



Fonte: Simulação Google Maps. Adaptações do autor.

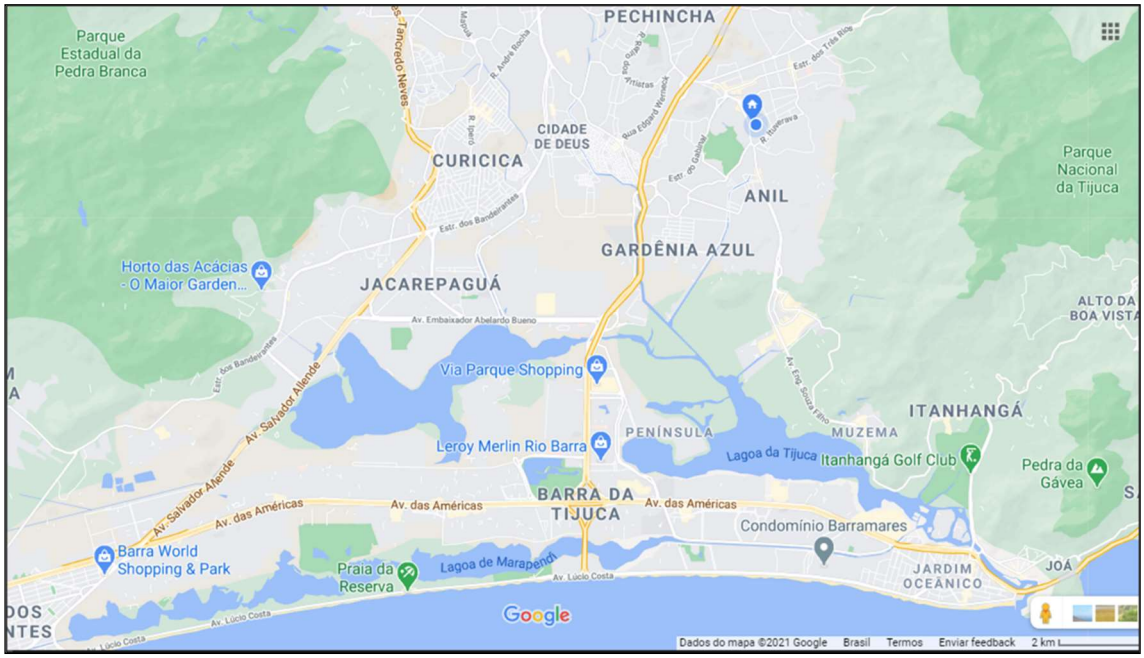
2.6 Objetivos Pedagógicos

A sensibilização nessa parte ocorrerá principalmente através da viagem pela Linha Amarela, destacando a questão da memória e reflexão da via ser denominada Governador Carlos Lacerda. Como a temática desse eixo visa compor um recorte da mobilidade urbana, grande parte do trecho será realizado de algum tipo de transporte rodoviário. A análise da imagem 24, nos permite salientar que o trajeto de 27,7 km (Freguesia-Barra), pode ser realizado de forma mais de rápida de automóvel (38 min), em comparação ao transporte público, com o qual levaríamos um tempo quase quatro vezes maior: por incrível que pareça, o trajeto de bicicleta será realizado de forma mais rápida. No translado até o terminal Alvorada, começamos a perceber algumas diferenças em relação ao bairro da Freguesia, principalmente a largura das autoestradas e a "superquadras" em que estão localizados os imóveis.

A chegada ao terminal Alvorada, permitirá um panorâmica maior e mais ampla da Avenida das Américas e seu papel na ocupação e zoneamento do bairro, de forma controlada pelo poder público, em função da supervalorização da região, ligada à proximidade com o mar. Analisando o mapa da figura 08, conseguimos enxergar tal situação. O mapa destaca o eixo criado pela Avenida das Américas estabelecendo um trecho de ligação entre o Recreio dos Bandeirantes e o Jardim Oceânico, tanto na faixa da esquerda como na faixa da direita,

desenvolveram-se as habitações residenciais, da alta classe média. Do terminal Alvorada, a partir da utilização do BRT, conseguimos chegar ao Jardim Oceânico (uma das regiões mais antigas da Barra, que passou por uma remodelação em 2016, em função da construção da nova estação de metrô).

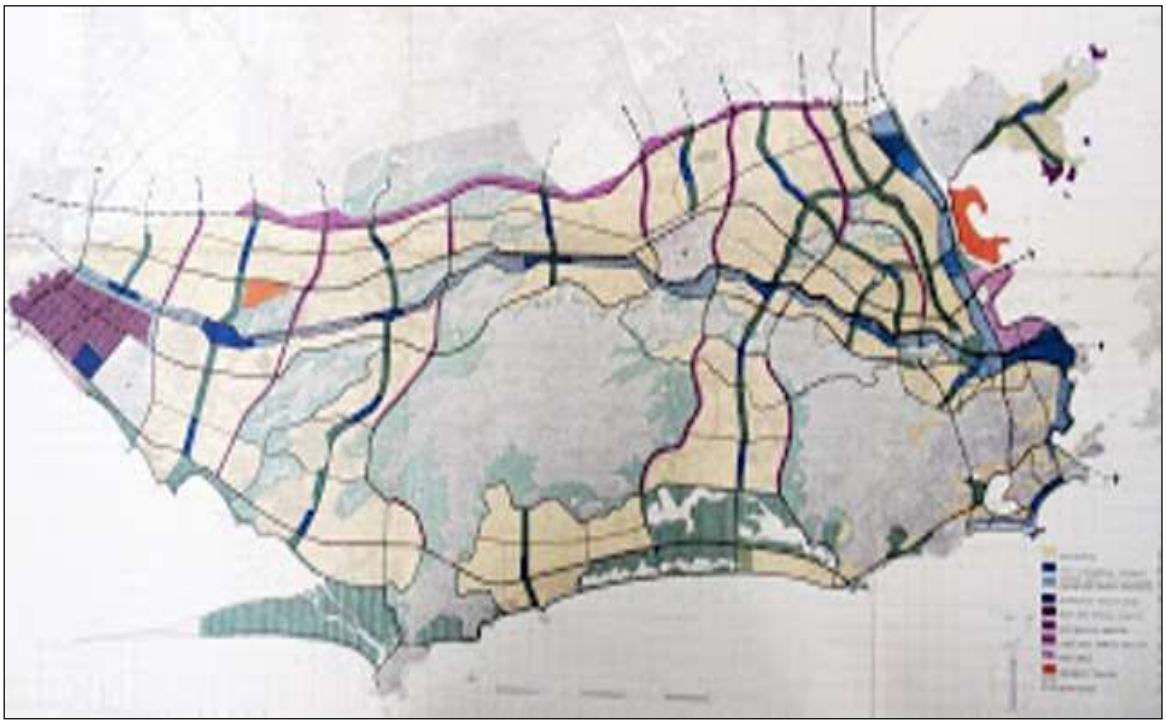
IMAGEM 25: Mapa simplificado da Barra de Tijuca



Fonte: Google Maps Simulações.

A utilização do metrô permite que os habitantes locais consigam deslocar-se facilmente ao centro da cidade (os alunos poderão perceber isso *in loco*), o que seria impossível para um morador da Freguesia, corroborando com a visão de cidade, estabelecida por Doxiadis, em que o fator deslocamento seria essencial na organização da nova cidade, a partir de uma malha de comunidades estruturadas de acordo com uma hierarquia funcional e de grandeza. Estas comunidades autossuficientes seriam separadas por vias expressas de alta velocidade, que seriam construídas seguindo os eixos Norte-Sul e Leste-Oeste. Estabelecendo dois grandes centros: um industrial, em Santa Cruz e o outro cívico, no antigo centro. Nesse sentido, a mobilidade urbana seria o grande fator de expansão da cidade. Como demonstra a imagem 26 abaixo:

IMAGEM 26: Plano Doxiadis – Malha viária e comunidades



Fonte: https://www.caurj.gov.br/retratos-da-arquitetura-4/

A imagem (27) abaixo nos auxilia, no sentido do entendimento da comunidade visitada. Margeando a Avenida das Américas, com toda a Infraestrutura básica, com acesso bem próximo ao Bosque da Barra e à lagoa de Marapendi, em que através de balsas, foi estabelecido o acesso direto à praia. Além de quantidade no entorno de inúmeras escolas, centros médicos e shoppings.

IMAGEM 27: O Condomínio Novo Leblon e o seu entorno

Fonte: Google Maps Simulações – adaptações do autor

2.7 Passo a passo – simplificado – roteiro

Como o roteiro envolve a confluência de vários pontos dentro do bairro, estabeleceremos uma sequência mais detalhada, de acordo com a imagem 24:

- **1ª parada (ponto A)**: saída do bairro da Freguesia de micro-ônibus ou através de automóvel particular ou Uber, na porta do Quality Shopping, utilizando a Linha Amarela;
- **2ª parada (ponto B)**: visita ao terminal rodoviário do BRT da Alvorada.
- **3ª parada (ponto C)**: deslocamento de BRT até o terminal de metrô, do bairro Jardim Oceânico.
- **4ª parada (ponto D)**: deslocamento de BRT do terminal Jardim Oceânico do metrô até ao condomínio Novo Leblon (visita guiada ao local).

2.8 Material envolvido

Diário de bordo dos alunos, para as devidas anotações e anexação do documento abaixo e dos mapas desenvolvidos em sala de aula.

DOCUMENTO

História do condomínio Novo Leblon e a nova identidade carioca

Referindo-se ao bairro do Leblon, foi o segundo grande condomínio construído na Barra da Tijuca (o primeiro foi Nova Ipanema), surgido em 1976, na explosão imobiliária iniciada naquela década. No convite de lançamento, o apelo irresistível: "Viva onde você gostaria de passar suas férias", convidava as famílias a saírem da saturação dos outros bairros da cidade e inaugurarem uma nova maneira de viver, com muito conforto, lazer e uma gama de serviços ao dispor.

São 1.120 apartamentos de dois a quatro quartos em oito edifícios e 189 terrenos de 1.000 a 1.500m², quase todos já ocupados, por residências unifamiliares. No nome dos edifícios, todos com esculturas de artistas contemporâneas adornando a entrada, a referência a artistas italianos do período clássico: Canova, Moretto, Masaccio, Lucca Della Robbia, Di Duccio, Ghirlandaio, Michelozzo e Pisano. Cada prédio é dotado de administração independente e área comum constando de salão de festas, sauna, piscina e churrasqueira – alternativas ao clube.

Os cerca de seis mil habitantes que habitam esses 536.732m² de área gozam do privilégio de ter a maior oferta de serviços de todo o Rio, com quatro centros comerciais praticamente na porta de casa e outros dois do outro lado da Avenida das Américas. Para se deslocar no bairro ou ir até a cidade ou Zona Sul, o condômino conta com o conforto do ônibus comunitário e, se o sol convida à praia ou à caminhada, três balsas fazem a travessia para a orla. Para estudar, uma escola pública, a Albert Einstein, e uma particular, o Colégio Santo Agostinho, anexo à igreja. O Country Club Novo Leblon oferece infraestrutura de esporte e lazer para os moradores.

Sob área de concessão da prefeitura, mais espaços de lazer e integração dos moradores: a Fazendinha, a marina, o areal e a bocha, recantos de muita beleza e alta frequência de visitantes. Três bosques, árvores frutíferas e imensos jardins inserem e harmonizam esse condomínio, que é referência no conceito de morar bem, na natureza abundante da região.

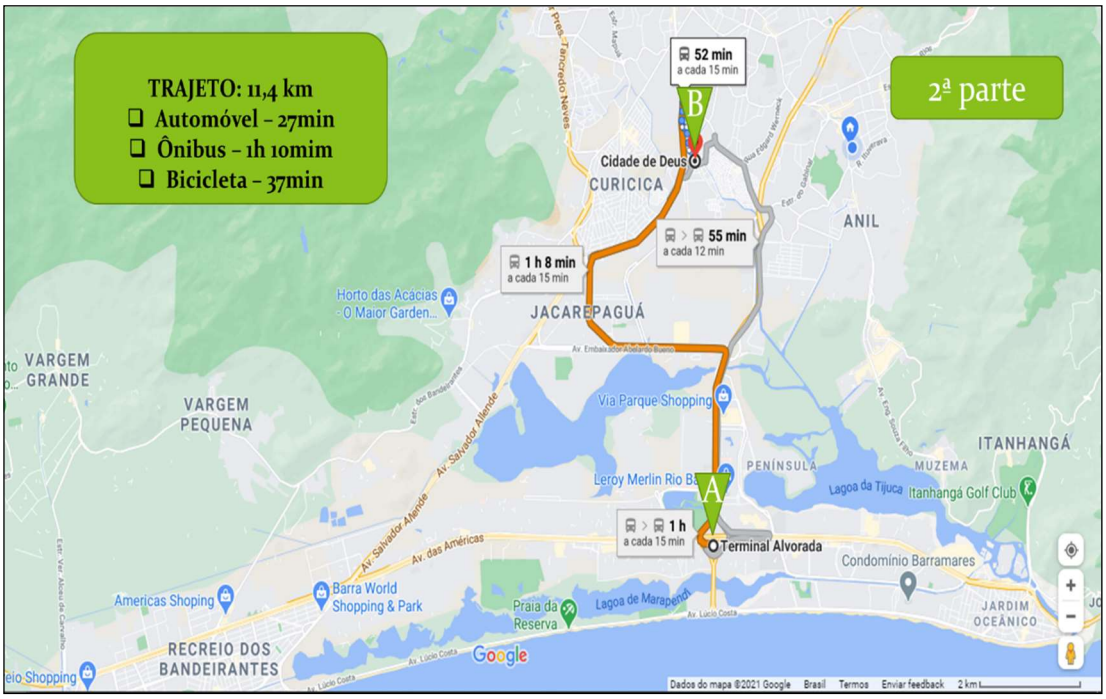
Fonte: https://novoleblon.com.br/condominio/historia/. Consulta: 15 de março de 2021

B.2) CONHECENDO A CIDADE DE DEUS, A PARTIR DA MOBILIDADE URBANA OU PELA FALTA DELA.

2.9 Objetivos iniciais

O objetivo inicial está centrado em uma comparação inicial entre o bairro da Barra da Tijuca e a Cidade de Deus, destacando a questão da mobilidade urbana e estabelecendo de fato a identificação de forças diversas no espaço físico da cidade, realizando o contraponto entre a projeção de cidade pensada por Doxiadis e a cidade real, sendo produto da ação efetiva dos seus habitantes e da cultura material existente.

IMAGEM 28: Trajeto para o bairro Cidade de Deus



Fonte: Simulações Google Maps. Adaptações do autor.

2.10 Objetivos pedagógicos

A experiencia e sensibilização dos alunos ocorrerá novamente também no trajeto ou deslocamento da Barra da Tijuca, para a Cidade de Deus. Mais uma vez prevalece a dificuldade de locomoção entre os bairros da própria zona oeste, o trajeto de 11,4 km, é percorrido mais rápido de automóvel (27 min), levando quase quatro vezes mais de transporte público (1h e 10 min), nesse trecho a utilização da bicicleta aproxima-se muito do automóvel (37 min). Como

destacado na imagem 28. O estabelecimento de pontos de visita nesse bairro é de extrema dificuldade operacional, por se tratar de uma área conflagrada do Rio de Janeiro, marcada pelo tráfico de drogas e disputa do espaço público entre vários agentes além do Estado, como traficantes de drogas e milicianos, que disputam o controle do bairro, que se transformou em uma tradicional favela da cidade.

A escolha do bairro dentro do nosso roteiro está ligada a condição do efeito comparativo com a Barra da Tijuca, em que visitamos o condomínio Novo Leblon. E a partir daí, elencaremos as principais diferenças em relação ao espaço amostral dos dois, naquilo que se refere a nossa temática, ligada à mobilidade urbana e os agentes que transformam a cidade ideal em real. A fundação do bairro esteve ligada ao contexto da década de 60 e a política pública de criação de conjuntos habitacionais pelo poder público carioca, visando acomodar um quantitativo de habitantes removidos de outras favelas da cidade, liderado pelo então governador Carlos Lacerda. Essa política foi incorporada ao Plano Doxiadis, constituindo-se como mais uma forma de comunidade autossuficiente, que dotada de uma infraestrutura relevante proporcionaria um bem-estar melhor ao conjunto de removidos.

O aluno deverá perceber que a Cidade de Deus possui uma história de solução para a cidade e nasceu com a filosofia de um bairro completo, o escoamento de água era superficial, não alagava, todas as ruas eram pavimentadas. Era um projeto inovador, que deveria ser um modelo para um grande programa habitacional, e não era só urbanismo e arquitetura, pois previa a criação de comunidades de autogestão e de um progressivo crescimento social. A ideia era encaminhar as pessoas que iam morar ali para cursos profissionalizantes, preparar para o trabalho.

Na imagem 29, podemos ter uma noção do que era o empreendimento na década de 60. E nesse sentido o Plano Doxiadis foi apresentado com dimensões salvacionistas para a cidade e passou a ser visto como exemplo de administração competente e de visão futurista. A maioria das obras do plano era anunciada como transformadores da paisagem e de valores.

IMAGEM 29 - A Cidade de Deus, na década de 60

Fonte:http://www.multirio.rj.gov.br/index.php/leia/reportagens-artigos/reportagens/586-cidade-de-deus-o-bairro-que-virou-filme. Consulta: 15 de março de 2021.

A praça escolhida para a primeira parada é a única que corta a via principal, que domina todo o bairro, a Avenida Edgard Werneck, no percurso de 11 km. Dela, não conseguimos mais observar sequer as edificações originais construídas na década de 50 e 60, pois o espaço foi completamente ocupado por centenas de ocupações irregulares e construções, transformando o entorno em um espaço de vielas e becos. A praça pública é um espaço de lazer único na região, sem algum tipo de atributo ou aparato de lazer, além do seu espaço físico. No entorno, lojas comerciais pequenas, misturam-se com residências que quase ocupam a Avenida principal, pois a maioria das construções não obedeceram ao espaço de recuo necessário.

O aluno deverá perceber outros elementos inexistentes essenciais como um hospital de grande porte e escolas privadas, apenas públicas. A sensibilização deverá ser realizada em comparação com a Barra da Tijuca, em que, de fato, forças econômicas e políticas atuaram de forma decisiva, no sentido de ocupação, manutenção e criação de uma infraestrutura "pesada" para que a região se desenvolvesse. O antigo conjunto habitacional fundado na década de 60 como exemplo de reestruturação da cidade, que na década de 80 transformou-se em bairro e a partir da década de 90, tornou-se uma das áreas mais degradadas da cidade.

Em relação à mobilidade urbana, é necessária a experiência sensível dos alunos e percepção que como a Avenida das Américas, o bairro também é "cortado" por uma grande avenida: a Avenida Edgard Werneck, mas nela, circulam um número de linhas reduzidas, até

em função da violência diária no local e constantes disputas com a polícia. A ideia primordial é que o aluno possa viver essa experiência de estar em uma terceira área da cidade, separada por poucos quilômetros, mas de características tão diferentes, um lugar ou um bairro “invisível”, e esquecido.

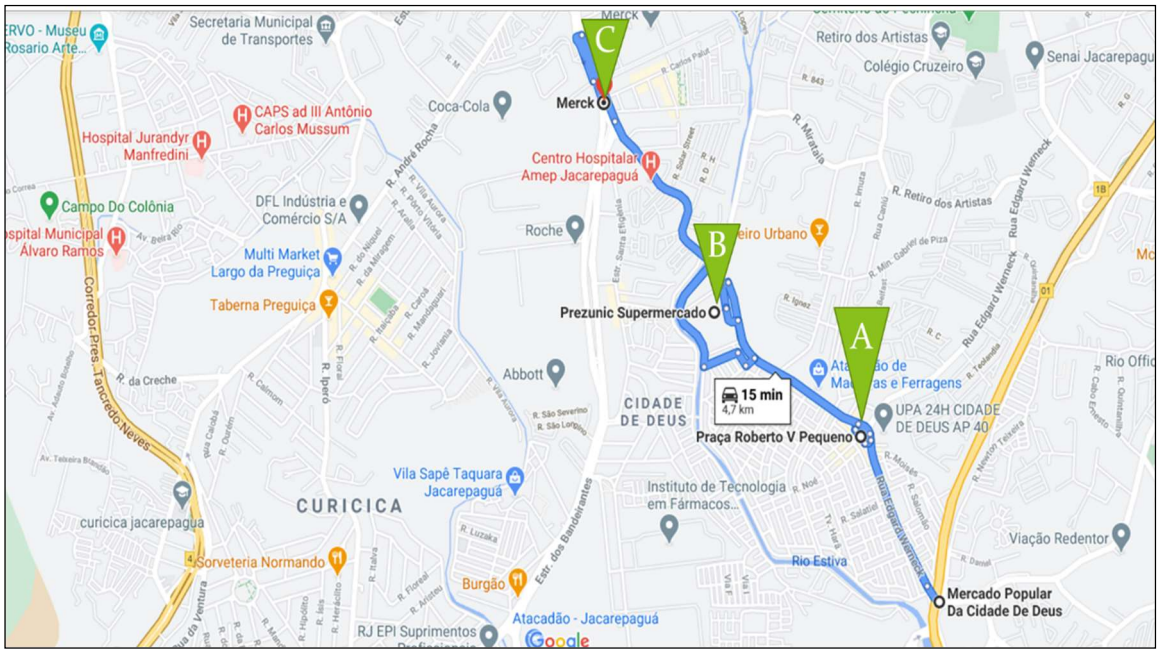
Analisando a estação do BRT Taquara Merck. Os alunos poderão perceber que o novo sistema de transporte não atende o bairro, pois a operação logística de obras no bairro seria demasiadamente complexa, em função da ocupação desordenada e da impossibilidade do alargamento da Avenida Edgard Werneck.

2.11 Passo a passo – simplificado – roteiro

A sensibilização inicial nesta parte do roteiro ocorrerá de maneira diferente das outras. Desta vez, logo no início do percurso, o professor, com a foto abaixo, deverá ser capaz de aguçar a curiosidade dos alunos, em relação ao bairro destacado na foto abaixo. Impressa, em forma de cartão, ela será distribuída a todos. A partir daí, destacamos três pontos dentro do bairro, tendo por base a imagem 30:

- **1ª parada (ponto A)**: Praça Roberto V pequeno – única praça da região, que corta a via principal do bairro;
- **2ª parada (ponto B)**: Supermercado Prezunic – polo comercial da região, centrado em um supermercado.
- **3ª parada (ponto C)**: BRT Taquara – Merck – ponto final da visita e análise do entorno.

IMAGEM 30: Sequência do Trajeto da visita ao Bairro



Fonte: Simulações Google Maps. Adaptações do Autor.

2.12 Material envolvido

Diário de bordo do aluno e a foto impressa da imagem 29, que aborda a fundação do conjunto habitacional da Cidade de Deus, na década de 60.

2.13 Reflexões ao final de todo o roteiro, juntando o Circuito (A) com o Circuito (B)

No final do trajeto, o aluno deverá ser capaz de:

- Compreender as dificuldades em relação à mobilidade urbana do Rio de Janeiro (mobilidade como o entendimento da facilidade de se deslocar bens e serviços pela cidade) e que as vias de circulação facilitam a ocupação do solo urbano, sendo ainda o automóvel, o meio de transporte mais viável na cidade.
- Perceber que o padrão rodoviarista estabelecido pelo Plano Doxiadis ainda prevalece na cidade, que se desenvolveu adotando um modelo radiocêntrico, sendo seu centro localizado no extremo leste do território. Nesse sentido, a maior quantidade de serviços e vagas de emprego concentram-se no centro, irradiando dali para as zonas norte e sul, suas periferias imediatas. Necessitando que o morador da zona oeste realize deslocamentos cada vez mais longínquos, em direção ao centro.

- Reconhecer que a falta de participação popular nas políticas públicas dificulta o reconhecimento da população em certos projetos e daí a concretização de uma cidade real em lugar de qualquer cidade projetada ou planejada;
- Perceber que a expressão “cidade maravilhosa” não consegue abarcar o perfil de toda a cidade, pois existem muitas variações regionais, principalmente após a comparação entre os três bairros: a Freguesia (classe média), a Barra da Tijuca (classe média alta e rica) e a Cidade de Deus (um bairro popular que se transformou em uma grande favela).
- Perceber a correlação de forças que atuam de forma diferente na ocupação do solo da cidade, fiscalizando mais as ações ou estabelecendo um nível de infraestrutura melhor, visando à formação de polos de atração para agentes econômicos da iniciativa privada (exemplo Barra da Tijuca). Dessa forma, escolhendo e determinando maiores investimentos em uma região, em detrimento de outras que se torna obsoletas ou, até mesmo, favelizadas.
- Reconhecer que nessa correlação de forças, o poder executivo Municipal e Estadual, tem um papel relevante e geralmente atua em função dos interesses privados, das forças de mercado e do mercado imobiliário, através de legislações, que facilitam soluções a curto prazo e imediatas no lugar de planos a longo prazo, planejados por gestores conscientes, que tenham a verdadeira noção da diferenciação entre política de Estado e de governo.
- Perceber a segregação socioespacial, a partir do exemplo da Cidade de Deus e seu entorno, respondendo à pergunta: “Por que o bairro se transformou em uma grande favela, na franja de bairros de classe média e classe média alta?” e, também, ser capaz de responder, adotando o lugar de fala de cada bairro, que Cidade Maravilhosa é essa?

2.14 Ambientação dos alunos em sala de aula

Antes das efetivas saídas a campo, serão realizadas atividades em sala de aula, visando à ambientação melhor do tema em questão, abordado no primeiro roteiro.

A) PRIMEIRA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana com 2 tempos de aulas (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: A primeira atividade, os alunos receberão um mapa da cidade do Rio de Janeiro e sua área metropolitana (Prancha 01) com alguns aspectos geológicos. Na Prancha 02, a Baixada de Jacarepaguá é apresentada por imagem de satélite, além de demonstrar as dificuldades da mobilidade urbana da região.

Orientações para o professor:

- A turma deverá ser dividida em grupos de 5 alunos;
- Ao receber o mapa, o aluno deverá identificar as dificuldades da movimentação pelo Rio de Janeiro, em função da sua geologia complexa. Deverá se desafiado a ligar toda a cidade com o mapa 01.
- O passo seguinte será o aluno realizar as marcações pelo mesmo mapa, de onde ele acredita que existem soluções de transporte em massa, como trens urbanos e metros, além do sistema de BRT.
- Análise da segunda Prancha e exibição dos dois vídeos abaixo:
- https://www.youtube.com/watch?v=nSJ4uU9Mj4U&t=181s. (Linha Amarela construção)
- https://www.youtube.com/watch?v=ifo6lYPH8iY. (Linha Amarela – OAS)
- Após a análise dos elementos acima, o aluno deverá conseguir responder as seguintes indagações: 1) Como deveria ser a mobilidade da cidade sem a Linha Amarela? 2) A Linha facilitou a mobilidade da cidade ou não? Justifique. 3) Quais os elementos envolvidos nessa ação? Apenas o Estado? Justifique. 4) A operação exigiu remoções de pessoas? Justifique.

Materiais envolvidos

- Mapa impresso da Prancha 01.
- Projeção da Prancha 02 para os alunos realizarem a atividade.

B) SEGUNDA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 2 tempos po (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: Ambientação dos alunos, ao contexto do Rio de Janeiro da década de 60, a partir de fones primárias (JORNAIS).

Orientações ao professor:

- Cada grupo analisará pelo menos duas pranchas de notícias ou recortes de jornais (1 a 12), entre o período de 1960 e 1975, de forma embaralhada, com o objetivo de localizar-se no contexto do período, a partir das fontes primárias.
- Na conclusão da atividade utilizaremos a última notícia para dar continuidade ao nosso dicionário de Educação Urbana, destacando-se o significado dos oito pontos destacados:
    - Uso da Terra e Zoneamento;
    - Obsoletismo e Deterioração;
    - Transporte;
    - Diretrizes a longo prazo;
    - Serviços de Utilidade Pública;
    - Empecilhos para o Desenvolvimento;
    - Número real de Favelas;
    - Ação rápida na questão Habitacional;

Materiais envolvidos

- Pranchas em PPT elaboradas pelo autor, com uma sequência de notícias de jornais (fontes primárias), que deverão ser projetadas aos alunos, através do datashow, disponibilizado pela escola.

C) TERCEIRA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 2 tempos (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: Estudo de caso Barra da Tijuca – O objetivo será o aluno perceber que o bairro da Barra da Tijuca, obedece às diretrizes estabelecidas por Doxiadis em seu plano, apesar do bairro ter sido concebido através do projeto do arquiteto Lucio Costa entregue ao Governo da Guanabara em 1969. O arquiteto em seu projeto, segue o viés modernista, o mesmo estabelecido por Doxiadis em seu plano para o Rio de Janeiro. O objetivo básico dessa atividade

é apresentar o modelo urbano aplicado na Barra, identificando a correlação de forças entre os mais variados agentes, permitindo ou não a implantação do plano e mais uma vez comparando a cidade ideal com a cidade planejada.

DOCUMENTO

Sensibilização Inicial - Barra da Tijuca: o concebido e o realizado

A cidade do Rio de Janeiro, desde o século XIX, foi uma cidade bastante pensada e planejada por diversos planos diretores, com a finalidade de embelezar a cidade, de facilitar o deslocamento interno ou de dotar algumas áreas da cidade e sua população de infraestrutura básica. Dentro desse contexto, o bairro da Barra da Tijuca foi privilegiado, em 1969, com um Plano Diretor específico para o bairro, com o intuitivo de orientar seu crescimento urbano, criando normas para o uso e ocupação do solo. Esse plano foi elaborado pelo arquiteto Lucio Costa sob o nome de o Plano Piloto para Urbanização da Barra da Tijuca, Pontal de Sernambetiba e de Jacarepaguá, que também pretendia preservar a "natureza agreste" do lugar.

Esse plano propunha para a Barra da Tijuca uma nova forma de organização do espaço: o crescimento urbano aliado às questões ambientais. Através do controle da expansão urbana, e pretendia preservar a geografia do lugar, suas belezas naturais como as praias, as dunas, restingas e lagoas, já que era uma das últimas áreas disponíveis para onde a cidade poderia se expandir. O ponto central do Plano era a construção de duas vias principais, a Avenida das Américas e a Avenida Alvorada (atualmente Avenida Ayrton Senna), que fariam a ligação de todo o bairro, e a criação de núcleos autônomos; também limitava os gabaritos para construção dos prédios, previa áreas de preservação, dentre outros aspectos.

Lucio Costa almejava que nascesse na região da Baixada de Jacarepaguá um novo polo Distrito Central Financeiro (CBD – *Central Business District*) para contrabalançar com a região central (o atual Centro da Cidade). Acreditava que a área era um foco natural de encontro do eixo Norte/Sul (Zona Norte e Zona Sul da cidade, através de Jacarepaguá) e do eixo Leste/Oeste (por estar no centro da ligação entre Santa Cruz – zona industrial – e o Centro da Cidade), o que faria convergir o fluxo para a região, criando um Centro Metropolitano.

Para a região já existia um planejamento, enquadrado dentro do Plano de Diretrizes de Vias Arteriais (1965 – Plano Doxiadis), que previa arruamentos paralelos ao longo de toda sua extensão, e sua tendência natural seria a ocupação ao longo de todas essas vias, assim como

aconteceu nos bairros da Zona Sul, principalmente Copacabana, Ipanema e Leblon. As áreas onde estão localizadas as lagoas seriam preservadas como parques. Também estabelecia para toda a Baixada de Jacarepaguá vias para fins industriais, comerciais e residenciais.

O objetivo era o de controlar a expansão urbana e preservar a geografia do lugar, suas belezas naturais como as praias, as dunas, restingas, manguezais e lagoas, já que era uma das últimas áreas disponíveis para onde a cidade poderia se expandir. Como Lucio Costa acreditava que nasceria nessa área o novo Centro Metropolitano, no Plano foi dada a devida atenção às vias de circulação, que deveriam possuir ligação com toda a cidade.

A principal via de circulação do bairro seria, e ainda hoje é, a Avenida das Américas. Quando da elaboração do Plano, essa via já existia (fazia parte da BR-101, e assim era chamada) e Lucio Costa pretendia mantê-la como uma via expressa de circulação. Essa via não deveria conter sinais para travessia de pedestres e retorno dos carros, e sim travessias em nível inferior que fariam a comunicação de veículos e pedestres das áreas ao entorno. Paralela à BR haveria uma outra avenida, ao longo do canal Cortado, que faria a circulação interna do bairro.

Com relação aos espaços de construção das habitações, uma das principais preocupações era de fixar as áreas onde seria possível construir e seus respectivos gabaritos. Para isso, Lucio Costa propõe que a urbanização deveria ser feita em núcleos de urbanização, intercalando residências multifamiliares (prédios) com unifamiliares (casas), para uma melhor circulação do ar, não deixando acontecer o mesmo que nos bairros da Zona Sul, uma muralha de cimento na frente do mar e nas quadras interiores, barrando a brisa do mar e impedindo a vista da paisagem praiana pelos moradores do interior do bairro. Para tal, todos os núcleos deveriam ter taxas de ocupação reduzidas, sendo, por exemplo, 10% de ocupação para construções de dois pavimentos, e 20% para um único pavimento.

A concepção de moradia detalhada no Plano fala sobre a construção de núcleos autônomos. E esses núcleos seriam construídos com 1 km de afastamento entre si, seus edifícios teriam de 8 a 10 andares, e seriam ocupados também por escolas e comércios. Esses núcleos se localizariam entre a Avenida das Américas e o Canal de Marapendi, sendo que comércios e serviço deveriam ser localizados nas articulações junto ao canal, podendo sofrer alterações, de acordo com a conveniência dos interessados, os moradores. Porém, as áreas onde ocorressem dunas seriam construídas apenas residências unifamiliares, mansões ou casas menores, limitando a taxa de ocupação a 10% e ligadas as estradas e aos núcleos de moradias

por caminhos entre as dunas, tentando conservar a paisagem próxima de como esta se apresentava.

Esses núcleos autônomos constituíram e ainda constituem a característica mais marcante da Barra da Tijuca, os condomínios fechados, embora distorcidos das suas características originas, no que diz respeito ao gabarito, a separação entre eles e a área ocupada.

Fonte: SILVA, Luciana Araújo Gomes. Barra da Tijuca: o concebido e o realizado. Revista Geo-Paisagem. Ano 3, nº6, julho/dezembro de 2004.

Orientações ao professor

- Os alunos continuam divididos em grupos de 5.
- Deverá ser realizada a análise do texto, extraindo as partes mais importantes; a) a questão do bairro planejado; b) a presença da influência do plano Doxiadis; c) a percepção de um planejamento para efetivar um controle, em função da possibilidade de um boom imobiliário; d) o cuidado do arquiteto e preocupação com a questão ambiental; e) a expansão dos condomínios fechados, a partir de uma mega infraestrutura estabelecida pelo Estado;
- Análise das pranchas (FONTES PRIMÁRIAS), visando identificar o choque no espaço da cidade, de várias forças (econômicas, políticas, privadas e públicas) que disputam e definem a cidade real, em lugar da cidade projetada.

Materiais envolvidos

- Pranchas em PPT elaboradas pelo autor, com uma sequência de notícias de jornais (FONTES PRIMÁRIAS), que deverão ser projetadas aos alunos, através do Datashow, disponibilizado pela Escola. Além do texto introdutório e a utilização do mapa inicial já elaborado pelos alunos, juntamente com a prancha com o esboço de Lucio Costa para a Barra.

D) QUARTA ATIVIDADE

1ª PARTE

Previsão: 1 semana de aulas com 2 tempos (50 minutos cada).

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: Estudo de Caso do Bairro Cidade de Deus: O aluno deverá compreender que o bairro tem sua origem em um conjunto habitacional, visando à realização de um bairro popular, com uma progressiva infraestrutura e uma série de programas sociais relevantes a longo prazo, como o exemplo das comunidades hierarquizadas estabelecidas pelo plano Doxiadis. Entretanto, o abandono e a falta de investimentos do poder público, concentradas em outras regiões como a Barra da Tijuca, relegou a região a condição de uma grande comunidade.

Orientações ao professor

- Os alunos serão divididos em grupos de 5;
- Cada grupo receberá pelo menos duas pranchas impressas com as respetivas tabelas e gráficos, visando a elaboração da análise. O conjunto de todos os grupos nos trará o perfil de bairro, para efeito comparativo que estudamos até agora, principalmente a Barra da Tijuca.

Análise possível dos dados

Da primeira à quinta prancha, temos uma visão geral do bairro, a partir da análise: da área forma e informal, juntamente com o número de habitantes, a densidade populacional do local, a área total do bairro e a área construída. A análise inicial nos permitirá:

2. Entender que 11% do bairro sequer foi urbanizado, ainda sendo utilizados barracos de madeira aglomerados nas franjas do antigo conjunto habitacional ou no entorno do rio Estiva.
3. Ao comparar com a Barra ou a zona sul, em termos de densidade, a cidade de Deus é o nono bairro mais densamente povoado do Rio de janeiro.

Na prancha quatro, realizaremos um exercício específico com os alunos, requisitando a eles que identifiquem o quantitativo de domicílios que ainda foram urbanizados (em torno de 3500) e após isso, deverão analisar a tabela ao lado que demonstra a disposição dos grupos etários nas respectivas regiões informais. A análise inicial permitirá:

1. Destaque para o grande número de crianças em todas essas regiões, destacando-se a região do Moquiço, com 42,7% de crianças.
2. A ocupação do solo, de forma desordenada e ilegal identificada pelos gráficos, suprimiu qualquer tipo de área de lazer ou espaçamento entre os domicílios ou alargamento das ruas, transformando-se tudo em um intricado conjunto de becos, vielas, casas sem terminar, barracos de madeira etc.

Da quinta a oitava prancha, existem gráficos resumo da situação da densidade em toda a cidade, o aluno deverá perceber que a zona-oeste ainda é um local de franca expansão imobiliária, em função dos baixos percentuais de ocupação.

Na nona prancha, as duas tabelas comparam a condição de acesso a rede água e energia elétrica, nos chama a atenção a rua Moisés, com 94,2% dos seus domicílios sem um medidor de energia, o que consolida a condição de favelização do local. No quesito abastecimento de água, destaca-se negativamente a região da Vila Nova Cruzada, em que 37,5 dos domicílios não possuem abastecimento de água.

A prancha dez e onze, estabelecem a relação entre o acesso a rede esgoto sanitário e a mortalidade infantil. Algumas regiões nos chamam a atenção como Pantanal (84,6% não possui esgoto sanitário); Vila da Conquista (51,3%) e Vila Nova Cruzada (36,7%). Mesmo assim, a mortalidade infantil tem decrescido em função da intensificação de algumas políticas públicas, estabelecidas pela Clínica da Família, pertencente à prefeitura.

As pranchas doze e treze, estabelecem um gráfico, medindo a escalada da violência radical no bairro, controlado pelos traficantes de drogas e o declínio da mesma, a partir da instalação do projeto UPP na região, a partir de 2010. A análise permitirá:

1. Perceber que a redução da violência entre os anos de 2010 para 2011, permitiram o melhor aproveitamento dos alunos na escola e a consequente elevação do IDEB. Ainda nesse interim, podemos destacar a violência extrema contra mulheres e crianças.

No término, o aluno será provocado e sensibilizado a responder. Será que agora conseguimos responder se a Cidade de Deus corresponde também ao ideal de cidade

maravilhosa? Como podemos explicar a invisibilidade do sofrimento dessas pessoas em uma região cercada por bairros da classe média alta?

Materiais envolvidos

- Pranchas elaboradas pelo autor, que envolvem Gráficos e Tabelas do Bairro em questão, visando que através da sua interpretação, eles consigam alcançar as características básicas das pessoas que residem na região e sua condição de vida material, vivendo em um ambiente degrado ou não. A análise trará as respectivas respostas.

2ª PARTE

Previsão: 1 semana de aulas com 2 tempos (50 minutos cada).
Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.
Objetivos iniciais: Estudo de Caso do Bairro da Cidade de Deus – 2ª parte: As pessoas.
O aluno deverá promover uma pesquisa e investigação nas redes sociais sobre os sujeitos que atualmente habitam o bairro, destacando que a região possui uma intensa vida cultural, econômica e política, que ajudou a forjar a sua identidade enraizada na memória e acabou por elaborar uma identidade bastante específica ligada à comunidade enraizada em lugares da memória, ganhando destaque a partir da ação de seus moradores, sejam eles de destaque na mídia ou anônimos. Com isso, pretendemos explicar de forma conclusiva a questão da invisibilidade e marginalização de pessoas que desejam ter uma qualidade de vida na região que, em muitas das vezes, escolheram para viver.

Orientações ao professor

- Os alunos serão divididos em grupos de 4;
- Cada grupo receberá pelo menos duas pranchas impressas e um grupo especificamente ficará operando um terminal de computador.

Análise possível dos dados:

Pranchas 01 e 02: a temática pensada aqui é investigar as origens históricas da comunidade, a partir de seu mapa e de fotografias da época da inauguração do conjunto habitacional na década de 60, comparando-os com os estereótipos criados pela mídia, tomando

como exemplo o filme *Cidade de Deus*. Especificamente com a prancha 01, os alunos deverão pesquisar o significado do nome do bairro, através de suas ruas e praças, que recebem nomes retirados da bíblia, daí a denominação Cidade de Deus.

Pranchas 03 e 04: a temática abordada está centrada na análise dos sujeitos que ocupam o espaço urbano do bairro, através das suas mais variedades atividades no conjunto da comunidade. Destaque para a artista Rosalina Brito, uma das fundadoras da ONG www. cidadededeus.org, que será objeto de estudo desse grupo a partir da análise das abas destacadas na prancha 04 (notícia – agenda – memória). Especificamente na aba de memória, existem vários destaques de personalidade da comunidade que se destacam na mídia, como Rosalina Brito.

Prancha 05: a partir dessa prancha, os alunos passarão a investigar a temática da produção de arte, por artísticas locais, através da página no Instagram @CDDACONTECE – página utilizada pelos moradores para divulgar tudo que acontece no bairro. A produção em destaque é uma obra de Rosalina, uma reinterpretação da obra de Tarsila do Amaral, o Abaporu.

Pranchas 06 e 07: a temática de investigação aqui será a questão do pertencimento a um lugar comum e as mais variadas identidades envolvidas. Além das figuras analisadas, retiradas da página no Instagram, utilizaremos o destaque de uma hashtag e de uma frase de efeito elaborada por um morador, juntamente com um vídeo no Tik Tok.

- hashtag de destaque: #CDDMEULUGAR. observação: CDD – sigla da Cidade de Deus, carinhosamente denominada por seus moradores.
- Frase de efeito do morador: “Aqui a gente luta todos os dias para transformar esse no nosso melhor lugar do mundo”. O vídeo gravado no Tik Tok, mostra uma pessoa abrindo a cortina de um apartamento em uma janela e a primeira paisagem que se vê é a cidade de Nova York, em seguida o vídeo sofre um corte e a paisagem remanescente é a da Cidade de Deus.

Prancha 08: a temática abordada nesse ponto visa demonstrar toda a questão do exercício da democracia pela sociedade civil, no bairro, através da associação de moradores e das respectivas eleições no bairro, para seus efetivos cargos eletivos internos.

Nessa segunda parte, de forma conclusiva e geral os alunos serão envolvidos e sensibilizados a compreenderem a representatividade de cada sujeito dentro do espaço da

comunidade, a partir da memória, identidade e representação de um lugar de identidade e a relativizar a invisibilidade gerada pela grande mídia, que enfatiza nessas regiões ou bairros, apenas a questão da violência.

Materiais envolvidos

- Pranchas elaboradas pelo autor, em PPT e análise de fontes primárias nas redes sociais: site da ONG Cidade De Deus, página no Instagram @CDDACONTECE e o perfil criado no Tik Tok.

3º ROTEIRO – A CIDADE ESPETÁCULO, CONECTADA, COSMOPOLITA E OLÍMPICA – EIXO TEMÁTICO: GENTRIFICAÇÃO.

- Guia do aluno:

Era 2 de Outubro, Outono em Copenhague, capital da Dinamarca, após a votação realizada pela Comitê Olímpico Internacional, o Rio de Janeiro derrotou por 66 votos a 32 a cidade de Madrid e ganhou o direito de sediar os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Será a primeira cidade da América do Sul a receber uma edição olímpica, ao passo que o Brasil será o quarto país a sediar Copa do Mundo de Futebol e Jogos Olímpicos em um espaço de dois anos, depois de México, Alemanha e Estados Unidos. É nesse ponto que começa mais um capítulo da história do urbanismo carioca.

Como preparar a cidade para receber tais eventos? Como estava a cidade no século XXI? Dentro da perspectiva de políticas públicas urbanas e planejamento urbano, a cidade continuava o seu ritmo de crescimento determinado por uma série de vetores, inclusive seguindo as diretrizes do seu último plano diretor.

Com efeito, na elaboração dos planos Diretores (planos que pensam o desenvolvimento das cidades em larga escala, no macro e a longo prazo) municipais e na execução de cada projeto urbanístico, é possível identificar reflexos de intensas disputas sociais, com os quais os gestores municipais e estaduais têm lidado com pouca desenvoltura.

De um lado, movimentos populares lutam para garantir a efetividade da gestão democrática do espaço urbano, a justa distribuição dos ônus e benefícios decorrentes do processo de urbanização, a recuperação dos investimentos públicos que tenham resultado na

valorização de imóveis urbanos e o reconhecimento do direito a cidades sustentáveis, à moradia digna, a desfrutar sem embaraços da infraestrutura urbana e de serviços públicos de qualidade.

De certo, percebe-se a influência do setor empresarial-imobiliário que exerce seu lobby ou poder de influenciar em prol de modalidades de gestão e financiamento público-privado do desenvolvimento urbano, visando o lucro, a ampliação de seu poder de influência sobre um Estado vulnerável e incapaz de promover sozinho, tantas reformas necessárias e historicamente negadas aos cidadãos.

Mesmo com o estabelecimento do Estatuto das Cidades no final da década de 90, que estabeleceu o plano diretor como eixo norteador para as ações urbanas e a gestão democrática das cidades, grande parcela da população ainda não se enxerga representada nas decisões relevantes, no tocante às políticas urbanas efetivas. Comprometida com o tema, a Constituição de 1988 atribuiu aos municípios a competência e estabeleceu os meios para promover as intervenções urbanas, balizadas pelos dois instrumentos já citados acima. Na prática, estes parâmetros normativos-institucionais condicionam as intervenções da administração e de particulares à fiel observância das finalidades públicas, especialmente em relação à função social da cidade.

É relevante que as relações de poder no contexto capitalista modificam de forma profunda a maneira de construir a cidade e de conduzir a gestão do urbano. No Brasil, em geral, o processo de urbanização é marcado pela desigualdade social, que se projeta territorialmente, gestando cidades caóticas e hostis, com perspectivas de agravamento a longo prazo. Observa-se que os planos diretores, pós-Estatuto das Cidades, pouco avançaram, no sentido de promover ou resolver um dos problemas mais graves: o acesso à terra urbanizada.

Em muitos casos, ou em sua maioria, tem-se observado que a gestão do espaço urbano tem padecido de desvios de finalidades dos instrumentos urbanísticos. Nesse sentido, se a lei dá à administração pública os poderes de desapropriar, de requisitar, de intervir, de policiar, de punir, é porque tem em vista atender o interesse geral, que não pode ceder diante do interesse individual.

Dessa forma, diante dos desafios apresentados, o poder executivo municipal aprovou a Lei Complementar nº 101 de 23 de novembro de 2009. Essa lei atribuiu uma série de mudanças no plano diretor da cidade, autorizando a prefeitura a instituir a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio, determinando os instrumentos legais para uma radical obra de revitalização na região da zona portuária. A lei permitiu a delimitação da AEIU (Área de Especial Interesse Urbanístico), destacando-se os bairros de Santo Cristo, Gamboa e Saúde. A

consorciada tem por finalidade promover a reestruturação urbana da AEIU (denominada de Porto Maravilha) por meio da ampliação, articulação e requalificação dos espaços livres de uso público da região do porto, sendo as principais intervenções previstas:

- Reurbanização de vias existentes, implantação de novas vias e trechos de ciclovia, considerando pavimentação, drenagem, sinalização viária, iluminação pública e paisagismo, arborização de calçadas e construção de canteiros, contendo uma extensão aproximada de quarenta quilômetros de logradouro e com uma área aproximada de novecentos mil metros quadrados. Em que apenas 25% de tudo era de propriedade privada, sendo o restante da União.
- Demolição do Elevado da Perimetral, com remoção da estrutura existente no trecho compreendido entre o prédio do Arsenal de Marinha e a Avenida Francisco Bicalho, com extensão aproximada de 4 mil metros;
- Construção de um túnel, em substituição ao Elevado, partindo das proximidades do prédio do Arsenal de Marinha, passando sob a Praça Mauá e Av. Rodrigues Alves, até a altura do armazém cinco.
- Implantação de mobiliário urbano, tais como abrigos para pontos de ônibus, lixeiras, totens informativos, cabines de acesso à internet, bancos, relógios de praças, bicicletários, etc. Em uma área de mais de cinco quilômetros quadrados, denominado Boulevard Olímpico.

Ao final das obras, a região passou por uma profunda transformação urbana: a descoberta do Cais do Valongo, a demolição do Elevado da Perimetral, a abertura da Orla Prefeito Luiz Paulo Conde, a remodelação da Praça Mauá, a implantação do VLT, a construção de equipamentos urbanos como Museu do Amanhã, o Museu de Artes do Rio e o AquaRio, além da possibilidade da construção de novos edifícios comerciais ou residências.

A revitalização e a renovação urbana, quando tornadas espetáculo da cidade que se apresenta em sintonia com os impulsos globais, constroem a referência simbólica de uma possível convivência e complementariedade entra a cidade competitiva e a cidade sustentável. A própria noção de revitalização é a representação carregada de valor, acaso sugere que no espaço revitalizado não haveria mais nenhum tipo de vida social, recriada agora diante do gesto planejador, a cidade cosmopolita e conectada.

Dessa forma, é possível pensar em um sentido global do lugar. Os lugares são o mundo que eles reproduzem de modo específico e individual. Eles são singularidades, mas também são globais, manifestações da totalidade mundo.

Na atual fase do capitalismo, cada vez mais os lugares estão sujeitos à necessidade de criação de novos espaços que atendam às exigências de acumulação que muitas das vezes é motivada por lógicas e estratégias em escala mundial. Com a instalação de capitais globalizados impõe-se sobre o território a adaptação às necessidades de fluidez, através de investimentos pesados que acabam por alterar a geografia das áreas escolhidas. Ou seja, a fim de potencializar a eficiência econômica são introduzidas novas formas modernas de dominação através de técnicas de manipulação cultural.

O *city marketing* nesse processo vem se apresentando como o principal instrumento de política urbana, através do qual se produzem discursos e imagens da cidade, visando uma mudança de identidade no plano interno e no exterior.[96]

No entanto, essa tendência de homogeneização, que submete o espaço à lógica do mercado mundial, transformando-o em objeto de troca (mercadoria), não se realiza sem tensões e conflitos.

Assim sendo podemos apresentar como um dos nossos objetivos, a intenção de melhor compreender o processo de modernização do Rio de Janeiro e como que em prol do desenvolvimento muitas práticas se legitimam colocando mais uma vez, em risco, toda a tradição e a história de grande parte da população da cidade, que continua à margem dos benefícios trazidos pela tão bem quista modernidade. Essa relação se torna ainda mais contraditória tendo em vista que o lugar de reprodução das relações de produção é também o cotidiano do trabalho e do lazer, que se encontra extremamente ligado ao consumo.

Por conseguinte, busca-se uma análise crítica de um procedimento corrente e desastroso, do qual Lefebvre (1972) já nos chamava a atenção: implementam-se as necessidades, as funções, os lugares, os objetos sociais, num espaço supostamente neutro, indiferente, objetivo e depois disso se estabelecem os vínculos.

Projetos como esse, desencadeiam os denominados processos de gentrificação, através dos quais se promovem práticas de reapropriação de espaços pelo mercado através de operações urbanas que lhe conferem novo valor econômico e simbólico geralmente orientando-os para o consumo residencial ou de serviços das camadas médias.

Esses espaços, até hoje representam fragmentos testemunhais de resistência por um lado, e esquecimento, por outro, frente à tendência de homogeneização. São testemunhas de ritmos diferentes de desenvolvimento do capital e da organização da vida social. E dessa forma,

[96] Traduzido do inglês: O marketing da cidade é a promoção de uma cidade, ou de um distrito dentro dela, com o objetivo de encorajar a realização de certas atividades. É usado para alterar as percepções externas de uma cidade a fim de incentivar o turismo, atrair a migração interna de residentes ou permitir a relocação de negócios.

a análise de experiências anteriores e pela evidente desigualdade de forças, a tendência é o aumento das desigualdades espaciais, das seletividades e consequentemente da segregação.

Esses processos, ou seja, os de gentrificação, servirão como eixo temático dessa terceira parte do roteiro, levando em consideração as intervenções propostas no Projeto Porto Maravilha. Tais intervenções, além de permitirem novas possibilidades de conexões entre os lugares e os agentes envolvidos na região, transformaram as características históricas, arquitetônicas e simbólicas da Zona Portuária, produzindo diversos efeitos que interferem na imageabilidade[97], na percepção e nos sentimentos das pessoas. Emergem, a partir disso, posicionamento favoráveis, consensos, resistências e controvérsias.

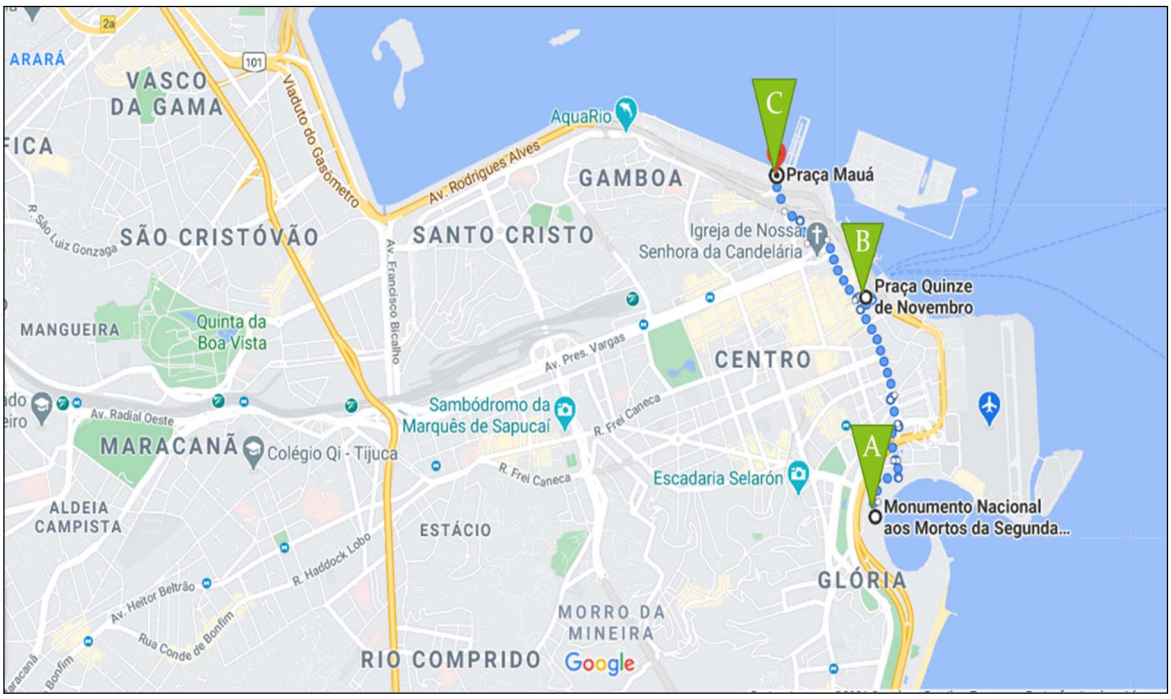
A) CIRCUITO – O ENCONTRO DAS TRÊS PROJEÇÕES DE CIDADE

3.1 Objetivos iniciais

Visita guiada, através dos três pontos destacados, no mapa da imagem 31: o Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra; a Praça Quinze de Novembro e a Praça Mauá. Visando comprovar o encontro no ceio da urbe dos três planos urbanos.

IMAGEM 31: Circuito das Três Identidades.

[97] Lynch, K. A imagem da cidade. São Paulo: Martins Fontes.



Fonte: Google Maps Simulações. Adaptações do autor.

3.2 Objetivos pedagógicos

A experiência sensível nesse roteiro, visa promover ao aluno inicialmente, a possibilidade de enxergar a confluência dos três planos urbanos, em períodos históricos diferentes, na área central do Rio de janeiro.

Nesse sentido, a primeira parada (ponto A) da imagem 31, visa contrapor a cidade projetada por Agache, qualificando a área da Marina da Glória como a Entrada Monumental do Brasil, através da mobilização de edificações na região muito semelhante ao conjunto da Esplanada do Castelo, em contraposição à valorização da paisagem natural tão exuberante do local, enfatizando a questão do Parque do Flamengo (imagem 32), na década de 60, no qual o principal artefato urbano é a paisagem natural, no lugar da arquitetura – monumental.

IMAGEM 32: Marina da Glória

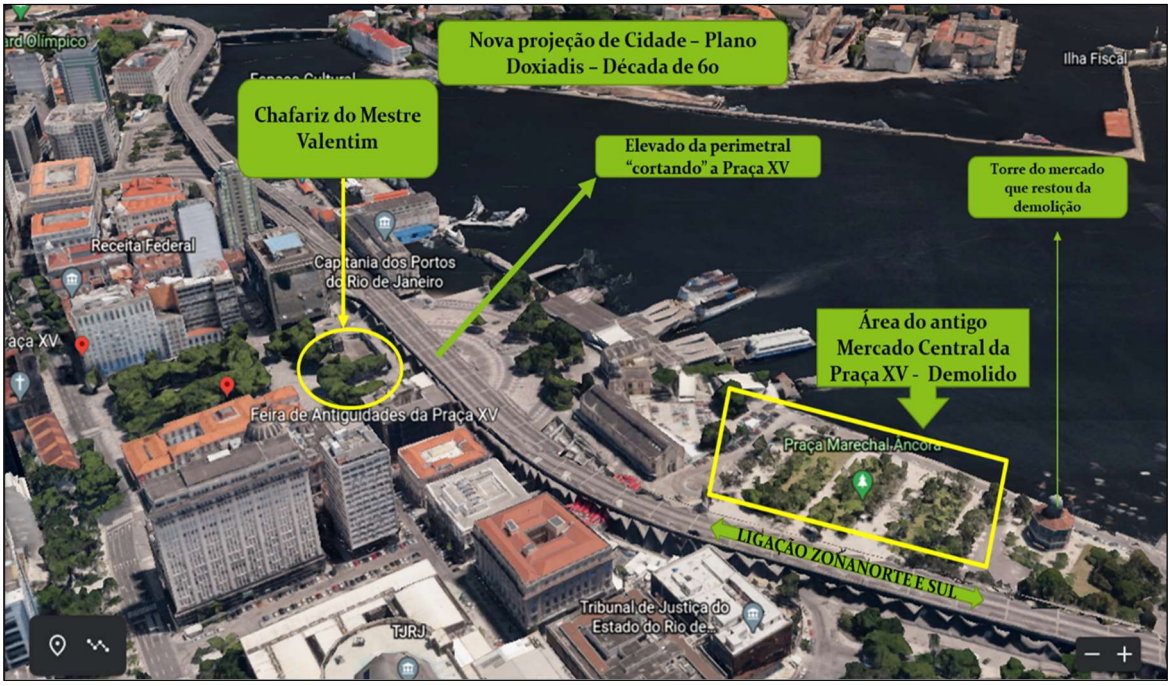
Fonte: https://www.zankyou.com.br/f/rio-marina-da-gloria-991. Consulta em 15 de março de 2021.

Adaptações autor.

Corroborando com o conceito de cidade-jardim, do qual Doxiadis defendia e seguindo os ideais de Carlos Lacerda, na transformação do Rio de Janeiro, na Belacap. O parque transformou-se em uma densa área de lazer, acoplada ao centro da cidade (imagem 32). O aluno deverá compreender que a região atualmente é um dos símbolos da identidade do Rio de Janeiro, em que surge inclusive a denominação Cidade Maravilhosa.

Na Praça XV, o objetivo é entender toda a dinâmica ou a projeção de um novo modelo de cidade, a partir do estabelecimento do Elevado da Perimetral (que hoje não existe mais – mobilização no local por foto com os alunos) e o padrão rodoviarista estabelecido por Doxiadis, em que a modernidade era representada pelas rodovias elevadas, que deveriam cortar toda a cidade, de forma funcional, evitando o tráfego pelas áreas centrais e conectando as comunidades autônomas e autossuficientes.

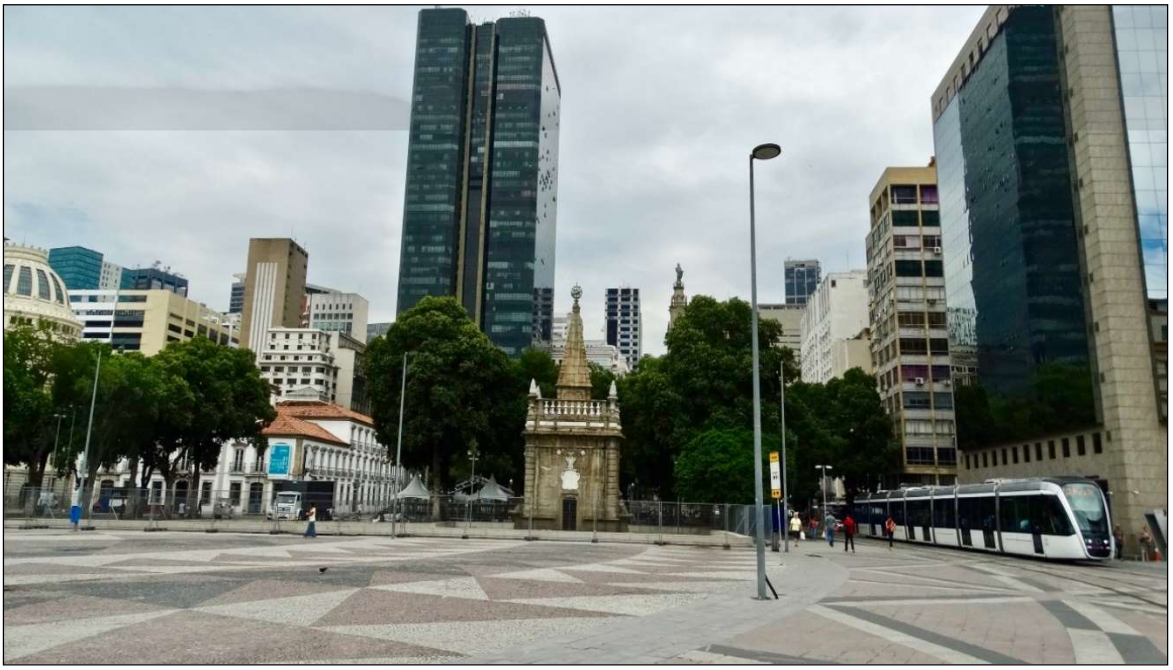
IMAGEM 33: Cidade Rodoviarista de Doxiadis – Década de 60: possibilidade de um novo centro – Praça XV



Fonte: https://www.zankyou.com.br/f/rio-marina-da-gloria-991. Consulta em 15 de março de 2021.

Adaptações autor

IMAGEM 34 - Praça XV atualmente



Fonte: Acervo próprio

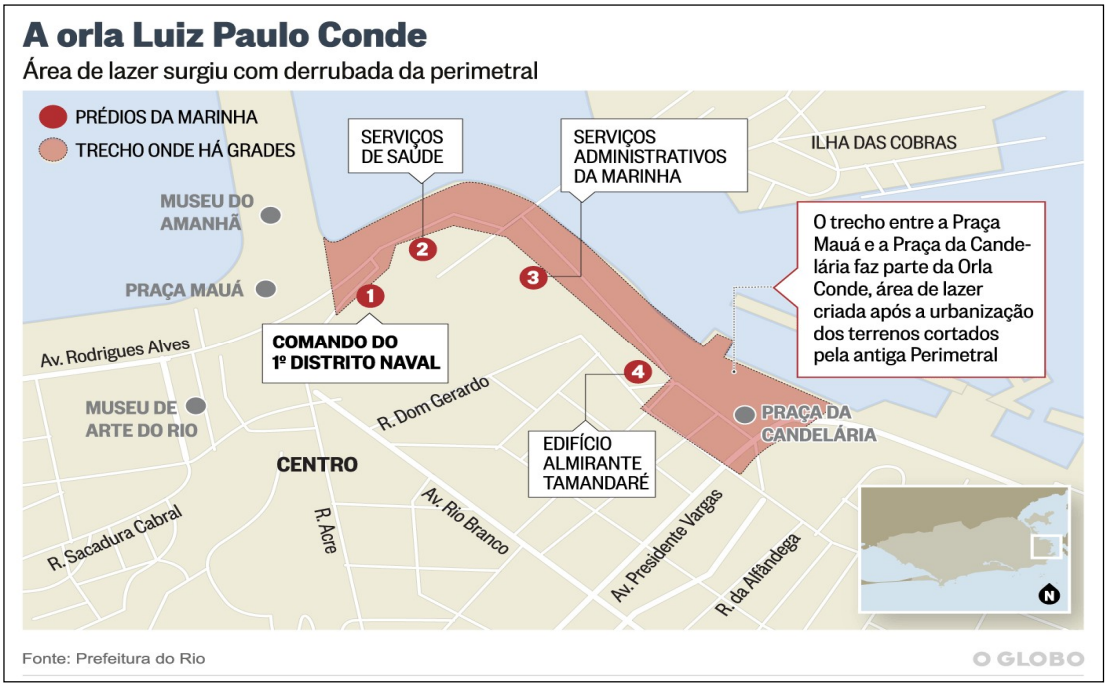
Ainda na Praça XV, a imagem 33, ainda nos deixa evidente a demolição do antigo Mercado Central da Praça XV, insere-se na lógica da abertura de mais espaço na área central

para circulação de automóveis na região e eliminação de uma arquitetura considerada ultrapassada para uma área central (obsoleta e antiga), além da circulação (vias), uma praça altamente arborizada foi implementada no local. A cidade funcional e viária de Doxiadis se materializava, obedecendo a lógica imposta pelo automóvel. O aluno poderá perceber essa lógica no próprio espaço e seus vestígios deixados, comparando com a imagem 33. Tomando por base o chafariz do Mestre Valentim, os alunos contemplarão uma parte da nova cidade, criada pelas reformas da Zona Portuária ou Porto Maravilha.

A sensibilização será realizada a partir da observação da demolição do Elevado da Perimetral e da nova frente marítima destacada com as obras. A nova esplanada , com pavimentação e iluminação projetadas pelas arquitetas Silvia Pozzana e Ana Petrik, consegue conectar a praça, novamente aos seus edifícios históricos com a estação das barcas e a orla da baía, valorizando o chafariz do Mestre Valentim, com a passagem subterrânea para veículos, foi possível demolir a passarela para pedestres, que obstruía a perspectiva do mar, e devolver uma noção de conjunto aos elementos heterogêneos da região, marcados por vários regimes de historicidade, integrando novamente essa região ao conjunto da área central, antes prejudicada pela obsolescência e degradação em função do Elevado da Perimetral.

Na Praça Mauá, a sensibilização será realizada a partir da finalização das obras realizadas com o objetivo de modernizar a região para os Jogos Olímpicos de 2016, removendo todas as estruturas projetadas pelo Plano Doxiadis, como elevado da Perimetral, que “cortava”, a praça ao meio.

IMAGEM 35: Nova Orla Luiz Paulo Conde



Fonte: Jornal O Globo. Edição de 17/07/2017

IMAGEM 36: Praça Mauá, antes da revitalização do Porto Maravilha

Fonte: Simulação Google Maps. Adaptações: autor

3.3 Passo a passo – simplificado – roteiro

O roteiro abarcará três espaços, na região central da cidade:

- **1ª parada (ponto A)**: Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial – possível entrada do Brasil, no Plano Agache;
- **2ª parada (ponto B)**: Praça XV de Novembro - Projeção da cidade de Doxiadis, em contraposição com a projeção atual.
- **3ª parada (ponto C)**: Praça Mauá – Projeção de cidade, concretizada pelas reformas da Zona Portuária, em contraposição a projeção de cidade de Doxiadis.

3.4 Material envolvido

- Diário de bordo dos alunos, visando suas anotações ao longo do percurso.

B) CIRCUITO – A CIDADE OLÍMPICA E INVISÍVEL AO MESMO TEMPO, QUE AGREGA E EXPULSA SEUS HABITANTES

3.5 Objetivos iniciais

O ponto máximo do nosso roteiro, será a visita guiada a Praça Mauá, visando à análise das reformas urbanas no espaço, a partir da Intervenção Urbana Consorciada e suas consequências, como o processo de gentrificação e de especulação imobiliária na região da zona portuária.

Objetivos pedagógicos

Ao chegarmos na Praça Mauá conseguimos de fato, estabelecer uma nova leitura de cidade para os alunos. Tomando como ponto de referência (o ponto D da imagem 37), o monumento ao Barão de Mauá, conseguimos analisar as mudanças mais radicais, a partir da distribuição das figuras aos alunos, a partir da reunião do grupo no entorno da estátua.

IMAGEM 37: Praça Mauá – Reinauguração

Fonte: O Globo: 06/09/2015. Adaptações do autor

Legenda:

A. Modal de transporte novo – VLT

B. Vista do Museu de Arte do Rio de Janeiro – terraço.

C. Museu do Amanhã.

D. Monumento ao Barão de Mauá.

E. Orla Luiz Paulo Conde e F- Continuação da Orla.

A demolição da antiga perimetral, permitiu dentre outras coisas, a reconexão da cidade com as raízes da identidade carioca, ou seja, com a natureza, representada pela baía de Guanabara. Além dessa percepção inicial, chama a atenção toda a infraestrutura e mobiliário urbano novos, não deixando é lógico de destacar os três principais equipamentos culturais, que permitem a leitura de um novo Rio de janeiro e de uma nova entrada para o Brasil: O Museu do Amanhã, a orla Luiz Paulo Conde e o Museu de Arte do Rio (MAR).

Os três constituem os pilares da requalificação da região, ligados por um novo modal de transporte: o VLT, que traz para a identidade da cidade, a questão da sustentabilidade e da qualidade de vida, atrelada à melhor mobilidade urbana. Podemos dizer, dessa forma, que as três âncoras são concebidas como empreendimentos em função do turismo contemporâneo, isto é, edifícios emblemáticos e esculturais, projetados por arquitetos-estrelas como ícones nos casos de revitalização e que visam o retorno rápido do investimento e o sucesso de público e crítica. Nesse sentido, a cidade, a partir da zona portuária, passa a ganhar um contraste

semelhante a Praça XV, entre edificações históricas e as arquiteturas do espetáculo. Eles servem também para renovar o turismo e colocar a cultura e o patrimônio como modos de comunicar a cidade, valorizando a imagem do local para grandes empreendedores, turistas e habitantes.

Dessa forma, buscando atender às demandas internacionais por meio da prática do empreendedorismo urbano e utilizando as práticas do *city marketing*, associadas com a financeirização e à produção imobiliária, pretende-se construir uma nova imagem da zona portuária associada a uma nova cidade do Rio de Janeiro. O turismo assume o papel essencial de mercantilização e consumo do espaço, que potencializado com a espetacularização do conjunto material envolvido, potencializa a lógica do urbano como negócio e permite à cidade uma identidade globalizada, conectada, cosmopolita e sustentável.

Por conseguinte, tomemos por exemplo a observação com os alunos da parte da Orla Conde representada pela imagem 40, em que um artista de rua brasileiro e famoso mundialmente (Eduardo Kobra), recriou uma série de murais em uma área de três mil metros quadrados de muro, abarcando toda a área dos armazéns da zona portuária, sobre o tema: Mural das Etnias.

Esse tema, muito mais global que local, procura estabelecer um apelo ao mundo, entretanto, exemplifica a tentativa de homogeneização das identidades, promovendo o apagamento das identidades locais, como a originada pelo caso dos negros escravizados, após as descobertas dos vestígios do Cais do Valongo. A representatividade negra foi alocada apenas na parte final da Orla, na região final do Aqua Rio.

Entretanto, todos os equipamentos culturais da região cumpriram o seu papel, comprovada pela movimentação na região da Orla, em que pessoas, habitantes locais, turistas de outros estados e estrangeiros se acotovelavam na época dos grandes eventos para conseguirem tirar uma foto *selfie* no local, traduzindo que de fato a população se apropriou do espaço, ainda que dentro de grandes eventos.

Mas será que agora realmente conseguimos responder à pergunta: essa é a Cidade Maravilhosa?

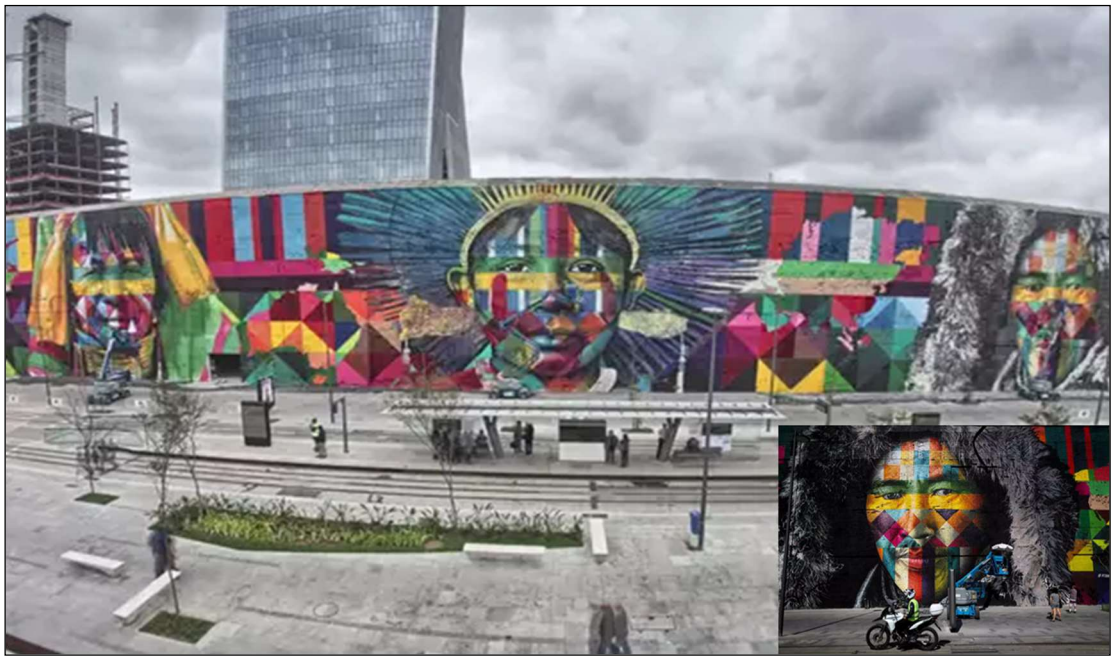
IMAGEM 38: Museu de Arte do Rio de Janeiro

Fonte: O Globo: 06/09/2015

IMAGEM 39: Conjunto arquitetônico da Praça Mauá

Fonte: O Globo. 07/12/2015

IMAGEM 40: Murais das Etnias



Fonte: O Globo. 17/12/2019.

3.7 Passo a passo – simplificado – roteiro

Visita guiada a Praça Mauá, obedecendo a imagem 37.

3.8 Materiais envolvidos

O diário de bordo do aluno, em que ele continua a apontar as suas anotações. Pranchas impressas no tamanho 3x4 das figuras reproduzidas em todo o roteiro, visando a uma melhor explanação e aplicação, além da utilização essencial de um tablet.

B.1) CICRCUITO: POR TRÁS DOS MURAIS E DO ESPETÁCULO, OS LUGARES INVISÍVEIS – A BELEZA QUE AGRIDE E EXPULSA!

3.9 Objetivos iniciais

Visita à região da Zona Portuária (bairros da Gamboa e Saúde), visando compreender as múltiplas identidades da cidade a partir de seus sujeitos atuantes ou grupos sociais, depreendendo a diversidade cultural e local. Ainda, conseguir compreender as consequências

das obras de revitalização e se realmente aconteceram de uma forma global na região, valendo-se da participação do coletivo, através de uma gestão democrática da cidade. Entender conceitos específicos ligados a questão da especulação imobiliária e processos de gentrificação na região.

3.10 Objetivos pedagógicos

A experiência sensível começa na Boulevard Olímpico ou Orla Luiz Paulo Conde em que os alunos terão contanto com os murais a céu aberto do artista de rua brasileiro Kobra, estabelecidos ao longo da área dos Armazéns. Como já analisamos acima, as obras foram colocadas nesse espaço, visando dar ao espaço, um certo ar de espetáculo e magnitude, com o objetivo da população apropriar-se do espaço, de maneira mais fácil, através de um equipamento cultural, que nos saltam aos olhos, causando um grande impacto para qualquer tipo de público. O mural nos traz uma percepção de conexão com o mundo e percepção de uma identidade global, o Rio conectado com a grande aldeia mundial. No ponto B, conseguimos contemplar os mais de três mil metros quadrados de uma intrincada e objetiva obra de arte, ligada ao contexto da revitalização, já que o cidadão não consegue se locomover na região utilizando nenhum tipo de veículo, mas a pé, dando um sentido de retorno às origens, quando as cidades eram dos homens e não das máquinas.

IMAGEM 41: Mural Etnias

Fonte: Jornal O Globo. 13/1010

Continuamos o nosso percurso, saindo da Orla Conde, da frente marítima e adentrando no bairro da Saúde, através da Rua Souza Silva, através da Avenida Venezuela e depois na Barão de Tefé, alcançando a praça do comércio e passando pelo Cais do Valongo[98], até alcançarmos uma das principais ruas do bairro: a Sacadura Cabral.

Apesar de não ser objeto de nosso estudo de forma mais específica, mas de forma transversal, o aluno poderá começar a compreender a diversidade cultural da região, a partir da observação de múltiplas identidades no espaço, como os vestígios que incorporam a nossa herança africana. O local, descoberto nas obras de revitalização, tornou-se lugar de memória efetivo da identidade negra no Rio de Janeiro e foi apropriado pelos mais variados representantes dos movimentos sociais negros no Brasil.

IMAGEM 42: Cais do Valongo

Fonte: jornalquatro.com.br

Nosso objetivo na rua Sacadura Cabral é compreender como a revitalização atingiu o bairro de uma forma geral, dentro dos parâmetros projetados pela prefeitura para a transformação da região, como bairro modelo. Em documento oficial, a prefeitura previa para

[98] O Cais do Valongo é um antigo cais localizado na zona portuária do Rio de Janeiro, entre as atuais ruas Coelho e Castro e Sacadura Cabral. Recebeu o título de Patrimônio Histórico da Humanidade pela UNESCO em 9 de julho de 2017 por ser o único vestígio material da chegada dos africanos escravizados nas Américas Construído em 1811, foi local de desembarque e comércio de escravizados africanos até 1831, com a proibição do tráfico transatlântico de escravos. Durante os vinte anos de sua operação, entre 500 mil e um milhão de escravizados desembarcaram no cais do Valongo. Em 1843, o cais foi reformado para o desembarque da princesa Teresa Cristina de Bourbon-Duas Sicílias, que viria a se casar com o imperador D. Pedro II. O atracadouro passou então a chamar-se Cais da Imperatriz. Entre 1850 e 1920, a área em torno do antigo cais tornou-se um espaço ocupado por negros escravizados ou libertos de diversas nações - área que Heitor dos Prazeres chamou de Pequena África.

a região um crescimento de mais de 150%, saltando de 20.000 habitantes para 100.000 habitantes em 2020[99], a partir das melhorias e atração de investimentos para a região.

IMAGEM 43: Sacadura Cabral com Pedro Ernesto

Fonte: acervo próprio.

Na realidade, o caminhar pela região nos demostra ainda uma obsolescência e degradação muto grande, no eixo principal, até a Praça Harmonia, a cenário caótico é sempre o mesmo, marcado por uma situação bem precária, das principais edificações. O cruzamento entre as ruas Pedro Ernesto e Sacadura Cabral chama muita atenção para o nível de degradação de um lado e do outro, um processo pequeno de uma recuperação, a partir de investimentos locais.

Ao chegarmos à Praça da Harmonia, o mesmo cenário se repete. O espaço existe há mais de 100 anos, mas encontra-se também em um nível de degradação e obsolescência muito grande.

[99] Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Gestão de alto desempenho. 2012.

IMAGEM 44: Praça da Harmonia ou Coronel Assunção

Fonte: Simulação Google Earth. Adaptações autor.

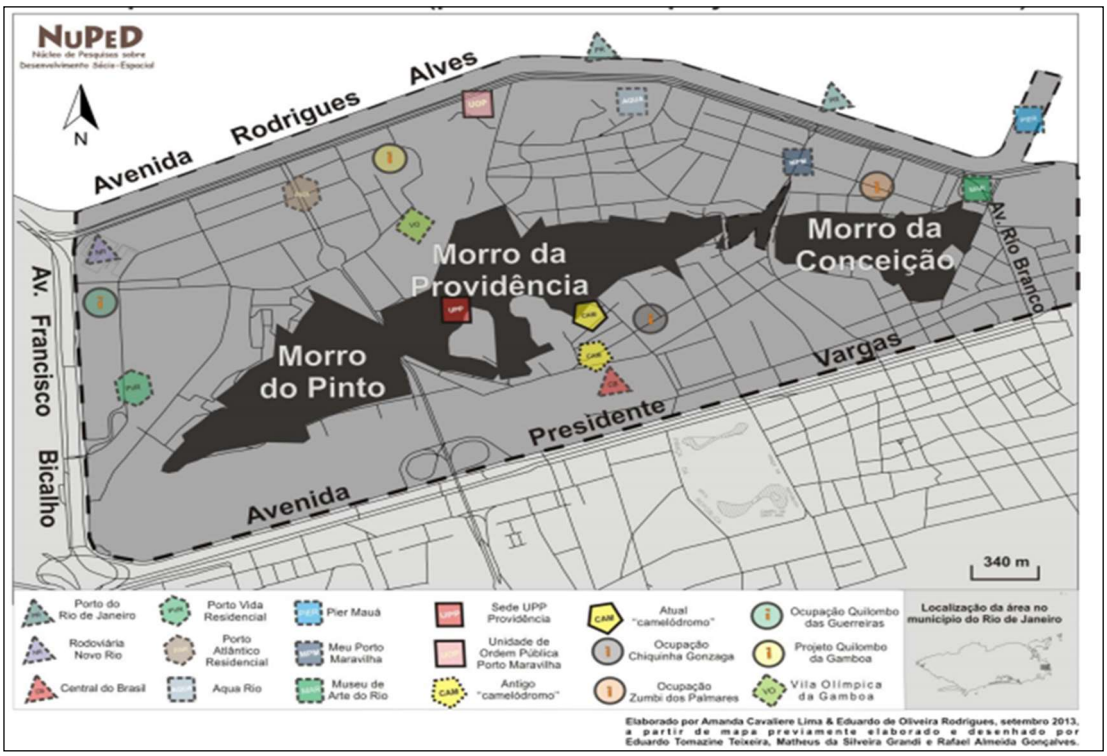
No mapa, destaca-se na praça o chão ainda de "terra batida" e um pequeno coreto no centro, como as praças do século XIX. Uma praça extremamente simples, sem nenhum mobiliário urbano sofisticado, mas que tem uma importância relevante, que não foi abarcada pela revitalização de forma tão drástica, apenas foi instalada uma estação do VLT nela, de fato nos chama a atenção e dos alunos, um espaço completamente oportuno diante da cidade cosmopolita e conectada. O aluno deverá compreender a conexão dos moradores e grupos locais para manter ativos os lugares de memória, fazendo perpetuar a identidade e a história daquela região, cristalizada ao longo do tempo como uma arena de resistências da população pobre e negra da região, desde o início do século[100], quando as reformas urbanas foram iniciadas na região.

A praça é até hoje palco de grandes manifestações culturais e artistas locais, é nela que surgiu um dos maiores blocos de Carnaval do Rio de janeiro, o bloco do Cordão do Prata Preta, que desde 2012 vem organizando o Arraial do Prata Preta, que em sua última edição trouxe

[100] Para uma melhor ambientação e experiência sensível dos alunos, o professor poderá explorar que: O local tornou-se um lugar de representação da resistência da população local contras às arbitrariedades dos governos republicanos, no início do século XX, no episódio denominado Revolta da Vacina. Em 1904, o cidadão negro, capoeirista, Horácio José da Silva (o prata-preta) liderou uma ampla revolta popular no bairro, contra a vacinação obrigatória. A situação já era de extrema gravidade, pois as Reformas de Pereira Passos já haviam desalojado uma grande parcela da população, a vacina foi o pretexto. Na época ainda não existia a praça, existiam ali os escombros do antigo Mercado da Harmonia (que veio a substituir a função do Mercado Municipal da Praça XV). A revolta durou por alguns dias e os revoltosos promoveram a montagem de barricadas na região, utilizando como armas: um poste de energia velho e os escombros do antigo mercado. O governo Republicano arrasou o local, acabando com a revolta e iniciando uma grande operação urbana de revitalização do local, através da construção do 5º batalhão de polícia e da praça da Harmonia, que em 1959, mudaria seu nome para praça Coronel Assunção.

mais de cinco mil pessoas para a região. E, de fato, as pessoas que residem na localidade, tem seu papel ligado a manutenção da cultura local em detrimento da cultura do espetáculo, promovida por outra praça: a Mauá. Continuando a caminhada, começamos a nos direcionar ao Morro da Providência (último ponto do nosso percurso, juntamente com a visitação ao Residencial Porto Vida.

IMAGEM 45: Conjunto de Morros da região, marcados pela ocupação urbana



Fonte: Lima, Amanda Cavaliere. Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013. 224 f.: il.

A visita a essa região, torna-se um desafio em função do estabelecimento do controle da região por traficantes de drogas ilícitas, que praticamente atuam fora do controle estatal e promovem o domínio local, econômico e social, através da utilização e imposição da violência. Apesar disso, iniciativas locais têm promovido o turismo local na região, através de elementos da própria comunidade, é o caso da página Rolé dos Favelados, no Facebook, criada por Cosme Fellppsen (morador antigo da considerada 1ª favela do Rio de janeiro). Da qual já tive a oportunidade de participar.

Em função dessa condição, a região já passou por uma série de programas sociais, visando à melhoria da condição da população e mais uma vez em 2008, com a eleição de

Eduardo Paes para prefeito do Rio de Janeiro, a prefeitura iniciava ações no sentido de solucionar o problema desse conjunto de favelas na área central do Rio de Janeiro. O aluno deverá compreender que a comunidade não é um produto habilitado apenas por seus moradores, pela sua condição de pobreza, mas também pela incapacidade de entes estatais em não conseguirem solucionar o problema do déficit habitacional, agravado pelo aumento das desigualdades sociais e econômicas, além do crescimento da população. Esse foi um problema que se agravou no Brasil, a partir da década de 60, como analisamos no plano Doxiadis.

A solução mais uma vez se possibilita através de ações autoritárias. As operações realizadas pela Secretaria de Ordem Pública (SOP), por meio do "Choque de Ordem" e do "Choque de Legalidade", são o exemplo mais cabal disso. Implementados desde o início da fase Paes, clamava-se pelo "fim da desordem urbana", que seria "o grande catalisador da sensação de insegurança pública e a geradora das condições propiciadoras à prática de crimes, de forma geral. Além disso, o governo do Estado, a partir de 2010, iniciou na região a instalação de uma UPP (Unidade de Polícia Pacificadora), visando à redução principalmente da violência e o estabelecimento de uma política de revitalização urbana, que se traduz em grande parte em um processo de gentrificação Na literatura especializada, trata-se do processo, menos ou mais violento, menos ou mais gradual, de substituição da população pobre por atividades econômicas de alto status (shopping centers, prédios de escritórios, etc.) e residências para as camadas mais privilegiadas. A tabela abaixo nos auxilia melhor no entendimento do processo, levando em consideração uma parcela da população da zona portuária.

TABELA 1: Tabela de remoções de famílias na área da Zona Portuária

Comunidade	Tempo da ocupação	Número de famílias removidas	Número de famílias ameaçadas	Total de famílias	Justificativa
Ocupação Machado de Assis	**Sem informação**	*	**150**	**150**	**Projeto Porto Maravilha – Revitalização da zona portuária**
Ocupação Flor do Asfalto	**2006**	*	**30**	**30**	**Projeto Porto Maravilha – Revitalização da zona portuária**
Rua do Livramento e adjacências	**Sem informação**	*	**400**	**400**	**Projeto Porto Maravilha – Revitalização da zona portuária**
Ocupação Boa Vista	**1998**	**35**	*	**35**	**Projeto Porto Maravilha – Revitalização da zona portuária**
Morro da Providência	**1987**	*	**835**	**835**	**(1) Implantação de teleférico e plano inclinado; (2) área de risco**

Fonte: Lima, Amanda Cavaliere. Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013. 224 f.: il.

Nesse sentido, o aluno deverá compreender que quem produz um dado espaço e o que nele se produz, além das ligações afetivas e de identidade entre um grupo social e seu espaço, podem ser aspectos cruciais para a compreensão da gênese de um território ou do interesse por tomá-lo ou mantê-lo. Nesse sentido, as razões e motivações para se conquistar ou defender um território podem ser fortemente, ou até primariamente, de cunho cultural ou econômico, no entanto, a apropriação de espaços dá-se pela delimitação de um campo de forças que se exercem a partir de relações de poder – podendo este estar vinculado não apenas à restrição, à dominação e ao autoritarismo, como também relacionado à autonomia e a práticas emancipatórias. Diversas dimensões das relações sociais são importantes para entendermos os processos de territorialização em curso na Zona Portuária do Rio de Janeiro, que podem ser identificadas à medida que se luta, de um lado, pela permanência nessa Área Central, não apenas por uma questão estrita da moradia, da demanda por habitação em uma área provida de infraestrutura e que oferece acessibilidade (mas que tem tudo a ver, também, com a necessidade de manutenção

de histórias, de laços culturais e da própria vizinhança), e, de outro, por novos controles sobre a mesma espacialidade, definidos pelos novos conceitos de cidade que se tentam impor (uma cidade vendável, consumível por um padrão de pessoas que podem pagar por ela e que querem ter acesso a uma vitrine com um status superior ao que hoje se apresenta como parte intrínseca àquela área). Para além das questões culturais e econômicas, o caráter político (impossível de ser desvinculado dos anteriores) é o que nos chama atenção e desperta o interesse por desvendar o que está por detrás do aparente. As assimetrias nas relações de poder são traduzidas em formas de dominação e em conflitos. Conflitos de interesse, conflitos de perspectivas, de imaginários, de propostas e de meios e fins de apropriação daquele espaço.

Nesse momento, o professor distribui aos alunos um pequeno recorte de um jornal local, com a narrativa de morador da região (Morro da Providência). O relato consta no Site Rio On IWatch (2013).

> "Há muitas perguntas que não são respondidas pela SMH. Não somos contra nenhum projeto, desde que esses projetos sejam para nós moradores, que lutamos e batalhamos ao longo de mais de cem anos de história do Morro da Providência, a primeira favela da América Latina. A história do Brasil passa por aqui também. Não se pode trocar cem anos de história por trinta dias de Copa do Mundo e Olimpíadas e apagar tudo isso para satisfazer interesses da iniciativa privada e do próprio governo, que são parceiros nesta empreitada e só estão interessados nos lucros que podem obter. O Prefeito [Eduardo Paes] quer reescrever a nossa história com teleférico, plano inclinado, motovia e centro histórico. Para quem? A nossa história foi escrita com muito sangue, suor e lágrimas. Não existe história nas favelas sem os seus moradores".

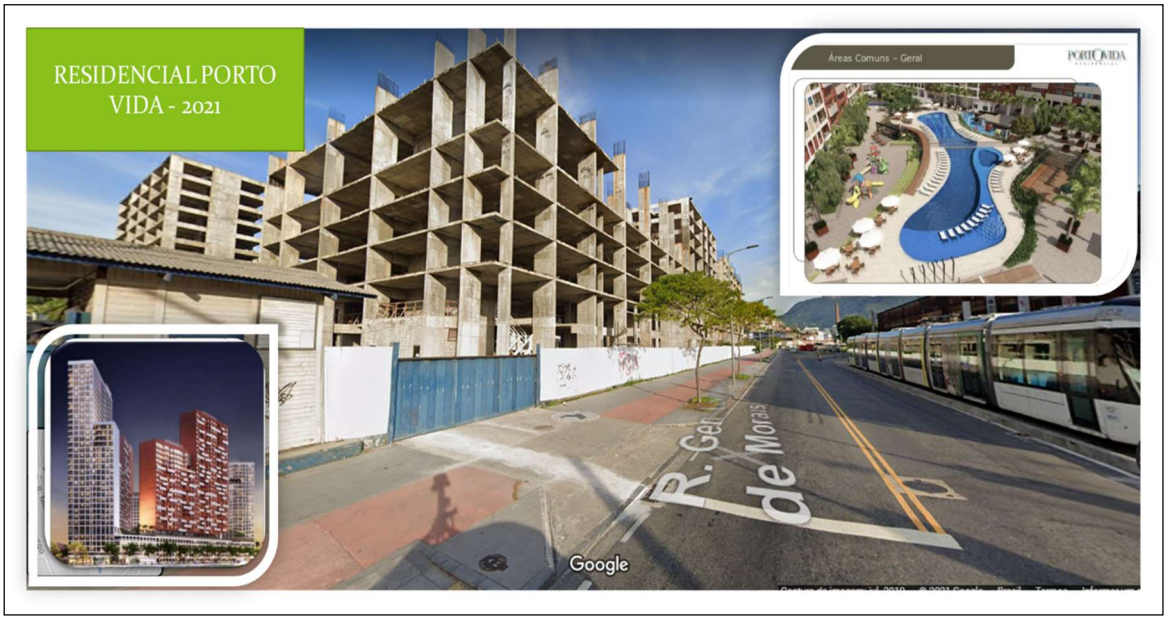
O relato do morador desataca a polêmica construção de um teleférico, ligando a parte mais alta do morro a estação ferroviária Central do Brasil. As obras tiveram início em 2012 e terminaram em 2014, entretanto, o meio de transporte só funcionou até 2016 e hoje está desativado, tendo funcionado apenas no período das Olímpiadas.

De forma conclusiva nessa parada, o aluno deve desconstruir a palavra revitalização tendo como auxílio o significado do conceito de gentrificação, levando em consideração que a União (Governo Federal, Estadual e Municipal) é proprietária de 75% dos imóveis da região, mas preferiu deixar grande parte deles vazios, em função da suposta valorização da região, a partir das obras de infraestrutura e a venda a longo prazo à iniciativa privada, sem de fato estabelecer um política habitacional, que pudesse contemplar os moradores dos morros da região. O sentido é mais uma vez expulsar a população pobre de uma região em função dos interesses especulativos do capital imobiliário. Nesse sentido, o teleférico tenta turistificar a

comunidade, juntamente com o VLT, sem resolver o seu principal problema: o direito à cidade e à uma moradia de qualidade.

A última parada, nos permite a experiência de uma viagem no VLT, embarcando na estação Providência e desembarcando na estação Rodoviária Novo Rio, com o objetivo de conhecer o único empreendimento residencial da região, que busca atingir um público de classe média alta. Foram estabelecidos para a região trinta e nove projetos de conjuntos habitacionais relacionados ao programa "Minha Casa, Minha Vida", entretanto, nenhum projeto foi implementado até hoje, apenas o Residencial Porto Vida, que se encontra na situação indicada na imagem 46, ainda hoje.

IMAGEM 46: Residencial Porto Vida



Fonte: Google Maps Simulações. Situação atual em 2021. Adaptações do autor.

A reflexão nesse local. será a de que até o momento o projeto de revitalização não conseguiu de fato agregar às várias funcionalidades da região, integrando principalmente a questão da lógica habitacional, com a funcionalidade ligada ao lazer, ao comércio e ao trabalho, já que a região se encontra estagnada, do ponto de vista econômico.

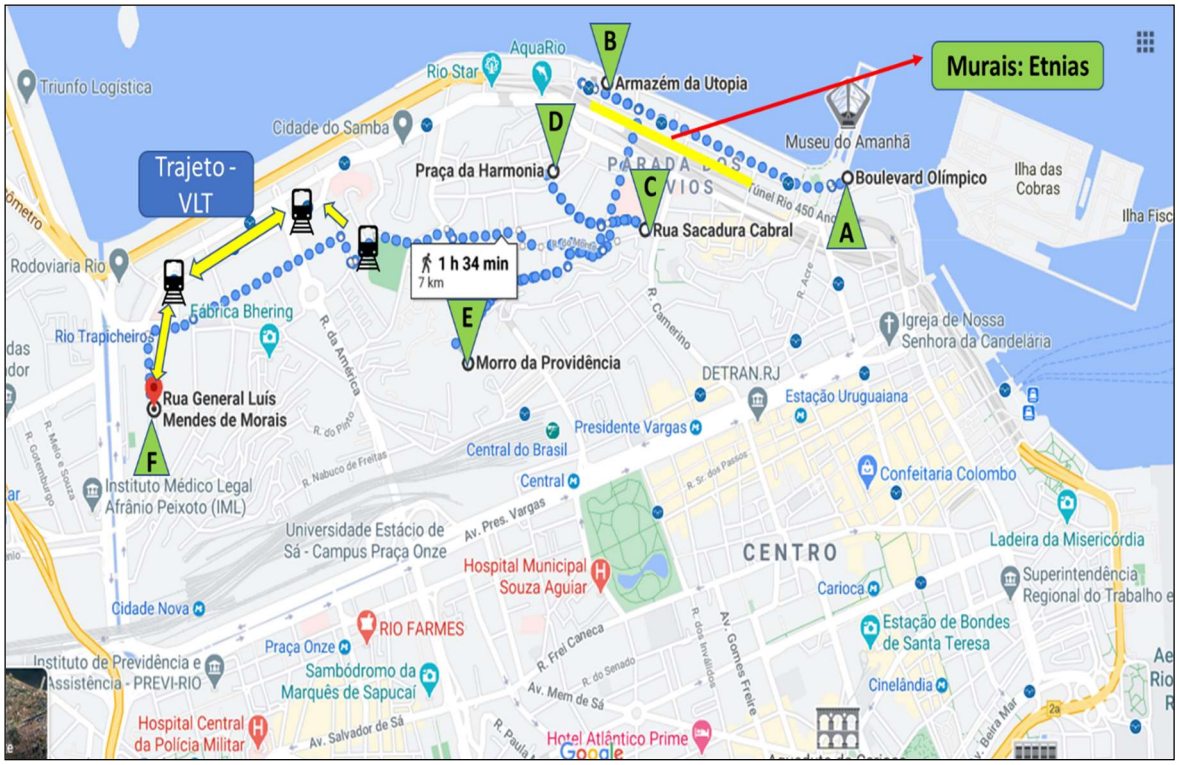
3.11 Passo a passo – simplificado – roteiro

Em função do número de pontos estabelecidos, estabeleceremos uma sequência de visitação, de acordo com a figura 24:

- **1ª parada (ponto B)**: Vista panorâmica dos Murais de Kobra – Orla Luiz Paulo Conde.
- **2ª parada (ponto C)**: Rua Sacadura Cabral – análise do entorno e edificações.
- **3ª parada (ponto D)**: Praça da Harmonia – análise da praça como resistência e sobrevivência da população local.
- **4ª parada (ponto E)**: Morro da Providência – análise de espaços invisíveis.
- **5ª parada (ponto F)**: Residencial Porto Vida – análise do processo de gentrificação.

Observação: O ponto A foi analisado na primeira parte do roteiro.

IMAGEM 47: Zona portuária – Saúde, Santo Cristo e Gamboa



Fonte: Google Maps Simulações. Adaptações do autor.

3.12 Ambientação dos alunos em sala de aula

Antes das efetivas saídas a campo, serão realizadas atividades em sala de aula, visando à melhor ambientação do tema em questão, abordado no primeiro roteiro.

A) PRIMEIRA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: O objetivo inicial é estabelecer através do contexto apresentado até aqui, uma mínima mudança urbana no Rio de Janeiro, nos três períodos apresentados, a partir do crescimento da sua população, envolvendo a noção de antigo e moderno. Destacando-se como exemplo, a legitimação do processo de revitalização urbana.

Orientações ao professor:

- Os alunos deverão ser organizados em grupos de 8.
- A primeira tarefa será a de ordenar as figuras que constam divididas entre os grupos (prancha 01), em função da sensibilidade da presença de elementos arquitetônicos e da mudança da paisagem. Refletindo que sendo planejada ou não, o fenômeno da urbanização é produzido pelo ser humano e suas ações na paisagem.
- Na prancha 2, o exercício é estabelecer os possíveis séculos das imagens ou períodos da História do Brasil, compreendendo a noção da existência de uma evolução ou apenas uma mudança no espaço, em relação às mudanças tecnológicas? Todos os grupos realizam a mesma tarefa e, no fim, apresentam seus resultados.
- Na prancha 3, um grupo da turma ficará com noção de revitalização, a outra com a questão da análise dos dados e o terceiro com a conclusão, que deverá ser pautada pela observação dos elementos apresentados e a reflexão de que o homem promove intervenções no espaço ao longo do tempo, em função das suas necessidades vigentes e adaptações ao meio (paisagem). Um segundo passo, será a relativização de padrões estéticos, como antigo e moderno e a legitimação da necessidade de revitalização. Como o espaço é o produto da ação de sujeitos heterogêneos, a intervenção urbana no espaço é produto de uma correlação de forças.

Materiais envolvidos

- Impressão das fotos que fazem parte da prancha 1 ou exibição delas através de Datashow. A figura da prancha 2, também deverá ser impressa, visão a complementação por parte dos alunos. As outras pranchas poderão somente ser exibidas.

B) SEGUNDA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: O objetivo será, em um primeiro momento, conhecer o projeto Porto Maravilha, suas implicações, no que se refere principalmente à questão do solo urbano, da especulação imobiliária e do posicionamento da imprensa.

Orientações ao professor

- Divisão da turma em 3 grupos.
- As pranchas do 1 ao 4, pretendem instrumentalizar o aluno, através da propaganda oficial da prefeitura (Revista Oficial e a versão do Jogo Banco Imobiliário) uma visão geral da cidade projetada pelo amplo projeto de revitalização, denominada Operação Porto Maravilha.
- A partir da prancha 5 até a 7, o objetivo é estabelecer a definição de alguns conceitos, como: função social da terra, terras devolutas do estado na região, a questão da especulação imobiliária (juntamente com o processo de gentrificação) e o papel da imprensa nesse jogo. O aluno também terá contato com um simulador de especulação imobiliária (criado pelo professor).

Materiais envolvidos

- Apresentação através do datashow. Impressão da Revista da Prefeitura em duas cópias, para divisão entre os grupos. Necessidade de uma sala com computador de uma sala com pelo menos um computador para os alunos realizarem a simulação de especulação imobiliária.

C) TERCEIRA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada)

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: Pretende-se com essa atividade, apresentar aos alunos, as múltiplas faces da cidade do Rio de janeiro, dessa forma, atividade pretende estabelecer os mais variados

elementos e tipos de pessoas que produzem o espaço e imaginam a cidade de uma forma bem específica, de acordo com o seu lugar de fala.

Orientações ao professor

- Prancha 1 a 3 – identificação dos técnicos que determinam o planejamento e as intervenções na cidade.
- Da prancha 4 a 10 – o aluno deverá identificar os mais variados sujeitos dentro do espaço urbano da zona portuária, realizando a conexão com o conceito já explicitado de especulação imobiliária e gentrificação. Além disso, se faz necessário a ênfase na questão da identidade, memória e história dos mais respectivos lugares destacados, sendo essas características participantes do processo de construção do espaço da cidade, que deve ser pautado também pela gestão democrática (vide Estatuto das Cidades – 1990). Destaque para pranchas 7,8,9 e 10, que enfocam o Morro da Providência. O professor, no início, tem a oportunidade de demonstrar aos alunos, através da propaganda oficial, a ação daquilo que os agentes públicos preconizavam com a criação de um teleférico na região - fruto de uma discórdia muito grande na comunidade, em função da resistência estabelecida pelos moradores ao projeto, em função da possibilidade da instalação apenas com justificativa de turistificar a favela ou comunidade. Ao final, o professor poderá exibir a reportagem da rede Record, veiculada em 18/02/2020 (https://recordtv.r7.com/balanco-geral-rj/videos/moradores-reclamam-de-obra-de-teleferico-no-morro-da-providencia-no-rio-18022020).

Materiais envolvidos

- Reprodução das pranchas para a turma toda, através do datashow.

D) QUARTA ATIVIDADE

Previsão: 1 semana de aulas com 3 tempos (50 minutos cada).

Público-alvo: Alunos da Educação Básica – Ensino Médio: 1ª e 2ª séries.

Objetivos iniciais: o objetivo é estabelecer uma atividade de conclusão com os alunos, levando em consideração uma música de gênero rap e uma crônica.

Orientações ao professor

- O professor sensibilizará os alunos a partir do rap (prancha 01 e 02) com o tema da revitalização, comparando com a cidade ideal na prancha 3, e a crônica através de podcast. Visando estabelecer uma conclusão para as perguntas: “O Rio de Janeiro é o mesmo para todos? Realmente é a Cidade Maravilhosa? Qual cidade você prefere, a real ou a planejada? Seria possível ainda planejar alguma coisa?”

Materiais envolvidos

- Pranchas em PPT e podcast gravado pelos próprios alunos com a crônica estabelecida.

3.13 Reflexões ao final de todo o roteiro, juntando o Circuito (A) com o Circuito (B)

- No final do percurso, o aluno deverá ser capaz:
- De compreender o encontro das projeções da cidade, como camadas, na região central do Rio de Janeiro, a partir da análise do circuito A.
- De identificar as mais variadas formas de materializar as projeções da cidade, no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro.
- De compreender que as intervenções no espaço fazem parte de ações políticas e econômicas, desencadeadas por vários agentes, inclusive o poder público, geralmente em consonância com os interesses privados;
- De identificar que a intervenção urbana na zona portuária passou a gerar uma série de consequências, como a questão da gentrificação. E que a questão do déficit habitacional na região não foi resolvida, apesar dos investimentos estatais.
- De analisar, que os investimentos no espaço, passam a gerar uma valorização imobiliária, que obedecem aos interesses do setor público e privado.
- De entender que nesse processo de reorganização e modernização da cidade, diversas vozes foram silenciadas no processo, em prol da elaboração de um modelo homogeneizador e despótico, que em sua maioria não leva em consideração os sujeitos das mais variadas regiões da cidade.

- De compreender que a cidade é formada por vários sujeitos plenamente diferentes, que precisam ter voz, dentro de sua gestão, considerando a historicidade do espaço construído por cada família, em cada região que reside.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, até esse momento, torna-se necessário o resgate da pergunta inicial de um aluno, que marcou efetivamente a minha história como professor da disciplina de História e colaborou para escolha do tema dessa dissertação. “Professor, essa é a Cidade Maravilhosa?”

Toda pergunta nos traz um misto de sentimentos e principalmente de curiosidade, aspecto relevante na condição do ensino de História e estabelece uma via de mão dupla, na inconstante relação entre professor e aluno, voltada para a questão do aprendizado em sala de aula. Porém, as incertezas ao buscar novas possibilidades educacionais contribuíram para a percepção equivocada de ensino, que reproduzimos desde tempos remotos na história da educação no Brasil, reduzindo o espaço de aprendizado à sala de aula e à escola.

Entendemos a sala de aula como um espaço importante, que deve constituir um ambiente pautado pela investigação e a reflexão. Além disso, deve possuir uma efetiva relação com os atores envolvidos e, de alguma forma, contribuir para a formação da sua cidadania, deve mediar o conhecimento científico de modo a permitir a apropriação do conhecimento necessário, capaz de fazer com que o aluno possa ler criticamente a prática social na qual vive.

Com o advento do século XXI, o pensamento histórico comum passou a ser considerado, assim como os múltiplos focos da consciência histórica na sociedade. Com o conceito de formação e aprendizado histórico, os objetos da didática da História se multiplicaram, seja na análise dos meios de comunicação de massa, da arte, da tradição familiar, do conhecimento histórico presente na opinião pública, em eventos culturais ou cívicos, arquiteturas, monumentos históricos, seja na inter-relação entre o conhecimento científico com a sociedade, no processo escolar, na narrativa do historiador, nos parâmetros curriculares, nas meta-análises da historiografia.

Mas apesar de toda essa diversificação e novas perspectivas em relação à prática do ensino, reconhecemos a impreterível afirmação de uma mentalidade conservadora tanto na maneira, como na forma de ensinar e sobretudo na naturalização de um panorama negativo e

irrefutável, em que o profissional de educação torna-se imerso em um ambiente extremamente intoxicado, diante de tantas tentativas frustradas na direção da mudança, tornando-se resistência ou desistência, diante de fatores internos e externos tão difíceis de serem enfrentados em seu âmago e complexidade. Quem, como professor, em um ambiente escolar, nunca se questionou: o que eu estou fazendo aqui?

Nesse sentido, de forma inicial, o trabalho propõe o resgate de práticas simples, ao alcance de todos, como o simples caminhar pelo Rio de Janeiro, pela nossa cidade, que de forma invisível ou não, dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência na cidade se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente por si só. Há um modo espontâneo, quase como se as cidades gesticulassem ou andassem ou se movessem ou dissessem de si, falando quase como se as cidades proclamassem feitos e fatos vividos nelas por mulheres e homens que por elas passaram.

Por isso é importante afirmar que não basta reconhecer que a cidade é educativa, independentemente de nosso querer ou de nosso desejo. A cidade se faz educativa pela necessidade de educar, de aprender, de ensinar, de conhecer, de criar, de sonhar, de imaginar que todos nós, mulheres e homens, impregnamos seus campos, suas montanhas, seus vales, seus rios, impregnamos suas casas, seus edifícios, deixando em tudo o selo de certo tempo, o estilo, o gosto de certa época. A cidade é cultura, criação, não só pelo que fazemos nela e dela, mas pelo que criamos nela e com ela, mas também é cultura pela própria mirada estética ou de espanto, gratuita, que lhe damos. A cidade somos nós e nós somos a cidade.

Com qual intencionalidade passeamos pela cidade, por um shopping, por uma estação de trem ou metrô, por um supermercado ou por uma mera praça? Muitas vezes nenhuma, mas a lente do professor, guiando e refletindo com os alunos nesses espaços, permitirá a contemplação de um novo mundo, encoberto por um arcabouço de projeções infinitas, reais ou não, que constituem e revelam uma plena historicidade, carregada de memória e identidades.

Os roteiros pedagógicos estabelecidos e preparados nesse trabalho têm por objetivo auxiliar os docentes que necessitam de materiais específicos, diante de demandas tão complexas, como a de ensinar qualquer disciplina no século XXI. Nesse sentido, pretendemos também preencher uma lacuna e tornar visível a história e a memória, por meio da evolução da região da Zona Oeste carioca, que sofre muitas vezes com o silenciamento, seja por falta de recursos, por negligência ou por falta de conhecimento, ou até mesmo de forma proposital, tornando alguns lugares da cidade invisíveis.

Defendo que a experiência sensível adquirida pelos alunos nos mais variados circuitos estabelecidos nos roteiros será capaz de criar uma possibilidade de aprendizagem em um espaço não formal, ampliando as possibilidades para além dos muros da escola e tentando despertar o interesse pelo conhecimento disciplinar, mas de outra forma, ou seja, a partir da experiência dele com a sua própria cidade, estabelecendo raízes e promovendo o entendimento que todo lugar, por mais problemas que possua ou até que esteja imerso em um conjunto marcado pela violência, como a Cidade de Deus, estão carregados de História. As histórias foram resgatadas nesse roteiro a partir de uma simples aula-passeio, que carrega uma série de intencionalidades pedagógicas e têm por finalidade reduzir a sua invisibilidade e a das pessoas que a habitam.

Pretende-se que as aulas-passeio sejam capazes de nos mostrar o quanto é importante sair da sala de aula, sendo um efetivo instrumento de mobilização de quebra de paradigmas e na construção de novas formas de pensar e agir, contribuindo efetivamente para uma relação melhor entre professores e alunos e entre homem e natureza. Em nosso caso específico, uma melhoria da relação aluno – cidade. Conduzir os alunos para além das paredes da escola é proporcionar um novo sentir sobre o mundo.

Dessa forma, conseguimos estabelecer um eixo norteador para o trabalho, tendo como base três conceitos: memória, identidade e patrimônio. No espaço entre memória e identidade, o historiador Pierre Nora afirma que a "memória perdura-se em lugares, como a história e a identidade em acontecimentos" (Nora, 1993, p.25). Os lugares para ele são fragmentos onde se encontram lembranças, daí a necessidade de lugares de memória que surge no mundo contemporâneo em função de perdermos os "meios de memória". O que era transmitido de geração em geração, numa narrativa oral que permitia manter viva a tradição de famílias e coletividades, perdeu-se em novos hábitos. Nossa necessidade de memória, objetos e lugares que nos remetam ao familiar, instâncias que nos ajudem afixar a identidade, que nos ancorem no pertencimento.

Em um mundo que muda aceleradamente é urgente encontrar algo que permaneça, um lugar em que repouse minimamente a tradição. Não se trata de uma fuga para o passado, uma nostalgia idílica, trata-se de encontrar uma base, um ponto de partida para o futuro. É possível imaginar que este lugar, tecido pela memória, seja patrimônio.

Nossa identidade depende do nosso patrimônio. A cor de nossos olhos, ou mesmo nossas emoções são frutos das primeiras heranças que recebemos. O comportamento, formas de pensar e agir dependem da base sobre a qual fomos educados, são heranças das memórias e histórias de nossos educadores. Estes educadores não são apenas aqueles que nos devotam tempo e

empenho na lida cotidiana do aprender e ensinar, mas também as cidades, os bairros, as gentes, seus modos de ser e de fazer, as celebrações e ritos de todo o tipo atravessam o caminho. Sobre esta base nos edificamos; sobre está plataforma, saltamos, criando caminhos, memórias e histórias que constituirão o patrimônio de tantos outros.

Recorremos então ao patrimônio, aos vestígios e aos fragmentos do passado: um objeto remanescente da infância, o bolo da quitanda da avó, ou ainda aquela rua em Irajá em que jogávamos bola entre amigos, a vizinha que reclamava de tudo, os cacos de vidro nos muros das casas etc. Restos materiais que avivam as memórias, constroem narrativas e recontam histórias.

A preservação destes vestígios do passado aponta para o fato de que o patrimônio cultural é fundamental, mas não é suficiente para podermos nos apropriar de seu sentido e importância. É necessária uma ação voltada para o despertar do olhar sobre o patrimônio. A educação para o patrimônio cultural se apresenta como uma via para este resgate, tanto no ensino formal, quanto em outros espaços fora da escola.

Educar para o patrimônio é avivar os sentidos, despertar o olhar para encontrar um lugar com o qual nos identificamos: um bairro, uma praia, uma comunidade, um shopping, um museu, uma ONG ou um monumento histórico. Este último pode parecer distante de nossa história e memórias imediatas, mas certamente faz sentido para a comunidade ou nação à qual estamos ligados, ajudando a compreensão do momento presente a partir da história. Os bens culturais carregam a alma do seu povo, sua forma de ser, os conflitos, sua fé e sua razão. Consideramos patrimônio cultural tudo que testemunha um ou vários desses elementos.

O patrimônio tem a propriedade de nos contar uma história. Sua linguagem pode ser arquitetônica, paisagística, ritual, palatável, sonora, enfim, há uma diversidade de modos em que um bem pode nos "falar". Se pudermos compreender um pouco da linguagem do patrimônio, nos habilitaremos a um universo culturalmente rico de significados.

O mundo do patrimônio cultural configura-se como um conjunto rico de sentidos. São impregnados de símbolos de uma sociedade, valores do passado que ajudaram a configurar o presente e que podem oportunizar ao ser em formação mediações educacionais cruciais para a percepção sobre a sociedade, o seu território e sua cultura.

Portanto, propomos um diálogo aberto com a nossa herança cultural e material, consubstanciada no objeto denominado cidade, promovendo trazer à luz novas perspectivas, agregando novas vozes e sujeitos e entendendo, principalmente, o contexto de evolução urbana da cidade, a partir da dicotomia: cidade real X cidade projetada, transformando a nossa cidade

em um verdadeiro museu a céu aberto, que permite a educação de todos, de forma igualitária e democrática, a partir de um pilar básico: o resgatar de práticas simples, como o caminhar pela cidade.

Nesse sentido, qual a resposta do questionamento inicial do aluno: “Professor, essa é a Cidade Maravilhosa? Acredito, de fato, que cada um tem a sua, seja ela projetada, real, invisível, majestosa ou rudimentar. Não existe certeza, melhor ou pior, mas de fato penso que a aula passeio colabore efetivamente para a apropriação de cada um, de que o seu lugar, apesar de tudo, também possui história.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO

Periódicos e Anais da Câmara Municipal do Rio de Janeiro

O Diário Carioca, 10 de jan. 1964.

O JORNAL, 29 de outubro 1926.

JORNAL DO BRASIL, 30 de novembro de 1926.

JORNAL DO BRASIL, 4 de novembro de 1926.

Diário Carioca, 26 de junho de 1965.

Entrevista de Carlos Lacerda ao Jornal do Brasil em 23 de março de 1972.

Mensagem do prefeito Antônio Prado Junior ao Conselho Municipal, de 01/07/1927.

BIBLIOGRÁFIA

ABREU, Maurício de Almeida. *A evolução urbana do Rio de Janeiro.* Rio de Janeiro: IPP, 2008.

ABREU, Maurício de Almeida. *Rio de janeiro: formas, movimentos, representações: estudos da geografia histórica carioca*. Rio de janeiro, RJ: Da Fonseca Comunicações, 2005.

AGACHE, A. *Cidade do Rio de Janeiro*: extensão, remodelação, embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930. Paris. Disponível em http://planourbano.rio.rj.gov.br. Acesso em 07 de set. 2020

ALMEIDA, Daniel Vater de. Plano Agache: a Cidade do Rio de Janeiro como placo do 1º plano diretor do país e a consolidação do Urbanismo no Brasil. In: *Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina*, Universidade de São Paulo, 2005, p. 461-482.

ANDREATTA, Verena. *Cidades quadradas, paraísos circulares.* Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006.

AUSUBEL, D. P. Aquisição e retenção de conhecimento: Uma perspectiva cognitiva. Lisboa: Editora Plátano, 2003.

AZEVEDO, André Nunes de. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro*: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, Mauad X, 2016.

BARROS, Flavia Cristina de e VIEIRA, Andreia Maria de Souza. A Aula-passeio como experiência vivida: Freinet no Ensino Superior. Revista Internacional de professores (RIFP), Itapetininga, V.4, n.4, p. 79-81, out./dez., 2019. Dossiê: Freinet no ensino superior e na formação de professores.

BELISÁRIO, Adriano. *A outra História do Porto Maravilha. Apublica.org*, Rio de Janeiro, 9 de agosto de 2016, p.1. Disponível em: https://apublica.org/2016/08/a-outra-historia-do-porto-maravilha. Acesso em: 04 de set. 2019.

BERNARDES, Walter Lucio Guimarães. *A reestruturação urbana do Estado da Guanabara*: O Plano Doxiadis. Trabalho de Conclusão de Curso (graduação em História), Universidade Gama Filho, 2001.

Convenção da UNESCO sobre o patrimônio de 1971.

COSTA, Lucia M. Paisagem e cultura: Agache e a entrada do Brasil. *Paisagem e Ambiente*, n. 13, p. 147-157, 2000.

CRUZ, Mauricio Feijó. *O papel da mobilidade urbana nos superplanos*: O Plano Urbanístico Básico de São Paulo (1968) e O Plano Doxiadis para o Estado da Guanabara (1965). Tese (graduação) – Faculdade de Arquitetura e Engenharia. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DOXIADIS Associates, *Consultores para o Desenvolvimento e Equistica. Guanabara, um plano para o desenvolvimento urbano (Plano Doxiadis)*, tradução CEPE 1, Secretaria de governo, 1967. Clube de Engenharia, Rio de Janeiro, 2005.

FAUSTO, Boris Fausto. *História da Civilização Brasileira: Sociedade e Política (1930-1964*). ed.4. v. 10, T.III. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1993.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil. 12.* ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 8. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

FREIRE, Américo (org). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira: CPDOC, 2002.

FREITAS, Miriam Pereira de. *Plano Diretor do munícipio do Rio de Janeiro e objetivos da política de meio ambiente e valorização do patrimônio cultural*. Editora: PUC-RJ. Revista de Arquitetura.

FRIDMAN, Fania. *Cidades latino-americanas*: um debate sobre a formação de núcleos urbanos. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

GADOTTI, Moacir; PADILHA Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia. Cidade educadora: princípios e experiências. São Paulo: Cortez/ IPF, 2004. E, também, TOLEDO, Leslie; FLORES, Maria Luiz Rodrigues e CONZATTI, Marli. Cidade educadora: a experiência de Porto Alegre. São Paulo: Cortez/IPF, 2004.

GIESE, Juliana Varejão. *Da Bélle Epoque à cidade Olímpica: Urbanismo, arquitetura e arte pública na praça Mauá no Rio de janeiro.* UFJF. Mestrado em ambiente construído. 2018. Disponível em: http://repositorio.ufjf.br:8080/jspui/handle/ufjf/6882. Acesso em: 20 set. 2020.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. Revista do Patrimônio Artístico e Cultural, 2015, p.91.110. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Numero%2034.pdf. Acesso em: 14 jul. 2019.

HARTOG, François. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

LEMOS, Sarah. *Revista da PUC*. Rio de Janeiro: edição 199.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*: opções de desenvolvimento. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

MOTTA, Marly da Silva da. *De grande capital a mera cidade: o destino do Distrito federal após a transferência da capital para Brasília*. Rio de Janeiro: CPDOC, 1994. 10f. Disponível em: www.fgv.com.br. Acesso: 15 de set. de 2020.

MOTTA, Marly da Silva. *A nação faz cem anos. A questão nacional no cenário da Independência.* Rio de Janeiro: FGV-CPDOC, 1992.

NORA, Pierre. Entre história e memória: a problemática dos lugares. Revista Projeto História. São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.

OAKIM, Juliana. *A cidade e o urbanista. Um estudo para a Guanabara por Doxiadis. Monografia de especialização em Sociologia Urbana*. Rio de Janeiro: UERJ, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2012.

OLIVEIRA, Lucia Luppi. *A questão Nacional na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

OLIVEIRA, Sonia Maria Queiroz de (org.). *Planos urbanos do Rio de Janeiro*: Plano Agache. Rio de Janeiro: Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

OSORIO, Mauro. *Rio Nacional, Rio local: mitos e visões da crise carioca e fluminense*. Rio de Janeiro: editora: Senac. Rio, 2005.

PECAUL, Daniel. *Os Intelectuais e a política no Brasil. Entre o Povo e a Nação*. São Paulo: Ática, 1990.

PECHMAN, Robert (orgs.). Cidade, povo e nação – Gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PEREIRA, Margareth da Silva. *Pensando a metrópole moderna: os planos de Agache e Le Corbusier para o Rio de Janeiro*. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz;

PEREZ, Maurício Dominguez. *Lacerda na Guanabara*: a reconstrução do Rio de Janeiro nos anos de 1960. Rio de Janeiro: Odisséia Editorial, 2007.

PINSKY, Jaime. O ensino de História e a criação do fato. 14º ed. São Paulo: Contexto, 2018, p. 27.

REZENDE, Vera Lucia Ferreira Mota. *Planos, Regulação Urbanística e Intervenções Urbanas no Rio de Janeiro: Diferenças entre pensar e produzir a cidade*. In: III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva São Paulo, 2014, n.1, p. 59-81.

REZENDE, Vera Lucia. *Urbanismo e planejamento no Distrito Federal: Debates e Investidas de 1920 a 1945*. Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, n. 12, p. 77-99, 2017.

REZENDE, Vera. *Planejamento e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de janeiro*. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

SÁNCHEZ, Fernanda. *Cultura e renovação urbana: a cidade-mercadoria no espaço global.* In.: LIMA, Evelyn; MALEQUE, Miria (Org.). Espaço e cidade: conceitos e leituras. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

SILVA, M. R.; ORLANDI, N. V. *Projeto "Porto Maravilha" e a transformação espacial da Zona Portuária* do Rio de Janeiro. 2013. 23 p. Relatório PIBIC – Departamento de Geografia e Meio Ambiente – Curso de Geografia da PUC – RJ. Disponível em: http://www.pucrio.br/pibic/relatorio_resumo2013/relatorios_pdf/ccs/GEO/GEOMayara%20Rangel%20Silva%20e%20Nana%20Vasconcelos%20Orlandi.pdf. Acesso em: 20 set.2020.

SILVA, Maria Lais Pereira. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de janeiro: tensões e conflitos. Rio de janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes*. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural – Divisão de Editoração, 1992.

SOARES, Eduardo Coelho Maxnuck. *As Intervenções Urbanas na Cidade do Rio de Janeiro e o governo Carlos Lacerda no recém-criado Estado da Guanabara (1960/1965).* Monografia de Bacharelado em Economia – Escola de Economia da UFRJ, Rio de Janeiro, 2010.

SOUZA, Sérgio Linhares Miguel de. Patrimônio Cultural – Educação para o Patrimônio Cultural. 1. Ed. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2014, 102 p.

SOUZA, Sérgio Linhares. *Manual de Patrimônio Cultural – Educação para o Patrimônio Cultural*. Rio de Janeiro: Governo do Estado, 2014.

APÊNDICE

1º ROTEIRO

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1º roteiro – A cidade Monumental de Agache

Fonte: www.acervodigitaloglobo.coom.br

Fonte: http://planourbano.rio.rj.gov.br/

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª atividade

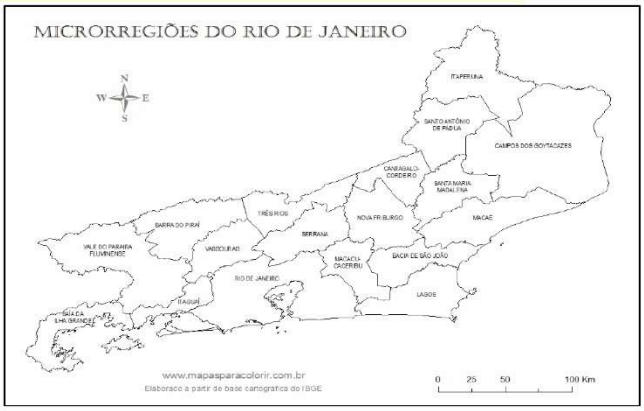
Prancha 01 – Mesoregiõees

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª atividade

Prancha 02 - Microregiões

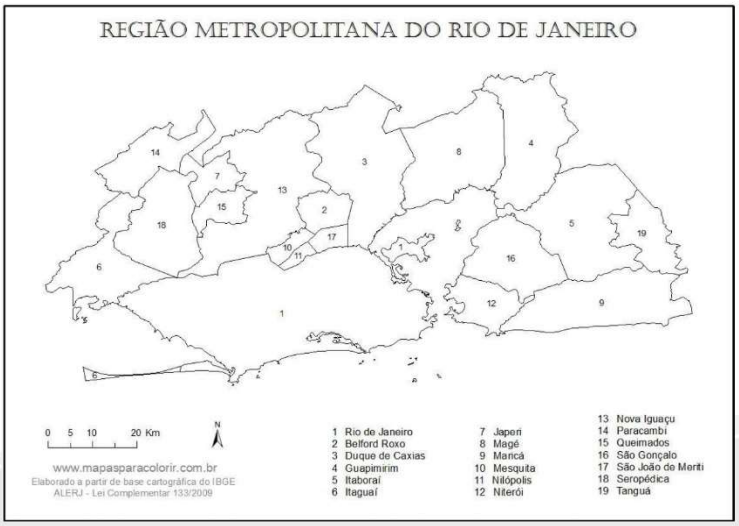


PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª atividade

Prancha 03 – Região Metropolitana



UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª atividade

Prancha 04 – Regiões Administrativas

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª atividade

Prancha 05 – Rio de Janeiro - Brasil

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Segunda Atividade – Lendo Jornais da época

Fonte: http://planourbano.rio.rj.gov.br/

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 01 – 29 de junho de 1927

29-6-27 — O GLOBO — 3

ULTIMA HORA

O Sr. J. J. Seabra cidadão carioca

Proclamou-o, hoje, o Conselho Municipal, por indicação do Sr. Mauricio de Lacerda

O Sr. Mauricio de Lacerda apresentou ao Conselho Municipal, a seguinte indicação:

"Considerando que o Dr. José Joaquim Seabra prestou notaveis serviços á Capital Federal, nos diversos postos de administração que exerceu, em differentes governos, com excepcional probidade e marcado proveito da população carioca: Indico que o Conselho Municipal conceda ao mes-

Floriano Peixoto

As homenagens á memoria do grande brasileiro na data anniversaria de sua morte

Um aspecto da mesa que presidiu os trabalhos na Escola

AS HERANÇAS DO GOVERNO — TERREMOTO... —

Não foram pagos os concertos do "São Paulo" e do "Minas Geraes", nos Estados Unidos!

Vae ser aberto um credito de 4.113.165,46 dollares

Figurava no expediente de hoje da Camara uma mensagem do Executivo solicitando o credito especial de quatro milhões cento e treze mil cento e sessenta e cinco dollares e quarenta e seis cents (4.113.165,46), para occorrer ao pagamento das obras executadas nos couraçados "São Paulo" e "Minas Geraes", de 1918 a 1922, pelo Arsenal de Brooklyn, nos Estados Unidos.

Embaixador Cochrane de Alencar

O urbanista Agache em visita ao GLOBO

Está marcada para a segunda-feira a sua primeira conferencia

PELOS BRAVOS DA COLUMNA PRESTES

Total de hoje: 37:053$500

Não arrefece o enthusiasmo popular na generosa protecção aos heróes da Columna Prestes. A subscripção patrocinada pelo GLOBO vae recebendo, dia a dia, sem desfallecimentos, provas exuberantes dessa acolhida, que vem proporcionando aos bravos soldados dias menos aprehensivos no exilio da Bolivia. A juntar á somma anteriormente publicada, de réis 36:968$500, recebemos, hoje, a quantia de 85$000, que nos veiu assim distribuida:

Remessa de um admirador do capitão Costa Leite, 50$; idem de Francisco Nicolich, em nome de alguns eleitores livres de Minas, 35$. Fica, portanto, elevado a 37:053$500 o total de hoje desse nobre movimento.

ALLIANÇA DOS OFFICIAES DE BARBEIRO E CABELLEIREIRO DO RIO DE JANEIRO

Fonte:https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=plano+agache&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 02 – 22 de julho de 1927

disséra, fazendo suppôr que havia tal coacção.

DR. ESTELLITA LINS
Rodrigo Silva n. 30 — Tel. C. 2763

As conferencias do Sr. Agache sobre urbanismo

A de segunda-feira dedicada aos architectos e engenheiros

Realisa-se na proxima segunda-feira, 25 do corrente, ás 21 horas, no Automovel Club do Brasil, mais uma conferencia da série que aqui está sendo feita pelo Sr. Alfred Agache, o urbanista francez.

Esta conferencia, que é dedicada principalmente aos architectos e engenheiros, terá por thema: "Como se ensina o urbanismo. Os novos methodos de photo-topographia, applicados ao estudo dos planos de cidades".

O Sr. Agache tinha promettido fazer conferencias na Escola de Bellas-Artes e na Escola Polytechnica, com o seguinte programma: 1º. Explicar a seus collegas e a artistas a maneira de conceber o ensino do urbanismo na França, applicando-o ao Brasil. 2º. Expôr aos engenheiros os elementos que mais lhes interessam neste ramo de sciencia, in-

Historia de uma covardia

do grande tribuno **Mauricio de Lacerda**

PAMPHLETO HISTORICO SOBRE O SITIO BERNARDISTA

TODO O BRASILEIRO CONSCIENTE E TODA A CONSCIENCIA LIVRE DEVE LÊL-O. TODO AQUELLE QUE ADQUIRIR UM VOLUME DA **"Historia de uma covardia"**, SOCCORRE OS GLORIOSOS EXILADOS DA **Columna Prestes**

A VENDA NA LIVRARIA LEITE RIBEIRO.

22-7-27 — O GLOBO — 3

SEGUNDA EDIÇÃO

O «Jahú»

Como se defrauda os cofres publicos

Morte tragica de um professor

Abriu o proprio ventre com uma faca

Aspecto do almoço no Club dos Bandeirantes

Fonte:https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=plano+agache&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 03 – 01 de Setembro de 1927

O prefeito quer um credito illimitado

E diz que é para attender ás despesas com a remodelação da cidade

Na hora do expediente da sessão de hoje, do Conselho Municipal, foi lida uma mensagem do Sr. Antonio Prado Junior, na qual o prefeito da cidade solicita um credito illimitado para attender ás despesas com a remodelação da cidade, segundo os planos do professor Agache...

Fonte:https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=plano+agache&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 04 – 26 de janeiro de 1928

PELO RIO AINDA MAIS BELLO

A Associação Brasileira de Urbanismo e o problema da habitação do pobre

O professor Everardo Backheuser, secretario da nova instituição, nos fala de suas origens e programma

...a maneira pela qual nascem, crescem e se atrophiam as cidades brasileiras, congestionadas pelo trafego ou sobrecarregadas com defeitos insanaveis de technica, é conhecida de todos. Os nossos homens publicos, com visão de perto, nunca olham para o futuro distante, senão para o presente restricto, e assim mesmo de modo vesgo, e por isso não se apercebem jamais da vantagem de preestabelecer normas para o desenvolvimento da cidade e não imitam o que se faz com a educação physica e intellectual das creanças para que não fiquem alcijões ou não entibiem a intelligencia

Fonte:https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=plano+agache&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 5 – 24 de abril de 1928

O GLOBO na Sociedade

Pelo Rio mais bello!

Terá inicio dentro em breve a gigantesca Avenida da Independencia

Não ha crise

Na gravura, a setta indica o local onde vão ser atacadas as obras, e, ao lado, o primeiro predio a ser demolido

Devo ter embarcado, hontem, em Paris, conforme já foi noticiado, o urbanista francez Alfredo Agache, que vem realisar os planos de embellezamento de nossa capital. Quer isto dizer que muito mais cedo do que todos suppunham, terão inicio as obras da futura Avenida da Independencia, pois segundo estamos informados, é esse projecto um dos que primeiro serão executados.

Assim, dentro de breves dias, concluidas que estejam as negociações da desapropriação dos predios que occupam a área de terreno destinada á gigantesca avenida, e com a chegada do acatado professor de urbanismo, será iniciada a almejada realisação, que começará por abrir o celebre pedaço da rua Senhor dos Passos, engasgado pelas ruas dos Andradas e Uruguayana, afim de que mais facil se torne o transporte do material e o movimento de vehiculos empregados no serviço.

A gravura acima é justamente a do local, que primeiramente será attingido pelo grande melhoramento.

Fonte:https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=plano+agache&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 6 – 08 de maio de 1928

O GLOBO noticiou na primeira edição que recomeçaram hoje os trabalhos de arrasamento do morro do Castello, e noticiando esse facto de verdade auspicioso, disse que, a certa hora do dia, os trabalhos foram assistidos pelos Srs. presidente da Republica e prefeito. A nossa noticia, nesse ponto, foi incompleta, pois as primeiras figuras dos governos do paiz e da cidade, quando se dirigiram para os trabalhos do arrasamento dos restos da collina historica se fizeram acompanhar do urbanista Alfred Agache e de algumas outras pessoas, do que aliás dá prova a photographia reproduzida no "cliché" acima, tomada precisamente quando todos, do alto de alguns escombros, apreciavam, á distancia, o funccionamento de uma bomba hydraulica.

EDIÇÃO DAS 19 HORAS

O GLOBO

Mais uma violencia da policia

O presidente, o prefeito e o Sr. Agache sobre as ruinas do Castello...

NOSSOS MORTOS EM DAKAR

A LEI MARCI NA TRANSYLV

Fonte:https://acervo.oglobo.globo.com/busca/?tipoConteudo=pagina&ordenacaoData=relevancia&allwords=plano+agache&anyword=&noword=&exactword=&decadaSelecionada=1920

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª atividade

Prancha 7 – 22 de julho de 1927

EDIÇÃO DAS 17 HORAS

O GLOBO

A maioria da Camara rejeitou hoje o requerimento da "esquerda" pedindo informações o governo sobre o decreto que cassou a nacionalisação ao general revolucionario Miguel Costa!

A esthetica das fachadas e os estudos do professor Alfred Agache

Como interpretar as attitudes e a bravura dos revolucionarios brasileiros

DEMPSEY, O VICTORIOSO!

Ruy Barbosa

Dr. Henrique de Vasconcellos, censor de fachadas da Prefeitura

A vinda do professor Alfred Agache, para resolver o complexo problema de "urbanismo" em nossa cidade ou, pelo menos, para ventilar, em conferencias publicas, o magno assumpto, lembrou-nos a opportunidade de colher, em fonte idonea noticias e informações diversas sobre o valor actual do nosso coeficiente de progresso em materia de tal relevancia e o que se propõe e se suggere para a remodelação da "urbs". A palestra que nos foi concedida pelo professor Everardo Backheuser iniciou essa série de consultas que hoje tem, por intermedio do Dr. Henrique de Vasconcellos, censor de Fachadas, da Prefeitura, a sua indicada continuação.

Atacámos o assumpto, solicitando as impressões de S. S. sobre o professor Agache.

— O illustre urbanista — disse-nos o censor da Prefeitura — traz louros de victorias tão soberbas que essa nobre bagagem terna desnecessaria á banalidade de uma confirmação. Habil, extremamente habil, o Sr. Alfred Agache revelou-se um artista "doublé" de um finissimo diplomata, encantan-

ao municipe e nunca, sob qualquer pretexto, imposta. No sentido, entretanto, de evitar a monotonia resultante da repetição excessiva de um mesmo typo, estabeleceria a Prefeitura um limite para util sação dos projectos em cada zona de circumscripção, concedendo aquelles que attingissem tal limite.

— E esse programma de que nos fala ?

— Seria muito para um simples alvitre organisar desde já um programma. Delle, todavia, deveriam constar os typos de casa de habitação proletaria, economicas e os typos de loja e sobrado tão correntemente adoptado nesta cidade. Resulta ainda a vantagem da rapidez dos processos para taes construcções, attendendo-se ao facto de taes projectos estarem tacitamente approvados após o julgamento do concurso em que fossem classificados.

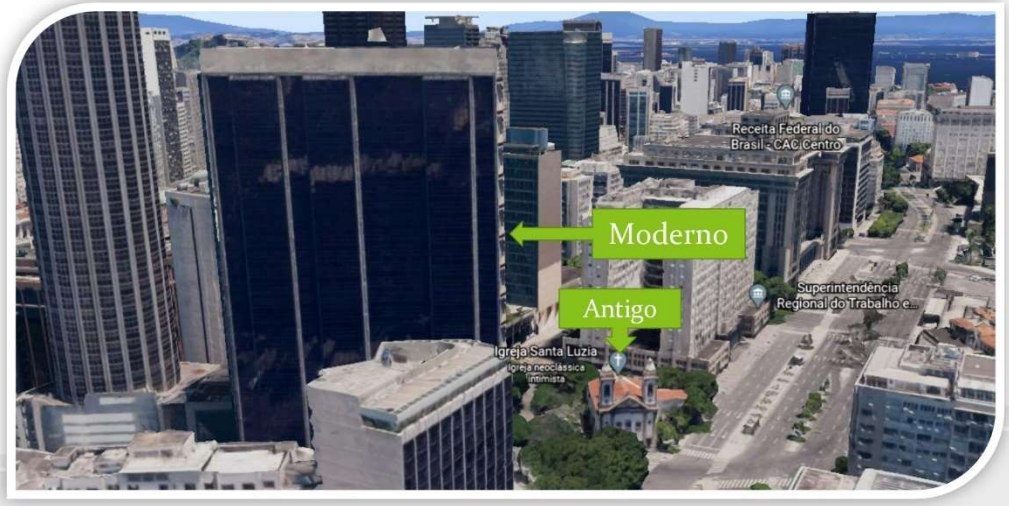
— E esse programma não traria difficuldades á orientação de futura remodelação da cidade que o professor Agache estuda ?

— Parece que seria o inicio de um trabalho util a essa remodelação, precedendo ás futuras providencias de ordem mais séria e mais custosas que deveram coroar a acção promissora da actual administração municipal e d- clarividente e culto espirito do

Font:https://acervo.oglobo.globo.com/rio-de-historias/no-fim-dos-anos-20-plano-agache-pretendia-organizar-crescimento-do-rio-10403129

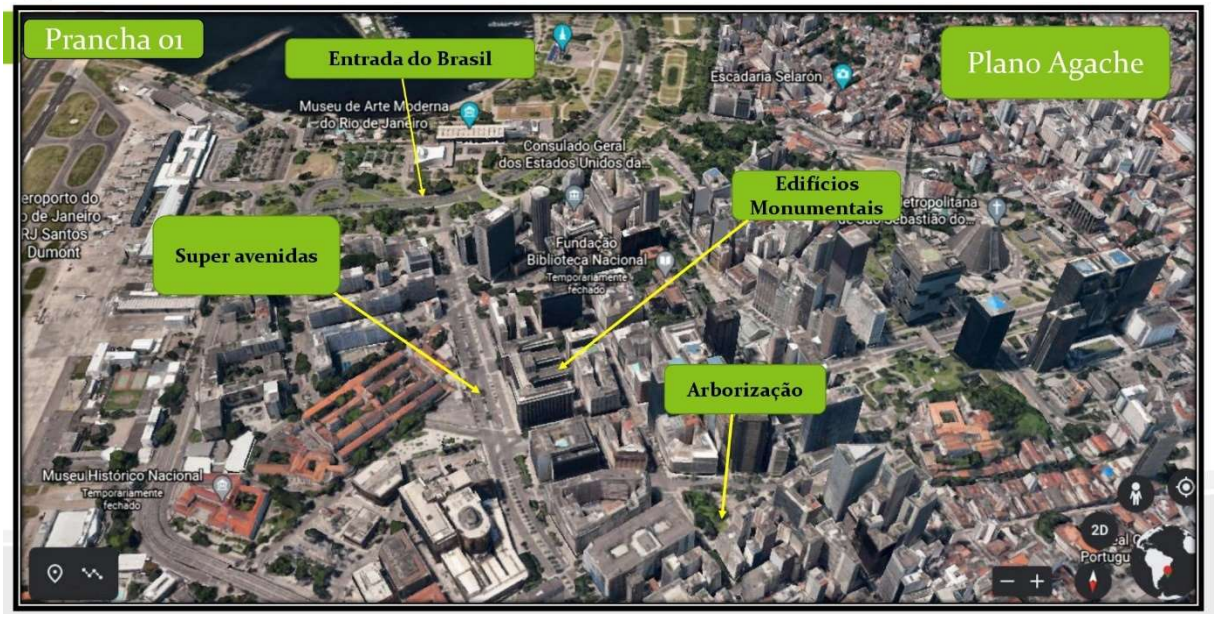
UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Quarta Atividade – Analisando projeções



UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

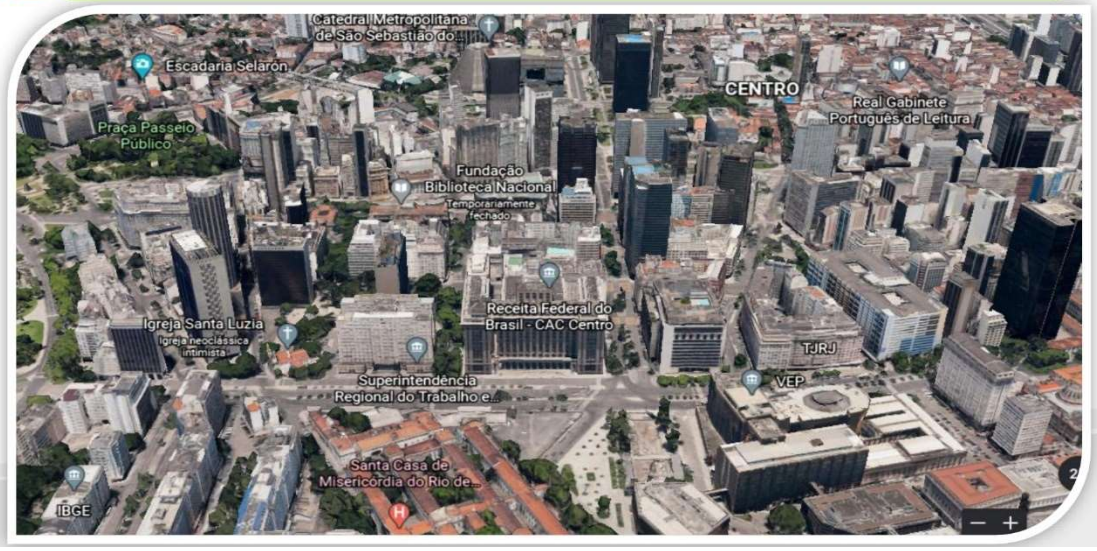
4ª atividade



UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

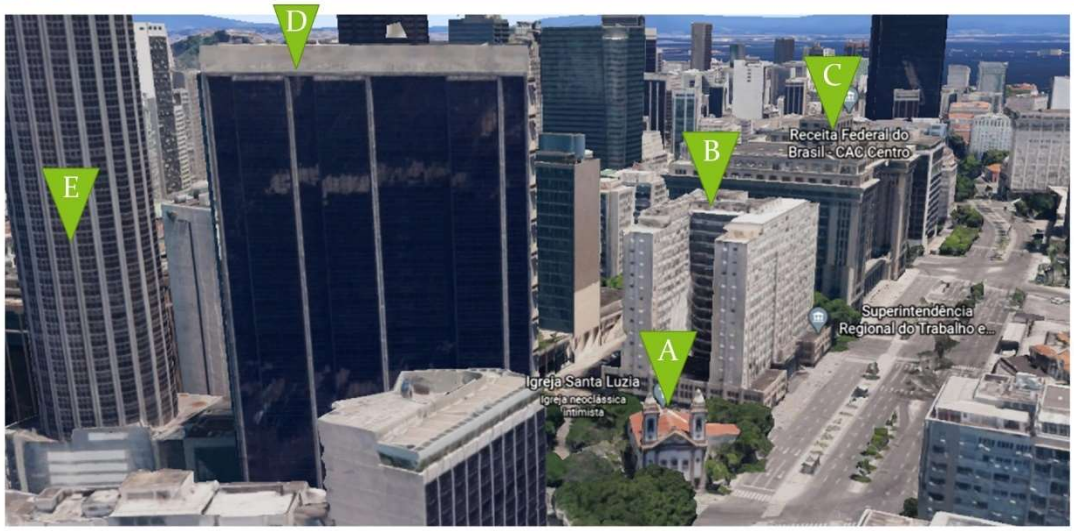
Prancha 2 – O Conjunto Monumental



UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 3 – Antigo x Novo

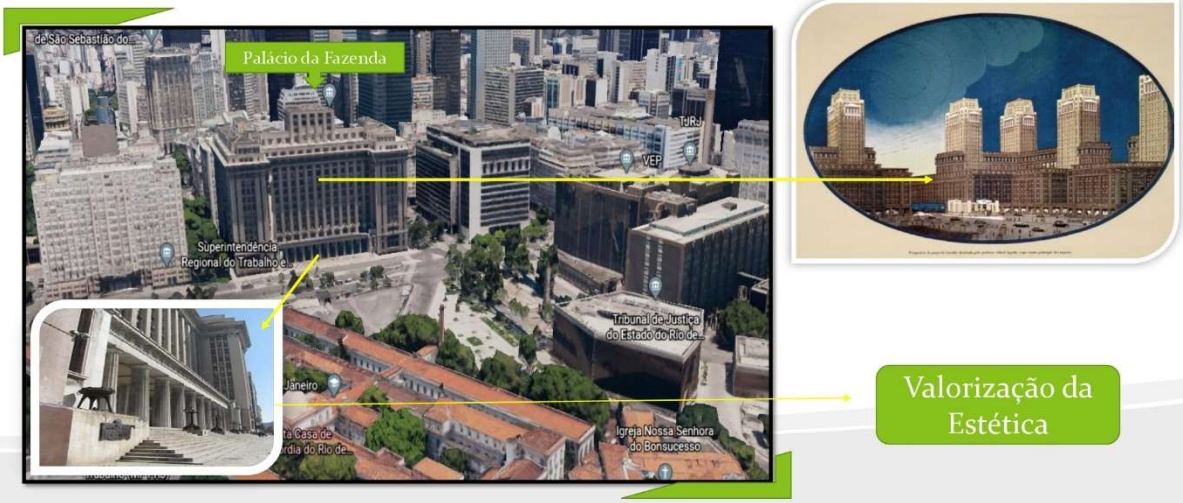


UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 4 – A Arquitetura Monumental

Fonte: http://planourbano.rio.rj.gov.br/

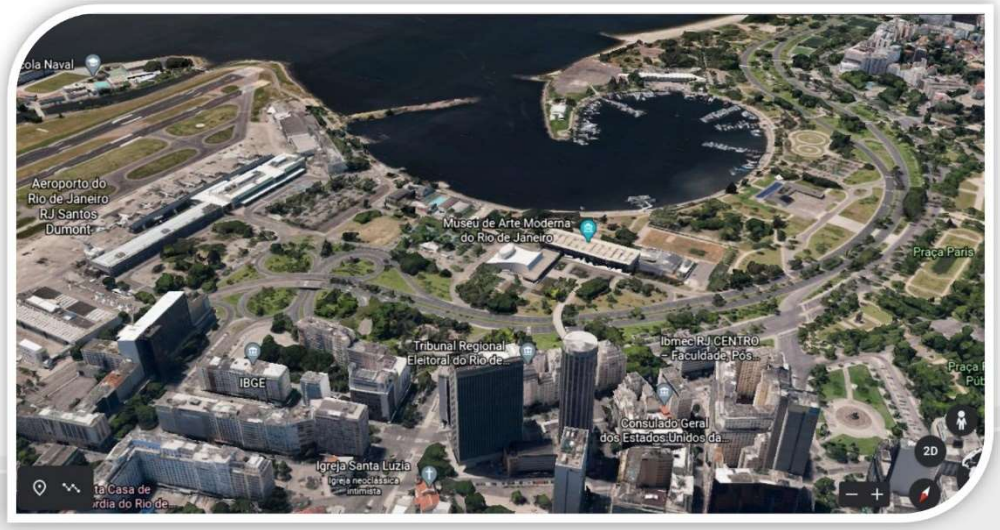


Valorização da Estética

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 5 –Marina da Glória x Entrada do Brasil



2º ROTEIRO

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2º Roteiro – A Cidade funcional e rodoviária de Doxiadis

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

Fonte:DOXIADIS ASSOCIATES. (1965). Guanabara. A Plan for Urban Development. Rio de Janeiro: CEDUG.

1ª Atividade – Conhecendo a mobilidade urbana do R.J

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª atividade

Prancha 5 – O Globo – 07/04/2019

ARTIGO

Lugar do futuro

O Rio seguiu caminhos tortuosos e ignorou questões urbanísticas. Hoje, o desafio é resgatar-se como cidade

SÉRGIO MAGALHÃES é arquiteto

O século XIX viu emergir um fenômeno novo, a cidade da industrialização. Ante suas péssimas condições sociais e ambientais, pensadores modernos idealizaram que novos espaços levariam a uma nova sociedade.

Le Corbusier, o maior teórico do Movimento Moderno, propôs uma nova Paris arrasando o centro milenar que, mesmo não construído, serviu de modelo ao proselitismo moderno. Trinta anos depois, a cidade moderna e funcional teve em Brasília seu melhor exemplo. Ao deixar de ser capital federal, o Rio quis demonstrar que podia ser a cidade do futuro.

Ainda no vigor modernista, em 1963, o governo da Guanabara contratou o "Plano Rio Ano 2000". O arquiteto grego Doxiadis propôs desconstituir o Centro, transferir as indústrias da Zona Norte para Santa Cruz e expandir a cidade em vinte vezes. Mais modesto, o governo seguinte decide planejar a região da Barra da Tijuca, de área equivalente à da cidade de então, e chama Lucio Costa, nosso maior urbanista. Não se trata do projeto de um bairro, diz Lucio, "mas, de certo modo, a futura capital do estado." Em semanas, o plano é lei. E a autoridade que o contratou comemora: "começa a erguer-se, na Baixada de Jacarepaguá, a mais bela cidade oceânica do mundo."

A Cidade Maravilhosa já não mais servia.

Desde então, os recursos públicos priorizaram a Barra. Enfraqueceu-se o Centro. Fecharam indústrias da Zona Norte, à época região de maior vitalidade econômica e de maior população, e não foram para Santa Cruz. De capital federal a município, o Rio viu seus orçamentos públicos minguarem enquanto a cidade se expandia predatoriamente.

O GLOBO mostrou há dias que metade do município está sob controle de milícias, fora as áreas nas mãos de traficantes. Até quando podemos ignorar questões urbanísticas?

Se tivemos caminhos tortuosos, é indispensável tratar de mitigá-los. É questão de sobrevivência, de civilidade e de cidadania. A universalização dos serviços públicos, inclusive o de segurança, essencial, não coaduna com a expansão da ocupação. Os recursos são escassos, a vida urbana pede espaços públicos bem tratados, com vitalidade econômica e social. A recuperação do Centro e da Zona Norte é vital.

A cidade existente é o lugar do futuro.

Fonte: www.acervodigitaloglobo.com.br

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Cidade de Deus – parte 1 – A cidade!

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Pranchas 01 a 04 – Tabelas iniciais – Cidade de Deus – área informal x formal /habitantes/densidade/área construída

Tabela 1 - População, Domicílios, Habitantes por Domicílio, Área Ocupada e Densidade Demográfica segundo a Área Formal e as Comunidades na UPP Cidade de Deus, o total do território da UPP Cidade de Deus e Município do Rio de Janeiro[1]

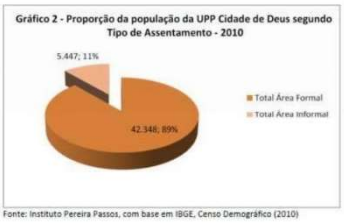
Tipo de Território / Comunidades	População [1]	Domicílios [1]	Habitantes por Domicílio	Área (m²) [2]	Densidade demográfica (hab/ha)
Total Área Formal	**42.348**	**13.102**	**3,23**	**1.936.013**	**218,7**
Total Área Informal	**5.447**	**1.648**	**3,32**	**147.284**	**370,0**
Vila da Conquista	278	80	3,48	10.656	260,9
Rua Moisés, nº 87	587	172	3,41	7.843	748,7
Pantanal	191	62	3,08	10.157	188,0
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	206	52	3,96	6.692	307,8
Praça da Bíblia	535	176	3,04	10.211	523,9
Rua Daniel	100	29	3,45	9.092	110,0

Tipo de Território / Comunidades	População [1]	Domicílios [1]	Habitantes por Domicílio	Área (m²) [2]	Densidade demográfica (hab/ha)
Travessa Efraim	929	267	3,48	22.572	411,6
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	342	128	2,67	8.807	388,3
Santa Efigênia	1.503	458	3,28	44.649	336,6
Beirada do Rio	340	100	3,40	10.316	329,6
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	436	116	3,76	6.211	702,0
Total	*47.795*	*14.742*	*3,24*	*2.083.217*	*229,4*
Rio de Janeiro [3]	6.320.446	2.146.340	2,94	570.917.493	110,7

Fonte: (1) Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

(2) Instituto Pereira Passos (2010)

(3) Censo Demográfico IBGE (2010)



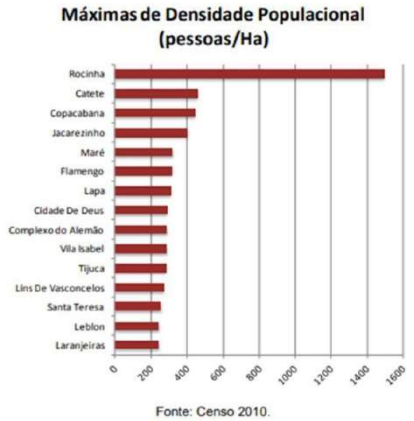
Fonte: Instituto Pereira Passos, com base em IBGE, Censo Demográfico (2010)

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 02 – Gráfico + Tabela – Densidades gerais R.J X região administrativa de Jacarepaguá



Fonte: Censo 2010.

cont.

Densidade Construída e Densidade Populacional por Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - 2013

Área de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Área (Ha)*	Área Construída (m²) - 2013	Pessoas Residentes - 2010	Densidade Construída (m²/Ha)	Densidade populacional (pessoas/Ha)
Área de Planejamento 4	**18 188**	**74 628 294**	**860 096**	**4 103**	**47**
XVI Jacarepaguá	**7 458**	**39 716 514**	**521 543**	**5 325**	**70**
Anil	333	1 870 990	24 172	5 624	73
Curicica	332	2 039 591	31 189	6 148	94
Freguesia	731	5 563 587	19 437	7 615	27
Gardênia Azul	122	1 188 269	17 715	9 729	145
Jacarepaguá	3 260	10 541 056	157 326	3 233	48
Pechincha	275	2 032 954	34 709	7 392	126
Praça Seca	488	3 504 571	64 147	7 176	131
Tanque	392	2 133 314	37 856	5 436	96
Taquara	1 171	8 211 389	102 126	7 015	87
Vila Valqueire	354	2 630 794	32 866	7 429	93
XXIV Barra da Tijuca	**10 609**	**33 842 428**	**300 823**	**3 190**	**28**
Barra da Tijuca	3 578	18 010 926	136 831	5 034	38
Camorim	358	591 265	1 970	1 650	5
Grumari	551	8 824	167	16	0
Itanhangá	723	2 220 204	41 801	3 069	58
Joá	104	265 518	818	2 541	8
Recreio dos Bandeirantes	2 653	9 212 650	84 224	3 472	32
Vargem Grande	1 649	1 595 472	14 039	968	9
Vargem Pequena	991	1 937 570	20 973	1 955	21
XXXIV Cidade de Deus	**121**	**1 069 352**	**37 730**	**8 836**	312
Cidade de Deus	121	1 069 352	37 730	8 836	312

Fonte: Secretaria Municipal de planejamento Urbano (SMPU). Disponível em: **exibeconteudo - www.rio.rj.gov.br**

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 03 – tabela – Cidade de Deus X Zona Sul

cont.

Densidade Construída e Densidade Populacional por Áreas de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros - 2013

Área de Planejamento, Regiões Administrativas e Bairros	Área (Ha)[a]	Área Construída (m²) - 2013	Pessoas Residentes - 2010	Densidade Construída (m²/Ha)	Densidade populacional (pessoas/Ha)
Área de Planejamento 2	**4 582**	**69 672 848**	**1 009 013**	**15 207**	**220**
IV Botafogo	**1 207**	**19 306 115**	**239 729**	**15 994**	**199**
Botafogo	408	7 381 313	82 890	18 086	203
Catete	56	1 299 818	24 057	23 014	426
Cosme Velho	48	444 153	7 178	9 247	149
Flamengo	162	3 848 396	50 043	23 696	308
Glória	103	870 600	9 661	8 430	94
Humaitá	70	1 226 362	13 285	17 508	190
Laranjeiras	188	3 331 409	45 554	17 759	243
Urca	171	904 062	7 061	5 283	41
V Copacabana	**418**	**12 923 998**	**161 191**	**30 922**	**386**
Copacabana	334	11 996 389	146 392	35 911	438
Leme	84	927 609	14 799	11 056	176
VI Lagoa	**1 438**	**10 948 636**	**167 774**	**7 612**	**117**
Gávea	149	1 059 822	16 003	7 119	107
Ipanema	294	3 583 789	42 743	12 202	146
Jardim Botânico	267	1 049 533	18 009	3 929	67
Lagoa	238	1 434 153	21 198	6 025	89
Leblon	193	2 720 285	46 044	14 117	239
São Conrado	233	967 581	10 980	4 156	47
Vidigal	65	133 474	12 797	2 053	197
VIII Tijuca	**667**	**12 991 245**	**181 653**	**19 470**	**272**
Alto da Boa Vista	5	69 630	9 343	13 608	1 826
Praça da Bandeira	71	787 943	8 662	11 025	121
Tijuca	591	12 133 672	163 648	20 543	277
IX Vila Isabel	**806**	**13 447 810**	**189 310**	**16 691**	**235**
Andaraí	159	2 505 273	39 365	15 756	248
Grajaú	187	2 677 666	38 671	14 320	207
Maracanã	166	3 311 590	25 256	19 985	152
Vila Isabel	294	4 953 280	86 018	16 849	293
XXVII Rocinha	**46**	**55 044**	**69 356**	**1 210**	**1 524**
Rocinha	46	55 044	69 356	1 210	1 524
Área de Planejamento 3	**19 094**	**114 686 049**	**2 400 148**	**6 006**	**126**

Cidade de Deus

ÁREA – 121
A.C – 1. 069.352
HAB – 37.730
D.C – 8.836
D.P - 312

Fonte: Secretaria Municipal de planejamento Urbano (SMPU). Disponível em: exibeconteudo - www.rio.rj.gov.br

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prancha 04 – Tabela – Áreas Informais da Cidade de Deus.

Tabela 5 - Programas de Urbanização e Classificação no Morar Carioca[viii] das comunidades na UPP Cidade de Deus – 2016[viii]

Comunidades	Programas de Urbanização	Classificação no Morar Carioca
Vila da Conquista	-	Assentamento não urbanizado < 100 dom
Rua Moisés, nº 87	-	Assentamento não urbanizado entre 101 e 500 dom
Pantanal	-	Assentamento não urbanizado < 100 dom
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	-	Assentamento não urbanizado < 100 dom
Praça da Bíblia	-	Assentamento não urbanizado entre 101 e 500 dom
Rua Daniel	-	Assentamento não urbanizado < 100 dom
Travessa Efraim	-	Assentamento não urbanizado entre 101 e 500 dom
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	-	Assentamento não urbanizado entre 101 e 500 dom
Santa Efigênia	Bairro Maravilha	Assentamento parcialmente urbanizado entre 101 e 500 dom
Beirada do Rio	-	Assentamento não urbanizado < 100 dom
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	Bairro Maravilha	Assentamento parcialmente urbanizado entre 101 e 500 dom

Fonte: SMHC (Dezembro, 2016)

Portanto segundo os dados 11% da população CDD reside em assentamentos não urbanizados, portanto marcados pela precariedade de infraestrutura urbana.

Distribuição dos grupos etários:

Tabela 3 - Total e percentual de Crianças, Jovens, Adultos e Idosos segundo a Área Formal e as Comunidades na UPP Cidade de Deus, o total do território da UPP Cidade de Deus, R.A. Jacarepaguá e o Município do Rio de Janeiro – 2010[v]

pessoas

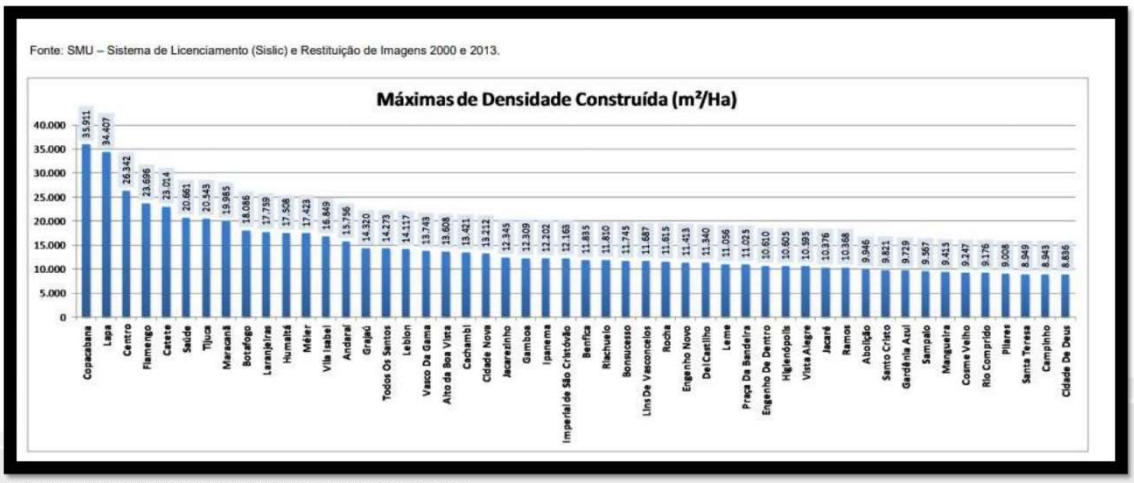
Tipo de Território / Comunidades	0-14		15-29		30-64		+65		Total	
	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%	Pessoas	%
Total Área Formal	11.308	26,7%	11.114	26,2%	17.187	40,5%	2759	6,5%	42.348	100,0%
Total Área Informal	1.522	30,6%	1446	29,1%	1.849	37,2%	157	3,2%	4.974	100,0%
Vila da Conquista	91	32,7%	70	25,2%	108	38,8%	9	3,2%	278	100,0%
Rua Moisés, nº 87	179	30,5%	169	28,8%	211	35,9%	28	4,8%	587	100,0%
Pantanal	56	29,3%	58	30,4%	73	38,2%	4	2,1%	191	100,0%
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	60	29,1%	40	19,4%	94	45,6%	12	5,8%	206	100,0%
Praça da Bíblia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Daniel	31	31,0%	31	31,0%	33	33,0%	5	5,0%	100	100,0%
Travessa Efraim	290	31,2%	270	29,0%	338	36,3%	32	3,4%	930	100,0%
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	143	35,9%	140	35,2%	108	27,1%	7	1,8%	398	100,0%
Santa Efigênia e Beirada do Rio	486	26,3%	535	29,0%	770	41,7%	57	3,1%	1.848	100,0%
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	186	42,7%	133	30,5%	114	26,1%	3	0,7%	436	100,0%
Total	12.830	27,1%	12.560	26,5%	19.016	40,2%	2.916	6,2%	47.322	100,0%
R.A. Jacarepaguá	19,8%		25,2%		46,4%		8,6%		100%	
Rio de Janeiro	19,4%		24,1%		46%		10,4%		100%	

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Pranchas 05 a 08 - RESUMOS – Densidade Construída

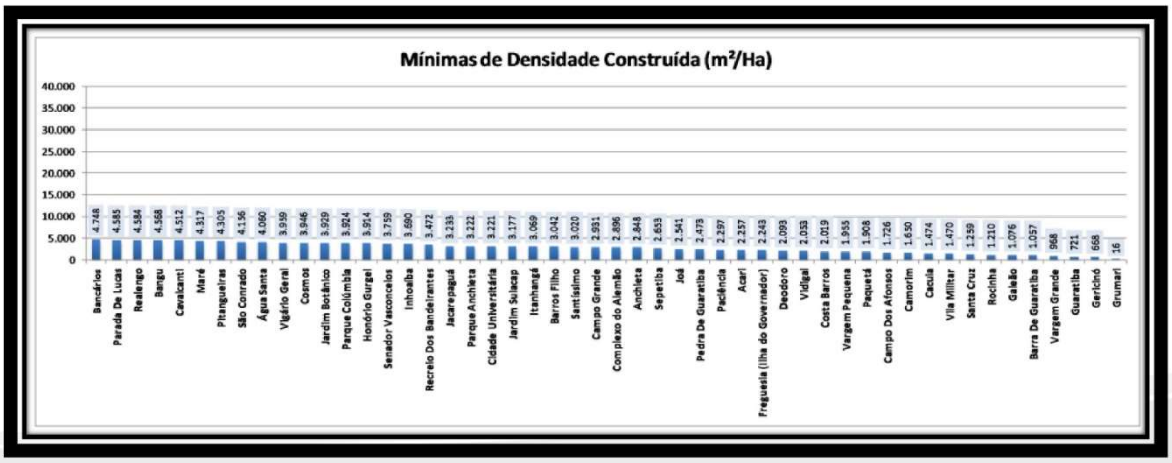


Fonte: SMU – Sistema de Licenciamento (Sislic) e Restituição de Imagens 2000 e 2013

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 06 – Mínimas de Densidade Construída

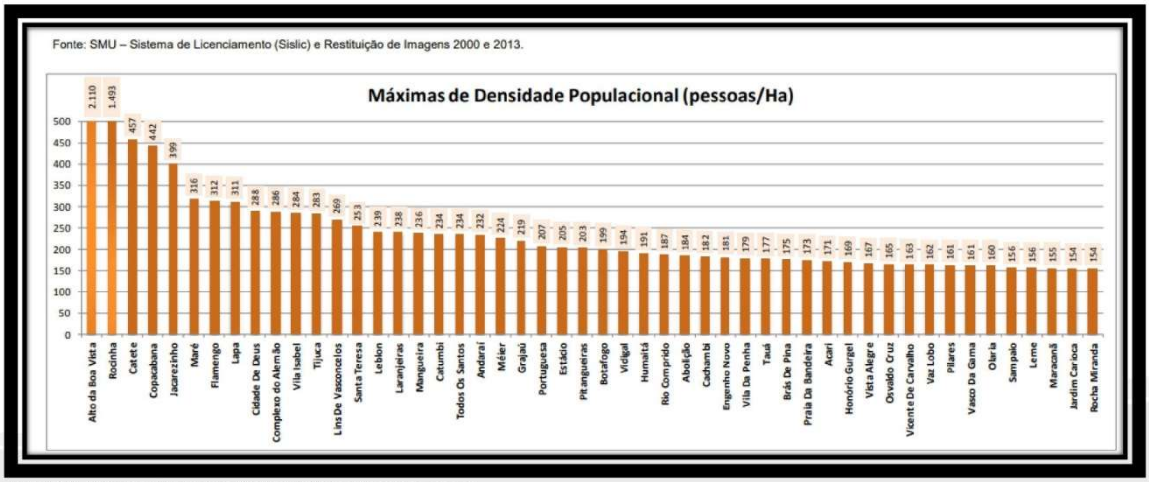


Fonte: SMU – Sistema de Licenciamento (Sislic) e Restituição de Imagens 2000 e 2013

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 07 – Máximas Densidade Populacional

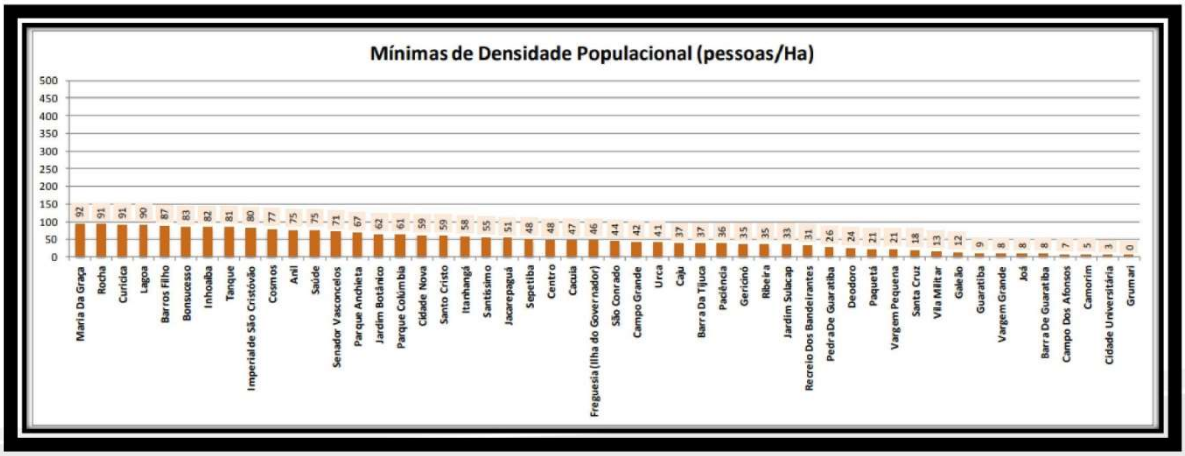


Fonte: SMU – Sistema de Licenciamento (Sislic) e Restituição de Imagens 2000 e 2013

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 08 – Mínimas Densidade populacional



Fonte: SMU – Sistema de Licenciamento (Sislic) e Restituição de Imagens 2000 e 2013

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 09 – Tabela – Energia e Água por domicílio

Tabela 6 - Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Forma de Abastecimento de Água segundo a Área Formal e as Comunidades na UPP Cidade de Deus, o total do território da UPP Cidade de Deus, R.A. Jacarepaguá e Município do Rio de Janeiro – 2010[a]

Comunidades	Água					
	Adequado		Inadequado		Total	
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Total Área Formal	12.904	99,6%	198	0,4%	**13.102**	**100%**
Total Área Informal	1411	96,4%	53	3,6%	**1.464**	**100%**
Vila da Conquista	80	100,0%	0	0,0%	**80**	**100%**
Rua Moisés, nº 87	171	99,4%	1	0,6%	**172**	**100%**
Pantanal	62	100,0%	0	0,0%	**62**	**100%**
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	52	100,0%	0	0,0%	**52**	**100%**
Praça da Bíblia	-	-	-	-	-	-
Rua Daniel	29	100,0%	0	0,0%	**29**	**100%**
Travessa Efraim	266	99,6%	1	0,4%	**267**	**100%**
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	80	62,5%	48	37,5%	**128**	**100%**
Santa Efigênia e Beirada do Rio	557	99,8%	1	0,2%	**558**	**100%**
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	114	98,3%	2	1,7%	**116**	**100%**
Total	***14.315***	***98,3%***	***251***	***1,7%***	***14.566***	***100%***
R.A. Jacarepaguá	97,9%		2,1%		100%	

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

Tabela 9 - Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Existência, Tipo de Fonte e Presença de Medidor de Energia Elétrica segundo a Área Formal e as Comunidades na UPP Cidade de Deus, o total do território da UPP Cidade de Deus, R.A. Jacarepaguá e Município do Rio de Janeiro – 2010[a][c]

Comunidades	Energia Elétrica									
	Com Energia de Companhia Distribuidora				Com Energia de Outras Fontes		Sem Energia		Total	
	Com Medidor		Sem Medidor							
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Total Área Formal	11.752	89,7%	945	7,2%	398	3,0%	7	0,1%	**13.102**	**100,0%**
Total Área Informal	976	66,7%	459	31,4%	27	1,8%	2	0,1%	**1.464**	**100,0%**
Vila da Conquista	76	95,0%	0	0,0%	4	5,0%	0	0,0%	**80**	**100,0%**
Rua Moisés, nº 87	9	5,2%	162	94,2%	1	0,6%	0	0,0%	**172**	**100,0%**
Pantanal	59	95,2%	3	4,8%	0	0,0%	0	0,0%	**62**	**100,0%**
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	52	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	**52**	**100,0%**
Praça da Bíblia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Daniel	13	44,8%	0	0,0%	16	55,2%	0	0,0%	**29**	**100,0%**
Travessa Efraim	195	73,0%	70	26,2%	2	0,7%	0	0,0%	**267**	**100,0%**
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	69	53,9%	58	45,3%	0	0,0%	1	0,8%	**128**	**100,0%**
Santa Efigênia e Beirada do Rio	493	88,4%	63	11,3%	1	0,2%	1	0,2%	**558**	**100,0%**
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	10	8,6%	103	88,8%	3	2,6%	0	0,0%	**116**	**100,0%**
Total	***12.728***	***87,4%***	***1.404***	***9,6%***	***425***	***2,9%***	***9***	***0,1%***	***14.566***	***100,0%***
R.A. Jacarepaguá	91,8%		6,7%		1,5%		0,0%		100%	
Rio de Janeiro	82,6%		8,0%		1,4%		0,0%		100%	

Fonte: Dados do Censo Demográfico IBGE (2010)

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 10 – Tabela – Esgotamento sanitário

Fonte: www.multirio.com.br

Tabela 7 - Total e Percentual de Domicílios Particulares Permanentes por Tipo de Esgotamento Sanitário segundo a Área Formal e as Comunidades na UPP Cidade de Deus, o total do território da UPP Cidade de Deus, R.A. Jacarepaguá e Município do Rio de Janeiro – 2010[a]

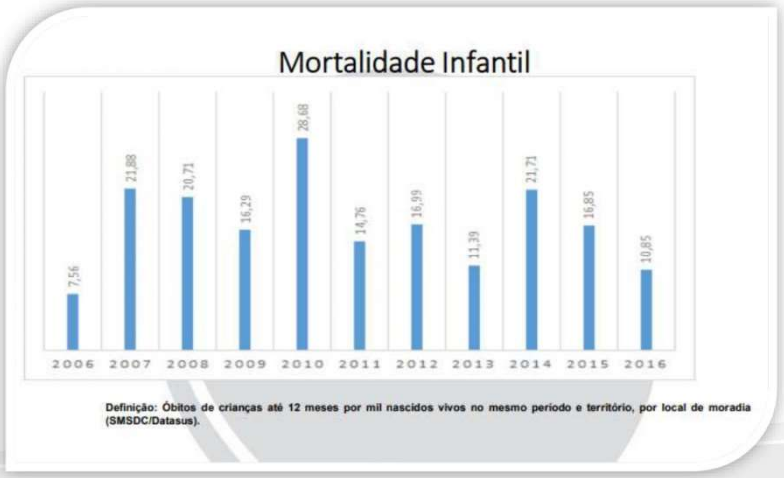
Comunidades	Esgotamento Sanitário							
	Com Banheiro ou Sanitário				Sem Banheiro ou Sanitário		Total	
	Adequado		Inadequado					
	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%	Domicílios	%
Total Área Formal	12.601	96,2%	416	3,2%	85	0,6%	**13.102**	100,0%
Total Área Informal	1.266	86,5%	189	12,9%	9	0,6%	**1.464**	100,0%
Vila da Conquista	39	48,8%	41	51,3%	0	0,0%	**80**	100,0%
Rua Moisés, nº 87	172	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	**172**	100,0%
Pantanal	39	62,9%	23	37,1%	0	0,0%	**62**	100,0%
Pantanal I (RA - Jacarepaguá)	8	15,4%	44	84,6%	0	0,0%	**52**	100,0%
Praça da Bíblia	-	-	-	-	-	-	-	-
Rua Daniel	29	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	**29**	100,0%
Travessa Efraim	241	90,3%	23	8,6%	3	1,1%	**267**	100,0%
Via O - Conj. Vila Nova Cruzada	76	59,4%	47	36,7%	5	3,9%	**128**	100,0%
Santa Efigênia e Beirada do Rio	557	99,8%	0	0,0%	1	0,2%	**558**	100,0%
Moquiço (RA - Cidade de Deus)	105	90,5%	11	9,5%	0	0,0%	**116**	100,0%
Total	***13.867***	***95,2%***	***605***	***4,2%***	***94***	***0,6%***	***14.566***	***100,0%***
R.A. Jacarepaguá	91,8%		8,2%		0,1%		100%	
Rio de Janeiro	94,9%		5,0%		0,1%		100%	

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 11 – Gráfico – Mortalidade Infantil



- Patamar ONU
  - 10 por mil nascidos

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

Prancha 12 – Gráficos – Violência

Agressão à Mulher

Comparativo com o Município do Rio de Janeiro e AP4 em 2014

Comunidade	Indicador	Absoluto	Situação
Cidade de Deus	29,06	32	Pior
AP4	10,92	322	Baixa
Rio de Janeiro	9,21	1.834	

Os números relacionados agressão a mulher se compararmos a série histórica a partir de 2007 houve uma diminuição importante em 2008. Volta a subir de 2009 a 2012, tem outra diminuição importante em 2013 de 50%, no entanto sofre uma elevação significativa em 2014. Muito acima dos índices da Cidade como um todo e da AP4.

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª atividade

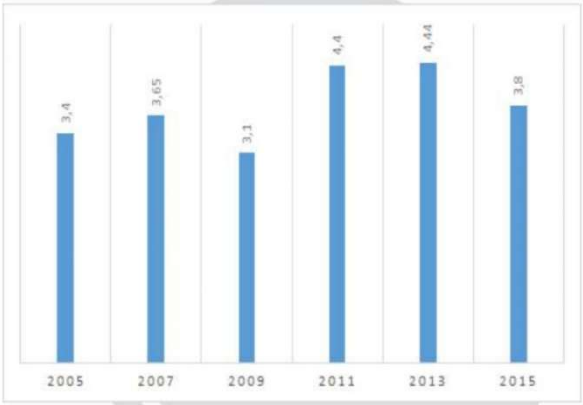
Prancha 13 – Gráficos - Educação x violência –políticas públicas

Agressão à criança

Comparativo com o Município do Rio de Janeiro e AP4 em 2014

Comunidade	Indicador	Absoluto	Situação
Cidade de Deus	25,80	20	Pior
AP4	12,38	191	Baixa
Rio de Janeiro	9,60	1.016	

O índice da CDD o triplo da Cidade do Rio de Janeiro e o dobro do índice da AP4, mas tem se mantido estável de 2011 a 2014.

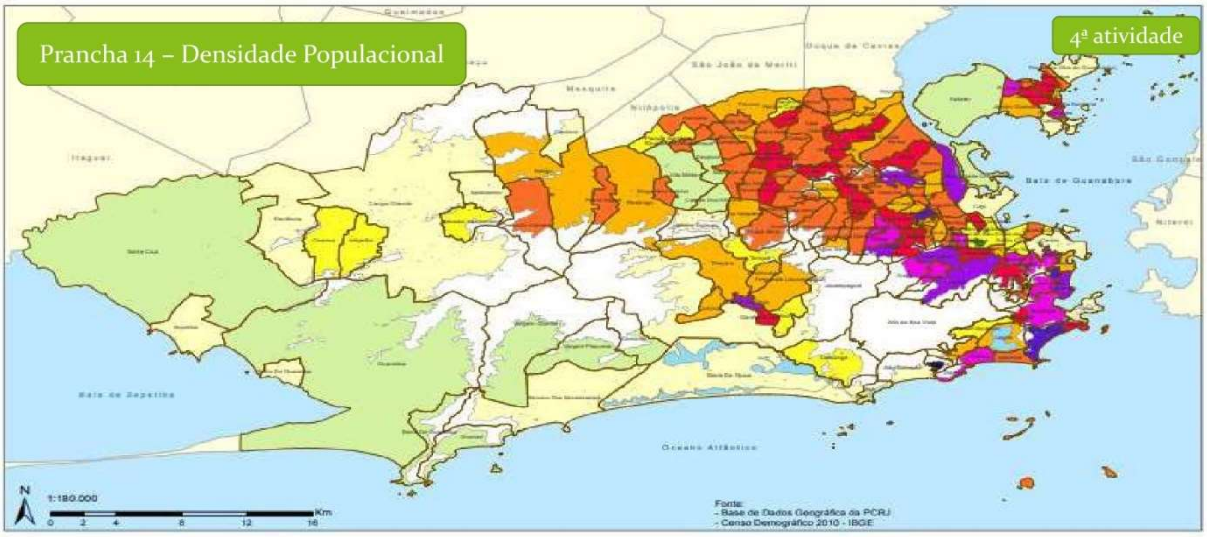


Fonte: Instituto Pereira Passos. Rio+Social. Panorama dos Territórios. Janeiro. 2017

Fonte: Diagnóstico da Cidade de Deus. Instituto Farmanguinhos. Disponível em: www.arca.fiocruz.br.

4ª atividade

Prancha 14 – Densidade Populacional



UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

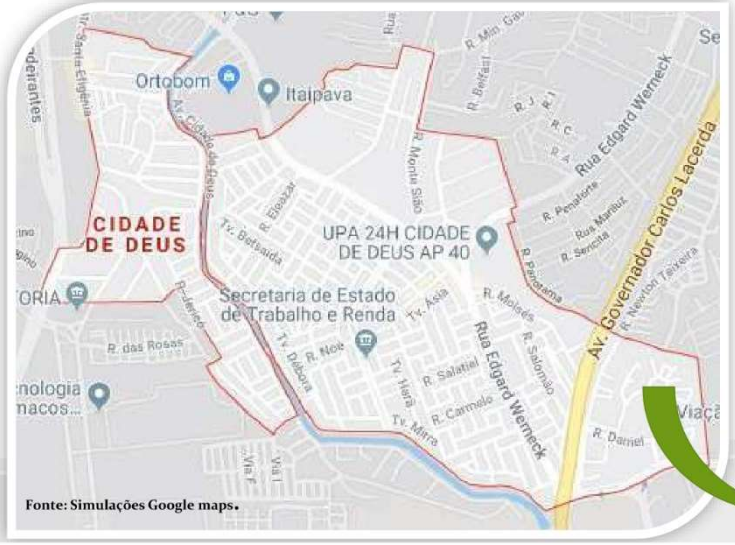
Cidade de Deus – parte 2 – As pessoas!

Fonte: https://www.culturagenial.com/filme-cidade-de-deus/

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5ª atividade

Prancha 01 - Cidade de Deus – invisível ou não ?



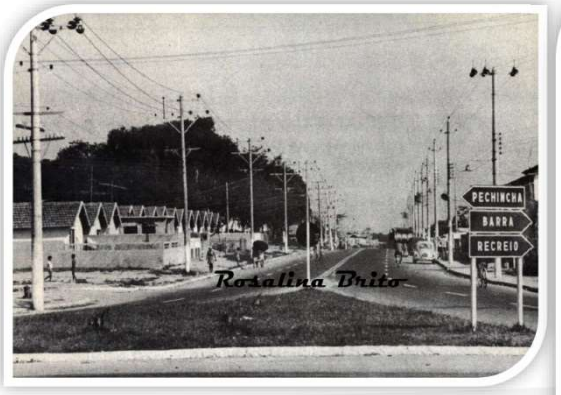
Fonte: Simulações Google maps.

O que chama a atenção nesse mapa, para iniciarmos a reflexão sobre a história da Cidade de Deus?

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5 ª atividade

Prancha 2 - Investigando as origens...



Fonte: https://cidadededeus.org.br/

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5 ª atividade

Prancha 3 – investigando os sujeitos?

Na Grande Mídia ?

Fonte: https://www.culturagenial.com/filme-cidade-de-deus/
Fonte: https://www.culturagenial.com/filme-cidade-de-deus/

Fonte: https://cidadededeus.org.br/

Uma de muitas das nossas artistas aqui da cidade de Deus, a grande pintora, poeta e ilustradora Rosalina Brito, participou do concurso do Centro Cultural Cesgranrio e foi uma das vencedoras.

Penso que não...

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5 ª atividade

Prancha 4 – investigando os sujeitos?

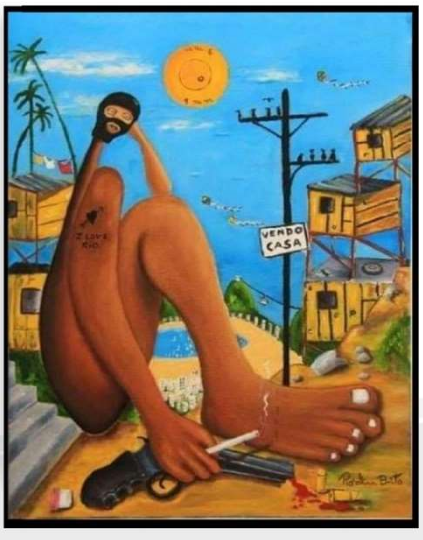
ANÁLISE DE FONTE PRIMÁRIA
Temas para os grupos.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5 ª atividade

Prancha 5 - Cidade de Deus – onde estão os sujeitos?

ANÁLISE DE FONTES: REDES SOCIAIS



UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5ª atividade

Prancha 6 – investigando o lugar?

Cdd Acontece
2 de abril ·

Conhecido como "Morrinho", a Praça da Bíblia é o ponto mais alto da comunidade, e também um local que muita gente frequenta pra comer, pelo fato de la ter de tudo: Comida japonesa no Sushi Delivery, Churrasco no bar do Claudio, o lendário "Cachoeira" com petiscos e drinques e muito mais.

Lá também estão a Amunicom (que é a associaçãode moradores dos apartamentos), a Escola Municipal Pedro Aleixo, e todo mundo tem uma história engraçada vivida por lá.. rsrsrs
Qual é a sua?

#CidadedeDeus #nossaarea #Cddmeulugar

ANÁLISE DE FONTES: REDES SOCIAIS

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

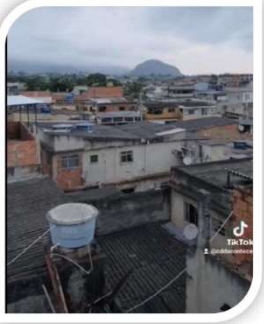
5ª atividade

Prancha 7 – investigando a identidade?

Cdd Acontece
12 de março ·

Aqui a gente luta todos os dias pra transformar esse no "nosso melhor lugar do mundo"..❤️
(E quem não gosta, que lute!) rsrsrs
#cidadededeus #cdd

X



ANÁLISE DE FONTE: REDES SOCIAIS

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

5 ª atividade

Prancha 8 – investigando a democracia...

Cdd Acontece
25 de fevereiro ·

Hoje, nossa comunidade, a Cidade de Deus completa 55 anos. E nessa data, comunicamos a todos que depois de 25 anos, teremos eleição na Associação de Moradores do Lazer.
No momento, ha 2 chapas inscritas (divulgaremos futuramente), e essa publicação é um convite para que outras pessoas da comunidade se inscrevam.
Os interessados deverão ir até a Associação e procurar a Tatiane do Sesi Cidadania, que fica na parte de cima do prédio e manifestar interesse.

Associação de moradores é uma instituição que deveria ser muito importante no progresso das comunidades, mas para que isso aconteça, pessoas que esteja a frente deverá ter de garra, credibilidade, conhecer a história da comunidade e seus conflitos e ainda assim acreditar nela. Acreditar em nós, pq nós (moradores) somos a comunidade!

Quando rolar a eleição, todos os moradores serão convidados a participarem da votação, colocando a cidadania em prática, e colaborando para a construção dessa nova fase que se inicia.

E desde já, Parabéns ao pessoal da antiga, que ralou muito pra fazer essa comunidade pra progredir e ser o que é hoje, e ao mais jovens que pegaram o mesmo caminho..
#EuAmoaCdd #cdd50anos

ANÁLISE DE FONTES: REDES SOCIAIS

3º ROTEIRO

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3º roteiro – Rio a cidade, Conectada, Global e Sustentável

A nova Cidade, a partir do Porto Maravilha

PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM ENSINO DE HISTÓRIA

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Primeira Atividade – Os vários Rios de Janeiro...

VILA OLÍMPICA

Rio2016
Rio2016
JOGOS PARALÍMPICOS

Introdução: exibição do vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=-Ak6MdGfL8Q

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª ATIVIDADE

Prancha 01 – Quebra cabeça urbano da zona portuária. Vamos organizar as imagens?

Fonte:https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/01/rio-455-anos-obras-recriam-a-ocupacao-urbana-desde-a-fundacao-veja-o-antes-e-o-depois.ghtml

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª ATIVIDADE

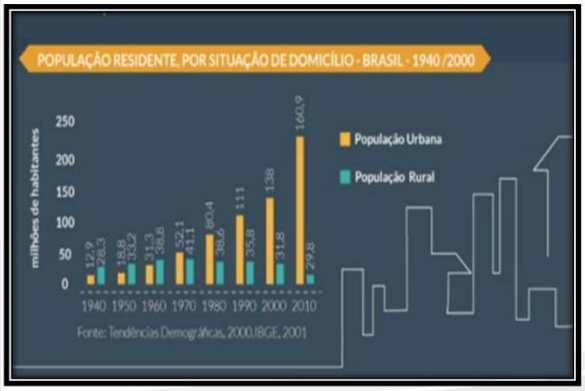
Prancha 02 – Existe uma evolução urbana?

Fonte:https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/01/rio-455-anos-obras-recriam-a-ocupacao-urbana-desde-a-fundacao-veja-o-antes-e-o-depois.ghtml

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

1ª ATIVIDADE

Prancha 03 – A noção de Revitalização e a população no tempo



Fonte:https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2020/03/01/rio-455-anos-obras-recriam-a-ocupacao-urbana-desde-a-fundacao-veja-o-antes-e-o-depois.ghtml

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Segunda Atividade – O Banco Imobiliário da especulação

Revitalização da Zona Portuária - 2015

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prancha 01– Conheça o Porto Maravilha

Fonte: https://www.brokerdistribui.com.br/farol/broker/blog/noticias/anjos-baby-toys-banco-imobiliario-rio-de-janeiro/76286

2ª ATIVIDADE

Banco Imobiliário ganha edição especial olímpica com pontos turísticos da Cidade Maravilhosa

Estrela lança clássico jogo de tabuleiro em versão que traz o Rio de Janeiro, sede dos jogos olímpicos 2016.
Em menos de 80 dias começam as Olimpíadas do Rio de Janeiro. No universo Estrela, já é possível antecipar a rota que a tocha olímpica e muitos turistas iram percorrer, afinal está chegando às lojas o Banco Imobiliário Rio de Janeiro, que permite ao jogador comprar terrenos e propriedades em importantes pontos turísticos da Cidade Maravilhosa.
O clássico jogo de tabuleiro da Estrela, produzido desde a década de 40, já ganhou diversas versões. Hoje a linha conta com o Banco Imobiliário Tradicional, Super Banco Imobiliário com maquininha de cartão, Banco Imobiliário Junior, Banco Imobiliário Kids Disney e o lançamento Rio de Janeiro. Em julho, os fãs ganham ainda a edição, com aplicativo que integra jogo físico e o mundo virtual.
Brincando de ser esportista, ainda no clima dos jogos Olímpicos, a Estrela destaca outro brinquedo ícone da marca que ganhou recentemente opções mais modernas, mesclando esporte e diversão: o Aquaplay Basquete e o Aquaplay Futebol.

A Estrela perto de completar 80 anos de história, a brinquedos Estrela possui uma trajetória marcada por qualidade e pioneirismo. A empresa começou com uma modesta fábrica de bonecas de pano e carrinhos de madeira em 1937 e, em poucos anos, ao acompanhar a evolução industrial do País, passou a ser uma grande indústria automatizada, com a produção de brinquedos de plástico, metal e outros materiais tornando-se, em pouco tempo, a maior fabricante de brinquedos do Brasil, com três fábricas espalhadas pelo País.
Fazem parte do seu portfólio ícones como a boneca CupCake Surpresa, os jogos Banco Imobiliário, Detetive e Jogo da Vida, além de clássicos como Genius, Aquaplay e Cilada.

Fonte:http://www.revistafatorbrasil.com.br/ver_noticia.php?not=320048

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª Atividade

Prancha 02– A Prefeitura do Rio de Janeiro

EDITORIAL

Encontro de história, memória, ousadia e orgulho

O Rio de Janeiro vai ganhar um presente nos próximos anos. O Elevado da Perimetral será totalmente demolido, e a beleza natural da orla da Região Portuária poderá, finalmente, reencontrar toda a riqueza arquitetônica e histórica do Centro. Dentro do Projeto Porto Maravilha, já planejávamos a remoção do viaduto até a altura da Avenida Presidente Vargas. Agora, com ajustes e esforços da prefeitura, será possível colocar no chão cada centímetro dos 4,4 Km que por décadas ajudaram a promover a degradação de uma área tão importante do município.

Para isso, estamos trabalhando com planejamento. Primeiro, vamos criar todas as alternativas de tráfego para a região e, só depois, a partir de 2013, começaremos o processo de demolição. Mas já é possível sentir que o momento é de transformação: nos dois últimos meses, iniciamos as obras de dois túneis que vão permitir a construção de uma nova via – a Avenida Binário do Porto. E, em breve, daremos início à perfuração de um terceiro. Outra grande mudança vai acontecer na Rodrigues Alves. Ampliada e modernizada, no futuro, servirá à cidade como Via Expressa. A capacidade de absorção do fluxo de veículos será acrescida em mais de 50%, sob nova concepção de transporte público coletivo na área, estratégica na distribuição do trânsito da cidade.

Além disso, nas últimas semanas, a região do Porto Maravilha tem tido demonstrações contínuas de que nem só de obras viárias vive a requalificação. O Porto tem história, a história do nascimento da cidade. Guarda a nossa memória. Ela precisa e será resgatada. Acabamos de criar o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana, que inclui o Centro Cultural José Bonifácio, o Cais do Valongo, o Instituto Pretos Novos, os Jardins do Valongo, o Largo do Depósito e a Pedra do Sal. As obras do Porto Maravilha revelaram sítios arqueológicos que retratam a Diáspora Africana, verdadeiros marcos da cultura afro-brasileira que serão preservados.

Outra notícia que temos de comemorar é o início da construção do prédio do Museu do Amanhã, ícone da reurbanização. O projeto, marco da arquitetura na cidade, alia inovação tecnológica e sustentabilidade. Além disso, ainda temos que celebrar a modelagem financeira adotada para viabilizar a construção deste museu de grandes proporções e de um tremendo impacto para a cidade. A inclusão da obra na Parceria Público-Privada (PPP) da Operação Urbana Porto Maravilha permitiu uma economia imensa para a Prefeitura do Rio. Faremos a construção do prédio do museu sem que o município precise gastar dinheiro público. E ainda contamos com o apoio da iniciativa privada, que já anunciou investimentos na manutenção do equipamento por 10 anos.

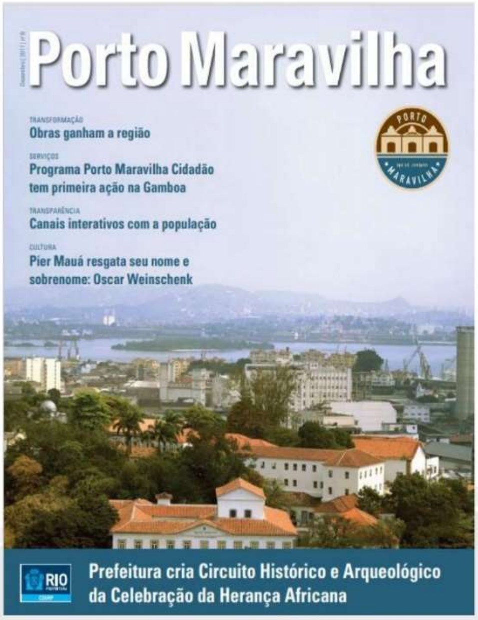
O apelo estético do magnífico projeto do arquiteto Santiago Calatrava e a proposta criativa da concepção desse espaço capaz de atrair cariocas e turistas de todo o mundo descrevem o momento estimulante do Rio. É na região do Porto Maravilha, uma das mais interessantes desta cidade, que história, memória, beleza, ousadia, planejamento e um tremendo orgulho se encontram.

Eduardo Paes
Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro

EXPEDIENTE

COORDENAÇÃO Alberto Silva
JORNALISTA RESPONSÁVEL Clarice Tenório Barretto
EDIÇÃO Luciene Braga
REPORTAGEM Diogo Vianna – InPress
PROJETO GRÁFICO Ana Tereza Barrocas – Instituto Pereira Passos
DIAGRAMAÇÃO Emmanuel Bellard – Instituto Pereira Passos
FOTO DA CAPA Thony Serdoura – Região Portuária vista de cima, com Fortaleza da Conceição em primeiro plano
FOTOS J.P. Engelbrecht, AF Rodrigues, Alexandre Bragança, Bruno de Lima, Thony Serdoura, Diogo Vianna

CDURP – Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro



Fonte: Revista Oficial da Prefeitura do Rio de Janeiro. Dezembro 2011, nº 6.

Prancha 03– Destaques da Revista...

Saiba o que não é verdade

★ **A requalificação vai expulsar moradores – MITO!**
Ao contrário, a reurbanização é mais que uma mudança no padrão arquitetônico e dos serviços públicos. O objetivo é o desenvolvimento econômico como um todo, com abertura de oportunidades de emprego, fomento aos novos negócios e impacto positivo na geração de renda. Quem mora na região vai crescer com ela. A expectativa é ampliar a população de 28 mil para 100 mil em 10 anos.

★ **Trânsito vai piorar com demolição da Perimetral – MITO!**
A construção de duas avenidas, o Binário do Porto e a Via Expressa (que será a nova Rodrigues Alves), vai ampliar em 50% a capacidade de tráfego.

★ **Prefeitura está gastando muito dinheiro com as obras – MITO!**
Os recursos para as obras e serviços na região vêm da venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs), sem que o município tenha de desembolsar dinheiro.

★ **Somente empreendimentos comerciais virão para a região – MITO!**
O planejamento para a área prevê um mix entre prédios comerciais e residenciais. Nenhum setor tem uso definido obrigatório. A ocupação dependerá dos projetos apresentados à prefeitura e, depois, aprovados. Nas áreas em que é permitido o aumento de potencial construtivo, são necessários menos Cepacs para empreendimentos residenciais do que comerciais, chegando a até 50% de diferença na despesa, dependendo do uso e setor.

★ **Prédios históricos serão demolidos – MITO!**
Ao contrário, o programa Porto Maravilha Cultural investe no restauro de imóveis históricos e a lei prevê para isso a utilização de, pelo menos, 3% da venda dos Cepacs, o que corresponde à aproximadamente R$ 104 milhões. Além disso, a prefeitura concede isenção de impostos para proprietários de imóveis de importância arquitetônica que mantêm suas unidades em bom estado.

PATRIMÔNIO

Prefeitura cria Circu

Porto Maravilha inicia obra de restauração do Centro Cultural José Bonifácio, casarão histórico que integra pontos de interesse da memória afro-brasileira na cidade

e o Instituto Pretos Novos, além do Centro Cultural José Bonifácio.

O roteiro será pensado em conjunto com representantes do movimento negro e vai destacar os marcos históricos da memória da África na cidade. Eles serão transformados em áreas de visitação com informações para estudantes,

6 | Porto Maravilha

Obras por todos os lados

Tem gente que reclama dos transtornos da reurbanização, mas ganhos já são visíveis com a chegada de novos investimentos

Museu do Amanhã muda a paisagem da Região Portuária
O dia 1º de novembro de 2011 foi marcado pelo início das obras de construção do prédio do Museu do Amanhã. Com projeto de arquitetura concebido pelo renomado arquiteto espanhol Santiago

Porto Novo por meio da maior Parceria Público-Privada (PPP) do País. Assim como as demais intervenções do Porto Maravilha em andamento, o prédio orçado em R$ 215 milhões também será custeado pela venda dos Certificados de Potencial Adicional de Construção

Requalificação atrai grandes empresas

★ As obras dos empreendimentos privados também chamam a atenção de quem circula pela região. A Fibra Experts, por exemplo, lança no primeiro trimestre de 2012 o edifício Porto Brasilis. O prédio de 19 pavimentos será uma torre instalada em área de 18.600 m², no ponto zero do processo de requalificação, esquina da Rua São Bento com Avenida Rio Branco, limite territorial da Operação Urbana Consorciada Porto Maravilha.

★ A incorporadora Tishman Speyer assinou acordo com a Caixa Econômica Federal para desenvolver seu segundo projeto na Região Portuária, no terreno conhecido como Pátio da Marítima. Será o primeiro empreendimento que utiliza Cepacs a sair do papel. Localizado na Avenida Rodrigues Alves, terá projeto do famoso arquiteto Norman Foster.

★ A São Carlos reforma o Edifício Venezuela, entre a Praça Mauá e o Morro da Conceição. O imóvel terá 4 mil m² de área para locação, com previsão de entrega também para o início de 2012.

UNIRIO
Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro

2ª Atividade

Prancha 04– Destaques da Revista...

SERVIÇOS

População tem acesso a novas oportunidades

O programa Porto Maravilha Cidadão foi lançado oficialmente no evento HarmonizAção, em agosto, na Praça da Harmonia. Promovido pela Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (Cdurp) e pela Concessionária Porto Novo, reuniu 40 instituições públicas, privadas e comunitárias para oferecer um dia inteiro de serviços e diversão. Visitantes participaram de atividades culturais, renovaram documentos, regulamentaram a situação de seus imóveis, fizeram inscrição para receber o Cartão da Família Carioca e garantiram acesso aos programas federais Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida.

Ao longo do dia, muitos grupos culturais se apresentaram, com foco em mensagens de cidadania. No estande da Secretaria Municipal de Saúde, por exemplo, foi possível aprender como combater a dengue, identificar as larvas do mosquito e entender mais sobre os focos de risco. No espaço da Ong Rede Nacional do Prove, crianças e adultos conferiram como materiais reciclados viram artesanato.

O prefeito Eduardo Paes visitou as tendas, conversou com moradores, comerciantes do entorno da praça e organizadores do evento. "Não basta fazer obras. Para melhorar a vida das pessoas, precisamos de ações que levam cidadania e qualidade de vida", afirmou.

tunidade de regularização do imóvel no momento em que a região está se requalificando", afirmou Fernando Dionisio, procurador-geral do município. Com foco na reurbanização, foi lançada a cartilha Contribuinte Cidadão, sobre incentivos para as novas construções na região, como isenção de IPTU por 10 anos, perdão total de dívidas para imóveis que tenham

Porto Maravilha Cidadão tem lançamento em dia de serviços e diversão na Gamboa

importância histórica, cultural, ecológica ou de preservação paisagística e ambiental, além de parcelamento das dívidas em até 84 vezes para quem não se enquadra nestes aspectos.

Academia da Terceira Idade já tem aulas lotadas
Durante o evento, a população ganhou a 32ª Academia da Terceira Idade da cidade. Comprados pela Cdurp e instaladas para pedir a adoção do programa na região. "Os moradores estão felizes e, certamente, mais saudáveis. Houve uma ação efetiva para o bairro. Hoje, o espaço fica lotado", ressalta Jorge Silveira, presidente da Amaga.

Desde novembro, as aulas são acompanhadas por professores de educação física, enfermeiros e auxiliares. "As atividades desenvolvidas nesses espaços servem para prevenir doenças, proporcionando bem-estar e qualidade de vida aos idosos", descreveu Cristiane Brasil, secretária Especial de Envelhecimento Saudável e Qualidade de Vida.

Balcão de empregos para moradores da região
Outra ação do programa Porto Maravilha Cidadão que chamou a Morro da Providência. Empresas da região cadastram suas vagas com a SMTE, que cruza os empregos disponíveis com o interesse e perfil dos moradores. Também foi possível emitir na hora a primeira e segunda via da Carteira de Trabalho. "Esses serviços vão garantir o desenvolvimento econômico do local", enfatizou Jorge Arraes, presidente da Cdurp. "Adorei me candidatar a vagas perto de casa. Soube da unidade móvel pela Associação de Moradores da Providência e vim correndo", diz Marcela Cristina, 26 anos, moradora do Santo Cristo, que busca recolocação na área de Logística.

Estímulo aos pequenos negócios no Porto
A prefeitura e o Sebrae/RJ assinaram no começo de dezembro um convênio para fomento aos pequenos empreendedores na região do Porto Maravilha. Além de uma ampla pesquisa para identificar as oportunidades que surgirão com as obras e com a requalificação, serão promovidas uma série de ações, como qualificação dos empreendimentos locais, e iniciativas que garantam o acesso a novos mercados e à inovação e tecnologia. Além disso, está prevista a criação de uma central onde o empreendedor poderá encontrar produtos e serviços para desenvolvimento e gestão do seu negócio.

Em fevereiro será a primeira ação da parceria, uma rodada de negócios

PATRIMÔNIO

Celebração da Herança Africana

Roteiro inclui Instituto Pretos Novos

úblico da mbém co- Memória a, é sede la Cultura gênero na ação rece- 3,205 mi- Maravilha s recursos

Amigos do Bairro da Gamboa), em audiências públicas com a comunidade.

Pontos de destaque do Circuito
❶ **Cais do Valongo** – A escavação e a redescoberta do Cais do Valongo aconteceram no mesmo ano em que este ponto de chegada dos escravos completa 200 anos. "O sítio arqueológico tem uma importância social extraordinária

nou as obras de embelezamento e melhoramento do Cais do Valongo, que ganhou um pavilhão de luxo e passou a se chamar de Cais da Imperatriz. Para marcar a chegada de Thereza Cristina, a Câmara Municipal, em encarregou a Academia de Belas Artes de erguer um monumento-chafariz em cantaria na então Praça Municipal, hoje conhecida como Praça Jornal do Comércio.

de mármore carrara – Marte, Ceres, Vênus e Juno – retiradas do Cais da Imperatriz. Hoje, elas estão no Palácio da Cidade, em Botafogo.

❹ **Largo do Depósito** – Por volta de 1770, o Marques de Lavradio transferiu o mercado de escravos da Praça XV para a região do Valongo. O Largo do Depósito, hoje Praça dos Estivadores, era onde se concentra-

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª Atividade

Prancha 05– Vamos jogar?

Fonte: www.estrela.com.br

Algumas informações do jogo:

A. Três imóveis são os mais valiosos:
1. Corcovado – R$ 400.000,00
2. Pão de Açúcar – R$ 350.000,00
3. Zona Portuária – R$ 320.000,00

Exemplo extraído do jogo: Uma das cartas, estabelece a seguinte bonificação: "Seu imóvel foi valorizado, em função da pacificação da cidade vizinha – receba: R$ 75.000,00"

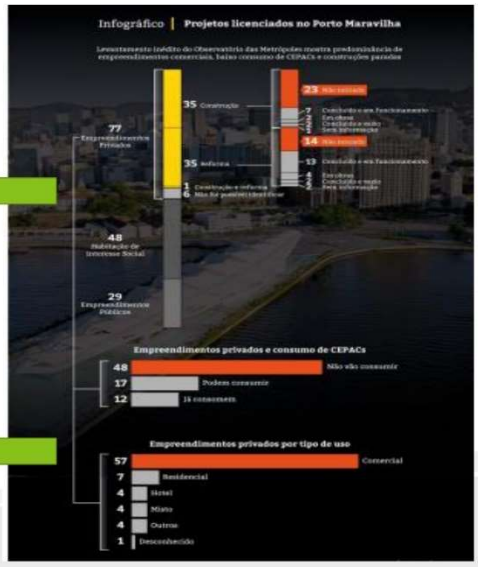
Elemento 1: O mercado Imobiliário e a especulação

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª Atividade

Elemento 2: "Ouro" Urbano – a terra urbana

Prancha 06– Propriedade e Função Social



Fonte: Santos Junior, O. A., Werneck, M., Borba, T. R., & Carvalho, A. P. S. (2020). Propriedade pública e função social: a destinação das terras da União na Operação Urbana Porto Maravilha. urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana, 12, e20200062. https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20200062

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

2ª Atividade

Prancha 07– A Imprensa...

Figura 13: Matéria sobre a atração do uso habitacional para o Centro

Fonte: Extraído do jornal Extra, em matéria publicada em 06/01/2013

Elemento 3: A Mídia!

Fonte: Lima, Amanda Cavaliere. Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013. 224 f.: il. Dissertação (Mestrado).

Terceira Atividade – Os Sujeitos do espaço Urbano –As múltiplas cidades...

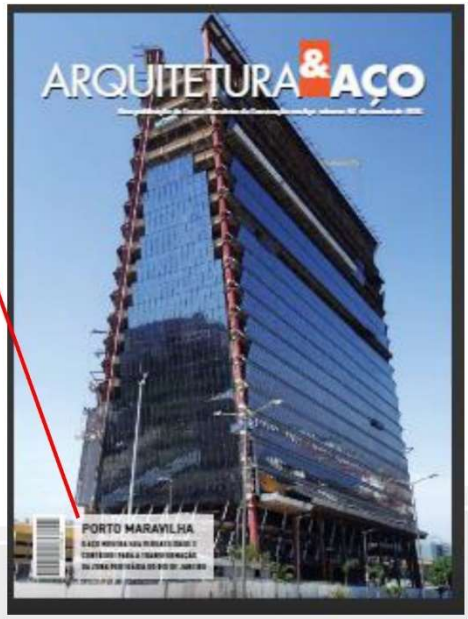
Projeção da Zona Portuária.

Fonte: **www.portomaravilha.com.br**. Adaptações do autor.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Elemento 4 – Os técnicos... | 3ª Atividade

Prancha 01 – O jogo continua... Outros elementos...



Fonte: Revista Arquitetura & Aço nº 48 - Jan 12, 2017

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 02 – o lado do "contra"... Arquitetos e Urbanistas - Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU/RJ).

Fonte: https://www.caurj.gov.br/pesquisadoras-da-uff-falam-sobre-as-remocoes-da-zona-portuaria-do-rio/#

Trecho 1:

1) Como Paula de Paoli mostrou em sua apresentação, os novos equipamentos se concentraram na faixa de aterro da Zona Portuária e poucas alterações foram feitas nos bairros da Saúde e Gamboa. Houve melhorias para essas áreas?

R: Houve melhorias para o entorno dos empreendimentos imobiliários, com obras de melhorias das calçadas, mobiliário urbano e o VLT, em que as estações foram localizadas próximas justamente a esses novos prédios. Esse mesmo padrão, como verificamos em campo, não se apresenta no tecido mais antigo da região no bairro da Gamboa no entorno das ruas Pedro Ernesto e Livramento e piora consideravelmente nas bordas do Morro da Providência e do Pinto. Tampouco os hospitais federais nem estaduais estão adequadamente conectados na nova malha de mobilidade. O bairro da Saúde, por sua proximidade com o centro dos negócios carioca, apresenta mais melhorias urbanísticas e começa a ser destino de empreendimentos criativos demonstrando, diferentemente de outros setores, a substituição da população, característica de um processo de **gentrificação.**

Trecho 2:

2) Na palestra, vocês citaram que, no local onde hoje fica o mural do Kobra, havia um local de moradia popular. Poderia falar um pouco mais sobre o assunto?

R: Não é exatamente onde é o mural do Kobra, mas bem próximo, na Rua Rodrigues Alves 157. Ali existia a Ocupação Casarão Azul que foi removida em junho de 2009 sob forte repressão policial. O registro cinematográfico do dia da remoção aparece no documentário "Atrás da Porta".

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 03 – o lado do "contra"... Engenheiros – Clube de Engenharia

JORNAL DO
Clube de Engenharia

Irmãos Rebouças
Página 8
www.clubedeengenharia.org.br

ANO XLIX • Nº 537 • Rio de Janeiro • Dezembro de 2013

A Perimetral e a política do fato consumado

Embora os estudos técnicos de mobilidade da cidade em face às obras no Porto do Rio possam estar equivocados e incompletos, e ainda que todo o projeto levante sérias dúvidas entre especialistas, Ministério Público e sociedade civil, o primeiro trecho do Elevado da Perimetral foi implodido. Contra a falta de transparência e de atenção aos quesitos técnicos, o Clube de Engenharia firma posição e exige da prefeitura que sejam observadas as necessidades da população acima de quaisquer outros interesses. Com o amplo conhecimento técnico que dispõe, o Clube de Engenharia registra publicamente suas críticas à forma como as decisões têm sido tomadas e executadas. Em "Carta Aberta ao Povo Brasileiro" o Clube questiona o fato de os estudos de mobilidade não considerarem o aumento do tráfego representado pelos empreendimentos que estão sendo instalados naquela área. Página 12

Em alguns segundos 252 vigas, incluindo as pilares da imagem acima, transformaram-se em 5 mil toneladas de concreto.

Metrô sob um amplo olhar técnico

Embora os estudos técnicos de mobilidade da cidade em face às obras no Porto do Rio possam estar equivocados e incompletos, e ainda que todo o projeto levante sérias dúvidas entre especialistas, Ministério Público e sociedade civil, o primeiro trecho do Elevado da Perimetral foi implodido. Contra a falta de transparência e de atenção aos quesitos técnicos, o Clube de Engenharia firma posição e exige da prefeitura que sejam observadas as necessidades da população acima de quaisquer outros interesses. Com o amplo conhecimento técnico que dispõe, o Clube de Engenharia registra publicamente suas críticas à forma como as decisões têm sido tomadas e executadas. Em "Carta Aberta ao Povo Brasileiro" o Clube questiona o fato de os estudos de mobilidade não considerarem o aumento do tráfego representados pelos empreendimentos que estão sendo instalados naquela área. Página 12

Fonte:www.clubedeengenharia.com.br

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 04 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

Apesar dos inúmeros desafios, o Quilombo da Gamboa é tido pelas 10 famílias que ocupam os terrenos, atualmente, como um espaço de luta e resistência, além da última esperança de garantir uma casa própria na área central da cidade. Eles destacam que a região conta com infraestrutura de transporte, serviços públicos e, mais importante, é perto das localidades que mais oferecem emprego na cidade, permitindo que os moradores possam se manter ocupados sem os custos do transporte para as periferias (caros e que tomam horas do trabalhador diariamente, dificultando o convívio familiar).

Fonte:https://rioonwatch.org.br/?p=51145#prettyPhoto

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 05 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

AgênciaBrasil

Após título da Unesco, ativistas defendem museu da escravidão no Cais do Valongo

Para o jornalista e ativista negro Rubem Confete, o reconhecimento do Valongo pela Unesco dá visibilidade à luta e à presença negra no Brasil, que deve ser reforçada com a criação de um museu sobre a presença africana.

"Ao longo desses 400 anos, nós chegamos aqui e nunca tivemos reconhecimento de nada, não tivemos apoio. Depois de uma longa luta histórica, conseguimos o reconhecimento deste espaço. Nós vamos trabalhar a reparação e a lembrança dos muitos que passaram por aqui. A construção do museu é para nós próprios contarmos a nossa história", afirmou Confete.

A superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) no Rio de Janeiro, Mônica da Costa, considerou o reconhecimento do Valongo pela Unesco uma grande vitória para o país. "Estamos envolvidos nesse projeto há cerca de quatro anos. É importante o resgate de um período obscuro da nossa história. Queremos um centro de referência da memória do Valongo, com a proposta de se trabalhar os achados arqueológicos feitos neste local, para estarem em exposição. Precisamos de um museu no prédio das Docas Pedro II, tombado pelo Iphan no ano passado, um espaço construído pelo engenheiro negro André Rebouças. É um museu que terá a participação da comunidade negra."

https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2017-07/apos-titulo-da-unesco-ativistas-defendem-museu-da-escravidao-no-cais-do

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 06 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

O GLOBO RIO

Rio de Gente: professor se dedica a ensinar a Gamboa a sentir orgulho

Sérgio Monte faz o resgate da história e da autoestima dos moradores da Zona Portuária

Gilberto Porcidonio
08/03/2020 - 04:30

— O Elevado da Perimetral foi construído para esquecerem isso aqui. Quando eu pegava um táxi e falava para o motorista me levar à Gamboa, à Praça da Harmonia ou à Saúde, ele perguntava "mas ainda mora gente por lá?". Agora, as pessoas vêm redescobrindo essa região. O interesse começou com o Boulevard Olímpico, que foi importante demais. Muitos cariocas estão conhecendo, por exemplo, a maravilha que é a escadaria do Museu da História e Cultura Afro-Brasileira. Ter uma construção daquela em uma região muito pobre é algo incrível.

Sérgio ajudou a fundar o Cordão do Prata Preta e idealizou projeto educacional Foto: Leo Martins / Agência O Globo

Histórias vividas e pesquisadas montam o quebra-cabeças no qual Sérgio mostra um amplo retrato da Gamboa de ontem e hoje:

— Sou apaixonado pela esquina das ruas Antônio Lage e Sacadura Cabral, que foi a barricada da Revolta da Vacina, em 1904. Costumo dizer que esse foi o primeiro grito em busca de cidadania na era republicana.

https://oglobo.globo.com/rio/rio-de-gente-professor-se-dedica-ensinar-gamboa-sentir-orgulho-1-24292876

Prancha 07 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

Ideia de modernidade, conexão e futuro

Fonte: Prefeitura do Rio de janeiro – Manual Teleférico da Providência

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 08 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

Principais obras

- Reurbanização de 70 km de vias e 650 mil m² de calçadas
- Implantação de toda a rede subterrânea (água, drenagem, esgoto, gás natural e fibra ótica)
- Implantação de 17 km de ciclovias
- Plantio de 15 mil árvores
- Construção de novo sistema de mobilidade urbana
- Implantação da Via Binário do Porto e da Via Expressa
- Demolição do Elevado da Perimetral (4,7 km)
- Implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT)
- Criação de passeios públicos e vias exclusivas de pedestres

Serviços prestados

- Conservação e manutenção de ruas e avenidas
- Conservação e manutenção de áreas verdes e praças
- Manutenção e reparo de iluminação pública e calçadas
- Serviços de limpeza urbana
- Coleta seletiva de lixo
- Manutenção da rede de drenagem
- Manutenção da sinalização de trânsito
- Manutenção e conservação de pontos e monumentos turísticos, históricos e geográficos

Fonte: Prefeitura do Rio de janeiro – Manual Teleférico da Providência

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 09 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

Como parte do programa Porto Maravilha, a Prefeitura do Rio está implementando um controverso teleférico na Providência, a primeira e mais histórica favela do Rio, com o lançamento em breve. Mas para dar espaço para esse e outros projetos de mobilidade no morro, 832 casas (1/3 da comunidade) foram marcadas para remoção. No topo do morro, cerca de 60% das casas estão marcadas, exatamente na área a ser supostamente beneficiada com esses investimentos em mobilidade. Outros projetos estão temporariamente suspensos, pois a juíza revendo o caso impôs uma moratória nas remoções, até que o caso levado ao tribunal pela comunidade esteja resolvido.

Cerca de 100 casas já foram demolidas, e as compensações que as famílias receberam foram irrisórias. Uma moradora atualmente desempregada disse ter aceito R$45.000,00, valor extremamente baixo por uma localização tão central. Com a compensação, ela comprou um terreno em Guaratiba, na extrema Zona Oeste da cidade, no qual pretende construir uma nova casa se e quando futuros recursos permitirem. Ela não planeja morar lá, mas alugar, já que sua vida sempre esteve nos arredores da Providência. Assim, ela se mudou para a casa de sua prima, no morro. As duas são mães solteiras, agora dividindo uma casa de um quarto com suas duas crianças.

Fonte: https://rioonwatch.org.br/?p=5378

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

3ª Atividade

Prancha 10 – E os sujeitos do espaço Urbano? Suas histórias, memórias e identidades.

"Se o governo quisesse melhorar nossas vidas, a construção de um teleférico não seria suficiente. A Providência necessita de muito mais; nós precisamos de infraestrutura e reformas nas casas", diz Roberto. Ele faz alusão a um problema crônico no desenvolvimento do Rio nos dias de hoje: investimentos em massa nas favelas que envolvem obras públicas chamativas quando na realidade, o que os moradores mais precisam e querem são serviços de utilidade pública, tais como educação, saúde, e saneamento básico, o que em última análise é mais caro e menos visível como plataforma de marketing.

"Todo mundo sabe que o teleférico não é construído para os moradores da favela. Se fosse a Prefeitura teria levado para uma favela com maior necessidade por mobilidade do que a Providência tem", disse Roberto. "O teleférico é para o turista ver uma favela no coração do Rio", ele continua. A construção de um teleférico moderno e a destruição de casas e espaços públicos na comunidade fazem com que ela perca suas características. "Se as autoridades estivessem realmente interessadas em melhorias de mobilidade e vida para os moradores, por que não realizar consulta pública e considerar a construção de um elevador como no Cantagalo?", pergunta Roberto.

Fonte: https://rioonwatch.org.br/?p=5378

Roberto Marinho, de 37 anos, foi nascido e criado na Providência. Ele e sua família moram numa casa marcada para remoção, mas sabendo do seu direito a permanecer, estão resistindo. Sendo a primeira favela do Brasil, o Morro da Providência carrega uma longa história. Não apenas para a cidade como um todo, mas para seus próprios moradores. A construção e história da casa de Roberto, localizada no lado esquerdo da escadaria construída por escravos no século XIX, começou há mais de 70 anos, quando seu avô construiu sua casa no morro com uma vista deslumbrante da cidade, com o porto e a ponte Rio-Niterói à esquerda, e o Centro e Pão de Açúcar à direita. Olhando para baixo do Morro, pode-se ver a construção do teleférico, o que de acordo com a Prefeitura, irá melhorar a vida dos moradores.

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Quarta Atividade – Que cidade queremos?

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª Atividade

Prancha 1 – O Local Diversificado e Democrático pode ser melhor que o Global Conectado? Que cidade desejamos ?

Ninguém aqui respeita o que eu posso sentir
A dor não tem voz, nos obrigam a partir
E se você tem coração então pense um momento
Com seu filho no colo cai tijolo e cimento
Fecharam os olhos para a área existente
A cultura local sendo expulsa do presente
Isso aqui não é comédia, é muita tristeza
A história soterrada por muitas empresas
Olha a sujeira que está acontecendo
A Manhattan Brasileira do seu bolso crescendo
Sendo ótimo lugar para especulação
Com grandes eventos atraindo a multidão
Esse é o Rio de Janeiro com mais de um exemplo
A Zona Portuária, a locação do momento
Passa o Pereira Passos, passa o Paes
No Porto Maravilha é remoção demais
Escrevem nas casas SMH

Fonte: Lima, Amanda Cavaliere. Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013. 224 f.: il. Dissertação (Mestrado).

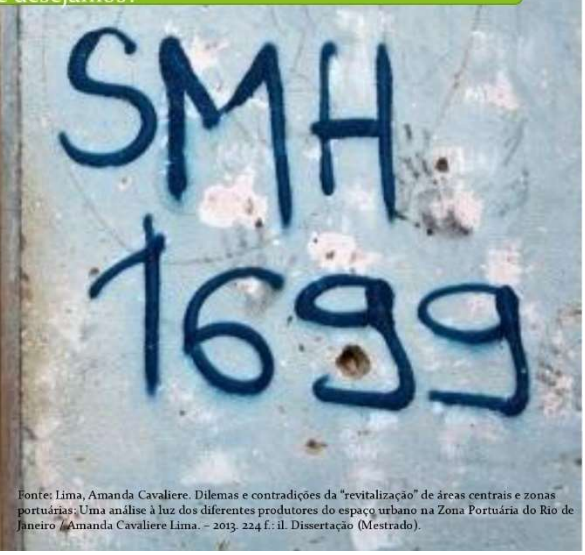
UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª Atividade

Prancha 2 – O Local Diversificado e Democrático pode ser melhor que o Global Conectado? Que Cidade desejamos?

A tinta nazista que vai te marcar
Dizem que vão fazer o seu cadastro
Dias depois derrubam seu barraco
Espera um instante, ali vem o meu valor
Trouxeram a grana com muito amor
Um cheque social de 400 reais
O que fazer com isso, Eduardo Paes?
O aluguel aqui não para de aumentar
O povo brasileiro não tem pra onde morar
Grandes construções em paralisia
E o mosquito da dengue com direito a moradia
Vejam só a tamanha calamidade
O balcão de negócios que virou essa cidade
Copa, Olimpíadas, filmagens de Hollywood
Sem dinheiro pro bombeiro, pra educação e pra saúde
Tem bueiro estourando, cuidado ao caminhar
O salto em distância começou a funcionar
O jogo já existe e é fétido o valor
A natureza do Rio revela a sua dor
Leva bem rápido feito sua ganância
Olha o que a água tem deixado debaixo da lembrança!
E a avalanche continua com o falso progresso
Quando pensa em destruir eu construo meus versos

(Letra: Fábio Prestes)



Fonte: Lima, Amanda Cavaliere. Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013. 224 f.: il. Dissertação (Mestrado).

UNIRIO
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

4ª Atividade

Conclusão – O Local Diversificado e Democrático pode ser melhor que o Global Conectado? Que cidade desejamos?

Figura 28: Cartões-postais distribuídos pelo "Meu Porto Maravilha"

Fonte: Material impresso distribuído pela concessionária Porto Novo

Fonte: Lima, Amanda Cavaliere. Dilemas e contradições da "revitalização" de áreas centrais e zonas portuárias: Uma análise à luz dos diferentes produtores do espaço urbano na Zona Portuária do Rio de Janeiro / Amanda Cavaliere Lima. – 2013. 224 f.: il. Dissertação (Mestrado).

DOI: http://dx.doi.org/10.22296/2317-1529.2014v16n1p51

DA PROVIDÊNCIA À CIDADE DO ESPELHO:

A ARQUITETURA E URBANISMO COMO MÁQUINA DE DESEJO DA CIDADE

LUTERO PRÖSCHOLDT ALMEIDA

RESUMO: *Este artigo aborda a questão do desejo nas cidades. Através de um conto, será criado um contexto fictício em que a arquitetura será a âncora principal da captura de desejos nas cidades, colaborando com um grande sistema que se tornou o principal responsável pela distribuição de recursos. Portanto, é através do espetáculo que agora se define que empreendimentos e serviços serão postergados para que o "desejo maior" seja executado, mesmo que para isso se autoflagele a própria cidade. A Cidade do Espelho, mais que uma obra arquitetônica, será um modelo desse sistema que faz fluir o desejo nas cidades.*

PALAVRAS-CHAVE: *teoria do urbanismo; Gilles Deleuze; desejo; espetáculo; gentrificação.*

Figura 1: Morro da Providência